

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ZAQUEU LUIZ BOBATO

A FUMICULTURA COMO PARTE INTEGRANTE DA FORMAÇÃO  
SOCIOESPACIAL SUL-BRASILEIRA: (DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS  
FUTURAS PARA OS PRODUTORES E A REGIÃO

CURITIBA

2017

ZAQUEU LUIZ BOBATO

A FUMICULTURA COMO PARTE INTEGRANTE DA FORMAÇÃO  
SOCIOESPACIAL SUL-BRASILEIRA: (DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS  
FUTURAS PARA OS PRODUTORES E A REGIÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia, linha de pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

CURITIBA

2017

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR  
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

B663f

Bobato, Zaqueu Luiz

A fumicultura como parte integrante da formação socioespacial Sul-Brasileira: (des) caminhos e perspectivas futuras para os produtores e a região / Zaqueu Luiz Bobato. – Curitiba, 2017.

251 p. : il. color.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação Geografia, 2017.

Orientador: Nilson Cesar Fraga .

Bibliografia: p. 232-244.

1. Fumo. 2. Tabaco. 3. Fumo – Indústria. 4. Fumo – Legislação. I. Universidade Federal do Paraná. II. Fraga, Nilson Cesar. III. Título.

CDD: 338.17371

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS DA TERRA  
Programa de Pós Graduação em GEOGRAFIA  
Código CAPES: 40001016035P1

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **ZAQUEU LUIZ BOBATO**, intitulada: "**A FUMICULTURA COMO PARTE INTEGRANTE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL SULBRASILEIRA: (DES)CAMINHOS E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA OS PRODUTORES E A REGIÃO.**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação.

Curitiba, 15 de Maio de 2017.

  
NILSON CESAR FRAGA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
ADILAR ANTONIO CIGOLINI  
Avaliador Interno (UFPR)

  
FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA  
Avaliador Interno (UFPR)

  
MARCIA DA SILVA  
Avaliador Externo (UNICENTRO)

  
LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA  
Avaliador Externo (UEPG)



## DEDICATÓRIA

Meus avós Paternos: João Negrelli Bobato (22/03/1916-11/05/1988†), e, Julia Moletta (12/02/1920-19/06/1972†) ambos pequenos agricultores, produtores de alimentos, geraram 7 filhos resultando uma numerosa família. Neste ano de 2017 sou o primeiro da grande família a obter o título de Doutor.

Meus avós Maternos: Wenceslau Lemes de Andrade (18/05/1911-10/09/1997†) e Izolina Luchs Penteado (20/10/1916-10/10/1992†), ambos pequenos agricultores, produtores de alimentos, geraram 7 filhos, resultando em uma numerosa família. Neste ano de 2017, sou o primeiro da grande família a obter o título de Doutor.

Meus avós Paterno e Materno (*in memoriam*), moradores primeiros da Comunidade de Valinhos, situada no Território municipal de Imbituva – PR viveram na simplicidade da roça cultivando a religiosidade da fé Católica e transmitindo aos meus pais os valores da vida em sociedade. Meus avós foram pessoas educadas e portadoras de muito respeito, mesmo não tendo tido alto grau de educação institucionalizada, até porque na época era raro quem tinha acesso à escola.

Resultado da união, amor e dedicação de meus avós, meu Pai Sebastião Assis Bobato (20/01/1952) e minha Mãe Maria Glaci de Andrade Bobato (20/08/1952) nasceram, e, na mocidade casaram-se. Meus pais, desde o nascimento até os dias de hoje, vivem na interiorana Comunidade de Valinhos. Pequenos produtores de alimentos, não tiveram a oportunidade de transpor as séries iniciais do primário, e até hoje, eles relatam que “faz muita falta não ter estudado”. Meus pais geraram 5 filhos, sendo eles: Silmara Bobato, Ozeias Bobato, Sandra Maria Bobato, Sirlene Terezinha de Andrade Bobato, e, eu, Zaqueu Luiz Bobato, que com muita emoção e sentimento de gratidão, sou o primeiro da casa a obter o título de Doutor. Portanto, dedico esta tese a toda família resultante da União Matrimonial de meus Avós Paterno e Materno, e, em especial aos meus amados Pais, irmãos e sobrinhos, e, a querida Comunidade de Valinhos município de Imbituva - PR, que foi o berço do processo histórico e geográfico de minha formação humanista.

Com alegria e satisfação dedico também esta tese a todos os fumicultores do Brasil, pois conheço a árdua realidade enfrentada pelos produtores, já que, eu também, até o ano de 2009 (com 23 anos de idade) cultivava fumo com meus pais na pequena propriedade rural situada na localidade do Tigre no município de Guamiranga - PR.

Também dedico esta tese ao Curso de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), campus de Irati - PR, pois, ao ter lá entrado pela primeira vez em 20 de fevereiro de 2006 (primeiro dia de aula) minha vida transformou-se para melhor.

Aos três grandes orientadores que me fizeram crescer na vida acadêmica, profissional e política: Prof Dr. Roberto França da Silva Júnior, Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e Prof Dr. Nilson Cesar Fraga. Vocês despertaram em mim o apreço pelo conhecimento científico e a aplicação dele na prática cotidiana.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus Pai Criador do Universo, fonte da vida e do amor, que dá sentido a minha existência. Obrigado por ter me concedido saúde, serenidade e força de vontade no processo de elaboração desta tese.

Aos meus Pais: Sebastião Assis Bobato e Maria Glaci de Andrade Bobato. Pessoas do bem, que não mediram esforços para compreenderem meus momentos de ansiedade, nervosismo, e isolamento acadêmico em minha salinha de estudos. Obrigado por terem me rodeado de carinho! O contexto histórico-geográfico que circundou a vivência jovem de vocês não os permitiu terem acesso a uma longa educação institucionalizada, mas, isso não os impossibilitou de proporcionarem para os filhos uma educação pautada na honestidade, ética e respeito a vida em sociedade. A simplicidade de vocês é encantadora. O que tenho e sou, é fruto da luta dos senhores.

Aos meus irmãos: Silmara Bobato Santana, Ozeias Bobato, Sandra Maria Bobato, Sirlene Terezinha de Andrade Bobato. Obrigado, pois, no processo de elaboração desta tese, a ausência minha para com nossos pais foi suprida pela presença de vocês junto a eles. Ao darem suporte a eles, vocês assim, o deram também a mim.

Aos meus sobrinhos Jainy Bobato, Gabriel Bobato, Jetro Guilherme Santana, Letícia Bobato, Eduardo Bobato e Davi Rafael Bobato. Assim como no Mestrado, neste Doutorado, a correria acadêmica me ausentou de vocês. A Jainy o Gabriel e o Jetro passaram da adolescência para a juventude, a Letícia, Eduardo e Davi, de criança passaram para a adolescência. Eu me dei conta das mudanças, porém, não pude vivenciar elas como devia ter vivenciado na condição de Tio. Perdoem-me pela ausência! Desculpa ter recusado várias vezes em ir brincar com vocês no gramado ao lado de minha sala de estudos. Vocês iam jogar bola sem mim e eu saía nervoso na janela xingar vocês para pararem de fazer barulho, pois estavam atrapalhando os estudos. Eu saía e irritadamente dizia acenando “Fora daqui, fora daqui, foraaaaa”.

A minha sobrinha/afilhada Jainy Bobato, que se tornou uma jovem responsável e inteligente. Cursar Geografia lhe fez bem! Obrigado por ter me auxiliado nas pesquisas de campo da tese, bem como, na tabulação dos dados. Você foi de fundamental importância no trabalho de finalização da tese. Mostrou-se ser uma jovem madura e competente.

Ao meu compreensivo Orientador, Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga, que, com uma forma cativante e empolgante de trabalhar, conduziu-me nos estudos desta tese. Obrigado Professor por ter confiado em mim. A maneira como ensina Geografia, torna o aprendizado leve, suave, prazeroso. Muito obrigado por ter feito parte da minha trajetória acadêmica. Serei sempre grato à sua confiança, amizade e competente orientação. Foi um privilégio estudar, pesquisar, discutir, trabalhar ao seu lado. Valeu a pena ser seu orientando.

A Dra. Enaile do Espírito Santo Iadanza, Assessora da Presidente da República Dilma Vana Rousseff. A Doutora Enaile, compondo o Governo Dilma no ano de 2016, recebeu-me em Brasília, e, não mediu esforços para me auxiliar na pesquisa. Por intermédio dela, consegui adentrar em Secretarias e Ministérios do Governo Federal, assim, obtive informações que enriqueceram a abordagem da tese. A generosidade da Dra. foi impressionante.

A Antropóloga Marcia Anita Sprandel, assessora no Senado Federal da Liderança do Partido dos Trabalhadores-PT e do Bloco de apoio ao Governo. Obrigado Sprandel por ter aberto as portas do Senado Federal para esta pesquisa. Seu apoio foi de fundamental importância. Sua simplicidade e disposição em auxiliar nos trabalhos da tese foi encantador.

Aos Senadores do Estado do Paraná: Álvaro Dias, Roberto Requião e Gleisi Hoffmann por terem aberto as portas de seus gabinetes concedendo longa entrevista para a tese.

Ao Secretário Geral, José Ricardo Ramos Roseno, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal, que, gentilmente concedeu entrevista para este trabalho.

Ao Senhor Norberto Anacleto Ortigara da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná pela entrevista.

Aos Prefeitos e Secretários de Agricultura dos municípios da microrregião geográfica de Prudentópolis da gestão 2013/2016 que aceitaram responder o questionário de pesquisa, sendo eles: Prefeito de Prudentópolis, Imbituva, Ivaí, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Ipiranga.

A Associação dos Fumicultores do Brasil-AFUBRA, pelos dados disponibilizados a partir de conversas com os responsáveis pela Loja no Município de Imbituva - PR.

Ao colega Adriano Makux de Paula que ao estar residindo na Capital Curitiba para cursar o Mestrado, disponibilizou um “cantinho” na sala do apartamento para que eu pudesse estender um colchão improvisado e ali dormir nos períodos em que necessitava cursar disciplinas do Programa. Tornamo-nos amigos, e, às vezes, adentrávamos a madrugada discutindo a Ciência geográfica, política, bem como, nossas pesquisas. Com uma cervejinha ao lado as discussões iam longe! Obrigado Adriano por ter feito parte desta trajetória.

Ao colega Joelcio Gonçalves Soares pela companhia nas viagens e eventos promovidos pelo Programa. As idas de automóvel até a Universidade em Curitiba produziam importantes reflexões geográficas no percurso. Foram dezenas de viagens. Jamais esquecerei seu companheirismo. Obrigado.

Aos ex-alunos do curso de Geografia da Unicentro, campus de Irati: Cláudio Antonio Kozechen, Leandro Lemos de Jesus, Miguel Angelo Basso, João Paulo Loss, e, aos ainda alunos: Cristhian Gabriel dos Santos, Felipe Rafael Homiak, Mauro Carvalho Rangel Affonso, Sebastião Chepluki, Hélio Helder Lenartovicz, Luiz Fernando Kopczynski, Everson Adriel Rebinski e Jainy Bobato, pela ajuda nos trabalhos de campo nos municípios da microrregião geográfica de Prudentópolis - PR. Esta tese não seria possível de ser finalizada sem a preciosa contribuição de vocês. Vocês estão guardados em meu coração.

A minha colega historiadora do vizinho Município de Ivaí-PR, Lucimara Koss, pelas dicas e ajuda em trabalhos de campo. Obrigado por participar desta etapa de minha formação.

Ao Lucas Cavagnari Manosso, um jovem dinâmico e cheio do desejo de auxiliar o próximo que me recebeu no município de Ipiranga-PR, e assim, contribuiu no levantamento de dados em campo.

Aos amigos João Paulo Ferreira de Lima e Wellington Gatto, ambos imbituvenses, que, não mediram esforços para auxiliar nos trabalhos de campo. O fusquinha vermelho cheio de marmitas contendo em cada uma delas as cinco toras de linguiça e os cinco pedaços de carne (exigência do João Paulo, vulgo, Pelé) percorreu centenas de Km de estradas rurais carregando o time de pesquisadores. O aprendizado foi grande. Obrigado a todos por terem circulado comigo nos sete municípios da Microrregião Geográfica de Prudentópolis. As gritarias nas estradas esburacadas ficaram registradas em minha memória.



Ao Professor Mario Umberto Menon do Departamento de Matemática da Unicentro, Irati, por ter auxiliado na metodologia que resultou na quantidade de amostras de questionários para serem aplicados nos municípios da microrregião.

Ao meu Professor Orientador da época de Graduação, Dr. Roberto França da Silva Júnior, que, no segundo semestre do ano de 2006 chegou até mim e me incentivou a estudar mais e mais dizendo: “você vai fazer Doutorado, pois, você tem potencial”. As palavras de incentivo e o rigor, a cobrança nos trabalhos de pesquisa estabeleceram as bases para que eu avançasse na trajetória acadêmica. Obrigado Professor! Certamente contribuiu para meu crescimento no conhecimento acadêmico/científico.

Ao Professor Orientador de Mestrado, Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, um ser humano fantástico, portador de um conhecimento holista. O professor Cunha é um intelectual detentor de grande humildade e desejo de contribuir para com uma formação pautada em valores éticos. Obrigado pelas importantes contribuições no decorrer desta tese, pois, o Senhor foi um co-orientador.

Aos fumicultores dos sete municípios da Microrregião que me receberam para a pesquisa. Muitos deixavam a árdua atividade que estavam desenvolvendo para conversar e responder a pesquisa. O aprendizado foi imenso ao conhecer de perto a realidade do dia a dia dos plantadores de fumo da Região. A recepção foi maravilhosa nos sete municípios. A humildade dos produtores, a esperança de melhoras no ramo ao responder a pesquisa emocionava o pesquisador. Chimarrão, suco, água eram oferecidos durante as conversas. O sentimento de gratidão toma conta neste momento em que escrevo estas linhas, pois, os fumicultores foram muito importantes para as constatações desta tese. Vou carregá-los em meu pensamento, uma vez que, a realidade de vocês que ainda continuam cultivando fumo, fez parte da minha até poucos anos atrás, pois, fui fumicultor até os meus 22 anos de idade. Com todo carinho e gratidão: obrigado fumicultores.

Aos Professores colegas do Departamento de Geografia da Unicentro, campus de Irati pelo apoio e incentivo: Alides Baptista Chimin Junior, Andreza Rocha de Freitas, Daniel Luiz Stefenon, Fernanda Keiko Ikuta, Gabriela Marques Pinheiro, João Anésio Berdnarz, Julio Manoel França da Silva, Karla Rosário Brumes, Luiz Carlos Basso, Marcelo Barreto, Valdemir Antoneli, Wanda Terezinha Pacheco dos Santos, Fernando Fernandes, Nair Fernanda Mochiutti.

De forma especial, meu muito obrigado aos professores Andreza Rocha de Freitas, Karla Rosário Brumes, Wanda Terezinha Pacheco dos Santos, Luiz Carlos Basso e Valdemir Antoneli, que foram meus Mestres ainda no período de graduação. Vocês tem parte nesta trajetória.

Aos Professores que participaram da Banca de Qualificação, sendo eles: Dra. Márcia da Silva da Unicentro de Guarapuava, Dr. Adilar Antonio Cigolini da UFPR, e, ao corpo Docente do Programa pelo precioso conhecimento compartilhado no decorrer das disciplinas que foram cursadas.

Aos Professores que participaram da Banca de Defesa, sendo eles: Dra. Márcia da Silva da Unicentro de Guarapuava, Dr. Adilar Antonio Cigolini da UFPR, Dr. Francisco de Assis Mendonça da UFPR e o Orientador Dr. Nilson Cesar Fraga.

Ao amigo José Claudinei Zampier, Professor de Língua Portuguesa e filósofo, pelas sugestões/correções de ortografia. Mesmo atarefado, nunca deixou de me auxiliar.

A todos que de forma direta ou indireta deram contribuições, resultando neste trabalho de pesquisa.

*Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois **a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social** (SANTOS, 1977, p. 81, grifo nosso).*

## RESUMO

O processo de formação socioespacial no Brasil proporcionou o cultivo de fumo (tabaco) e a sua expansão pelo Território Nacional. Na microrregião geográfica de Prudentópolis, localizada no Estado do Paraná, a produção fumageira está territorializada, sobretudo, nas pequenas propriedades rurais nas quais os agricultores dispõem de pouca quantidade de terras aptas para plantio de cultivares agrícolas. A estrutura fundiária; a presença de uma população que descende de imigrantes de várias nacionalidades que vieram para colonizar a região com o propósito de garantirem a integridade do território; os descendentes de caboclos destituídos da posse das terras; as condições do clima; a carência de políticas públicas, enfim, todas estas características aliadas à prática da territorialidade empreendidas pelas empresas fumageiras, permitiram a territorialização do fumo nos municípios da microrregião. Já o Governo, em suas três escalas de atuação (Federal, Estadual, Municipal), tem estado “ausente conscientemente”, e, assim, as políticas públicas alternativas ao tabaco, timidamente estão sendo proporcionadas para milhares de famílias que, sem opção, aderem aos propósitos das empresas do ramo fumageiro que agem eficientemente superando as ações alternativas empreendidas pelo Estado. Ressalta-se que a realidade dos produtores de fumo dos municípios que compõem a microrregião em estudo, será apresentada a partir dos dados obtidos de 363 questionários aplicados com produtores da planta fumígena. Também, serão discutidos os projetos de políticas públicas alternativas ao fumo. O entendimento dar-se-á por meio de entrevista e aplicação de questionário com os três Senadores do Paraná em exercício no ano de 2016; a Assessora da Presidente da República; a Assessora no Senado Federal da Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de apoio ao Governo; o Secretário Geral da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal; o Secretário da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná; os Prefeitos e Secretários de agricultura dos municípios da microrregião; pesquisas nos bancos de dados de projetos do Legislativo dos três entes da Federação. Elucida-se que o método que serviu de suporte para a realização da tese foi o hipotético-indutivo.

Palavras-chave: Formação socioespacial. Tabaco. Fumicultura. Monopolização do Território. Processo histórico-geográfico.



## ABSTRACT

The socio-spatial formation in Brazil provided the farming of tobacco and its expansion through National Territory. In the geographical microregion of Prudentópolis, located at the State of Paraná, the tobacco production is territorialized, mainly, in the small rural properties in which farmers afford small quantities of land suitable for farming. The land structure; the presence of a population that descends from immigrants from various nationalities which came to colonize the region in order to guarantee the integrity of the territory; the caboclo descendants evicted of land possession; the weather conditions; public policies shortage, finally, all these characteristics allied to the territoriality policy engaged by tobacco companies, allowed the territorialization of tobacco in the counties of the microregion. The Government, in its three scales of acting (Federal, State and Municipal), has been “consciously absent”, and, thus, the public policies alternative to tobacco, are shyly being presented for thousands of people that, without any other option, adhere to tobacco companies purposes, that efficiently act bypassing the alternative actions undertaken by the State. It stands out that the reality of the tobacco farmers of the counties that compose the microregion in study, will be presented from obtained data of 363 questionnaires applied with the tobacco plant farmers. Also, the projects of public policy alternative to tobacco will be discussed. The understanding will be given through interview and the application of questionnaires to the three Senators of Paraná State in elective office in 2016; the advisor of the President of the Republic; advisor at the Federal Senate of Leadership from the Worker’s Party and of the Government Support Block; the General Secretary from the Special Family Farming and Agrarian Federal Government Development; The Secretary of the Farming and Supplying Office of Paraná State; the Prefects and Secretaries of agriculture from the microregion counties; researches in the legislative projects data bank from the three entities of the Federation. It is clarified that the method that supported the realization of the thesis was the hypothetical-inductive one.

Key-words: Sociospacial Formation. Tobacco. Tobacco Farming. Monopolization of the Territory. Historical-geographical Process.

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1-	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRUDENTÓPOLIS-PR.....	28
MAPA 2-	MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRUDENTÓPOLIS-PR.....	151

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL (ESPAÇO GEOGRÁFICO) NA PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS.....	45
FIGURA 2-	COLONIZAÇÃO DO BRASIL PELO ATLÂNTICO.....	52
FIGURA 3-	PRESENÇA INDÍGENA NA COSTA BRASILEIRA.....	53
FIGURA 4-	POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO.....	54
FIGURA 5-	ELEVAÇÃO DA CRUZ EM PORTO SEGURO – PEDRO PERES...	57
FIGURA 6-	CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.....	59
FIGURA 7-	BANDEIRANTES CAÇANDO INDÍGENAS.....	69
FIGURA 8-	PERÍODO BANDEIRANTE NO BRASIL.....	69
FIGURA 9-	TROPEIRISMO NO SÉCULO XIX – ADRIEN TAUNAY.....	75
FIGURA 10-	GUERRA DO CONTESTADO-1912-1916.....	76
FIGURA 11-	LAVOURA DE FUMO.....	114
FIGURA 12-	CADEIA PRODUTIVA DO TABACO.....	120
FIGURA 13-	DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO SUL DO BRASIL.....	125
FIGURA 14-	SUL DO BRASIL: UNIDADES DE COMPRA E USINAS DE PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DE TABACO – 2006.....	131
FIGURA 15-	ÁREA DE FUMO EM HECTARE (ha) CULTIVADA NO ANO DE 2015 EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ.....	143
FIGURA 16-	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM DA MICRORREGIÃO, FUMO EM FRENTE A CASA.....	173
FIGURA 17-	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM DA MICRORREGIÃO, FUMO NA MARGEM DA ESTRADA.....	173
FIGURA 18-	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM DA MICRORREGIÃO, FUMO EM TERRENO ÍNGREME.....	174
FIGURA 19-	O PARADOXO DA PEQUENA VERSUS A GRANDE PROPRIEDADE.....	175
FIGURA 20-	PRODUTORES CLASSIFICANDO O FUMO SECO.....	180
FIGURA 21-	PRODUTOR EMBONECANDO FUMO SECO.....	180
FIGURA 22-	LENHA PREPARADA PARA O FORNO DA ESTUFA DE SECAGEM DO FUMO.....	182

FIGURA 23-	UTILIZAÇÃO DE LENHA NA SECAGEM DO FUMO NA ESTUFA.....	183
FIGURA 24-	A PAISAGEM INTERIORANA E SUAS VARIAÇÕES.....	184
FIGURA 25-	ESTUFA DE FUMO TRADICIONAL.....	186
FIGURA 26-	ESTUFA DE FUMO “MODERNA” .....	186
FIGURA 27-	ESTUFA DE FUMO DE CABINHO “TRADICIONAL” EM PRUDENTÓPOLIS-PR.....	187
FIGURA 28-	TERRITORIALIDADE MATERIAL DA EMPRESA SOUZA CRUZ.....	217
FIGURA 29-	A IDEALIDADE PRODUZIDA PELO SINDITABACO.....	219



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1-	IMIGRAÇÃO POR NACIONALIDADE (1872/2014) .....	79
TABELA 2-	TAMANHO DAS PROPRIEDADES (SAFRA 2013/2014) .....	121
TABELA 3-	FUMICULTURA NO PARANÁ SAFRA 2014/2015.....	152
TABELA 4-	IMBITUVA. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	155
TABELA 5-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR.....	156
TABELA 6-	GUAMIRANGA. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	158
TABELA 7-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA-PR.....	158
TABELA 8-	PRUDENTÓPOLIS. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	159
TABELA 9-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS-PR.....	160
TABELA 10-	IVAÍ. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	162
TABELA 11-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR.....	162
TABELA 12-	IPIRANGA. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	164
TABELA 13-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE	

	IPIRANGA-PR.....	164
TABELA 14-	TEIXEIRA SOARES. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	166
TABELA 15-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES-PR.....	167
TABELA 16-	FERNANDES PINHEIRO. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015.....	169
TABELA 17-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR.....	169

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	MODALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	110
QUADRO 2-	FASES DA POLÍTICA PÚBLICA.....	112
QUADRO 3-	PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM TONELADAS.....	117
QUADRO 4-	<i>RANKING</i> DOS PAÍSES QUE MAIS PRODUZEM TABACO.....	118
QUADRO 5-	DISTRIBUIÇÃO DA FUMICULTURA NO BRASIL POR REGIÃO PRODUTORA.....	119
QUADRO 6-	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	120
QUADRO 7-	DIAGNÓSTICO ECONÔMICO/ PROPRIEDADE FUMICULTORA SUL-BRASILEIRA (SAFRA: 2013/2014).....	122
QUADRO 8-	DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DAS PROPRIEDADES FUMICULTORAS.....	123
QUADRO 9-	PRINCIPAIS EMPRESAS FUMAGEIRAS ATUANTES NA REGIÃO SUL.....	133
QUADRO 10-	QUANTIDADE DE FUMO PRODUZIDA NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ.....	144
QUADRO 11-	MÉDIA DE VALOR DE UMA SAFRA DE FUMO.....	178
QUADRO 12-	MÉDIA DE VALOR <i>PER CAPTA</i> DE UMA SAFRA DE FUMO.....	178
QUADRO 13-	PREÇOS REFERENCIAIS DO TABACO-ANO 2017.....	179
QUADRO 14-	PROJETOS DE LEI NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO FEDERAL.....	190
QUADRO 15-	ENTREVISTA COM O SENHOR JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO GOVERNO FEDERAL.....	196
QUADRO 16-	TENTATIVAS DE ALTERNATIVAS NA PROPRIEDADE.....	198
QUADRO 17-	PROJETOS DE LEI NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ.....	200
QUADRO 18-	ENTREVISTA COM O SENHOR NORBERTO ORTIGARA, SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ.....	201

QUADRO 19-	PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES SOBRE A ESFERA POLÍTICA FEDERAL E ESTADUAL.....	204
QUADRO 20-	A ADESAO DOS PRODUTORES A UMA SÓLIDA POLÍTICA PÚBLICA ALTERNATIVA AO TABACO.....	206
QUADRO 21-	O CULTIVO DE HORTALIÇAS NA PROPRIEDADE RURAL.....	208
QUADRO 22-	IDENTIFICANDO ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO.....	209
QUADRO 23-	ALTERNATIVAS COMPLEMENTARES AO CULTIVO DE TABACO NA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS-PR.....	210
QUADRO 24-	A ELABORAÇÃO DE PROJETOS ALTERNATIVOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS-PR.....	211
QUADRO 25-	A BUSCA DOS PRODUTORES DE FUMO POR PROJETOS ALTERNATIVOS NA MICRORREGIÃO.....	212
QUADRO 26-	O ENTRELAÇAMENTO POLÍTICO EM BUSCA DE PROJETOS ALTERNATIVOS.....	213
QUADRO 27-	PROJETOS ALTERNATIVOS NA ESCALA POLÍTICA LOCAL.....	215
QUADRO 28-	O PENSAMENTO FUTURO DOS PRODUTORES DE FUMO.....	221



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	QUANTIDADE DE FUMO PRODUZIDA EM TONELADA NO SUL DO BRASIL.....	142
GRÁFICO 2-	PRODUÇÃO DE FUMO EM TONELADAS NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ.....	145
GRÁFICO 3-	PRODUÇÃO DE FUMO EM R\$ NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ.....	146
GRÁFICO 4-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS TOTAL NA MICRORREGIÃO.....	153
GRÁFICO 5-	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO.....	154
GRÁFICO 6-	ÁREAS COM LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO.....	172
GRÁFICO 7-	DIFICULDADES NO SETOR DA FUMICULTURA.....	177
GRÁFICO 8-	FUMICULTURA E SAÚDE.....	181
GRÁFICO 9-	AVALIAÇÃO DOS PRODUTORES SOBRE A EMPRESA INTEGRADORA.....	188
GRÁFICO 10-	CONHECIMENTOS DOS PRODUTORES SOBRE A CQCT.....	189
GRÁFICO 11-	PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES EM MOVIMENTOS SOCIAIS.....	195
GRÁFICO 12-	O PENSAR DOS PRODUTORES SOBRE A ATUAÇÃO DOS GOVERNANTES COM RELAÇÃO A FUMICULTURA.....	195
GRÁFICO 13-	CONHECIMENTO DOS PRODUTORES SOBRE ALTERNATIVAS.....	199
GRÁFICO 14-	O INTERESSE DOS PRODUTORES EM PROCURAR ALTERNATIVAS AO FUMO.....	205
GRÁFICO 15-	COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA.....	207
GRÁFICO 16-	PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES QUANTO À ESCALA POLÍTICA MUNICIPAL.....	214
GRÁFICO 17-	EMPRESAS FUMÍGERAS NA MICRORREGIÃO.....	218

GRÁFICO 18- REALIZAÇÃO PESSOAL DOS FUMICULTORES.....	220
GRÁFICO 19- ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES DE FUMO.....	222

## LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE 01-	Questionário aplicado com o Secretário da secretaria especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário...245
APÊNDICE 02-	Questionário aplicado com o Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná.....246
APÊNDICE 03-	Questionário aplicado com Prefeitos e Secretários de Agricultura dos Municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR..... 247
APÊNDICE 04-	Questionário aplicado com produtores de fumo nos Municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR.....248
APÊNDICE 05-	Medidas agrárias dos agricultores nos municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR.....251

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFUBRA	- Associação dos Fumicultores do Brasil
ATC	- Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda.
ATER	- Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural
ALEP	- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
BAT	- British American Tobacco
CAIs	- Complexos Agroindustriais
CQCT	- Convenção-Quadro para Controle do Tabaco
CTA	- Continental Tobaccos Alliance S.A.
CAF	- Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar
DESER	- Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
EMATER	- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FES	- Formação Econômica e Social
FETRAF	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETAEP	- Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Paraná
FAEP	- Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FNF	- Fundo Nacional da Fumicultura
ha	- hectares
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	- Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social
INTAB	- Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.
IFDM	- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
INCA	- Instituto Nacional do Câncer
JTI	- Japan Tobacco Internacional
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	- Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MT	- Monopolização do Território

OMS	- Organização Mundial de Saúde
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PL	- Projeto de Lei
PR	- Paraná
SEAD	- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SEAB	- Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SEAGRI	- Sistema Estadual de Agricultura
SINDITABACO	- Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SIDRA	- Sistema IBGE de Recuperação Automática
TC	- Territorialização do Capital
t	- toneladas
VBP	- Valor Bruto de Produção

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS.....</b>	<b>33</b>
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO I. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E COMPARTIMENTAÇÕES ESCALARES.....</b>	<b>36</b>
1.1	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: REFLEXÃO ONTOLÓGICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	37
1.1.1	A readequação da categoria socioespacial e sua aplicabilidade escalar ao território nacional.....	48
1.1.2	Formação socioespacial brasileira: processo histórico-geográfico.....	50
1.2	TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO NA DISCUSSÃO CONCEITUAL DA GEOGRAFIA BRASILEIRA MODERNA.....	81
1.3	A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL-TC E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO-MT COMO EXPRESSÕES DOMINANTES DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL.....	94
1.4	A TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÃO DO GOVERNO NAS ESCALAS ADMINISTRATIVAS.....	107
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO II. EXPANSÃO DO TERRITÓRIO DA FUMICULTURA NO BRASIL – O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO.....</b>	<b>113</b>
2.1	FUMICULTURA NO BRASIL – DA GÊNESE AOS DIAS ATUAIS.....	113
2.2	FUMICULTURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL.....	125
2.3	DIAGNÓSTICO DA FUMICULTURA NO BRASIL - CONVENÇÃO QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO-CQCT: DESAFIOS PARA O ESTADO BRASILEIRO.....	135
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO III. TERRITORIALIZAÇÃO DA FUMICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, O CASO DA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS: EMPRESAS FUMAGEIRAS, GOVERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS ALTERNATIVAS.....</b>	<b>141</b>
3.1	FUMICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ: REFLEXOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA.....	142
3.2	A FUMICULTURA NA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS-PR A PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E DE UMA TERRITORIALIZAÇÃO COOPTATIVA: CONSTATAÇÕES <i>IN LOCO</i> .....	150

3.3	A EXISTÊNCIA DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS AO CULTIVO DE FUMO NAS ESCALAS DE GOVERNO DO ESTADO BRASILEIRO.....	176
3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONVERSÃO PRODUTIVA: ALTERNATIVAS À FUMICULTURA NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO.....	205
3.5	TERRITORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO CAPITAL FUMAGEIRO NA ÁREA MICRORREGIONAL: PASSADO-PRESENTE-FUTURO.....	216
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>224</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>232</b>
	<b>APÊNDICE 1.</b> Questionário aplicado com o Secretário da secretaria especial de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário.....	245
	<b>APÊNDICE 2.</b> Questionário aplicado com o Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná.....	246
	<b>APÊNDICE 3.</b> Questionário aplicado com Prefeitos e Secretários de Agricultura dos Municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR.....	247
	<b>APÊNDICE 4.</b> Questionário aplicado com produtores de fumo nos Municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR.....	248
	<b>APÊNDICE 5.</b> Medidas agrárias dos agricultores nos municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR.....	251



## INTRODUÇÃO

Dados estatísticos disponibilizados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) evidenciam que, o Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo, e líder em exportações. No ano de 2013 o País exportou US\$ 3.272.138.126,00 (AFUBRA, 2015c).

A partir dos dados disponibilizados pela AFUBRA (2015d), cabe destacar que o setor fumageiro, levando em consideração todo o território do País, envolve mais de 2,2 milhões de pessoas em meio à totalidade da sua cadeia produtiva.

No que tange à espacialização do cultivo de fumo no território brasileiro, vê-se que a região Sul do País é a que concentra a maior parte de famílias produtoras, assim como, a área destinada para o cultivo da planta. Consequentemente, é o Sul o responsável por mais de 95% do fumo que é produzido no Brasil. O Estado do Rio Grande do Sul, seguido pelo de Santa Catarina, lideram a produção. No Paraná, apesar de ser menor, a produção também é significativa, pois, de acordo com dados do Portal do Tabaco (2015a), a cadeia produtiva dentro do Estado envolve cerca de 30 mil famílias.

Os números do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco-SindiTabaco (2015c), evidenciam que a safra 2013/2014, gerou uma produção de 735 mil toneladas de fumo no Sul do Brasil. Deste volume, 19% foi produzido no Estado do Paraná, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2015d), no ano de 2013, um total de 71.506 hectares<sup>1</sup> (ha) de terras foram cultivadas para o plantio do tabaco. O Estado do Paraná, com seus 399 municípios, possui uma área territorial de 199.880 km<sup>2</sup>, estando dividida geograficamente em 39 microrregiões<sup>2</sup>, que formam, por sua vez, dez mesorregiões<sup>3</sup> geográficas, sendo

---

<sup>1</sup> 1 hectare equivale a 10.000m<sup>2</sup>.

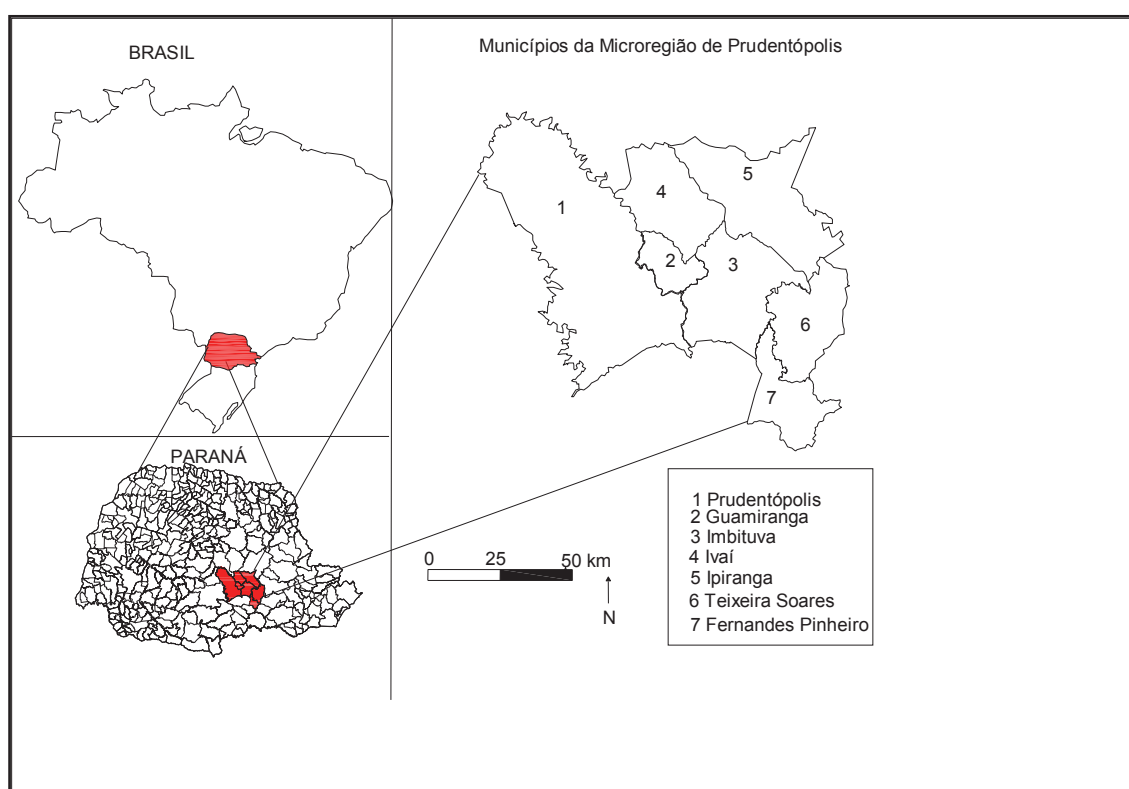
<sup>2</sup> Microrregião Geográfica é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. No entanto, são pouquíssimos os casos que levam em consideração a real proposta da definição estabelecida pela Constituição, fato que, consequentemente faz com que o recorte microrregional seja mais utilizado em função de seu uso prático pelo IBGE que, para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação brasileira em microrregiões (IPARDES, 2015b).

<sup>3</sup> Mesorregião Geográfica, é uma subdivisão dos estados brasileiros que, congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. O recorte mesorregional foi criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, e, é utilizado para fins estatísticos não constituindo, portanto, uma entidade política ou administrativa (IPARDES, 2015b).

elas: Noroeste, Centro-Occidental, Centro-Oriental, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana (IPARDES, 2015a).

Estando localizada na mesorregião Sudeste, a microrregião geográfica de Prudentópolis, que é o recorte espacial de análise da presente tese (MAPA 1), é composta pelos municípios de Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro (IPARDES, 2015a).

MAPA 1 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRUDENTÓPOLIS-PR



FONTE: O autor (2015).

Na referida microrregião, que possui uma área de 6.090,311 km<sup>2</sup> e uma população de 137.161 habitantes, os dados disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES (2015c) apontam que a atividade do tabaco possui grande importância para a geração de emprego e renda, garantindo a sobrevivência de centenas de famílias. Do total de 160.293 toneladas (t) de fumo produzidas no Estado no ano de 2013, cerca de 38.665 t, ou seja, 19%, foi produzida na microrregião de Prudentópolis.

Dados do censo agropecuário do ano de 2006, disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA (2015b), destacam que na microrregião

de Prudentópolis, um total de 4.925 estabelecimentos cultivavam o fumo no ano em que o levantamento censitário foi realizado.

Ao ter a dimensão da importância que a produção de fumo tem para a microrregião, sobretudo, para os pequenos produtores rurais, é de grande importância levar em consideração o fato da possível “decadência” da fumicultura, já que as pressões pela causa “anti-fumo” intensificaram-se no Brasil a partir da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco-CQCT.

A CQCT é o primeiro tratado internacional de saúde pública que foi negociado por 192 países durante quatro anos (1999 – 2003), e, que contou com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS). O tratado que visa restringir o plantio de fumo foi assinado pelo governo brasileiro no ano de 2005. Portanto, com a CQCT, é indispensável que medidas alternativas ao cultivo da planta sejam estabelecidas pelos incumbidos de gerir politicamente os territórios nos quais a fumicultura está presente.

A partir do contexto exposto, o problema de pesquisa da tese é: o poder público do âmbito Federal, Estadual e Municipal, vêm se mobilizando, por meio de políticas públicas, no sentido de possibilitar alternativas que garantam a sobrevivência das famílias que têm a atividade de cultivo e produção de tabaco como principal fonte de renda, visto que as “políticas” anti-tabaco estão sendo intensificadas?

Levando em consideração o problema acima, a presente tese é construída com o objetivo geral de compreender a relação da formação socioespacial brasileira com a territorialização da atividade fumageira na microrregião, bem como, a existência de projetos de políticas públicas alternativas ao cultivo do fumo nas esferas governamentais.

Desta forma, visando aprofundar o entendimento do recorte espacial de pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Abordar a proposta teórica de Milton Santos sobre a categoria socioespacial e sua aplicabilidade escalar no entendimento da formação do território brasileiro;
2. Compreender como a fumicultura se territorializou no decorrer do processo histórico-geográfico da formação socioespacial brasileira;

3. Realizar um levantamento sobre a atividade fumageira no Brasil (gênese, consolidação, quantidade de produção, empregos gerados e demais dados relevantes);
4. Identificar a importância que a atividade fumageira possui na região Sul do Brasil, bem como, no Estado do Paraná, enfocando o caso dos municípios da microrregião de Prudentópolis;
5. Identificar quais os fatores que levaram a microrregião de Prudentópolis a fazer da fumicultura sua base econômica;
6. Compreender se a CQCT está resultando em impactos sociais e econômicos para os pequenos produtores que sobrevivem com a renda proveniente do cultivo de tabaco;
7. Verificar se há projetos de Leis sendo direcionados para a reconversão produtiva do tabaco no território brasileiro, e, no caso específico, nos municípios da microrregião de Prudentópolis.

A problemática, e os objetivos da tese atreladas à observação, encaminharam para o estabelecimento das seguintes hipóteses:

1. A prática do cultivo de fumo nos municípios da microrregião é resultante do processo de formação socioespacial do País;
2. A fumicultura produz uma territorialização nos municípios amparada na fragilidade das políticas públicas governamentais;
3. Os produtores que cultivam o tabaco possuem receio de diversificarem a produção em suas propriedades, pelo fato de que, as tentativas de diversificação já empregadas, foram frustrantes quando implantadas;
4. O sistema de integração das empresas fumageiras junto aos produtores, geram uma territorialização cooptativa, e consequentemente, uma monopolização do território.

Visando o entendimento da problemática, estruturou-se a tese em três capítulos. O primeiro, intitula-se “Formação socioespacial e compartimentações escalares”. Ele percorre um caminho teórico/reflexivo na tentativa de esclarecer ao leitor a construção da teorização de Milton Santos acerca da formação socioespacial. As constatações feitas a partir da proposta teórica de Milton Santos, ao longo de sua vida, respaldam a compreensão do processo histórico-geográfico de

consolidação da fumicultura no Sul do Brasil, e, no caso específico, da microrregião geográfica de Prudentópolis.

Na primeira parte do capítulo, aborda-se a teorização miltoniana da formação socioespacial. Nela apresenta-se a análise que Milton Santos faz acerca da ontologia do espaço geográfico, considerado por ele, como o objeto da ciência geográfica. Esclarecido o pensamento ontológico em torno da formação socioespacial, os escritos a seguir, versam proporcionar a compreensão acerca da aplicabilidade escalar da categoria socioespacial para o território nacional. Aplicabilidade essa, feita pelo próprio Milton Santos, a partir da readequação que ele fez da teorização, que, num primeiro momento, foi construída, levando em consideração a ontologia do objeto da ciência geográfica.

Feito esse percurso reflexivo e explicativo, na sequência, apresenta-se o processo histórico-geográfico da formação socioespacial brasileira. A trajetória histórica e geográfica permite compreender, *a posteriori*, a relação dela, com o caso da territorialização da fumicultura no Sul do Brasil.

A formação socioespacial delineada no País, no decorrer do processo histórico-geográfico de construção, foi gerando compartimentações escalares sobre o seu território nacional. Assim, territórios em diversas escalas espaciais foram se configurando. Neste sentido, na segunda parte, a reflexão contempla a teorização acerca do conceito de território e suas variantes, ou seja, o processo de territorialidade e também de territorialização.

Na terceira parte, as análises centram-se sobre a Territorialização do Capital-TC e a Monopolização do Território-MT como expressões dominantes do capitalismo agrário no Brasil. Levando em consideração as compartimentações escalares que o processo de formação socioespacial produziu no País, e que também impactou na sua configuração agrária, os escritos abordam a questão do capital, que, amparado pelo processo de modernização da agricultura, e, conseqüente formação dos Complexos Agroindustriais-CAIs, territorializa-se no campo, monopolizando-o.

A quarta parte, intitulada de “A territorialização de políticas públicas: ação do governo nas escalas administrativas”, discute a importância das políticas públicas e sua territorialização nas diferentes escalas de governo. Os apontamentos realizados são elaborados com um cunho propositivo. Assim, apresentam importantes medidas

que devem ser consideradas quando se pensa em uma proposta de territorialização de uma determinada política pública.

O segundo capítulo, que tem por título “Expansão do território da fumicultura no Brasil – o processo histórico-geográfico” apresenta a territorialização da fumicultura como resultante de sua formação socioespacial. Num primeiro momento, pela via histórica e geográfica apresenta-se a inserção da Fumicultura no Brasil – da gênese aos dias atuais, e, em seguida, a territorialização da fumicultura na região Sul do Brasil. O capítulo é findado com um diagnóstico da fumicultura no País, abordando a Convenção Quadro para Controle do Tabaco-CQCT, bem como, os desafios para o Estado brasileiro. O terceiro, e, último capítulo, sob o título de “Territorialização da fumicultura no Estado do Paraná, o caso da microrregião de Prudentópolis: empresas fumageiras, governos e políticas públicas alternativas”, apresenta um panorama das realidades vividas pelos fumicultores, bem como, das ações governamentais que visam a territorialização de produções alternativas ao cultivo de fumo.

Primeiramente, a discussão centra-se sobre a Fumicultura no Estado do Paraná em meio ao contexto da formação socioespacial. Também é refletida a questão da territorialização cooptativa da fumicultura no âmbito escalar da microrregião geográfica de Prudentópolis. Assim, são abordadas as características da configuração fundiária, do solo, clima e relevo da microrregião, bem como, de fatores culturais que propiciaram haver uma expansão da fumicultura sobre a área microrregional.

Seguidamente, de posse dos dados obtidos pela via da pesquisa de campo, traz-se para o debate o que acreditam os produtores de fumo dos municípios da microrregião. As constatações *in loco* permitem identificar o poderio das empresas fumageiras e a força que elas exercem no imaginário dos produtores.

Na sequência, discute-se a existência de propostas alternativas ao cultivo de fumo nas escalas de governo do Estado brasileiro. Para tanto, traz-se para refletir os dados obtidos em pesquisa realizada na esfera do governo federal, estadual e municipal. Logo após, se discute a territorialidade das políticas públicas e do capital fumageiro na área microrregional, levando-se em consideração o passado-presente, entrevendo o futuro. Por fim, apresentam-se as considerações finais, sendo elas, de caráter propositivo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS

Como adverte Leite (2008), é importante destacar que, a ciência é um conjunto de conhecimentos específicos e sistematizados que possui métodos, técnicas e objetos próprios. Gil (1999, p. 26) também faz uma importante observação, segundo ele, “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação”. Desta forma, é preciso que o pesquisador defina o método científico a ser empregado, que de acordo com Gil (1999), é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. Ressalta-se que o método que conduz a construção desta tese, é o hipotético-indutivo.

Quanto aos procedimentos técnicos, empregou-se levantamentos bibliográficos que prezaram pelo estudo dos textos de autores especializados nos temas da pesquisa. Assim, utilizaram-se livros e artigos de periódicos científicos.

Os levantamentos bibliográficos permitiram a construção do arcabouço teórico/conceitual dos dois primeiros capítulos. Também fez-se um levantamento de dados em *sites* de Instituições de pesquisa, como, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Sindicato da Indústria do Tabaco da Região Sul do Brasil (SINDITABACO); Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As informações adquiridas a partir dos levantamentos, estas, foram trazidas para o texto em forma de tabelas, quadros, gráficos e imagens.

A observação participante (GIL, 1999), foi um importante recurso metodológico no processo de elaboração dos estudos, sendo, portanto, aplicada nas visitas feitas nos sete municípios da microrregião. A partir das observações prévias, empreendeu-se a construção dos capítulos da tese.

No mês de maio do ano de 2013, foi aplicado um questionário que conteve questões abertas, semi-abertas e fechadas, com os Prefeitos e Secretários de agricultura da gestão 2013/2016 dos 7 municípios que formam a microrregião geográfica de Prudentópolis, sendo eles: Prudentópolis, Guamiranga, Imbituva, Ivaí, Ipiranga, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro. Apenas a prefeitura de Guamiranga não retornou o questionário. Já as demais, responderam dando um satisfatório



retorno.

O questionário (NO APÊNDICE 03, p. 247) objetivou identificar o empenho do Poder Executivo, na escala municipal, em proporcionar projetos alternativos ao cultivo de fumo. Também, versou entender se o poder público municipal estava se entrelaçando com as demais esferas governamentais, a fim de fomentar alternativas.

Também foi realizada uma busca no *site* da Câmara dos Deputados, e no *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná-ALEP. A busca por projetos de políticas públicas alternativas ao fumo (Projetos de Lei-PL) foi feita levando em consideração o recorte temporal de 01 de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2016. Importante frisar que, o ano de 2005 foi decisivo para a ratificação da CQCT, por isso, optou-se pelo recorte.

A pesquisa dos PLs foi feita com os seguintes termos: tabaco, fumo, fumicultura, alternativa produtiva, reconversão produtiva. Quando um projeto aparecia com um dos termos, o mesmo era baixado e lido. Foram mais de 1.000 documentos analisados. Os PLs que versaram discutir alternativas ao fumo foram organizados num quadro, e, estão contidos no terceiro capítulo.

Ainda, no que concerne aos procedimentos técnicos, ressalta-se que no mês de novembro de 2015, foi feita uma pesquisa de campo em Brasília. Na capital Federal entrevistou-se a Dra. Enaile do Espírito Santo Iadanza, Assessora da Presidente da República, a senhora Dilma Vana Rousseff. A entrevista versou identificar a visão que o Governo Federal possuía da fumicultura no Sul do País. Na ocasião, também foi entrevistada a Antropóloga Marcia Anita Sprandel, assessora no Senado Federal da Liderança do Partido dos Trabalhadores-PT e do Bloco de apoio ao Governo.

Em busca de PLs alternativos ao tabaco no Estado do Paraná, foi realizada em novembro de 2015, entrevista com os três Senadores do Estado, sendo eles: Álvaro Dias, Roberto Requião e Gleisi Hoffmann. As falas dos Senadores foram transcritas e estão sendo apresentadas no terceiro capítulo.

No mês de fevereiro do ano 2017, foi realizada entrevista com o Secretário Geral, José Ricardo Ramos Roseno, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal (APÊNDICE 01, p. 245), e, também, com o Senhor Norberto Anacleto Ortigara, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (APÊNDICE 02, p. 246).

Cumprido esclarecer que, com o objetivo de compreender a realidade regional da fumicultura, aplicou-se nos meses de novembro, dezembro de 2016 e, janeiro e fevereiro de 2017, um total de 363 questionários, com amostras aleatórias distribuídas nos 7 municípios que compõem a microrregião geográfica de Prudentópolis-PR. Ao adentrar nos municípios procurou-se percorrer as suas diversas realidades. Para tanto, o pesquisador, percorria no território acompanhado de um produtor de fumo conhecedor da realidade local.

O questionário aplicado, conteve 18 questões que foram preparadas a partir de conversas realizadas previamente com alguns produtores, justamente com o objetivo de acertar a linguagem e o teor das perguntas. Montado o questionário, houve a necessidade de realizar testes visando torná-lo o mais claro possível. Após cinco testes, e ajustadas as questões, foi iniciado o trabalho de coleta dos dados. As questões foram preparadas, algumas abertas, outras semi-abertas, e também, algumas fechadas (VER QUESTIONÁRIO NO APÊNDICE 04, p. 248).

## **CAPÍTULO I. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E COMPARTIMENTAÇÕES ESCALARES**

*Certamente, a preocupação com o futuro não é monopólio do geógrafo, nem de nenhum outro profissional. Ela é uma questão fundamental da cidadania, destarte preocupação de qualquer cidadão (CUNHA, 1998, p. 92).*

Refletir o futuro da sociedade é uma questão de cidadania, logo, todos são convidados a lançarem discernimentos acerca dos rumos da existência humana no espaço geográfico. Como pensante da Ciência geográfica e propositor de ações na sociedade, penso que a visão prospectiva deve estar sempre presente nas reflexões e projetos daqueles que produzem esta Ciência. No entanto, a visão que considera o futuro não pode desconsiderar o passado, daí a necessidade de pensar o espaço geográfico, prezando pela sucessão das temporalidades que nele estão contidas.

Assim sendo, a perspectiva histórica e geográfica é necessária, e far-se-á presente nos escritos deste capítulo que objetiva proporcionar a compreensão da formação socioespacial, tendo em vista que o espaço geográfico é uma instância social que paulatinamente vai sendo compartimentado em diversas escalas, sendo, portanto, territorializado, regionalizado.

Visando proporcionar a compreensão dos temas propostos, o capítulo foi organizado da seguinte forma: num primeiro momento, abordar-se-á a concepção Miltoniana de Formação socioespacial. A partir da reflexão sobre a gênese da formação socioespacial, em seu sentido amplo dentro da epistemologia da ciência geográfica, direciona-se os escritos do capítulo para uma abordagem que reflete a formação socioespacial brasileira.

O processo histórico-geográfico da formação socioespacial do Brasil é refletido levando em consideração a teorização de Santos e Silveira ([2001] 2012). Isto, pelo fato de que eles (SANTOS E SILVEIRA) estabeleceram uma transposição da categoria de formação socioespacial abordada em Santos (1977), para o caso da formação do território usado (todo território) do Brasil no livro publicado no ano de 2001.

No processo de formação socioespacial, o País foi configurando especificidades territoriais, assim como, regionais, ocasionando desta forma, recortes e reconfigurações geográficas. Por este fato, os escritos do capítulo abordam, levando em consideração o entendimento de autores da Geografia

brasileira, os conceitos de território, territorialidade e territorialização. Em seguida, aborda-se o processo de Territorialização do Capital-TC e a Monopolização do Território-MT como expressões dominantes do capitalismo agrário brasileiro, e isto, a partir de elementos resultados do processo histórico-geográfico de formação socioespacial do País. Na sequência, discute-se a territorialização de políticas públicas por meio da ação do governo nas escalas administrativas.

### 1.1. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: REFLEXÃO ONTOLÓGICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Refletir a proposta miltoniana de formação socioespacial, epistemologicamente dentro da Geografia, assim como em um sentido escalar que preza por um recorte do todo, como, por exemplo, o Estado nacional brasileiro, impulsiona que o pesquisador não negligencie o debate reflexivo acerca dos elementos fundantes da proposta do autor. Nos escritos “sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, Santos (1977) inicia seu texto com a seguinte frase de Aristóteles: “O que não está em nenhum lugar não existe (SANTOS, 1977, p. 81)”. Percebe-se que Santos ao fazer esta menção, quer que o leitor reflita a importância do espaço no contexto de uma reflexão geográfica, pois, ele vinha percebendo que o papel do espaço em relação à sociedade estava sendo minimizado com frequência, pela Geografia.

Santos (1977) aponta que a ciência geográfica, que seria a “encarregada” de preocupar-se de forma mais consistente com a questão espacial, vinha minimizando a importância exercida por ele na relação com a sociedade, aponto de, em muitos momentos, os geógrafos entenderem o espaço como sendo um mero reflexo ou palco das ações humanas. Assim sendo, o autor elucida que dada a “negligência”, a “Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação (SANTOS, 1977, p. 81)”, e assim, confundindo seu objeto de estudo, ou seja, o espaço geográfico com uma análise da paisagem, deixando de lado o movimento constante da sociedade.

No que tange ao interesse da Geografia, Santos (1977, p. 81) percebia que “seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de aprender a

realidade se não se faz intervir a História”. Ainda nas palavras de Santos (1977, p. 81, grifo nosso):

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois **a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.**

Propondo não esquivar-se da questão espacial, Santos estabelece a proposta de abordar o espaço de acordo com uma concepção que abranja toda a problemática social. Para isto o autor apropriou-se da categoria formulada por Marx e Engels que é o da “Formação Econômica e Social-FES”, porém, Santos (1977) agrega a ela a dimensão espacial, fato este que não havia sido considerada ainda nas formulações de cunho marxista.

A reflexão, prezando pela categoria da FES, foi utilizada por Marx e Engels em suas obras clássicas. Marx ([1859] 2008) no livro “Contribuição à Crítica da Economia Política” permite-nos compreender que uma Formação Econômica e Social possui diferentes modos de produção, porém, existe um modo que domina ou que passa a dominar. De acordo com Sereni<sup>4</sup> ([1973] 2013) a noção de FES é esboçada já na obra “A Ideologia Alemã”, escrita por Marx e Engels em 1845/1846, porém, publicada apenas em 1932. De fato, constata-se nos escritos dos autores, que boa parte da abordagem do volume I do Livro “A Ideologia Alemã”, é dedicada a uma passagem através da história mundial, cuja periodização fundamenta-se sobre os diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de propriedade (MARX e ENGELS, [1932] 2005). Nas palavras de Sereni ([1973] 2013, p. 301) a periodização através da história mundial feitas por Marx e Engels tentam expor ao leitor “o modo de produção (*Weise der Produktion*) que caracteriza diferentes épocas”.

Mas, é na introdução do Livro “Contribuição à Crítica da Economia Política ([1859] 2008)”, que comparece pela primeira vez a expressão mais completa de “formação econômica da sociedade”. Para Marx ([1859] 2008, p. 48, grifo nosso):

---

<sup>4</sup> Emilio Sereni (1907-1977) deu grande contribuição ao pensamento de Milton Santos, principalmente, ao desenvolvimento conceitual da formação espacial. Os escritos deste texto de Sereni (1973) a que está se referindo nesta tese, serviram de embasamento para a proposta do Milton Santos no artigo intitulado de “sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, escrito no ano de 1977.

**Uma sociedade** jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da **formação da sociedade econômica**. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana.

A teorização marxista acerca da FES concebe a sociedade a partir de seu modo de produção, logo, compreendendo que os homens se caracterizam pela capacidade de produzirem suas formas de subsistência. Nesta concepção o modo de produção deve ser considerado como a forma em que ocorre a produção (como eles produzem) e o resultado da produção (o que eles produzem). É claro que esta compreensão está vinculada à matriz teórica do materialismo histórico e dialético, pois, a teorização de Marx levava em consideração as condições reais da materialidade (modo de produção) em um dado estágio de desenvolvimento social, sendo que estas condições expressas pelo modo de produção produziram uma “evolução” diferencial das sociedades (tribal; comunal/estatal-escravista; feudal; capitalista; socialista; comunista). Concebe-se que a teorização marxista não pode ser compreendida, se o pesquisador não realizar uma apurada reflexão acerca do caráter interpretativo e “propositivo” pela qual ela é constituída.

Percebe-se que a compreensão marxista de FES não contempla o viés de análise espacial, fato que impulsionou Milton Santos a retomar as reflexões a fim de fundamentar sua proposta. Enriquecendo a discussão Milton Santos acrescentou a dimensão espacial como um elemento de fundamental importância na construção epistemológica da FES, pois de acordo com Santos (1977), as relações entre uma FES e o espaço são inevitáveis, pois, os modos de produção escrevem a história no tempo, ao passo que as formações econômicas e sociais escrevem-se no espaço. Sendo assim, modo de produção, FES e espaço são interdependentes.

A proposta conceitual apresentada por Milton Santos no decorrer da década de 1970, se caracterizou como uma importante reformulação epistemológica que

proporcionou novos caminhos para a ciência geográfica. Nesse período de 1970 emergiu-se o movimento de renovação da Geografia, uma vez que esta ciência, como destaca Moraes (2007) necessitava buscar novos caminhos, novas abordagens e propostas, assim como novos métodos diante da sociedade que estava vivenciando profundas mudanças econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais. Moreira (2009, p. 47) esclarece que:

As décadas de 70-80 são atravessadas por um rol de temas cujo significado só com a sucessão dos anos foi se definindo. Por falta de uma clareza maior, designou-se de crise a esta conjuntura, termo indicativo de uma compreensão imprecisa mas igualmente anunciativo da percepção de que mudanças mais amplas estão por acontecer. A geografia, a exemplo de outros campos do saber, mostrou-se teoricamente desarmada para o desafio intelectual então posto, entrando numa fase de transformações críticas a que se dominou renovação da geografia brasileira.

Na década de 1970, grandes transformações ocorreram na escala mundial, repercutindo na produção do conhecimento científico, sobretudo, no das ciências sociais. Dentre os acontecimentos marcantes das décadas de 1950 a 1970 e que resultaram em transformações, teve a propagação das tensões ideológicas do confronto Leste-Oeste (USA x URSS), fato que permitiu a emergência da reflexão marxista no Ocidente, e, como bem destacam Dantas e Moraes (2008, p. 08) teve:

[...] as mudanças em países do Terceiro Mundo, via independência política de várias nações (descolonização), democratização e divulgação dos problemas socioambientais em conferências internacionais; e a crise do sistema de dominação ocidental que originou grandes transformações na organização do espaço internacional (triunfo da revolução comunista na China, regimes socialistas em alguns países africanos e revolução cubana). O quadro das relações internacionais, na década de 1970, evidenciou o agravamento das tensões sociais e da problemática ambiental, em uma tessitura em que o aumento dos níveis de desemprego se somou à precariedade e escassez de moradia, saúde e educação. O cenário de pobreza, mesclado por questões raciais, assumiu maior nitidez, ao mesmo tempo em que se fortaleceu a tese de que o subdesenvolvimento é uma consequência da dominação capitalista. Assim, procedeu-se ao reconhecimento das relações existentes entre o atraso econômico, a dependência e o intercâmbio internacional. Teve-se revelada a enorme distância entre os países desenvolvidos, ou seja, de capitalismo avançado, e os países subdesenvolvidos que viviam (e vivem) a dramática realidade da pobreza, da miséria, da degradação ambiental, da violência e do caos urbano.

Nesse contexto, as metodologias da Nova Geografia, com seus modelos normativos e teorias de desenvolvimento, pautados no crescimento econômico, não



deram mais conta de explicar as complexidades da sociedade. Dantas e Moraes (2008, p. 08-09) explicitam que:

Acusada de acrítica, ideológica e conservadora, a Geografia, sob o paradigma quantitativista, não conseguia dar conta de interpretar e explicar as transformações sócio-espaciais gestadas na esfera das sociedades capitalistas. Dessa forma, o reconhecimento da dramática realidade dos países e populações pobres, a partir de crescentes níveis de desigualdades socioeconômicas, e a insatisfação com os pressupostos teórico-metodológicos da Nova Geografia foram fundamentais para que prosperasse um processo de críticas radicais que levaram à emergência de outras correntes do pensamento geográfico, as quais, de diferentes maneiras, acentuaram a preocupação com o caráter social da Geografia.

A “crise” pela qual a Geografia estava passando impulsionou esta ciência, como elucida Moreira (2009), a lançar novas formas de olhar o real, e, estas vão aparecendo. Até por volta dos anos de 1970, a Geografia não se relacionava aos princípios básicos do método dialético. Mas, em meio às transformações que vinham ocorrendo, geógrafos como Pierre George, Yves Lacoste, Paul Claval, David Harvey, Milton Santos, passam a refletir a ciência geográfica, levando em consideração as lógicas do movimento, das contradições e da interação universal dos fenômenos no espaço geográfico<sup>5</sup>.

É nesse processo de “abertura” a novas formas de interpretar o espaço que Milton Santos propõe a categoria de formação socioespacial que nasceu como resultado da tentativa de superar a influência de um sistema filosófico idealista sobre a Geografia. O materialismo histórico, a dialética marxista reflete a realidade eliminando dela as características místicas, religiosas e de abstração, passando a empreender um entendimento científico das relações que ocorrem entre sociedade/natureza/produção.

---

<sup>5</sup> A primeira corrente de pensamento na Geografia (pensamento geográfico clássico ou tradicional) baseou-se nos preceitos positivistas surgindo a partir de 1870, período em que a Geografia tornou-se disciplina institucionalizada. A segunda corrente teve início a partir da década de 1950 (Geografia teórico-quantitativa) na qual fez uso dos preceitos do positivismo lógico ocasionando grandes modificações na ciência. Elaboraram-se modelos matemáticos e em meio a um empirismo mais abstrato, mais preocupado com os dados estatísticos, modelos e médias. A terceira corrente, em meio a um terreno fértil de transformações e tensões, foi da Geografia Crítica, firmada no materialismo histórico e dialético. Neste contexto também emergiu a Geografia Humanística e a Geografia Cultural, baseadas na fenomenologia e na percepção. (SPÓSITO, 2004).

Milton Santos não desconsiderou a categoria marxiana de FES, apenas agregou a ela o cunho geográfico inserindo a reflexão acerca do espaço, fato negligenciado até então. Santos (1977, p. 81-82) escreve:

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso.

O autor questionando a categoria marxiana indaga se “é possível falar de FES sem incluir a categoria espaço (SANTOS, 1977, p. 82)”. Assim, ele explicita claramente a necessidade de inserir o “concreto” (espaço) na abordagem. Com convicção, Santos (1977, p. 82, grifo nosso) ressalta:

Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e **Espacial** mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (FES), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma *segunda natureza*, como Marx a chamou.

Para Reis (2000, p. 64), é essencialmente dialética a forma como Milton Santos encaminhou sua proposição, pois ele:

(...) parte da constatação (tese) da ausência do espaço nas análises orientadas pela categoria FES. Ao explicitar, no desenvolvimento de sua proposta, que a categoria FES, por seus traços constitutivos, não pode prescindir da dimensão espacial (antítese), esse autor nega a ausência do espaço nas análises orientadas pela categoria FES e propõe, assim, uma (síntese): a formação socioespacial, ou, para abreviar, formação espacial.

Faz-se importante destacar que a categoria de formação socioespacial emprega ao espaço o *status* de *lôcus* que permite ocorrer a produção, pois segundo Santos (1977, p. 87) “Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”.

Chama atenção que a proposta miltoniana de formação socioespacial, num primeiro momento, dá-se num sentido mais epistemológico, pois preocupa-se, sobretudo, em refletir uma “ontologia” do espaço. Preocupa-se em definir com clareza aquilo que ele entende ser o objeto da Geografia. Sendo assim, a teorização

do autor, nos escritos “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, bem como nos escritos de “Por uma Geografia Nova”, não estabelece aplicações em recortes espaciais, muito pelo contrário, sua reflexão centra-se num viés de caracterização ontológica do conceito de espaço.

Nas duas obras acima destacadas, o autor teoriza a formação socioespacial no sentido de definir o conceito de espaço geográfico em sua totalidade, uma vez que ele, se concretiza a partir da relação do homem com a natureza. Santos (1977, p. 81) nos escritos do texto que o “consagra” como início da proposta socioespacial para a análise geográfica, expõe claramente que “[...] o papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia”. Percebe-se nitidamente que ele está preocupado em “esclarecer” a definição de espaço que se fazia confusa para muitos geógrafos. Esta necessidade de esclarecer a definição do objeto se completa no ano seguinte, 1978, no livro “Por uma Geografia Nova”, no qual o autor lança a compreensão acerca do espaço geográfico trazendo a reflexão socioespacial.

No livro constata-se que Santos ([1978] 2004) torna claro que o objeto da Geografia, o espaço geográfico, é um produto histórico socialmente produzido e transformado, logo, o mesmo necessita ser compreendido a partir da complexidade instaurada pelo processo de formação da sociedade, ou seja, da formação socioespacial.

Nas palavras de Santos ([1978] 2004, p. 150) “o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho”. Desta maneira, é a organização social, a sociedade, que ao articular-se de maneira organizada para suprir suas necessidades de sobrevivência, configura o espaço que interessa às reflexões daqueles que trabalham com a produção de uma ciência geográfica. Corroborar-se com Santos ([1978] 2004, p. 151) quando este aponta que “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social”, portanto, este é diferente das perspectivas de leituras espaciais dos astrônomos, biólogos, astrólogos, físicos, já que estes o compreendem a partir de definições particulares.

É preciso ter a clareza de que a Geografia concebe o espaço como uma instância social, *lócus* da vida e do trabalho (SANTOS, [1978] 2004). Espaço geográfico é espaço social, natureza socializada, e, isto nos encaminha a entender que ele está intimamente relacionado a um processo histórico, pois ele não é o espaço de todos os tempos, visto que constantemente é produzido e transformado,

comportando complexas reconfigurações de cunho político, social, econômico, cultural, ambiental. Portanto, ele é o testemunho de um momento de um modo de produção no mundo (SANTOS, [1978] 2004).

O autor acima destacado evidencia que:

A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne um homem social é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho. Esta fase da história não poderia realizar-se se não houvesse um mínimo de organização social e sem uma organização paralela do espaço (SANTOS, [1978] 2004, p. 201-202).

As reflexões de Santos apontam para o fato de ser o espaço geográfico um resultante da relação do homem estabelecida com a natureza a partir da produção “consciente”. Tal produção se dá através de uma intermediação que envolve o homem e a natureza por meio das técnicas e dos instrumentos de trabalho que vão sendo utilizados com o intento de concretizar atividades básicas para a sobrevivência e reprodução da vida. Para Santos ([1978] 2004, p. 2014):

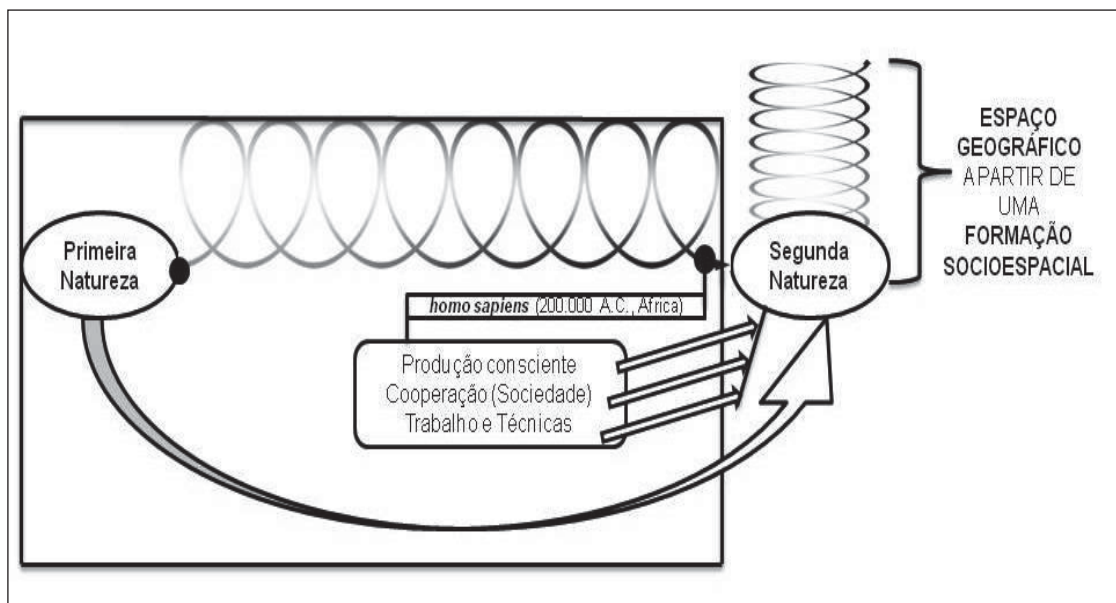
A natureza se transforma pela produção e não há produção sem instrumentos de trabalho. Desde o início dos tempos históricos, o homem produtor idealizava e construía os seus instrumentos de trabalho com suas próprias mãos; transportava-o, cada dia, de sua casa ao lugar de trabalho e utilizava-o como um prolongamento imediato do seu corpo; havia uma comunhão quase total entre o homem e os instrumentos que ele utilizava e manipulava na tarefa cotidiana de produzir. Era também assim que ele imprimia a sua marca sobre a natureza: transformando-a.

Santos ([1978] 2004) instiga a pensar que a partir do momento em que é estabelecido um processo de produção “planejado e consciente” por um determinado grupo de humanos, o espaço passa a ser também produzido. Neste sentido, o autor é categórico ao afirmar que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço (SANTOS, [1978] 2004, p. 202)”. Ainda nas palavras de Santos ([1978] 2004, p. 203, grifo nosso):

Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, (...). É por essa forma que **o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada.**

Percebe-se que Santos concebe o espaço geográfico a partir de um processo de intrínseca relação do elemento humano com a natureza que o envolve. A figura a seguir é um esquema explicativo da teorização de Santos ([1978] 2004) ao prezar pela reflexão socioespacial no sentido epistemológico do objeto da ciência geográfica.

FIGURA 1 – FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL (ESPAÇO GEOGRÁFICO) NA PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS



FONTE: O autor (2015).

O esquema explicativo destacado na figura, este necessita levar em consideração os escritos de Santos ([1978] 2004) que destaca uma periodização importante para a análise da produção do espaço a partir da ideia de formação “socioespacial”, pois segundo o autor:

[...] ao mesmo tempo em que o *homo faber* se transforma em *homo sapiens*, um valor particular é atribuído ao tempo e se impõe uma organização específica do espaço, isto é, um arranjo particular dos objetos através dos quais o homem transforma a natureza (SANTOS, [1978] 2004, p. 203).

Portanto, a ideia de uma natureza primeira, esta, na perspectiva do autor era hostil, selvagem, possuidora de uma dinâmica de mudança natural, não produzindo transformações “significativas” a si própria. Mas, a partir do momento em que o

*homo sapiens*<sup>6</sup>, com sua capacidade de inteligência, começa a estabelecer técnicas de intervenção na natureza de forma intencional, consciente, esta passa a ser produzida e transformada.

Quartim de Moraes (2005, p. 28) compreende que:

O *homo sapiens* tornou-se um produtor de formas ao inventar ferramentas que lhe permitiram ultrapassar a condição comum a todos os viventes (extrair imediatamente da natureza ambiente seus meios de subsistência), submetendo progressivamente a seus fins os meios e objetos sobre os quais incidia sua luta pela sobrevivência. O “salto qualitativo” das formas pré-humanas à forma humana do trabalho constitui o elo decisivo da hominização (...).

Como destaca o autor acima, a partir do *homo sapiens* houve uma “hominização”, uma apropriação produtiva da natureza, e, este fato que ocasionou transformações no curso “natural” da natureza ocorreu em meio à produção que passou a ser realizada sendo intermediada pelo trabalho e pelas técnicas inventadas. Para Santos ([1978] 2004, p. 202):

O homem começa a produzir quando, pela primeira vez, trabalha junto com outros homens em um regime de cooperação, isto é, em sociedade, a fim de alcançar os objetivos que haviam antecipadamente concebido, antes mesmo de começar a trabalhar. A produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido.

Os resultados da produção consciente imprimem transformações na Primeira Natureza passando a configurar uma Segunda, agora, já produzida, humanizada, e, que de forma constante e dinâmica sofrerá modificações ao longo dos tempos com diferentes intensidades. Aliás, é preciso destacar que a Primeira Natureza, assim como, a Segunda, ambas são portadoras de uma ordem espacial e temporal, pois diferentes contextos históricos-geográficos às perpassam ocasionando processos de organização diferenciados. Por isso, a (FIGURA 1) apresenta trajetórias em formato espiral. Este pensamento que leva em consideração o dinamismo da formação socioespacial, bem como, dos processos

---

<sup>6</sup> O *homo sapiens* (homem sábio, em Latim) surgiu há aproximadamente 200 a 150 mil anos atrás, no leste da África. O surgimento resultou de adaptações de um hominídeo ainda não confirmado ao meio ambiente em transição em que viviam. Esta é uma teoria amplamente aceita, porém, arqueólogos da Universidade de Tel Aviv publicaram em 2010 um estudo sugerindo que o *Homo Sapiens* surgiu na região chamada de Levante, no Oriente Médio, há cerca de 400 mil anos (FLINT, 2011).

anteriores a tal periodização, é corroborado com a compreensão feita por Santos ([1978] 2004, p. 203), pois para ele:

Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias a produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção.

Observa-se que Milton está esclarecendo ao leitor os elementos que fundam o objeto da ciência geográfica, e, neste processo de apresentá-lo com clareza, o autor apropria-se do debate acerca da FES inserindo nela o objeto a que estava refletindo, ou seja, o espaço. Portanto, a proposta de formação socioespacial foi aplicada pelo autor em meio à reflexão ontológica do espaço geográfico, tratando-os como sinônimos. Moreira (1982, p. 15) apresenta uma clara compreensão acerca da relação que Milton fez do espaço geográfico com a FES, assim:

O processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico-social. Por isso, tem por estrutura e leis de movimentos a própria estrutura e leis de movimentos da formação econômico-social. Podemos, com isso, doravante designar o que até agora chamamos de organização do espaço por formação espacial, ou formação sócio-espacial, como propôs Milton Santos.

Como destacado em Santos (1977 e [1978] 2004), o geógrafo não pode negligenciar o papel do espaço em suas reflexões, assim, é importante compreender os elementos que o formam e que ao longo do tempo vão produzindo reconfigurações. Neste sentido compreende-se que a partir de uma formação que é socioespacial (2ª natureza), o espaço geográfico (todo) passa a ser particularizado, comportando desta maneira ao longo do tempo, diferentes formações de territórios e regiões. As compartimentações em diferentes escalas e com diferentes intensidades e temporalidades vão preenchendo o espaço geográfico de dinamismo num movimento constante.

Levando em consideração a formação socioespacial, as compartimentações no espaço são possíveis de serem compreendidas. Assim, territórios, regiões, refletem o processo histórico-geográfico das relações que configuram a matriz originária de suas consolidações, como encaminha a pensar Raffestin (1993) ao



evidenciar o papel do espaço como uma condição elementar para os demais processos.

No que diz respeito às compartimentações, compreende-se que a partir da formação socioespacial, estas ocorrem sendo resultado das necessidades próprias à produção, e, como destaca Santos ([1978] 2004) estas possuem um lugar próprio no tempo e no espaço, estabelecendo assim, uma ordem espaço-temporal.

#### 1.1.1. A readequação da categoria socioespacial e sua aplicabilidade escalar ao território nacional

A categoria de formação socioespacial, proposta por Milton Santos no contexto de renovação das teorias e metodologias da Ciência geográfica, foi estabelecida sendo aplicada, num primeiro momento, à reflexão em torno da formação do espaço geográfico. Como já evidenciado, a proposta, inicialmente, foi empregada com o intento de esclarecer os processos que caracterizam o objeto da Ciência geográfica, e, para isso o autor apropriou-se da teorização marxiana acrescentando a ela as especificidades do conhecimento geográfico.

Chama atenção que em Santos (1977 e [1978] 2004) não há fixação de critérios “escalares” para uma aplicabilidade da categoria, no entanto, se o leitor fizer uma análise minuciosa dos escritos, perceberá que Santos dá indícios de que a categoria se validaria em uma reflexão a considerar a totalidade espacial. Mas, no decorrer de sua trajetória acadêmica, Santos passa empreender revisões na categoria, sendo que no livro “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, publicado no ano em que falecera (2001), e que foi escrito com Maria Laura Silveira, os autores fazem uma revisão conceitual da categoria, assim, aperfeiçoando-a no sentido de trazer uma nova compreensão da totalidade socioespacial.

Como bem destaca Reis (2000) as reflexões acerca das necessidades de aperfeiçoamento decorrem das constantes e intensas contradições e conflitos do modo de produção capitalista. A evolução histórica da totalidade socioespacial acentua a necessidade de constante revisão e atualização da categoria de formação socioespacial. Acredita-se que Santos e Silveira perceberam esta necessidade, e assim, apresentaram com maior clareza a sua aplicação.



Milton Santos em sua trajetória intelectual tinha o espaço, o território, o território usado como o objeto de seu trabalho, e, ele tinha a clara dimensão em seus estudos da importância do uso da periodização. O autor concebia que as diferenciações, fossem elas de cunho econômicas, técnicas, culturais..., estas jamais poderiam ser desconsideradas, elas deveriam ser compreendidas no tempo e no espaço. Assim, este comprometimento o impulsiona a trazer para o território brasileiro em seu processo de constituição, a categoria de formação socioespacial. O autor realiza o imbricamento do teórico com o empírico, aplicando assim, a categoria para a temporalidade do processo de formação do território brasileiro. Neste sentido, ao realizarem essa transposição, Santos e Silveira demonstram a importância da empiricização do tempo no espaço.

Santos e Silveira ([2001] 2012, p. 19) iniciam os escritos do livro, evidenciando a compreensão que fazem do território. Para tanto, destacam que “o território é um *nome político* para o espaço de um *país*. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território”. A partir desta concepção Santos e Silveira ([2001] 2012, p. 20) esclarecem que “o que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E esse conceito, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território”.

Observa-se que Santos e Silveira relacionam o território usado como sendo sinônimo de espaço geográfico. Interessante lembrar, que quando Santos reflete a formação socioespacial nos anos de 1977 e 1978, ele tem por objetivo esclarecer a compreensão ontológica que faz do espaço geográfico, porém, sem estabelecer critérios de “recorte”. Agora (2001) junto a Maria Laura Silveira, o autor aplica a categoria socioespacial de um plano “teórico” trazendo a luz do território usado (Brasil), ou seja, para o “empírico”.

Segundo Santos e Silveira ([2001] 2012, p. 20-21, grifo nosso):

Na medida em que são representativas das épocas históricas, as técnicas, funcionando solidariamente em sistemas, apresentam-se assim como base para uma proposta de método. Esses sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação. Eles autorizam, **a cada momento histórico**, uma forma e uma distribuição do trabalho. Por isso a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes têm um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. **Por essa razão a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de**

**reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial.**

É possível perceber que a aplicação da categoria socioespacial para o âmbito do território nacional é feita pelos autores dado o fato de eles terem a clareza das distintas formas de apropriação, bem como, das temporalidades sobre o espaço na sua totalidade interpretativa. Em Santos ([1978] 2004) o autor reflete a formação socioespacial caracterizando o espaço geográfico (sem recorte) a partir do processo de transformação da natureza. Em Santos e Silveira [2001] 2012) o mesmo procedimento é estabelecido. Os autores trazem para o debate “a sucessão dos meios geográficos no Brasil”, para isso, eles destacam os meios naturais e sua utilização por grupos humanos, em seguida os sucessivos meios técnicos, e por fim, o meio técnico científico informacional. Esses contextos de interação do homem com a natureza é que são compreendidos como a complexa formação socioespacial brasileira, formação esta que possui uma temporalidade e uma espacialidade.

Santos e Silveira permitem compreender que o espaço geográfico se compõe com as diferentes temporalidades, assim, as transformações decorrentes da relação homem/natureza ocorrem a partir destes tempos distintos. Isso justifica o motivo pelo qual os autores aplicam a categoria socioespacial para o território usado (Brasil), ou espaço geográfico brasileiro.

Tendo a clareza da importância dessa categoria, bem como, da possibilidade de aplicação, far-se-á na sequência da tese, um estudo que permita compreender o processo histórico e geográfico da formação socioespacial brasileira.

#### 1.1.2. Formação socioespacial brasileira: processo histórico-geográfico

Como já evidenciado, reitera-se que, a visão que considera o futuro não pode desconsiderar o passado, daí a importância de se lançar reflexões sobre o Brasil considerando a complexidade histórica e geográfica de seu processo de construção, pois as diversas realidades de cunho social, econômica, política, cultural, ambiental que marcam territórios, regiões do País na atualidade, estas não podem ser compreendidas dissociadas de uma abordagem que preze pelos processos que ocorreram no tempo e no espaço do território nacional.

Santos e Silveira (2012) advertem que a história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de

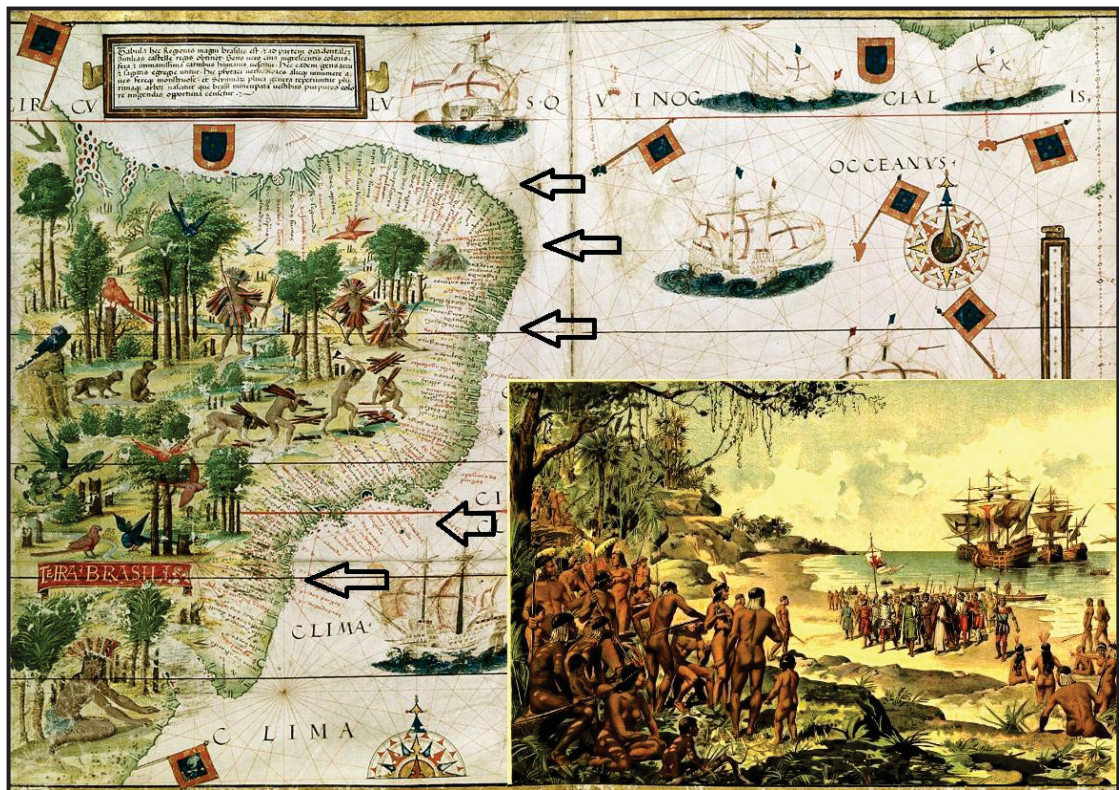
suas regiões. Segundo os autores, para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. Corroborando com os autores acerca da importância da periodização, procurar-se-á reconstruir o percurso da formação socioespacial do País, para assim, poder melhor compreender a realidade do momento atual.

Darcy Ribeiro ([1995] 2006) compreende que o Brasil e os brasileiros surgiram da confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 17) nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, “matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária”. É importante compreender que a vinda dos colonizadores portugueses para o Brasil se dá em meio ao processo de colonização do continente americano, a partir do século XVI.

A colonização do continente deu-se no contexto da expansão comercial europeia, bem como, do desenvolvimento do sistema de produção capitalista. A expansão comercial originou-se no século XI em meio ao renascimento do comércio e do crescimento urbano. Esse contexto do século XI possibilitou a transição do feudalismo para o capitalismo, que se consolidou definitivamente a partir de meados do século XVIII, com a Revolução Industrial. A transição do modo de produção feudal para o capitalismo implicou na passagem da economia “natural” que tinha como base a agricultura nos feudos, sendo que cada feudo produzia quase tudo o que necessitava, havendo desta forma, pouco comércio, para uma economia de mercado, de trocas, no qual o comércio desempenha papel decisivo.

As mudanças produtivas ocorridas nos séculos XV e XVI, o grande crescimento das cidades e das populações e a expansão comercial europeia, estimularam a haver procura por novos produtos que fossem possíveis de serem incrementados a atividade comercial. Com esta aspiração deu-se a expansão marítimo-comercial da Europa que resultou na colonização do continente americano, e, no caso, também do Brasil.

FIGURA 2 – COLONIZAÇÃO DO BRASIL PELO ATLÂNTICO



FONTE: IBGE (2014).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2016).

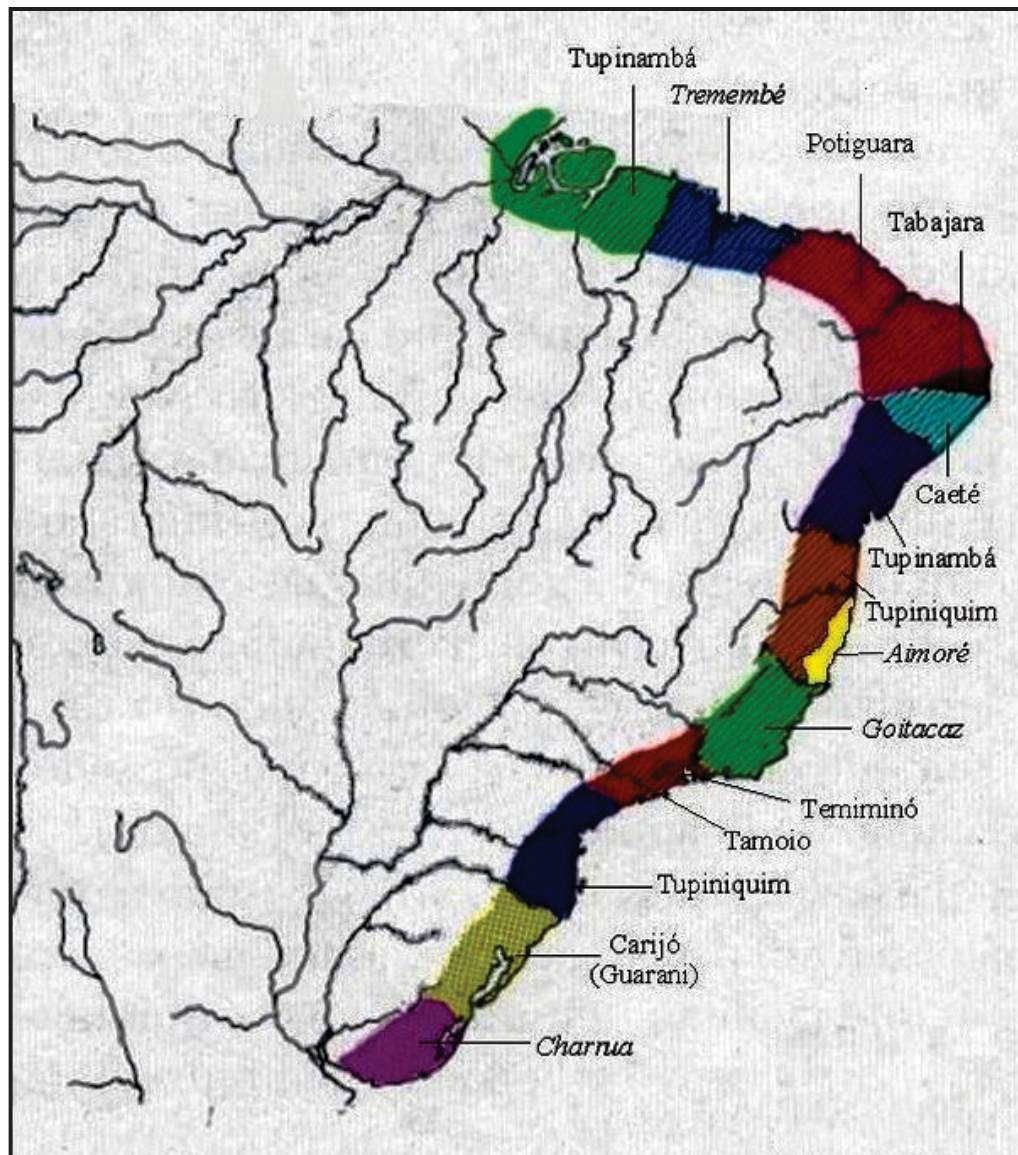
Segundo Ribeiro (2006, p. 26):

A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente. Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda a costa atlântica e pelo amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes.

A costa atlântica do Brasil era povoada por diversas tribos indígenas, principalmente tribos de Tronco Tupi. Somavam-se na costa cerca de 1 milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um, compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes.



FIGURA 3 – PRESENÇA INDÍGENA NA COSTA BRASILEIRA



FONTE: FAUSTO (2000).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2016).

FIGURA 4 – POVOS INDÍGENAS DO BRASIL NA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO



FONTE: FAUSTO (2000).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2016).

Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 28), na escala da evolução cultural, “os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo”. Santos e Silveira (2012) apontam que antes da chegada dos portugueses, durante milhares de anos habitaram nas vastas florestas do Brasil caçadores-coletores que num ritmo lento vão produzindo instrumentos de trabalho, assim domesticando plantas e animais. Segundo Santos e Silveira (2012, p. 29):

(...), esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica,



pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais. Todavia a natureza comandava, direta ou indiretamente, as ações humanas. A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta.

Os autores instigam a pensar que este era um período de acomodação e morosidade na relação com o meio circundante, pois, a relação estabelecida permitia que a floresta se regenerasse voltando a crescer, antes do plantio recomeçar no mesmo lugar. Além do povoamento dos tupis na faixa litorânea, Santos e Silveira (2012) destacam que a floresta amazônica era ainda povoada por outros grupos indígenas, como os: caraíbas, tucanos, aruaques e panos. Os autores evidenciam também que o grupo jê alcançava uma ampla área do cerrado, da caatinga e da área mais meridional da Mata Atlântica, enquanto o grupo cariri circunscrevia-se à caatinga. Nos campos do Sul, na atual vizinhança com o Uruguai, habitavam os charruas (SANTOS; SILVEIRA, 2012).

A forma de vivência lenta que obedecia a ritmos advindos da natureza exterior dos seres que a habitavam, passa a comportar novos ritmos com a chegada dos portugueses. Ribeiro (2006) explicita que a chegada do europeu mudou total e radicalmente o destino do povo que ali vivia. Para Ribeiro (2006, p. 26-27):

Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte.

A chegada do homem branco gerou um conflito no plano biótico, ecológico, econômico e social e no plano étnico-cultural. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 27):

No biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indenes. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros. No plano étnico cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas.

Os portugueses no processo de colonização trataram os donos da terra (índios) impondo-os a uma condição de exploração. Em troca pelo serviço, recebiam dos colonizadores bugigangas, adornos. Ribeiro (2006) encaminha entender que os colonizadores achavam ser uma raça superior, assim, tratavam os indígenas com descaso, impondo sua cultura e extraindo o trabalho deles. Chama atenção os escritos de Ribeiro (2006, p. 38) no qual destaca que:

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador - Maíra -, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. (...). Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. (...). Pouco mais tarde, essa visão idílica se dissipa. Nos anos seguintes, se anula e reverte-se no seu contrário: os índios começam a ver a hecatombe que caía sobre eles. Maíra, seu deus, estaria morto? Como explicar que seu povo predileto sofresse tamanhas provações? Tão espantosas e terríveis eram ela, que para muitos índios melhor fora morrer do que viver.

Tamanha foram as perversidades impostas sobre os indígenas. Estes, foram tratados como selvagens que deveriam ser civilizados a partir da conversão aos valores que o homem branco europeu possuía e assim trazia. Os indígenas cativos, fadados à tristeza, eram a alegria para os colonizadores, sobretudo as mulheres, de sexo bom de fornicar, de ventre fecundo para preñar (RIBEIRO, 2006). Importante lembrar que no contexto da colonização milhares de índios morreram dadas as enfermidades trazidas pelos portugueses que os contaminavam.

Chegado os colonizadores e passados alguns anos, estes acreditaram ser necessário trazer os índios para a fé cristã. Os colonizadores acreditavam que os indígenas eram governados pelo demônio e que seus comportamentos selvagens como a nudez, a poligamia, a antropofagia, entre outros, deveriam ser extintos. Para isso precisavam ser catequizados. Assim, em 1549, a mando do Rei Dom João III, os primeiros jesuítas desembarcaram no Brasil, liderados por Manuel da Nóbrega (sacerdote português). Os jesuítas faziam parte de uma ordem religiosa católica denominada Companhia de Jesus.



FIGURA 5 - ELEVAÇÃO DA CRUZ EM PORTO SEGURO – PEDRO PERES



FONTE: Museu Nacional de Belas Artes (2017a).

De acordo com Ribeiro (2006), tendo os jesuítas a missão de “converter” os indígenas ao cristianismo, promoveram a criação das missões, onde organizavam os índios num regime que mesclava religiosidade e trabalho. A Companhia de Jesus em pouco tempo acumulou muitos bens no Brasil e isso se deu devido à companhia receber apoio da Igreja, assim como, pelo fato dela utilizar a mão de obra indígena no desenvolvimento das atividades agrícolas. No entanto, em 1750, Portugal e Espanha selaram um acordo que dava direito de posse aos portugueses sobre o aldeamento jesuíta “Sete Povos das Missões”.

No acordo estabeleceu-se que os jesuítas teriam que entregar as terras à administração colonial portuguesa. Neste sentido, os indígenas teriam que ir embora, passando a pertencerem para o Vice-Reinado do Rio da Prata. Os indígenas resistiram, pois não queriam passar a integrar a força de trabalho comandada pela colonização espanhola. Também resistiram os jesuítas, pois não queriam perder as terras cultivadas. Este impasse resultou em conflito, mas, os espanhóis e os portugueses venceram. Diante do fato conflituoso o ministro português, Marquês de Pombal, decretou a saída dos jesuítas do Brasil.

Com a chegada dos colonizadores, nos primeiros trinta anos extraiu-se o pau-brasil nas regiões litorâneas. Tal empreendimento utilizava da exploração do trabalho dos índios, que em troca de alguns produtos derrubavam e armazenavam a madeira (RIBEIRO, 2006). A exploração dos índios pelos colonizadores é reforçada pela prática do “cunhadismo” que era uma organização baseada nas relações entre cunhados, pois para os tupis a organização política não se dava a partir da relação de poder entre pais e filhos, mas sim, a partir da relação de igualdade entre cunhados.

Desta maneira, os cunhados, em princípio pessoas de fora da família passavam a ser acolhidos como novos membros da família. Ribeiro (2006, p. 72) explica que “(...), aceitando a moça, o estranho passava a ter nela um *temericó* e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros”. Os tupis guaranis eram polígamos, para eles o homem podia se casar com várias mulheres. Também aceitavam o casamento de mulheres com vários homens, assim, surgiam famílias muito numerosas a partir dessa poligamia. Segundo Ribeiro (2006, p. 72-73):

A documentação espanhola, mais rica nisso, revela que em Assunção havia europeus com mais de 80 *temericó*. A importância era enorme e decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias. Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão de obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios, de caçar e amestrar papagaios e solns.

Franceses, espanhóis e holandeses que haviam entrado pela parte Norte do Brasil e que almejavam efetivar a colonização disputando o território com os portugueses, também estabeleceram a prática do cunhadismo. De acordo com Ribeiro (2006) para preservar os interesses, ameaçados pelo cunhadismo generalizado, a Coroa portuguesa pôs em execução, o regime das donatárias.

Entre os anos de 1534 e 1536, o rei de Portugal D. João III dividiu a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. As faixas de terras, conhecidas como Capitanias Hereditárias, foram entregues a pessoas que o rei confiava. Os que recebiam as terras eram chamados de donatários, e, estes tinham a função de colonizar, administrar, proteger e desenvolver a faixa concedida.

Os donatários também teriam a missão de combater os índios que tentassem resistir à ocupação do território. Em troca dos serviços, além das terras, os donatários recebiam determinadas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da terra, sendo que ela seria transmitida de forma hereditária, ou seja, passando de pai para filho. O Brasil, foi dividido em 15 capitanias, cada uma foi entregue a um capitão-donatário.

FIGURA 6 – CAPITANIAS HEREDITÁRIAS



FONTE: IBGE (2014).

Segundo Ribeiro (2006, p. 78):

O donatário era um grão-senhor investido de poderes feudais pelo rei para governar sua gleba de trinta léguas de cara. Com o poder político de fundar vilas, conceder sesmarias, licenciar artesãos e comerciantes, e o poder econômico de explorar diretamente ou através de intermediários suas terras e até com o direito de impor a pena capital.

Nesse regime em que os donatários passaram a extrair as riquezas das terras concedidas, os índios ao longo da costa atlântica realizavam um trabalho intenso, porém, como aponta Ribeiro (2006) várias dificuldades iam surgindo, e, o

fracasso passou a ocorrer devido à hostilidade dos índios, principalmente pelos que se estabeleceram nas áreas de aliados franceses, como Itamaracá e Ilhéus, onde o próprio donatário acabou sendo devorado.

Eram várias as dificuldades na administração das capitanias. Os ataques indígenas, distância de Portugal, a extensão territorial, a falta de recursos, tudo isso dificultou a implantação do sistema, exceto o caso das capitanias de São Vicente e Pernambuco. Assim, todas as demais fracassaram. O sistema das Capitanias Hereditárias produziu marcas profundas no que diz respeito à divisão de terras no Brasil, pois a distribuição desigual resultou nos latifúndios, ocasionando expressivas desigualdades no campo, e, tal fato tem resquícios até os dias atuais.

Aponta-se que diante do fracasso do regime dos donatários, em 1549, o rei de Portugal criou um novo sistema administrativo para o Brasil, sendo, o “Governo Geral”. Neste novo sistema houve uma centralização maior, pois cabia ao governador geral às funções antes atribuídas aos donatários. No pensar de Santos e Silveira (2012, p. 32) com o Governo Geral:

A máquina de estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da igreja, unificar a língua. A unidade política e linguística se dava ao mesmo tempo que as diversas regiões, produzindo para o mercado externo, a estes se ligavam praticamente sem intermediários, de modo que sua evolução espacial e econômica era ditada por relações quase diretas. Daí a imagem de um vasto arquipélago formado, na verdade, por um conjunto de “penínsulas” da Europa.

O governador, nomeado pelo rei, deveria tomar medidas em favor da criação de vilas, da exploração econômica das terras e do combate aos piratas e contrabandistas que ameaçavam o território. Segundo Ribeiro (2006, p. 79, grifo nosso), Tomé de Souza:

O primeiro governador chega ao Brasil em 1549, em três naus, duas caravelas e um bergantim. Traziam funcionários civis e militares, soldados e artesãos. Mais de mil pessoas ao todo, **principalmente degredados**. Com ele vieram novos colonos, bem como os primeiros jesuítas.

O governo instalou-se na Bahia e construiu a cidade com a gente que trouxe e com o apoio dos índios e mamelucos da Caramuru. Dessa maneira, dava-se início a um dos mais longos períodos da história brasileira. Ao longo de quatro séculos, os portugueses empreenderam negócios rentáveis à custa de uma estrutura



administrativa centralizada e voltada para os exclusivos interesses da metrópole. Muitas das feições sociais, políticas, econômicas e culturais assumidas pelo Brasil, são fruto desse longo período histórico.

No contexto da implantação do Governo Geral, os indígenas já haviam sofrido um amplo processo de “despovoação”, milhares deles haviam sido mortos dadas as políticas de colonização empreendidas pelos povos europeus, e, os que sobreviveram já estavam saciados dos artigos, das bugigangas recebidas do homem branco em troca de seus serviços. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 82):

Por longo tempo foi fácil aliciar índios para esses imensos esforços, tal era a atração das ferramentas e bugigangas. Com os anos, surgiram dificuldades, porque os índios queriam melhor retribuição por seus serviços, seja porque os paus-de-tinta ficavam cada vez mais escassos e longínquos; seja porque as roças que abriam para os brancos em troca do escambo tinham que ser cada vez maiores, dado o aumento crescente do número deles; seja porque os índios estavam saciados dos artigos que os brancos lhes davam.

Com essa complexidade produzida pelo processo de colonização, a escravidão passou a concretizar-se como única forma de mão de obra, pois, não sendo suficiente o trabalho desempenhado pelos indígenas para suprir os interesses dos colonizadores, fez-se necessário trazer milhares de escravos africanos. A escravidão indígena predominou no primeiro século da colonização (XVI), no entanto, somente no século XVII é que a escravidão negra (africana) viria a sobrepujá-la. Mas, como evidencia Ribeiro (2006, p. 88):

Ainda assim, subsistiu nas áreas pioneiras como estoque de escravos baratos utilizáveis para funções auxiliares. Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão de obra indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas, por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas.

Se nos primórdios da colonização, a atividade econômica de extração da madeira realizada pelos índios foi predominante, com as modificações ocorridas, a vinda dos escravos africanos passa a assegurar a produção de açúcar em algumas das áreas onde a madeira havia sido extraída. É importante refletir que concomitante as mudanças econômicas que o processo de colonização foi gerando, às mudanças sociais também foram ocorrendo, pois, o cruzamento de diferentes indígenas com

povos portugueses, espanhóis, africanos, e nos séculos XIX e XX com italianos, alemães, japoneses..., produziram uma rica e complexa diversidade cultural no País, sendo de acordo com Ribeiro (2006, p. 246-247, grifo nosso), os brasis, representados pela:

**Cultura crioula**, que se desenvolveu nas comunidades da faixa de terras frescas e férteis do Nordeste, tendo como instituição coordenadora fundamental o engenho açucareiro. Pela **cultura caipira**, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização. Pela **cultura sertaneja**, que se funde e difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro Oeste. Pela **cultura cabocla** das populações da Amazônia, engajadas na coleta de drogas da mata, principalmente nos seringais. Pela **cultura gaúcha** do pastoreio nas campinas do Sul e suas duas variantes, a matuta açoriana (muito parecida com a caipira) e a gringo caipira das áreas colonizadas por imigrantes, predominantemente alemães e italianos.

As diversidades culturais, que vão sendo construídas no território, se entrelaçam com as formas produtivas que vão sendo realizadas, a fim de suprirem as necessidades e interesses dos colonizadores, sobretudo, dos portugueses, gerando desta maneira, formações<sup>7</sup> que permitem serem distinguidas por suas características e especificidades.

O Brasil Crioulo refletido por Ribeiro (2006) dá-se pela configuração histórico-cultural resultante da implantação da economia açucareira e de seus complementos e anexos na faixa litorânea do Nordeste, que vai do Rio Grande do Norte até à Bahia. Nesse contexto nasceu nos engenhos nordestinos, o sistema baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo exercido pelos negros e mulatos. Segundo Ribeiro (2006, p. 251, grifo nosso):

Entre seus complementos se conta a fabricação de aguardente e de rapadura, que era a produção principal dos engenhos, destinada ao mercado interno. **Entre os seus anexos, destacam-se as lavouras comerciais de tabaco e a fabricação de fumo, a que se dedicavam pequenos produtores sem cabedal para montar um engenho, mas cujo valor de exportação chegaria a representar uma décima parte do valor da safra açucareira.** Muito mais tarde, outros produtos agrícolas de exportação, como o cacau, se somariam aos primeiros para permitir a extensão a outras regiões das formas de vida e de trabalho criadas ao redor do engenho canavieiro, ampliando desse modo a área cultural crioula.

---

<sup>7</sup> Os cinco brasis concebidos por Darcy Ribeiro (2006).

O ciclo da cana de açúcar inicia-se por volta do ano de 1520 e vai até meados do século XVIII. Ribeiro (2006) permite compreender que a produção de açúcar no período colonial fez uso de mão de obra escrava, de origem africana. Esta produção foi desenvolvida na prevalência dos latifúndios na região Nordeste do País, gerando assim, forte concentração de terra, e uma sociedade patriarcal, concentrando nas mãos dos senhores de engenho o poder econômico, político e social. Assim a sociedade comportava características estáticas e estratificadas, sendo dividida pela Aristocracia rural (senhores de engenho) e homens livres (artesãos, comerciantes, feitores, etc...) e escravos que eram a maioria da população.

No ciclo econômico da cana de açúcar o tráfico negreiro fez-se uma importante atividade lucrativa, tanto para os comerciantes, como para a coroa portuguesa. Para Ribeiro (2006, p. 268):

A açucarocracia só encontrou resistência efetiva e enfrentou oposição ativa por parte do negro escravo, que lutou por sua liberdade não apenas contra o amo mas contra toda a sociedade colonial, unida e coerente na defesa do sistema. Foi uma luta longa e terrível que se exprimiu de mil modos. Diariamente, pela resistência dentro do engenho, cujo funcionamento exigiu o pulso e o açoite do feitor para manter o ritmo de trabalho. Episodicamente, pela fuga de negros já conhecedores da terra para territórios ermos onde se acoitavam, formando quilombos<sup>8</sup>.

Na segunda metade do século XVII a economia açucareira começou a entrar em crise. Os holandeses que adentraram no Nordeste brasileiro foram expulsos pela coroa portuguesa, assim, foram embora para a região das Antilhas e lá passaram a produzir açúcar. Os holandeses se tornaram fortes concorrentes do Brasil, pois vendiam o açúcar mais barato na Europa. Conquistaram o mercado consumidor europeu, gerando no Brasil uma forte crise na economia açucareira. Por volta de 1750 a crise se acentuou ainda mais, pois, nesse período a economia brasileira voltou-se para o ouro explorado na região das Minas Gerais. Com a descoberta do ouro, a região Sudeste passou a atrair investimentos e a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Assim o Ciclo do Açúcar chegou ao fim.

---

<sup>8</sup> O mais célebre deles, Palmares, sobreviveu, combatendo sempre, por quase um século, reconstituindo-se depois de cada *razzia*. Ao final, concentrava cerca de 30 mil negros em diversas comunidades e dominava uma enorme área encravada na região mais rica da colônia, entre Pernambuco e a Bahia. Sua destruição exigiu armar um exército de 7 mil soldados, chefiados pelos mais experimentados homens de guerra de toda a colônia, principalmente paulistas (RIBEIRO, 2006, p. 268).

Destaca-se como aponta Ribeiro (2006), que, decorrente do cultivo do açúcar na faixa do litoral nordestino, emergiu-se o Brasil Sertanejo. Segundo o autor:

Para além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé, com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar, desdobraram-se as terras de uma outra área ecológica. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semiáridas das caatingas. Mais além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas (RIBEIRO, 2006, p. 306).

No agreste, nas caatingas e nos cerrados, uma economia pastoril associada à produção de açúcar desenvolveu-se, e esta fornecia carnes, couro e bois para o serviço. De acordo com Ribeiro (2006) foi sempre uma economia pobre e dependente que conformou um tipo particular de população, a sertaneja, sendo:

(...), marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (RIBEIRO, 2006, p. 307).

A expansão das pastagens do gado, instaurada no Brasil pelos portugueses abrigava certo contingente de mão de obra, o vaqueiro. O gado tinha que ser comprado, porém, as terras pertenciam à Coroa, para tanto, eram concedidas gratuitamente em regime de sesmarias aos que se fizessem merecedores do favor real. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 308):

Nos primeiros tempos, os próprios senhores de engenho da costa se faziam sesmeiros da orla do sertão, criando ali o gado que consumiam. Depois, essa se tornou uma atividade especializada de criadores, que formaram os maiores detentores de latifúndios no Brasil.

As famílias dos vaqueiros viviam a espera de um dia conseguirem terra e gado para criarem, enquanto esse dia não chegava praticavam uma agricultura para a subsistência. Segundo Ribeiro (2006, p. 309):

O criador e seus vaqueiros se relacionavam como um amo e seus servidores. Enquanto dono e senhor, o proprietário tinha autoridade indiscutida sobre os bens e, às vezes, pretendia tê-la também sobre as vidas e, frequentemente, sobre as mulheres que lhe apetecessem.



A população sertaneja era uma mescla de brancos com índios, e estes sertanejos na medida em que avançavam com o gado pelas terras do sertão conflitavam com tribos que ali viviam. No decorrer dessa expansão, todo o sertão, foi sendo ocupado e cortado por caminhos e estradas. Nas terras mais pobres onde o gado não podia crescer, dedicou-se estas para a criação de bodes, cujo couro era comercializado.

Ribeiro (2006) aponta que, os bodes tornaram-se mais tarde a única carne ao alcance dos vaqueiros. Com o aumento da população no sertão a atividade pastoril não mais conseguiu absorver tamanha mão de obra. Assim, muitos formaram grupos que adentraram na floresta amazônica a fim de explorar seringueiras e drogas da mata. Como salienta Ribeiro (2006), os sertões transformaram-se em criatório de gente que passaram a migrar para diversas regiões do País abastecendo-as com a mão de obra.

Outro fato marcante na formação socioespacial da região sertaneja foi o período de quase meio século de violência, especialmente no final da década de 1870, após a grande seca de 1877. O trabalho servil, o monopólio da terra e as heranças das capitanias hereditárias, sempre mantiveram o empobrecimento da população e impediram o seu desenvolvimento. Ribeiro (2006, p. 320) expõe que:

O sertanejo arcaico caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e a violência. E, ainda, pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro, como o culto da honra pessoal, o brio e a fidelidade a suas chefaturas. Esses traços peculiares ensejaram muitas vezes o desenvolvimento de formas anômicas de conduta que envolveram enormes multidões, criando problemas sociais da maior gravidade. Suas duas formas principais de expressão foram o cangaço e o fanatismo religioso, desencadeados ambos pelas condições de penúria que suporta o sertanejo, mas conformadas pelas singularidades do seu mundo cultural.

A atuação dos jagunços defendendo os interesses do patrão “coronel”, de sua família, de sua propriedade, assim como a ordem coronealista que gerava injustiças como: homicídios de familiares, violências sexuais, roubos de gado e de terra, tudo isso atrelado às questões das secas periódicas que geravam fome, impulsionou os sertanejos a fazerem justiça com as próprias mãos. Assim surgiu o cangaço, um fenômeno social possuidor de uma estratégia de defesa, mas que propagava a vingança e mais violência (RIBEIRO, 2006).

A atividade do pastoreio que foi adentrando pelo sertão nordestino foi espalhando e descendo para o Centro-Oeste brasileiro deparando-se mais tarde com a atividade do garimpo nas minas de ouro. Na medida em que os sertanejos passaram a não mais serem absorvidos como mão de obra nas fazendas do sertão, estes migraram para a região Norte entrando na vasta floresta amazônica a fim de extraírem seringa na mata. Ribeiro (2006) concebe esta ocupação denominando o surgimento de uma população cabocla devido à mistura de lusitanos, mestiços e índios.

Ribeiro (2006) esclarece que a entrada e exploração da floresta foram feitas por grandes empreendimentos, sendo protagonistas alguns lusitanos, muitos neobrasileiros mestiços, e, os indígenas utilizados como mão de obra escrava para todas as tarefas pesadas. Com o surgimento da demanda do mundo industrializado pela borracha, os empresários "seringalistas" estabeleceram na Amazônia um sistema de semi-escavidão. Eles obrigaram grande parte da população indígena de forma violenta a trabalhar para eles, transformando-os em "caboclos seringueiros". Os trabalhadores nordestinos, que vinham para a Amazônia buscando emprego, tornaram-se dependentes dos seringalistas sendo conhecidos como os "seringueiros nordestinos".

Algumas tribos indígenas ao perceberem o processo de escravização foram adentrando a mata visando protegerem-se. Os sertanejos que estavam sendo atraídos para a atividade de extração nos seringais, passaram a viver de forma precária na mata, pois como destaca Ribeiro (2006), a hostilidade do ambiente, o choque, os conflitos com indígenas, a escassez de mantimentos, os condicionavam a uma vida de adaptação e subsistência dentro da mata.

Os "donos", ou seja, os seringalistas passaram a impor um regime de dependência econômica aos caboclos, e, estes passam a extrair a matéria prima utilizada para a produção de borracha em troca de alimentos, mantimentos, não conseguindo quitar suas dívidas com os patrões, assim permanecendo na floresta adaptando-se. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 295):

(...), o que fazia os seringais atrativos era a propaganda oficial e toda uma rede de recrutamento mantida no sertão e nos portos, assim como a própria miserabilidade sertaneja, que não oferecia outra alternativa senão a aventura amazônica. Assim, depois de gastar a população indígena no vale, o extrativismo vegetal desgastou também enormes contingentes nordestinos, sobretudo sertanejos.

Porém, no ano de 1876 os ingleses descobriram o potencial econômico da borracha, assim, foram formados os seringais de cultivo na Malásia, e, a produção estrangeira superou a produção Brasileira. Segundo Ribeiro (2006) os seringueiros, sertanejos acaboclados passam a se integrarem na vida regional. Aprendem a caçar com arco e flecha, economizando assim a munição; a lavrar as terras com estacas de madeiras, por não terem enxadas; a pescar com arpão alimentando-se de comidas da mata.

Passados alguns anos, houve um segundo surto da borracha no Brasil, devido o aumento da demanda pelo produto no período da Segunda Guerra Mundial. A situação dos seringueiros novamente foi de exploração. Nas últimas décadas do século XIX chegaram os fazendeiros na Amazônia, expulsando os seringueiros, derrubando a floresta e gerando vários conflitos de terra. Diante disso, os seringueiros começaram a se unir em cooperativas e sindicatos. Disto, grandes lideranças surgiram, como Chico Mendes, assassinado em 1988 por fazendeiros grileiros de terras.

Concomitante ao Brasil crioulo, sertanejo e caboclo, o Brasil caipira se formava. Os bandeirantes paulistas, saindo da região Sudeste, avançavam as terras adentrando a região central do País, pois com o declínio da produção de açúcar iniciava-se o ciclo do ouro. As primeiras minas foram encontradas pelos bandeirantes no atual Estado de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O auge do ciclo do ouro no século XVIII gerou uma grande corrida em busca do metal precioso. Ribeiro (2006, p. 329) esclarece que:

Enquanto os núcleos açucareiros da costa nordestina cresciam e enriqueciam, a população paulista revolvía-se numa economia de pobreza. Não tendo grandes engenhos de açúcar, que eram a riqueza do tempo, tampouco tinham escravaria negra, e raramente um navio descia até o ancoradouro de São Vicente. Ao fim de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha.

O referido autor destaca a situação de pobreza dos núcleos paulistas. Até as pessoas consideradas mais importantes viviam em casebres de taipa, cobertos por palha. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 330):

Seus luxos em relação à vida tribal estavam no uso de roupas simples, do sal, do toucinho de porco e numa culinária mais fina; na posse de alguns instrumentos de metal e de armas de fogo; na candeia de óleo para alumiar,

nalguma guloseima, como a rapadura, e na pinga de cana que sempre destilou; além da atitude sempre arrogante. Cada família fiava e tecia de algodão grosseiro as redes de dormir e as roupas de uso diário – amplas ceroulas cobertas de um camisolão para os homens, blusas metidas em saias largas e compridas, para as mulheres. Todos andavam descalços ou usando simples chinelas ou alpercatas. Apenas cobriam o corpo que os índios antes deixavam à mostra, sem pudor mas com a faceirice das pinturas de urucum e jenipapo.

Devido à situação pobre, os paulistas se faziam aventureiros, disponíveis para qualquer tarefa e mais dispostos ao saque do que à produção. Para Ribeiro (2006, p. 331) “os núcleos paulistas, vinculados a uma economia mercantil externa e motivados por ambições de enriquecimento, não queriam existir apenas como os índios com os quais quase se confundiam”.

Os paulistas eram motivados pela ambição de enriquecer e pela vontade de participar da camada dominante da estrutura estamental da colônia, influenciando e mandando nos demais. Assim, os paulistas, a princípio, se fizeram "cativadores" de índios para utilizá-los nos trabalhos ou vendê-los para os engenhos do Nordeste.

Segundo Ribeiro (2006, p. 331):

Armados de uma tecnologia rudimentar, mas muito superior à tribal, amalgamada de elementos europeus e indígenas, seu destino era lançar-se sobre as gentes e sobre as coisas da terra, apresando e saqueando o que estivesse ao seu alcance, para assim afirmar-se socialmente.

Lançaram-se às missões para escravizarem índios já domesticados, e também para saquear objetos de valor e gado. Com essas características especializaram-se como homens de guerra.



FIGURA 7 – BANDEIRANTES CAÇANDO INDÍGENAS



FONTE: Debret (2016).

FIGURA 8 – PERÍODO BANDEIRANTE NO BRASIL



FONTE: Debret (2016).

Ribeiro (2006, p. 332) afirma que:

Missões inteiras, das mais ricas e populosas, como Guaíra (oeste paranaense), Itatim (sul do Mato Grosso) e Tapes (Rio Grande do Sul) foram assim destruídas pelos bandeirantes paulistas, que saquearam seus bens e escravizaram seus índios. É de supor que paulistas tenham vendido mais de 300 mil índios, principalmente missioneiros, aos senhores de engenho do Nordeste.

Muitos paulistas em meio às andanças acabaram por fixar moradia em regiões distintas, na qual passaram a criar gado e lavrar a terra estabelecendo uma relação com os índios capturados, de chefe, e, soldado. No entanto, como aponta Ribeiro (2006) a grande esperança do paulista era deparar-se com o ouro a prata e as pedras preciosas. Tal fato aconteceu, os bandeirantes paulistas encontraram as tão esperadas minas de ouro. Ribeiro (2006, p. 336) explicita que:

Tais foram as zonas de mineração descobertas pelos bandeirantes paulistas nas serrarias do interior do país ao alvorecer do século XVIII, em Minas Gerais (1698), depois em Mato Grosso (1719) e, mais tarde, em Goiás (1725). Desde as primeiras notícias dos descobrimentos auríferos, multidões ocorreram às áreas de mineração, vindas de todo o Brasil e, posteriormente, também de Portugal. Em poucos anos, aquelas regiões desertas transformaram-se na área mais densamente povoada das Américas, concentrando cerca de 300 mil habitantes por volta de 1750. Os ricos vinham com toda a sua escravaria, pleiteando grandes lavras; os remediados, com o que tinham, e os pobres, com uns poucos negros, com apenas um, ou com nenhum, mas também tentando a sorte. A transladação humana alcançou tal vulto que a Coroa viu-se na contingência de sofreá-la baixando sucessivamente atos para evitar o êxodo dos engenhos e das vilas das zonas de antiga ocupação.

Com a descoberta das minas, multidões vindas de todo o País e também de Portugal chegaram até elas. Os conflitos foram inevitáveis entre invasores e a Coroa. Assim, se formaram arraiais que transformaram-se em vilas como: Vila Rica, Cuiabá, Vila Bela, Goiás e outras. Nas minas e nas regiões diamantíferas a Coroa tinha o monopólio real decretado.

De acordo com Ribeiro (2006) os povoadores erguiam e abandonavam os ranchos na medida em que as lavras eram descobertas e se esgotavam. A sociedade mineira adquiriu feições peculiares com influências paulistas, europeias, escravas e de outros brasileiros de outras regiões. Cresceu a rede urbana, edifícios públicos, igrejas, povoados. Uma classe de ricos comerciantes, contadores, burocratas, fiscais foi se desenvolvendo, como também a literatura, a música e a política.

Servindo aos ricos estava o negro e o mulato, que trabalhavam nos serviços domésticos e braçais e os negros escravos trabalhadores das minas. Importante destacar que a comercialização do ouro ficou concentrada nas mãos dos grandes proprietários rurais e comerciantes. Quanto a Coroa Portuguesa, esta lucrava com a cobrança de taxas e impostos, ou seja, o explorador que encontrasse e extraísse o ouro, este deveria pagar o quinto à Coroa Portuguesa. Desta maneira, o imposto era cobrado pelas Casas de Fundição onde se derretia o metal transformando-o em barras. Ribeiro (2006, p. 340) acredita que:

A abertura das regiões mineradoras teve algumas consequências externas de importância capital, além das translações de população. Ensejou a transferência da capital colonial da Bahia para o porto do Rio de Janeiro – que era um arraial paupérrimo, como o velho São Vicente –, criando as bases para a implantação de grande centro administrativo e comercial na costa sul, em cujas imediações se desenvolveria um novo núcleo de economia agrária. Estimulou a expansão do pastoreio nordestino pelos campos são-franciscanos e do Centro-Oeste, assegurando-lhe um novo mercado consumidor, no momento em que decaía o nordestino. Finalmente, possibilitou, a ocupação da região sulina, conquistada pelos paulistas com a destruição das missões jesuíticas –, para o pastoreio de gado vacum, que se dispersara pelos campos, e, sobretudo, para a criação dos muars que abasteceriam os tropeiros, os quais faziam todo o transporte terrestre do Brasil colonial.

Com o esgotamento dos aluviões no final do século XVIII, a região entra em decadência submergindo numa economia de pobreza. Nesse contexto o artesanato e uma economia de subsistência passou a ser predominante. A presença de europeus e africanos integrados na sociedade mineira permitiu a exploração de algumas técnicas como a fundição de ferro, edificação, carpintaria, indústria de panos, mantendo assim a economia mineira. Mineradores se fizeram fazendeiros de lavouras de subsistência e de gado, ocorrendo uma desagregação da economia e da sociedade. Faz-se importante destacar os escritos de Ribeiro (2006, p. 348) quando ele lembra que:

Só nessas condições de recessão econômica é que a população branca e mestiça pobre e os mulatos livres têm acesso à terra. Não por uma renovação institucional que garanta a propriedade dos posseiros, mas simplesmente porque, quebrados os vínculos mercantis pela inexistência de um mercado comprador, deixaria temporariamente de ter sentido o monopólio da terra como mecanismo adicional de conscrição da força de trabalho para as lavouras comerciais.



É preciso considerar que essa “liberdade” durou pouco tempo, pois em 1850 a “Lei de Terras” que implicou na obrigatoriedade da compra ou da legitimação cartorial de posse, limitou o acesso a ela pelo caipira. Mais tarde em 1888 com a Lei Áurea milhares de “ex-escravos” continuaram servindo seus patrões, pois o acesso a terra era praticamente impossível.

Após a decadência da atividade mineradora, e, passado algum tempo, surgiu uma nova forma de produção agro-exportadora, sendo ela, o plantio do café. As cidades da região Sudeste voltaram a crescer, o domínio da oligarquia se reconstrói gerando um processo de reordenação social. O caipira passa à condição de ser um parceiro financiado pelo proprietário da terra. Com a desintegração das relações sociais não-mercantis, o caipira observa lentamente o desaparecimento das formas de solidariedade e compadrio que passaram a ser substituídas por relações meramente comerciais. Como enfatiza Ribeiro (2006, p. 349):

(...), o domínio oligárquico que remonopolizava a terra e promovia o desenraizamento do posseiro caipira, com a ajuda do aparelho legal administrativo e político do governo, ganha força e congruência, passando a exigir as lealdades do caipira.

Com as terras sendo legalizadas (verdadeira ou falsamente), os grandes reconstituidores de sesmarias encontraram na atividade cafeeira uma forma rentável de reavivar a economia. Tendo por base Ribeiro (2006) os latifúndios cercados tornaram impraticáveis a caça e a pesca submetendo os caipiras a sua lógica produtiva. A força de trabalho na cafeicultura, num primeiro momento, serviu-se dos escravos negros, posteriormente, com a proibição do tráfico negreiro e mais tarde com a abolição, trouxe para o País o trabalhador europeu.

O cultivo de café envolveu milhões de pessoas e progrediu da costa Fluminense para o Oeste atingindo o Estado do Rio de Janeiro, depois Espírito Santo, mais tarde o Sul de Minas Gerais, e, por fim, São Paulo. Como destaca Ribeiro (2006, p. 365) essa onda móvel da economia cafeeira avançou por meio de estradas de ferro, rodovias que ligavam aos portos, conduzindo “floresta adentro, um sistema comercial articulado (...), semeando vilas e cidades onde se instalava”. Sem sombras de dúvida essa atividade representou um papel modernizador, criando uma densa área econômica no País.

Nos anos de 1929 com a grande crise (“depressão”) iniciada nos Estados Unidos, a produção no Brasil diminui tornando-se pequena. A crise de 1929 afetou o



Brasil, pois os Estados Unidos era o maior comprador do café brasileiro. Dada à crise, a importação do produto diminuiu, e, conseqüentemente o preço do café baixou. O governo brasileiro visando que não houvesse uma desvalorização abrupta comprou e queimou toneladas de café, e, em seguida houve a diminuição de oferta. Com a crise muitos cafeicultores começaram a investir no setor industrial, fato que impulsionou o processo de industrialização do País a partir da região Sudeste.

Por fim, o Brasil Sulino concebido por Ribeiro (2006), este é decorrente da expansão paulista que atingiu a região Sul e somou-se a outras influências para gerar os sulinos. Para o autor, o Sul é portador de grande heterogeneidade cultural, diferenciando-se das demais regiões, isto dado o processo histórico-geográfico de formação. A região sulina foi composta por lavradores matutos de origem açoriana; os gaúchos da zona de campos da fronteira, descendentes dos luso-espanhóis com índios; os gringos descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos, japoneses e libaneses, entre outros.

Até meados do século XVII grande parte da região pertencia à Espanha. A Coroa Portuguesa incentivou a vinda de colonos para ocupar a região, estabelecendo sua hegemonia até o rio do Prata. A colonização sulina por meio das missões guaraníticas serviu como depósito de escravos subjugados e exportáveis para diversas regiões do País, e também produziu uma população local subalterna que serviu de mão de obra à exploração mercantil das vacarias (RIBEIRO, 2006).

O processo de conquista e povoamento do Sul foi marcado pela disputa entre Portugal e Espanha que lutaram pela apropriação da terra e de suas riquezas. No decorrer da colonização e povoamento, foram os bandeirantes que asseguraram a posse do território para a Coroa portuguesa que estava preocupada em ocupar a região para assim integrá-la ao seu domínio. A gênese dessa formação é marcada pela preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos. Dessa forma, os bandeirantes deslocaram-se em direção ao litoral Sul recebendo a concessão de sesmarias que originaram grandes fazendas, logo, povoando a região.

Em meio às disputas provenientes dos impasses entre lusos e hispânicos, o Sul foi marcado por tensões e disputas, que, ocorriam tanto por questões de nacionalidades, como também, por ambição pela expansão (RIBEIRO, 2006). Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 373):

O poder central teve também de fazer frente e submeter pelas armas movimentos aspirantes à autonomia da região, muito mais vigorosos e instrumentados que os de outras áreas. Diversos fatores se conjugaram para ativar essas tendências separatistas. Entre eles, o fato de ser uma vasta e longínqua região com interesses próprios irrenunciáveis e que, não sendo adequadamente atendidos, ensejavam tensões disruptivas – conducentes à ruptura com o poder central. Soma-se a isso a circunstância de viver apartada do resto do Brasil e submetida a influências intelectuais e políticas de centros urbanos culturalmente avançados, como Montevideu e Buenos Aires. Nessas condições, não podiam deixar de surgir aspirações de independência, inspirada às vezes na concepção de que o sul melhor realizaria suas potencialidades como um país autônomo do que como um estado federado; motivadas outras vezes por ideários políticos arrojados, como as lutas antiescravistas e a campanha republicana dos farrapos.

O gado criado pelos portugueses na região, e que servia, num primeiro momento, para alimentar os indígenas “liberando-os” da caça e pesca, para assim poderem dedicar-se as lavouras e ao artesanato, foi se alastrando pelos campos sulinos. Consequentemente, os gaúchos<sup>9</sup> passaram a dizimar rebanhos a fim de exportarem o couro.

No contexto da atividade mineira do século XVIII, os paulistas e curitibanos passam a instalar-se na região como criadores. Criando gado, cavalos e muares para abastecerem as zonas de mineração de ouro, a região Sul passa a portar uma atividade especializada de criação de animais. Segundo Ribeiro (2006, p. 378):

A apropriação legal das terras começaria a transformar as invernadas em estâncias, nelas fixando o proprietário e sua gauchada. A distribuição das sesmarias, que começa nas regiões de Viamão e rio Grande, estende-se depois aos campos do rio Pelotas, atinge mais tarde, por um lado, a zona de Laguna e, por outro, a área das antigas missões jesuíticas. Prosseguindo a marcha apropriativa, integra, depois, ao sistema de propriedades a campanha do Ibicuí, ao sul, e a Coxilha Grande, a oeste.

A apropriação de terras foi inevitável em meio a crescente necessidade de se produzir carnes e muares para as zonas de mineração. O deslocamento de tropas para serem comercializadas permitiram que várias vilas fossem fundadas, assim, o Sul vai sendo povoado em meio às atividades tropeiras.

---

<sup>9</sup> Resultado da miscigenação entre o índio, o espanhol e o português, o gaúcho, por viver no campo cuidando do gado, adquiriu habilidades de cavaleiro, manejador do laço e da boleadeira, aspectos que perfazem a tradição gaúcha.

FIGURA 9 – TROPEIRISMO NO SÉCULO XIX – ADRIEN TAUNAY



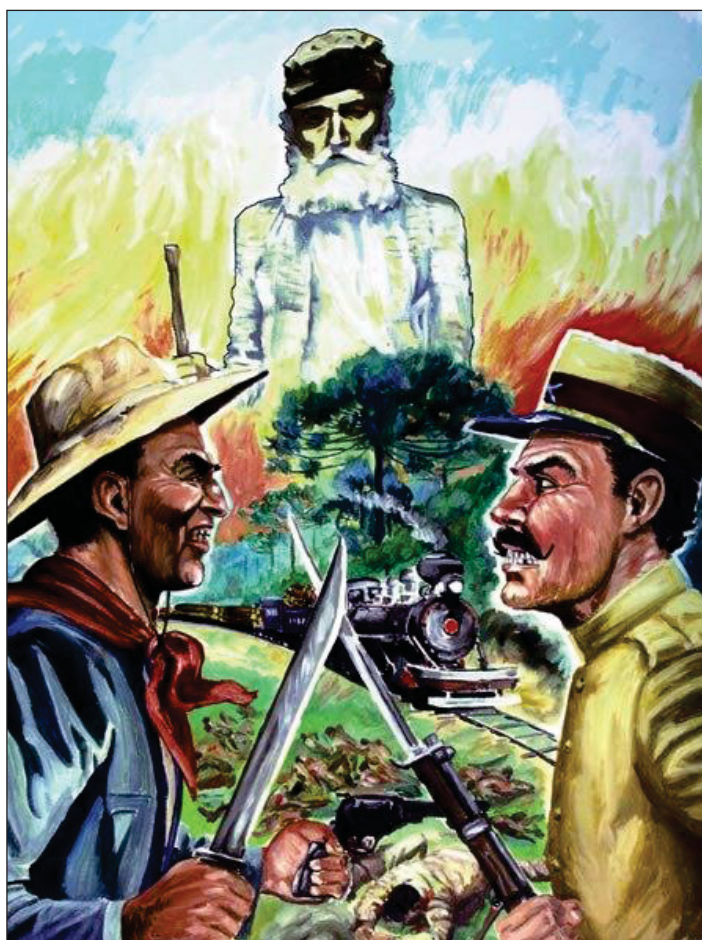
FONTE: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras (2017).

Com a produção de charque, o pastoreio passou de uma condição aventureira para um grande negócio racional (RIBEIRO, 2006). A charqueada introduz na paisagem uma mão de obra intensa e regulada a que não se ajusta o gaúcho campeiro. Sendo assim, como destaca Ribeiro (2006, p. 380) traz-se o negro escravo “que era a mão de obra do tempo para todo trabalho de gastar gente”.

Em meio ao dinamismo econômico que perpassava o Sul, os conflitos territoriais se faziam presentes de forma constante. Caudilhos sulistas e castelhanos se opunham gerando conflitos fronteiriços. Não bastasse isso, sesmeiros e caboclos posseiros com frequência lutaram, durante as décadas do período colonial, imperial e republicano, pelas terras<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> A guerra do Contestado foi o mais expressivo conflito que ocorreu dentro do Estado Nacional entre outubro de 1912 a agosto de 1916. Essa guerra produziu mais de 20 mil mortes. Segundo Fraga (2005) a guerra do Contestado em si foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aqueles denominados como “região do Contestado catarinense e sul-paranaense”. Nas palavras do autor “a guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa (FRAGA, 2005, p. 228)”. Para maior aprofundamento, sugere-se a leitura do texto de Fraga (2005).

FIGURA 10 – GUERRA DO CONTESTADO-1912-1916



FONTE: Spengler (2016).

Com medo dos conflitos e da integridade territorial, no início do século XX o governo brasileiro promoveu, através do incentivo à imigração, a ocupação da região, para garantir a posse da terra e evitar invasões de países vizinhos; os fluxos migratórios mais importantes trouxeram italianos, poloneses, ucranianos e alemães. Esse ingresso de imigrantes teve um papel de abasileiramento para a região.

Com as mudanças econômicas em meio ao processo de industrialização do País pós 1930<sup>11</sup>, o Sul passou por reconfigurações produtivas, nele surgem produções como, a soja, trigo, tabaco. Modernizou-se a paisagem rural com máquinas, irrigação, fertilizantes. Houve uma diversificação da sociedade,

<sup>11</sup> O processo de industrialização no Brasil a partir da crise de 1929 não se deu de forma homogênea, mas isto não impediu que o mesmo produzisse reconfigurações de cunho social, econômica, cultural, ambiental por todo o território nacional. No período da industrialização todas as regiões do País já se encontravam povoadas, e, devido os resultantes do processo industrializador o inter-relacionamento entre as regiões se acentuou. As migrações entre as regiões multiplicaram ainda mais as variantes culturais do povo gerando significativas e complexas reconfigurações no território. Aponta-se que dada a abrangência que essa abordagem exige, não será possível fazer o estudo nesta tese esmiuçando o processo de industrialização nas regiões existentes no território do País.



ampliando-se um setor intermediário reforçado pelas profissões liberais menos ligadas ao meio rural. Contudo, os problemas latifundiários decorrentes de uma formação socioespacial complexa, continuaram existindo na região.

Nas análises de Santos e Silveira (2012) é possível de ser observado que no processo da formação socioespacial brasileira, uma transição entre o período anterior, herança da época colonial pré-mecânica e a real integração nacional, teve expressão após a década de 1940. Segundo os autores, é nesse período que:

(...) se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul. Paralelamente, aumenta de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas sociais (SANTOS E SILVEIRA, 2012, 37).

Com o processo de industrialização, rompeu-se no País as características de um tempo “natural” passando a se manifestar um tempo “lento” que se associava a um tempo “rápido” para fora do território. Este último se dava nos portos, ferrovias, no telégrafo e nas mecanizações dos processos de produção. Para Santos e Silveira (2012) o período pós Segunda Guerra Mundial foi o momento da mecanização do território, porém, produzindo profundas diferenças regionais, uma vez que as concentrações de atividades mecanizadas não adensaram igualmente o território nacional de um conteúdo técnico-científico-informacional, e, isso dado a um movimento desigual e combinado, que, nas análises dos autores, criou uma “nova geografia do Brasil”, sendo ela caracterizada por uma região concentrada e por manchas e pontos no território.

É de grande valia refletir aqui, que, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o Brasil possui 201.032.714 habitantes, sendo que a população brasileira está distribuída de forma irregular no território, pois há regiões densamente povoadas e outras com baixa densidade demográfica. A população encontra-se distribuída sobre o território da seguinte maneira: a região Sudeste, com 84.465.579 habitantes; o Nordeste com 55.794.694 habitantes; o Sul com cerca de 28.795.762 habitantes. As regiões menos povoadas são: a região Norte, com 16.983.485, e o Centro-Oeste, com 14.993.194 habitantes.

Sobre os 8,5 milhões de quilômetros quadrados do território nacional, a formação socioespacial brasileira distribuiu-se no decorrer de seu processo histórico-geográfico de construção, produzindo as seguintes características: a região Sudeste é a mais populosa, devido o fato de ter entrado primeiramente no processo de industrialização.

O Nordeste é a segunda região mais populosa, contudo, a densidade demográfica é baixa, isto resulta da migração ocorrida para outras regiões do Brasil, ocasionada pelas crises econômicas e pelas condições climáticas comuns na região.

A região Sul, ocupando o terceiro lugar, é a menor entre as regiões brasileiras. Porém, mesmo sendo a menor em área territorial, é a terceira maior do País em número de habitantes e, a segunda em densidade populacional, atrás somente da região Sudeste. Esta região possui os melhores Índices de Desenvolvimento Humano do País. Importante frisar que grande parte da região Sul serviu como colônia de povoamento para imigrantes europeus, como: alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos. Pelo fato de não ter um clima que favorecesse a agricultura dos produtos mais valorizados para exportação (café, cana-de-açúcar) no contexto da colonização do País, os imigrantes estabeleceram uma maior relação de povoamento, não explorando de forma tão intensa a terra para exportar riquezas para a metrópole, diferindo-se assim, das demais regiões.

A região Norte em quarto lugar dá-se pelas características físico-naturais nas quais predominam áreas de conservação e áreas demarcadas para povos indígenas, tendo uma densidade demográfica baixa. O Centro-Oeste ocupa o quinto lugar, possuindo também baixa densidade demográfica, porém, isto ocorre devido o tipo de atividade econômica vinculada à agropecuária que requer pouca mão de obra.

Interessante refletir que a formação socioespacial brasileira vai contemplando no decorrer de sua construção, especificidades, sobretudo, de cunho cultural, e estas geraram reflexos nas formas de organização das mais diversas escalas geográficas do território do País. O processo histórico-geográfico de fixação de pessoas no Brasil produziu uma nação portadora de características culturais bastante diversificadas. A tabela 1 apresenta os números de imigrantes de várias nacionalidades que desembarcaram no Brasil, e que, nele passaram a viver.

TABELA 1 – IMIGRAÇÃO POR NACIONALIDADE (1872/2014)

ANOS	POR- TUGUE- SES	ITALIA- NOS	ESPA- NHÓIS	ALE- MÃES	JAPO- NESES	OU- TRAS NACIO- NALI- DADES	TOTAL DE ESTRAN- GEIROS
<b>1872-1879</b>	55.027 (31%)	45.467 (26%)	3.392 (2%)	14.325 (8%)	- (-)	58.126 (33%)	176.337 (100%)
<b>1880-1889</b>	104.690 (23%)	277.124 (62%)	30.066 (7%)	18.901 (4%)	- (-)	17.841 (4%)	448.622 (100%)
<b>1890-1899</b>	219.353 (18%)	690.365 (58%)	164.293 (14%)	17.084 (1%)	- (-)	107.232 (9%)	1.198.327 (100%)
<b>1900-1909</b>	195.586 (31%)	221.394 (36%)	113.232 (18%)	13.848 (2%)	861 (-)	77.486 (13%)	622.407 (100%)
<b>1910-1919</b>	318.481 (39%)	138.168 (17%)	181.651 (22%)	25.902 (3%)	27.432 (4%)	123.819 (15%)	815.453 (100%)
<b>1920-1929</b>	301.915 (36%)	106.835 (12%)	81.931 (10%)	75.801 (9%)	58.284 (7%)	221.881 (26%)	846.647 (100%)
<b>1930-1939</b>	102.743 (31%)	22.170 (7%)	12.746 (4%)	27.497 (8%)	99.222 (30%)	68.390 (20%)	332.768 (100%)
<b>1940-1949</b>	45.604 (40%)	15.819 (14%)	4.702 (4%)	6.807 (6%)	2.828 (2%)	38.325 (34%)	114.085 (100%)
<b>1950-1959</b>	241.579 (41%)	91.931 (16%)	94.693 (16%)	16.643 (3%)	33.593 (6%)	104.629 (18%)	583.068 (100%)
<b>1960-1969</b>	74.129 (38%)	12.414 (6%)	28.397 (14%)	5.659 (3%)	25.092 (13%)	51.896 (26%)	197.587 (100%)
<b>1970-1979</b>	31.915 (39%)	3.355 (4%)	2.550 (3%)	3.082 (4%)	3.573 (5%)	36.906 (45%)	81.381 (100%)
<b>1980-1984</b>	4.879 (32%)	549 (4%)	316 (2%)	273 (2%)	1.249 (8%)	7.835 (52%)	15.101 (100%)
<b>1984-2000</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>2000- 2009<sup>12</sup></b>	7.381 (12%)	7.652 (12%)	3.657 (6%)	4.721 (7%)	3.669 (6%)	36.657 (57%)	63.737 (100%)
<b>2010- 2014<sup>13</sup></b>	9.548 (19%)	6.845 (14%)	5.201 (11%)	2.522 (5%)	3.083 (6%)	22.191 (45%)	49.390 (100%)
<b>TOTAL</b>	<b>1.712.830</b>	<b>1.640.088</b>	<b>726.827</b>	<b>233.065</b>	<b>258.886</b>	<b>973.214</b>	<b>5.544.910</b>

FONTE: IBGE (2015a; 2015b; 2016a); OBMigra (2016).

ORGANIZAÇÃO: O autor (2016).

Não se sabe ao certo o número de imigrantes que adentraram no território desde o descobrimento até o ano de 1872, no entanto, se levarmos em consideração os dados oficiais acima elucidados nos deparamos com um número de 5.544.910<sup>14</sup> imigrantes de várias nacionalidades que passaram a viver no Brasil. Isto gerou e tem gerado uma grande diversidade cultural no espaço territorial do País. Portanto, foram milhões de pessoas que participaram da complexa formação socioespacial brasileira, entretanto, não se pode negligenciar o fato de que ela imprimiu uma profunda e negativa marca no contexto territorial do Estado nacional,

<sup>12</sup> Dados extraídos do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2016).

<sup>13</sup> Dados extraídos do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2016).

<sup>14</sup> Os dados do IBGE vão até 1984.

pois, no percurso histórico-geográfico de povoamento, centenas de tribos indígenas foram extintas.

Cumpre enfatizar que, de uma estimativa de mais de 2.000.000 de índios que habitavam o “Brasil” do século XVI, chegou-se em 2010 a um total de 896,9 mil índios, isto, considerando as pessoas que vivem nas Terras Indígenas. Desse total de 896,9 mil índios, 63,8% residem na área rural e 36,2% na área urbana (IBGE, 2010). O despovoamento dos reais donos da terra é uma característica da atuação dos colonizadores que se manifestou e ainda se manifesta no País.

É recorrente nos noticiários o caso de fazendeiros adentrando nas terras indígenas expulsando-os, isto apesar de existirem 462 terras indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional. As terras localizam-se em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento das terras indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente, durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País (FUNAI, 2015). Considerando que o Brasil tem uma extensão territorial de 8.547.403,5 km<sup>2</sup>, as terras indígenas ocupam uma área de 1.042.783,227 km<sup>2</sup> de extensão (IBGE, 2015c).

Nesse longo percurso histórico-geográfico da formação socioespacial do Brasil, por motivos econômicos, de sobrevivência, de consolidação de poder, várias compartimentações em diferentes escalas espaciais e com diferentes ritmos e intensidades ocorreram. De Norte a Sul e de Leste a Oeste, o País foi sendo recortado, resultando em especificidades regionais e territoriais que fizeram-se e desfizeram-se no decorrer da formação socioespacial.

Tanto a fixação dos indígenas na orla do atlântico, como a fixação dos portugueses no século XVI, a dos negros nos quilombos no século XVII, a dos bandeirantes nas minas no século XVIII, até a territorialização de empresas multinacionais no final do século XX, todas produziram e configuraram territórios que possibilitaram surgir especificidades particulares e regionais. Portanto, a formação socioespacial do País, paulatinamente, foi gerando compartimentações, recortes que geram reflexos até os dias atuais.

Desta forma, concebe-se nesta tese que a partir de uma reflexão pormenorizada sobre a formação socioespacial de um País, é possível que se realize compreensões mais aproximadas dos processos que permeiam as demais



escalas que dela resultam, ou seja, as configurações territoriais, regionais, locais. Acredita-se que no caso brasileiro, a compreensão das questões sejam elas, culturais, econômicas, políticas, ambientais, todas estas, não podem ser refletidas, se as mesmas forem concebidas de forma isolada dos processos históricos-geográficos que formaram o todo espacial do País.

## 1.2. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO NA DISCUSSÃO CONCEITUAL DA GEOGRAFIA BRASILEIRA MODERNA

Apesar de o conhecimento geográfico ser antigo quanto o próprio homem sobre a terra, foi somente no século XIX que o mesmo assumiu a condição de científico. A Geografia ao consolidar-se como uma ciência moderna, teve o continente europeu como seu berço e ponto de irradiação para todo o mundo. Sua abordagem científica inaugurou-se com Humboldt, Ritter (LENCIONE, 2009), e, posteriormente com Ratzel que também era Alemão, e, já no final do século XIX, com o Francês Vidal de La Blache (MORAES, 2007).

Esclarece-se que o conceito de território na Geografia, enquanto ciência institucionalizada, emergiu a partir das análises estabelecidas pelo geógrafo alemão Ratzel, sendo que, para ele, o “espaço vital” era a base para a vida do homem. Ratzel considerava que a partir do momento em que o “espaço vital” não mais possibilitasse a manutenção da vida de um grupo social, haveria assim a necessidade de expansão, pois, na medida em que o homem alcançasse os limites do seu espaço, o que o tornaria insuficiente para a sua sobrevivência, tornava-se necessário conquistar novos. Dessa forma, “territorializar” novos “espaços” era algo imprescindível, assim como protegê-lo (MORAES, 2007). Portanto, é com Ratzel que tem-se uma discussão mais acalorada sobre o conceito de território, e, a partir desse geógrafo, vários outros passaram a direcionar entendimentos sobre o conceito.

Chama atenção que, com Ratzel no século XIX a reflexão geográfica contemplou o viés territorial, tanto é que, dos apontamentos empreendidos por ele, constituiu-se a Geopolítica, onde o poder é visto como importante instrumento de dominação. Do pensamento ratzeliano sobre o “espaço vital”, que concebe o desenvolvimento do Estado atrelado à conquista de mais áreas, desenvolveram-se teorias e técnicas para conquistar e manter territórios.

A literatura geográfica sobre o conceito de território, apresenta interpretações, leituras, significados e princípios epistemológicos que se alinham às correntes de pensamento e as matrizes teóricas de que os autores acreditam serem válidas para a compreensão de seus objetos de estudos. Como elucida Saquet (2007), o conceito de território é tratado, ora pelo viés da filosofia, ora da Geografia, da economia ou da sociologia, e, em alguns momentos de forma articulada, considerando-se as diferentes dimensões sociais de sua constituição no real.

Segundo Haesbaert (2007, p. 45) pensar o território depende “(...), da posição filosófica a que estiver filiado o pesquisador”. Desta forma, muitas discussões sobre território podem ser divergentes. Assim sendo, as interpretações lançadas sobre territórios, em diferentes períodos comportam a característica de trazerem para o conceito, leituras carregadas de significados do momento vivido.

Saquet (2005, 2007 e 2009) apresenta os procedimentos metodológicos de diferentes abordagens do conceito de território. Saquet faz isso com o intuito de sugerir alguns “caminhos” para o pesquisador que se encontra preocupado, tanto com o conceito, assim como, com a efetivação do território no real. De posse dos apontamentos de Saquet, a abordagem sobre território, territorialidade e territorialização, imprescindíveis para a compreensão do recorte espacial de análise desta tese, dar-se-á levando em consideração a discussão conceitual da Geografia brasileira moderna. Assim, serão refletidas as teorizações elaboradas pelos autores brasileiros: Haesbaert, Saquet, Souza, Corrêa e Santos, já que estes têm dado importantes contribuições para os estudiosos preocupados em desvendarem as questões territoriais no País, sejam elas, questões de cunho sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Faz-se importante esclarecer que, acredita-se que o território não pode ser compreendido simplificadaamente, assim, é necessário haver comprometimento da parte do pesquisador, primeiramente, com o seu conceito, que, na Geografia é bastante relevante, recebendo vários significados. É oportuno destacar que desde as formulações de Ratzel até a atualidade, sua conceituação apresenta a questão do “poder”, sendo este, um reflexo de ação individualizada ou coletiva. Haesbaert (2011, p. 43) esclarece que:

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (...), como pedaço de terra

apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. (...) o *jus terrendi* se confundia com o “direito de aterrorizar” (*terrifier*, em francês).

Ao procurar entender a gênese do conceito, Haesbaert (2011) recorre ao *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine* e ao *Oxford Latin Dictionary*, identificando haver proximidade etimológica entre “*terra-territorium* e *terreo-territor* (aterrorizar, aquele que aterroriza)”. Nas palavras do autor:

Segundo o *Dictionnaire Étymologique*, *territo* estaria ligado à “etimologia popular que mescla “terra” e “terreo”(…), domínio da terra e terror. *Territorium*, no *Digesta* do Imperador Justiniano (...), é definido como *universitas agrorum intra fines cujusque civitatis* (“toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição”) (HAESBAERT, 2011, p. 43).

Chama atenção que Haesbaert (2011, p. 43), constata que o Dicionário de Inglês *Oxford* apresenta como duvidosa a origem etimológica latina a partir do termo *terra* “(que teria sido alterado popularmente para *terratorium*)<sup>15</sup> ou *terrere* (assustar, alterado popularmente para *territorium* via *territor*, (...).”

A palavra território no decorrer do tempo foi sendo empregada em diferentes áreas do conhecimento. É com a Etologia<sup>16</sup> que o conceito passa a abarcar um cunho científico (HOLZER, 1997). Para Di Méo (1998, p. 42, apud HAESBAERT, 2011, p. 45) a concepção mais primitiva de território é a de “um espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger”. Ainda de acordo com o autor:

O território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), à excessão dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual) (DI MÉO, 1998, p. 42, apud HAESBAERT, 2011, p. 45).

Percebe-se que o território possui uma tradição também em outras áreas do conhecimento, e, em cada uma delas possui um enfoque que centra-se em determinadas perspectivas. Nesse sentido, Haesbaert (2011, p. 370), expõe que:

<sup>15</sup> Segundo o *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa* (Machado 1977), a palavra “território” era utilizada com a grafia *terratorium* nos *Documentos Gallegos de los siglos XIII al XVI* (1422) (HAESBAERT, 2011, p. 43).

<sup>16</sup> Ciência que estuda o comportamento social e individual dos animais em seu *habitat* natural.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo”.

A citação acima possibilita perceber as diferenças teóricas e conceituais acerca do território. Assim sendo, Haesbaert (2011) ao estudar as várias noções que se apresentam não só na Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento, estabelece uma síntese agrupando-as em quatro vertentes básicas, sendo elas:

**-Política** (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

**-cultural** (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

**-econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

**-natural:** mais antiga e pouco veiculada hoje nas ciências sociais, (...) utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico (HAESBAERT, 2011, p. 40, grifo nosso).

Ao levar em consideração a distinção entre as quatro dimensões com que o território é focalizado, Haesbaert (2011, p. 41) organiza seu raciocínio sobre elas a partir de outro patamar, mais abrangente, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem, sendo:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que,

“condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e/ou espaço(s) geográfico(s).

O território na perspectiva materialista é compreendido como materialidade. Portanto, a abordagem faz referência à posse de um espaço físico (terra). Nessa perspectiva, a base material, as relações de produção se caracterizam como o fundamento primeiro na compreensão de um território. Num extremo da posição materialista tem-se a perspectiva naturalista, na qual, o território é compreendido a partir do caráter biológico ligado ao comportamento dos animais. Como elucida Fraga (2006, p. 56) a concepção naturalista de território “está ligada no sentido da vinculação com o comportamento dos animais, entendido como um comportamento natural dos seres humanos ou na relação da sociedade com a natureza”. Haesbaert (2011, p. 53) aponta que:

Fugindo do tão cristalizado “determinismo ambiental” ou “geográfico”, tornou-se muito comum, mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação entre sociedade e natureza na definição de espaço geográfico ou de território. Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade.

Na perspectiva idealista, a abordagem do território contempla a dimensão ideal-simbólica. Os códigos culturais imprimem nele um pertencimento que culmina na representação da identidade cultural, marcada por símbolos. Nesta concepção o território é permeado de valores que ultrapassam a materialidade, como os valores: éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Assim, ele não pode ser entendido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, pois nele há uma identidade, que provém de uma relação afetiva com o espaço.

Na abordagem integradora de território, este é concebido em sua totalidade, ou seja, não se restringe a uma única visão (natural, econômica, política ou cultural). Portanto, nesta visão integradora do território a reflexão parte do pressuposto de haver uma imbricação de múltiplas relações de poder envolvendo sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, todas numa

interação espaço-tempo. No contexto atual, como adverte Haesbaert (2011) esta perspectiva integradora só é possível de ser compreendida se for levado em consideração as redes, através das múltiplas escalas, que se estendem do local ao global<sup>17</sup>.

Por fim, a abordagem do território numa perspectiva relacional, vê em toda relação social – e assim, em toda relação de construção do espaço – uma relação de poder, ou seja, a “dimensão territorial” está sempre presente em todo processo de construção do espaço enquanto espaço social (HAESBAERT, 2013), assim, o território é uma construção histórica e, “portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza) (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42)”. Em Haesbaert (2011, p. 82) o mesmo elucida que:

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx.

Haesbaert, ao trazer para o debate o conceito de território, torna evidente que as relações de poder comparecem em sua delimitação. Em Haesbaert (2002, p. 121), o mesmo afirma que, “(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”. Percebe-se que para o autor, os resultantes das relações de poder também se fazem presentes na constituição de um território, e, que, dependendo do contexto do poder, seja ele político, econômico, social, familiar, tecnológico, que permeia as diferentes escalas geográficas, que são características do mundo contemporâneo, tem-se o surgimento de múltiplos territórios, por conseguinte, de personificações de poder diferenciadas. Os múltiplos

---

<sup>17</sup> Esta perspectiva integradora do território é a que melhor responde aos objetivos desta tese. Como será abordado mais adiante o território fumicultor que se configura nos municípios que integram a área da microrregião geográfica de Prudentópolis-PR, se define a partir da conjugação dos elementos naturais, econômicos, políticos e culturais que o permearam como resultantes da formação socioespacial do Brasil.



territórios na visão do autor, podem se articular através das redes materiais e imateriais que compõe o espaço geográfico.

Outro autor que proporciona contribuições ao problematizar o conceito é Souza (2007). Para ele o território é “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA 2007, p. 78)”. Novamente vê-se, que não se pode pensar um dado território como imune de relações de poder, e este não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Souza (2007) ao discorrer sobre as relações de poder no território destaca as reflexões de Hannah Arendt (1985), pois para a autora o poder:

(...) corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no “poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDT 1985, p.24, apud SOUZA 2007, p. 80).

Tendo em vista que o poder define territórios, Souza (2007) esclarece que, estes podem constantemente serem redefinidos devido às flutuações do próprio mecanismo de estabelecimento do poder. Desta forma, tem-se territórios com caráter permanente, bem como, periódicos e cíclicos. Souza (2007) adverte que é comum conceber o território, como apenas “território nacional”, com grandes extensões gestadas pelo Estado central, no entanto:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – (OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; (...) (SOUZA, 2007, p. 81).

Percebe-se que a efetivação de um território, pode ocorrer em diferentes escalas com temporalidades variadas, logo, as ideias de poder por excelência restrito ao Estado nacional vão sendo relativizadas. O autor acima citado esclarece que o pensar restrito a escala do território nacional, deriva do caráter de comprometimento da ciência geográfica, enquanto legitimadora dos interesses do Estado-Nação na sua fase de sistematização.

No entanto, hoje a conceituação de território abarca mais que a noção de Território-Nação, assim, territórios são relações sociais projetadas no espaço concreto que podem formar-se e dissolver-se rapidamente, sendo que dentro de um espaço, vários territórios podem ser criados e também interligados por meio de redes.

Souza (2007, p. 86) entende o território como um “(...) *campo de forças*, uma *teia ou rede de relações sociais*, (...)”. Este pensar do autor, que preza pelas redes de relações, pressupõe o vínculo estabelecido entre a sociedade e a natureza, vínculo este que resulta em um contínuo processo de transformação e produção de territórios em diferentes escalas e intensidades. No entanto, permeados pelo exercício do poder.

É importante destacar que para Souza (2007, p. 96):

(...), sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém.

Resumidamente, compreende-se que o território se cristaliza sendo o resultado da interação do homem com a natureza, envolto por relações de poder, que, muitas vezes, são conflituosos.

Chama atenção que Saquet (2006) ao abordar o território, enfatiza os aspectos econômicos e políticos, assim como, faz uma relação com a vertente cultural em meio ao processo de formação territorial. Contudo, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, Saquet também leva em consideração a vertente da natureza, que de acordo com ele, sempre se fará presente no território. A natureza está no território, e é dele indissociável. Em suas palavras:

Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET 2006, p. 66).

Em Saquet (2002), o território comparece sendo definido como um resultante do social interagido ao natural<sup>18</sup>, repleto de relações de poder e dominação. O autor ainda acrescenta que:

(...), cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, **a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu ser outro.** Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território (SAQUET 2002, p. 231, grifo nosso).

Conclui-se que para o autor acima citado, o território se configura por uma diversidade de relações que são políticas, econômicas e culturais, interagidas com a natureza exterior do homem, sendo que as relações de poder também se engendram. Estas podem ser de caráter permanente, ou temporário, e, são passíveis de se manifestarem em diferentes escalas geográficas.

A abordagem em torno do conceito de território feita por Saquet (2002) corrobora com a ideia de Haesbaert (2011), uma vez que ambos trazem para o debate a perspectiva integradora. Ambos compactuam que as dimensões “natural, política, econômica e cultural” se relacionam, podendo gerar articulações no tecido territorial, tendo reflexos inclusive nas políticas públicas. O território é um recurso importante para promover o desenvolvimento territorial dentro de uma perspectiva integradora que leva em consideração as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, a política, a economia, e, a cultura, constituídas histórica e geograficamente no espaço.

Saquet (2009) esclarece que o território não pode ser classificado como um fenômeno inanimado, mas que “precisa ser compreendido como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou o uso (social) de um lugar (SAQUET, 2009, p. 141)”. Para o já referido autor, o controle é um atributo específico dos homens e está presente na constituição do território, que, é uma expressão geográfica da dominação social em certa área. Segundo Saquet (2009, p. 141) “o controle significa, ao mesmo tempo,

---

<sup>18</sup> O espaço social é simultaneamente natural, pois até mesmo os elementos do ambiente construído, materiais ou ideológicos, contêm frações da natureza e da natureza homem. Ora, se o natural está no social, o social está no natural. E mais, se o homem é natureza, a natureza está nele, e simultaneamente, ele está na natureza (SAQUET 2002, p. 99).

relações de poder realizadas entre os homens em áreas compartimentadas ou entre diferentes áreas”.

Também cumpre destacar que Santos (2006a) ao refletir o território, o mesmo enfatiza que ele, “(...) é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS 2006a, p. 13)”. Em Santos e Silveira (2012) encontra-se a definição de que:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação como o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA 2012, p. 19).

Em Santos (2006a, p. 14, GRIFO NOSSO):

O território não é apenas o **conjunto dos sistemas naturais** e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

No que tange ao uso do território, Santos e Silveira (2012) destacam que este se define pela implantação de infraestruturas, bem como, pelo dinamismo da economia e da sociedade. Portanto, conclui-se que o pensar dos autores considera o território como fruto de relações estabelecidas entre a sociedade com a natureza. Entretanto, tais relações se traduzem em lógicas de poder, pois, de acordo com os autores “(...) o território usado são objetos e ações (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA 1998, p. 16)”. Compreende-se que os objetos são a materialidade existente no território, resultante do aparato técnico-científico-informacional, já as ações, são os processos sociais que vem a se estabelecer no território, sobretudo, disseminados pelos detentores do poder político e econômico. Sendo assim, o poder está implícito nas ações que perpassam a construção de territórios.

É oportuno também ressaltar a compreensão que Corrêa (1998) faz sobre território. Para este autor “o território é o espaço revestido da dimensão política,

afetiva, ou ambas (CORRÊA, 1998, p. 251)". O autor, na tentativa de identificar a formação do território, propõe compreendê-la a partir da apropriação dos espaços. Segundo ele, a apropriação associa-se de um lado, "ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço (CORRÊA, 1998, p. 251)". Por outro lado, "pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos (CORRÊA, 1998, p. 251)".

Destaca-se que a ideia do poder, também comparece nas reflexões de Corrêa. O autor ao pesquisar o caso da Companhia de Cigarros Souza Cruz no Rio Grande do Sul demonstra, como as lógicas de apropriação e de dominação têm sido integradas, engendrando espaços que configuram um processo efetivo de territorialização do grupo empresarial no Sul do Brasil.

Inegavelmente o território caracteriza-se como sendo um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica, pois o mesmo possibilitou a sua construção desde o momento em que ela se consolidou institucionalmente. No entanto, é necessário esclarecer que o território conceitualmente passou também a resultar designações que se relacionam ao seu processo de constituição. Essas "designações ou variantes" denominadas de territorialidade e territorialização, às vezes são empregadas por pesquisadores que desconhecem o seu real significado. Sendo assim, é necessário compreender as variantes do conceito de território, procurando entender as singularidades que as fundamentam no contexto da Geografia brasileira moderna.

Se o território é uma porção e/ou um recorte do espaço permeado por relações de poder de apropriação e controle em escala variada, a territorialidade segundo Corrêa (1998, p. 251), refere-se "ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas". Assim, a produção de uma territorialidade necessita do desenvolvimento de um conjunto de práticas espaciais que possam permitir a manutenção e expansão do território. Tais práticas envolvem símbolos, subjetividades, materialidades, e, todos possuindo importância para a sua concretização. A territorialidade pode ser exercida para a manutenção de um território já delimitado, como também para a formação de um novo.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 44) ela pode ser entendida como “a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações através da manutenção do domínio de uma determinada área”. Como destaca o já referido autor, existe, sobre a superfície terrestre, uma imensa gama de territórios, sendo que cada um corresponde uma vasta diversidade de territorialidades que comportam dimensões e conteúdos específicos. Nas palavras do autor “as conotações que a territorialidade adquire são distintas dependendo da escala, se enfocada ao nível local, cotidiano, ao nível regional ou ao nível nacional e supranacional (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44)”.

Destaca-se que Saquet (2009, p. 141) ao definir o conceito de território enfatizando o processo de controle em sua delimitação, o mesmo aponta que “são as territorialidades, que correspondem aos comportamentos culturais, geopolíticos, econômicos e psicológicos ou, dito de outra maneira, ao exercício de influência, controle e pertencimento [de um território]”. Ainda segundo o autor, o território e territorialidades condicionam-se, pois:

A construção do território é estabelecida pelas territorialidades que são, ao mesmo tempo, influenciadas pelo território onde há unidade e diversidade determinadas em cada relação tempo-espço. Conjugam-se materialidade e imaterialidade de formas e relações sociais, identidade e movimento, mudanças e permanências, controle e desregulação no tempo e no espaço (SAQUET, 2009, p. 143).

É preciso ter a clareza de que a territorialidade não necessariamente produz uma territorialização que é a sua causa e consequência. Ressalta-se que ao estudar o território, é preciso que o pesquisador leve em consideração a tríade “Territorialidade-Territorialização-Território”, pois a noção de território carrega consigo o sentido de territorialidade (ideologias e simbologias) que pode resultar na territorialização, entendida enquanto processo de consolidação do território.

Cumprе esclarecer que o entendimento acerca da tríade, necessita considerar as especificidades do objeto de pesquisa, assim como as opções teóricas e metodológicas que são estabelecidas no processo de sua compreensão. Aponta-se isto, pelo fato de haver caminhos metodológicos que podem procurar refletir as questões territoriais pela via econômica ou apenas pela via política ou ainda somente pela cultural, assim, cada uma requer um tratamento específico.



Por exemplo, a territorialidade exercida por uma empresa sobre uma determinada área pode ocorrer a partir da materialidade construída (galpões, alojamentos, casas ao entorno da empresa para os trabalhadores....), assim como da idealidade (propagandas na mídia, materiais impressos que ressaltam o poder e benefício que a empresa proporciona), símbolos e códigos (monumentos, *slogans* da empresa...), enfim, tudo isso proporciona estabelecer um enraizamento e controle sobre a área, gerando assim a territorialização, ou seja, a concretização de um território. Neste caso exemplificado, a territorialização ocorre a partir do interesse da empresa e não da população. Essa por sua vez, poderá até reproduzir o sentimento de territorialidade, para isso poderá defender a empresa com suas lógicas, contudo, o processo dar-se-á pelo fato de a empresa ter produzido o sentimento de territorialidade dada às materialidades, idealidades e códigos que projetou.

Neste segundo exemplo, pode-se refletir um caso contrário, no qual a territorialidade e consequente territorialização ocorrem sob a ótica de uma abordagem cultural. Como exemplo, pode ser citado o caso de uma comunidade religiosa adepta do catolicismo que, em uma determinada área na qual as famílias vivem, essas sentem-se pertencentes da comunidade pelo fato de frequentarem uma capela que comunitariamente foi construída, e que proporciona momentos de encontro, fé, mobilização entre os frequentadores. Desta forma, o sentimento de pertencimento à capela e à vida comunitária resulta numa territorialidade que os permitem construir uma delimitação territorial. Assim, a territorialidade surge do interesse coletivo, e, isto os faz defenderem o território, pois houve por eles uma territorialização a partir dos símbolos das materialidades construídas na área.

Enfim, o que se quer elucidar aqui é a importância do pesquisador ter a clara compreensão das características do objeto em estudo, bem como, das possibilidades de concepções, de metodologias e posicionamentos teóricos que se tem sobre o conceito de território.

Outra questão interessante de se refletir é a de que, nem sempre a territorialidade poderá proporcionar uma territorialização, entretanto, é muito difícil haver territorialização sem territorialidade. A territorialização que cristaliza o território evidenciando-o, esta é uma consequência da territorialidade. Desta forma, cabe ao pesquisador procurar entender as singularidades dos processos sejam eles econômicos, políticos, culturais que produzem complexas tríades, porém, tendo a clareza da posição teórica adotada.

### 1.3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL-TC E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO-MT COMO EXPRESSÕES DOMINANTES DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL

O empreendimento analítico desta tese parte do pressuposto de que é condição *sine qua non* refletir as questões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais existentes no Brasil, todavia, sem negligenciar o processo histórico-geográfico de sua construção. Com esta perspectiva, inevitavelmente, o processo de formação socioespacial do País necessita ser levado em consideração.

Já no início desta tese evidenciou-se a complexidade do processo de formação do território, a partir de uma periodização que perpassou por diversos estágios de formas produtivas, ou seja, desde o período colonial até a moderna república implantada no País com seus desdobramentos posteriores. Assim, constatou-se que a ocupação do território brasileiro se deu a partir de interesses econômicos que foram controlados pelas elites. Esse processo reflete até os dias atuais.

As contradições criadas no decorrer da lógica colonizadora do território impactaram incisivamente na questão agrária do País. Portanto, os usos da terra no Brasil comportam problemas que são frutos de um processo histórico-geográfico de formação, que, com raízes na expansão colonial europeia, caracterizou-se pela sua apropriação concentrada, e, isso já com os “*plantations*” de cana-de-açúcar, perpassando pela Lei de Terras de 1850, que assegurou o poder dos latifundiários, até os dias atuais.

Fernandes (2014, p. 17) afirma que “o Brasil é um País continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário. Possui 8.514.876,599 Km<sup>2</sup>, (...), e mantém desigualdades tão grandes quanto seu território”. De acordo com o autor, as desigualdades produzem uma das estruturas fundiárias de maior concentração do mundo, sendo que a maior parte das terras está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais.

É interessante perceber o fato de que, no Brasil a Territorialização do Capital-TC e a consequente Monopolização do Território-MT se fizeram presentes no País já com os primeiros colonizadores. Prado Júnior (1942) aponta que na agricultura, o elemento fundamental para sua prática foi a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. De acordo com o autor:

Este tipo de organização agrária, que corresponde a exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, (...). A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda –, é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil (...) (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 113).

A grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, todas essas formas combinaram-se e complementaram-se como necessárias para atender os interesses do empreendimento europeu. Em Prado Júnior (1980), vê-se que, no primeiro momento da ocupação efetiva do território, esse foi dividido em faixas de terra (capitanias hereditárias), assim, as capitanias foram entregues para pessoas de confiança da Coroa Portuguesa. Os capitães donatários tinham a “missão” de produzir na terra, gerando lucros e contribuindo também para a efetivação da ocupação do território.

Como ressalta Ribeiro (2006) o cultivo da cana-de-açúcar foi a primeira atividade econômica produzida no território nacional, e junto a ela, economias complementares foram sendo praticadas, como, a agricultura de subsistência que visava garantir o abastecimento das regiões que estavam envolvidas na economia açucareira. Prado Júnior (1980) esclarece que a ocupação e colonização efetiva do Brasil, ocorreu gerando circunstâncias que determinaram o tipo de exploração agrária no País: a da grande propriedade.

Como enfatiza Prado Júnior (1980) e Ribeiro (2006), no processo de colonização os lusos recorreram ao trabalho dos indígenas, porém, com o passar do tempo os índios foram perdendo o interesse pelos insignificantes objetos que recebiam como “pagamento” pelo trabalho realizado. Esse fato impulsionou os portugueses a trazerem para o Brasil escravos africanos. Nas palavras de Prado Júnior (1980, p. 36-37, grifo nosso):

Aqui será o negro africano que resolverá o problema do trabalho. Os portugueses estavam bem preparados para a substituição, já de longa data, desde meados do séc. XV traficavam com pretos escravos adquiridos nas costas da África e introduzidos no Reino europeu onde eram empregados em várias ocupações: serviços domésticos, trabalhos urbanos pesados, e mesmo na agricultura (...). Não se sabe ao certo quando apareceram pela primeira vez no Brasil; há quem afirme que **vieram já na primeira expedição oficial de povoadores (1532)**. O fato é que na metade do século eles são numerosos.

A vinda dos escravos para o Brasil permitiu consolidar o empreendimento colonizador europeu que tinha por objetivo alavancar a inicial expansão do capital que vinha ocorrendo na Europa. Isso é o que destaca Barbosa de Oliveira (2003, p. 108) quando explica que:

A conformação do antigo sistema colonial [caso do Brasil] aparece como momento essencial para o avanço do capitalismo na Europa. A valorização do capital comercial é dinamizada pela nova malha de circuitos entre colônias e metrópoles, ao mesmo tempo em que a entrada de produtos coloniais estimula o comércio entre as próprias nações européias. O mercado colonial serve de alavanca para o desenvolvimento da produção mercantil das metrópoles, particularmente da produção manufatureira. Finalmente, a entrada maciça de metais preciosos da América vem permitir a superação da depressão monetária que dificultava a circulação mercantil da Europa na fase de crise do feudalismo.

Nesta tese evidencia-se que ao ser levado em consideração o processo de formação socioespacial do território, compreende-se que com a chegada dos colonizadores, o Brasil passou a ser integrado aos circuitos mundiais de reprodução do capitalismo. A chegada do homem branco rompe com o modo de sobrevivência que até então existia sobre o território que era dos indígenas. O europeu ao territorializar a terra brasileira, o faz com o objetivo de extrair dela mercadorias que produzirão excedentes, permitindo assim acumulação. Portanto, é dessa forma que o capitalismo iniciou sua reprodução no território, tão logo produzindo complexas contradições sociais ao explorar indígenas e posteriormente negros africanos e imigrantes de várias nacionalidades.

Portanto, a constituição do capitalismo no Brasil foi o resultado do processo de concentração dos meios de produção e de capitais. O capitalismo no País teve como “matéria-prima” a terra, que, pelo fato de ser um meio de produção, apesar de ser diferente devido não ser criado pelo trabalho humano, deixou de ter um valor simplesmente de uso (como faziam os indígenas), para ter um valor de mercadoria dentro do capitalismo nascente no território. É por esse fato que o acesso à terra foi impossibilitado para milhares de homens, pois como foi transformada numa mercadoria “cara”, os desprovidos de capitais foram penalizados, sendo distanciados do acesso a ela.

Faz-se necessário pontuar que existe um acalorado debate em torno da “origem” do capitalismo no Brasil. Há autores que não concordam com as teses que realçam ter havido relações capitalistas já no momento da colonização. Há quem

defenda a ideia de que o modo de produção escravista colonial apenas gerou uma acumulação originária de capital, permitindo somente após a Independência do País em relação a Portugal, haver o capitalismo de forma concreta no território<sup>19</sup>.

Elucida-se que não é a pretensão de, neste trabalho, centrar-se nas discussões teóricas que procuram chegar a um consenso sobre a origem “exata” do capitalismo no território brasileiro, contudo, como já destacado, ao ser refletido o processo de formação socioespacial do País, compreendeu-se que a chegada de colonizadores vindos de nações de capitalismo nascente, permitiu a imediata fixação de relações capitalistas sobre o espaço alvo de apropriação e consequente territorialização. Este entendimento corrobora-se com a teorização de Barbosa de Oliveira (2003) que também defende a ideia de um capitalismo sendo implantado já no processo de colonização.

Oliveira (2001, p. 186) realça que no Brasil, “o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra”. No entendimento da tese em questão, essa fusão já ocorre no início da exploração das capitanias entregue aos donatários. Oliveira (2001, p. 181, grifo nosso) entende que o processo de fusão, que teve sua origem na escravidão, este:

Vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. **Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente.**

Utilizando de mão de obra escrava, os donos de latifúndio (donatários), territorializam o capital gerado com a exploração das terras cultivadas de cana, e, assim vão monopolizando o território. Compreende-se que o processo de construção do território brasileiro vai ocorrendo, contudo, sem alterar a estrutura fundiária imposta em 1532 com o modelo das capitanias. No ano de 1850 a Lei de Terras que substituiu a Lei das Sesmarias, continuou a preservar os interesses do latifúndio. Moreira (1990) explica que num anúncio público que destaca o fim do acesso à terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de Terras estabelece o mercado como regra do caminho. Em suas palavras:

---

<sup>19</sup> Moreira (1990) é um geógrafo que aborda essa questão. O autor concebe relações capitalistas no território, a partir do ano de 1822. Para maiores aprofundamentos sugere-se a leitura de: MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1990.

Doravante, só se adquire terra mediante compra. Por conseguinte, só a quem a pode comprar fica ela assim franqueada, excluindo-se desse acesso quem não tem recursos, o que quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários (MOREIRA, 1990, p. 36).

É importante lembrar que passados 38 anos da fixação da Lei, houve a abolição da escravidão, logo, os “ex-escravos” ficaram impossibilitados de adquirirem terra, e assim, a ordem do latifúndio permaneceu. Fernandes (2014) expõe que alguns estudiosos interpretam a Lei de Terras como “intencionalmente” projetada pela classe dominante com o intento de impedir um modelo de desenvolvimento agrário baseado na pequena propriedade e no trabalho familiar e comunitário. Nas palavras do autor, para alguns pensadores a classe dominante tinha em mente “fazer com que a terra fosse transformada em mercadoria para que a vasta maioria dos camponeses brasileiros, imigrantes e escravos libertos não tivessem recursos suficientes para adquiri-las (FERNANDES, 2014, p. 30)”.

Oliveira (2001) também destaca que quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios da colonização a distribuição foi desigual. Segundo ele:

Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas, estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial. Com a independência e com o fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os escravos que foram sendo libertos. Dessa forma, podemos verificar que esses princípios que marcaram a concentração fundiária no Brasil nunca deixaram de existir (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

Os levantamentos de dados oficiais realizados por Oliveira (2001), esclarecem os princípios que marcaram a concentração fundiária no Brasil e que até a atualidade nunca deixaram de existir. O autor explica que, a Constituição de 1946, que vigorou até 1967, e as que a antecederam, definiam em 10 mil ha a área de terra devoluta máxima a ser vendida a brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. No entanto, sempre previram que, com a autorização do Senado



Federal, essa área (de 10 mil ha) poderia ser maior. Segundo Oliveira (2001) foi o que aconteceu na década de 70, quando a Constituição de 67 baixou a área máxima para 3 mil ha. Em suas palavras:

Naquela época [década de 1970] o Senado Federal autorizou, por exemplo, o governo do Mato Grosso a vender, no então município de Arapuanã, cinco áreas de 200 mil ha; ou seja, 1 milhão de ha de terras deveriam ser entregues a cinco proprietários apenas (OLIVEIRA, 2001, p. 28-29).

Os apontamentos do autor acima citado demonstram que a TC e a MT são processos que ocorrem de longa data no País. Cumpre ressaltar que as atividades produtivas vão sendo alteradas no decorrer do processo da formação socioespacial do território mantendo o curso da TC e da MT agrário. Tanto o ciclo da cana como o do café, ambos não alteraram a estrutura fundiária. Prado Júnior (1980, p. 165-166) pontua que:

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo “plantação” (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, (...), por trabalhadores assalariados.

Prado Júnior, reflete que o ciclo da cafeicultura, reforçou a tradição já formada no País, a de inviabilizar os pequenos produtores a terem acesso ao cultivo do produto lucrativo em vigência para comercializarem, pois, o café era uma planta que necessitava de consideráveis quantias de capitais para serem investidos na lavoura. Assim como, no ciclo da cana, no café, o capital também se territorializou por meio de infraestruturas nas grandes fazendas. Segundo Prado Júnior (1980, p. 166):

Além das plantações, a fazenda conta com diferentes instalações e dependências que fazem dela um conjunto complexo, vultoso e em grande parte auto-suficiente. É a repetição do que já se observara nos engenhos de açúcar. Assim, as destinadas ao preparo e beneficiamento do produto: tanques onde o grão é lavado logo depois da colheita, terreiro onde ele é exposto ao sol para secar, máquinas de decorticação, triagem, etc. Além destas, a residência do proprietário (em regra absentista, mais visitando sua propriedade na época da colheita, de maio a agosto), a senzala dos escravos (grande edificação térrea com os alojamentos dispostos ao redor de um pátio central) ou “colônias” de trabalhadores livres, agrupamento de casinhas em geral alinhadas ao longo de uma rua e dando aspecto de uma pequena aldeia; finalmente as cocheiras, estrebarias e oficinas diversas de carpintaria, ferreiro, etc.

Como evidenciou o autor, a estrutura fundiária concentrada, não sendo alterada, permitiu, assim como, no ciclo da cana, também com o do café, produzir a TC e a consequente MT. O mesmo processo se dá no Sul do País, na qual se formam monstruosas fazendas para criação de muares e gado. Enfim, em todas as frentes de expansão do povoamento sobre o território nas quais configurou-se especificidades produtivas regionais, como bem abordou Ribeiro (2006) ao descrever as características dos cinco brasis, a TC e a MT foram ocorrendo. Tal processo permite compreender que no País, de Norte a Sul, de Leste a Oeste o capital foi se territorializando e monopolizando territórios que refletem contradições até os dias atuais. Com esta reflexão é oportuno para o momento evidenciar os apontamentos de Fernandes (2014, p. 28), pois segundo ele:

A sesmaria atribuída a determinado nobre no Brasil, tornar-se-ia grande propriedade. Tratava-se de uma plataforma de lançamento do latifúndio em um sistema de plantio de monocultura para exportação para o que viriam a ser as grandes propriedades produtoras de *commodities*, as quais contribuíram para a problemática da formação social do país.

A TC, assentando-se na estrutura fundiária produzida histórica e geograficamente no País, perpassou pelos vários períodos das formas produtivas no território nacional. Com a modernização do campo iniciada na década de 1950 que acentuou-se na década de 1960, sobretudo, na região Sul e Sudeste, expandindo-se para as demais regiões a partir da década de 1970, o campo enfrentou mudanças significativas sendo alvo de reconfigurações. O processo modernizador, tido como o gerador do aumento da produção agrícola e do crescimento da economia a partir de exportações, novamente acentuou as contradições agrárias, pois, produziu exclusões sociais ao beneficiar apenas parte da produção nacional (produção destinada à exportação), beneficiando, desta maneira, os grandes produtores rurais.

No que diz respeito à modernização do campo que passou a atender os interesses do desenvolvimento do capitalismo industrial, um conjunto de inovações tecnológicas foram desenvolvidas e aplicadas na agricultura. Este fato resultou na integração da agricultura ao processo geral de industrialização. Graziano da Silva (1982) permite compreender que o processo denominado por ele de “modernização dolorosa” foi conduzida e patrocinada pelo Estado com o objetivo de modernizar o segmento agrícola, aumentando assim a oferta de alimentos e produtos para exportação, bem como, liberar a mão-de-obra para o setor urbano industrial.

A adoção de “pacotes” tecnológicos inseridos no campo não mudaram em nada a questão histórica e geográfica da estrutura agrária, muito pelo contrário, agravou-se ainda mais causando grandes impactos ambientais devido o intenso uso de agrotóxicos, além de gerar desemprego no campo e consequentemente, êxodo rural. O modelo de uma agricultura cientificizada gerado e difundido em países centrais no início do século XX, disseminou-se em escala global. No Brasil, o modelo adentrou nos anos de 1960 por meio de tecnologias e sistemas organizacionais. Nas palavras de Luzzi (2007, p. 07), as transformações tecnológicas nasceram como:

Uma verdadeira panacéia que solucionaria o problema da fome – baseada nas previsões malthusianas de escassez de alimentos frente ao crescimento acelerado das populações mundiais – e do subdesenvolvimento do mundo. Para a grande maioria dos países periféricos a adoção deste padrão tecnológico moderno representava mais do que a sua auto-suficiência alimentar, mas também a oportunidade de sanar a lacuna tecnológica que os separava dos países centrais, auxiliando-os no processo de superação do seu atraso e direcionando-os para o crescimento econômico.

As transformações tecnológicas, apontadas pela autora acima citada, foram sendo inseridas no território sob os auspícios de uma “solução” para reverter o “atraso” com que a agricultura brasileira convivia.

Nas palavras de Graziano da Silva (1997, p. 45):

Os funcionalistas americanos deste século [XX] terminaram por fazer a identificação espúria de rural com atrasado para justificar as suas propostas intervencionistas “de fora”, entre as quais os programas de assistência técnica e extensão rural. O diagnóstico neoclássico dizia que os agricultores eram pobres, mas eficientes: o problema não estava no uso dos “fatores de produção” disponíveis, mas sim que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de “novos fatores” que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos até a educação formal, nos moldes urbanos (...).

Foi em meio às disseminações ideológicas, elucidadas por Graziano da Silva (1997), que as transformações na agricultura do País ocorreram, assim introduziram-se tecnologias, ciência e formas organizacionais, como: sementes híbridas, agrotóxicos, irrigação, adubos químicos, inoculantes biológicos, máquinas pesadas e implementos agrícolas, orientação agrônômica etc. Em síntese, a “modernização” do campo que iria permitir, com o apoio estatal, que o agronegócio fosse alavancado no

território, gerou sérias consequências de cunho ambiental, social e cultural no espaço agrário brasileiro.

Os estudos de Luzzi (2007) e Gonçalves (2008) evidenciam as implicações ecológicas como: perda da biodiversidade, degradação de solos e recursos hídricos, substituição de variedades locais por híbridos comerciais, contaminação por agrotóxicos (agricultores, produtos agrícolas e meio ambiente), inadequação tecnológica aos pequenos produtores, descontrole das pragas e doenças. Houve também um intenso êxodo rural, consequentemente inchaço do meio urbano, precarização do trabalho, empobrecimento da população rural, dependência tecnológica, menosprezo das formas de vivência dos povos tradicionais.

Em Graziano da Silva (1981), entende-se que, o início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no País as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Desta forma, segundo Graziano da Silva (1981, p.11, grifo nosso):

São implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante. O importante é que, **a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses "novos" meios de produção.** Para garantir a ampliação desse mercado, **o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria,** acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. **A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa.**

Pois bem, faz-se importante mencionar que, chama a atenção o entendimento que Cunha (1986) faz ao refletir a modernização do campo no Brasil. Cunha (1986) destaca que Graziano da Silva define implicitamente, como “modernização da agricultura o processo de “industrialização da agricultura”. No entanto, Cunha (1986) ao analisar o meio rural do Brasil e ao centrar sua pesquisa sobre o Estado do Paraná, passa a entender o processo como sendo uma “integração da agricultura à indústria”.

De fato, Cunha (1986) bem explica o processo de integração da agricultura à indústria, sendo que, as formas produtivas que passam a ocorrer no País propiciaram um maior fortalecimento da TC e da MT. Segundo Cunha (1986) o

processo de integração se dá quando a agricultura passa a utilizar intensamente máquinas, equipamentos e insumos modernos e a produzir matérias-primas agrícolas para indústrias transformadoras. Em seus escritos Cunha (1986, p. 45) salienta:

Assim, ligada, a Jusante e montante ao setor industrial, a evolução da agricultura subordina-se ao desenvolvimento da industrialização, transformando-se numa atividade produtiva altamente dependente, com autonomia cada vez menor.

O capital acumulado territorializa-se por meio de materialidades (infra-estruturas e equipamentos), assim como, também, pelas formas simbólicas e idealistas (propaganda, integração, dependência), com intensidade nas últimas décadas do século XX. No entanto, como abordou-se até aqui, essa TC e MT consolidam-se no País amparados por uma tradição histórica e geográfica de subordinação ao capital. Em outras palavras, a TC e MT teve o suporte de uma complexa formação socioespacial imersa aos interesses do capitalismo e que envolveu a questão agrária do País.

Na atualidade a TC e MT assumem formas variadas. Oliveira (2001, p. 24-25) faz um interessante apontamento, que inclusive se relaciona com a problemática desta tese que será “esmiuçada” no seu terceiro capítulo. O apontamento feito pelo autor diz respeito ao processo de TC e MT feito por grandes empresas nacionais e internacionais. Assim, o autor reflete dois casos de atuação sobre o território: o caso do segmento alcooleiro e o do tabaco. O autor comenta que a industrialização da agricultura, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Nas palavras do já mencionado, Oliveira (2001, p. 24):

Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

Ao refletir essa “unificação”, Oliveira expõe os dois exemplos acima mencionados. Segundo ele:

Nas usinas ou destilarias, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos bóias-frias. No segundo caso, os produtores de fumo do sul do Brasil entregam sua produção às multinacionais do cigarro. Capitalista industrial é uma pessoa, proprietário da terra e trabalhador são outra pessoa. Nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com suas famílias, podemos ter três personagens sociais na relação: o capitalista industrial, o proprietário da terra-rentista (que vive da renda em dinheiro pago pelo aluguel da terra) e o trabalhador camponês renteiro que trabalha a terra com a família (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

Para o autor, o processo contraditório de desenvolvimento capitalista no campo, revelados nos dois exemplos, é que, no primeiro caso o capital territorializa-se gerando o processo de TC monopolista na agricultura. No segundo caso, o processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, tendo, portanto, apenas a MT pelo capital monopolista.

Santos e Silveira (2012), também advertem sobre as lógicas do capital no território nacional brasileiro. As constatações dos autores levam em consideração o processo de formação socioespacial ocorrido no País, e assim, focam o entendimento acerca das realidades socioespaciais existentes no início do século XXI. Com essa característica de ter um entendimento mais atualizado do território, Santos e Silveira evidenciam as lógicas territoriais das empresas, sobretudo, as multinacionais, que segundo eles, estas usufruem das condições socioespaciais a fim de estabelecerem um uso consciente do território, que então, passa a ser usado atendendo aos reclamos da economia globalizada.

Os autores mencionados acima, apontam que, a TC e a MT não deixam imune o campo brasileiro, pois, as materialidades produzidas pela lógica dos circuitos da distribuição e do consumo, ocorrem no território a fim de garantir que as produções agrícolas e industriais se façam presentes num território unificado pelos interesses do mercado capitalista. Assim, são construídas estradas, galpões, silos, armazéns, frigoríficos, depósitos para insumos..., tudo isso a serviço das lógicas que produzem os circuitos espaciais de produção.

Santos e Silveira (2012) destacam que o grande momento modelador do território brasileiro ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, pois foi nesse momento que se tornou possível notar que a ausência de uma rede nacional de transporte em um País de proporções continentais causava enormes dificuldades. A partir de então, foi necessário equipar o território de acordo com os recursos modernos



visando assim a sua fluidez, pois, a partir do período pós-guerra surgiu uma nova divisão do trabalho no Brasil.

Essa modernização imposta ao território brasileiro desde o pós-guerra exigiu a produção e instalação não apenas de uma *tecnoesfera* - obras de engenharia e sistemas técnicos, que substituem o meio natural ou o meio técnico pré-existente, mas também de uma *psicoesfera*, que adaptasse o território aos projetos pré-concebidos de urbanização, industrialização e modernização agrícola (SANTOS, 1996), logo, um uso acirrado e competitivo passou a ocorrer no Brasil aguçando a TC e a MT.

É interessante refletir essa questão da TC e da MT, levando em consideração o pensamento de Santos e Silveira (2012, p. 290), pois para eles “cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo (...)”. As redes de transportes, incluindo a materialidade de infraestrutura das mesmas, são elementos importantes para que as empresas selecionem suas áreas de atuação. Assim:

Cada empresa, cada ramo da produção produz, paralelamente, uma lógica territorial. (...), esta é visível por meio do que se pode considerar uma topologia, isto é, a distribuição no território dos pontos de interesse para a operação dessa empresa. Esses pontos de interesse ultrapassam o âmbito da própria firma para se projetar sobre as empresas fornecedoras, ou compradoras, ou distribuidoras. Para cada uma delas, o território do seu interesse imediato é formado pelo conjunto dos pontos essenciais ao exercício de sua atividade, nos seus aspectos mais fortes (SANTOS E SILVEIRA 2012, p. 292).

Acredita-se que a presença de uma grande empresa, seja de atuação escalar global, nacional ou regional, leva em consideração a estrutura de consumo, as infraestruturas materiais e sociais existentes, ou que serão possibilitadas por um dado território, para assim o territorializar e monopolizar. Chama a atenção os escritos dos já referidos autores quando esclarecem que:

As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade de exercício do seu poder. O resto do território torna-se, então, o espaço deixado às empresas menos poderosas. Os primeiros seriam, do ponto de vista da produtividade, da competitividade, “espaços luminosos”, enquanto o resto do território chamar-se-ia “espaços opacos”. Na verdade, as coisas não se dão de maneira tão simples. Em primeiro lugar, os pontos luminosos abrigam também as atividades menos luminosas, que tanto podem ser

complementares às atividades mais dinâmicas como resultar da permanência, em cada lugar, de uma sociedade desigualitária. Em segundo lugar, o que existe é toda uma gama de lugares luminosos e de lugares opacos, disputados por empresas com diferentes graus de modernidade capitalista ou organizacional (SANTOS; SILVEIRA 2012, p. 294).

Mediante os escritos acima, compreende-se que o poder de uso do território ocorre de forma diferenciada a partir da condição de poder aquisitivo das empresas, no entanto, as condições materiais de um dado território se caracterizam importantes para que as empresas deles se apropriem usando-o, e assim, estabelecendo a TC e a MT.

Cumpre esclarecer que é interesse desta tese, compreender como ocorre a TC e a MT a partir das lógicas estabelecidas pelas empresas fumageiras sobre os municípios da microrregião. É para atingir esse objetivo, (que será abordado pormenorizadamente no terceiro capítulo), que estabeleceu-se a discussão acerca da TC e da MT a partir do viés histórico-geográfico da formação socioespacial brasileira, pois, seria imprudente negligenciar o fato de que ambos os processos possuem uma relação íntima com as lógicas produzidas pelo capitalismo agrário do País.

Destaca-se que levantamentos de dados criteriosos em pesquisas de autores como: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Antonio Thomaz Junior, evidenciam com clareza processos de TC e de MT por grandes empresas atuantes em diversos segmentos do agronegócio assentado no latifúndio existente no País. No entanto, dada a abrangência e complexidade com que assumiria essa tese, (pelo fato de ser uma abordagem de grande magnitude teórica e de dados), assim como, pelo risco de ficar vago o objetivo central que é o de desdobrar as questões sociais, políticas e econômicas que envolvem os produtores de fumo dos municípios da microrregião de Prudentópolis, não será possível contemplar a abrangência do processo que, em sua totalidade é uma expressão dominante do capitalismo agrário brasileiro construído histórica e geograficamente.

Só a questão da TC e sua monopolização por meio de empresas e produtores de soja, daria uma tese. Assim como no caso da soja, lógicas que envolvem o cultivo de cana, a criação de gado, entre outras, pode ser abordada para enriquecer as investigações que buscam contribuir para o conhecimento e para os rumos do País, pois, como bem descreve Fernandes (2014, p. 16) “enquanto os

debates sobre as políticas agrárias e de usos da terra no Brasil continuarem, existe a possibilidade de mudança para um modelo sustentável”.

Portanto, é com esse pensamento que aborda-se nesta tese a complexidade que permeia a vida dos produtores de fumo nos municípios da microrregião geográfica de Prudentópolis-PR, pois as necessidades constatadas a partir do “vivido<sup>20</sup>” impulsiona fazer essa escolha de pesquisa que é urgente e necessária para a promoção do debate público e também para a “ação” prática.

#### 1.4. A TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÃO DO GOVERNO NAS ESCALAS ADMINISTRATIVAS

A territorialização de políticas públicas, seja na escala do Município, Estado, União, “possui” (deve possuir) autonomia<sup>21</sup> ante as territorializações que não levam em consideração a equidade social, a dignidade, qualidade de vida da sociedade.

Cumprir destacar que em meio a extensão do território nacional, várias desigualdades em termos de oportunidade e condições de vida para as pessoas que nele habitam, existem. As desigualdades manifestam-se em diferentes recortes territoriais (distritos, municípios, estados), nos quais, política e administrativamente sua delimitação e existência necessita contar com ações de políticas públicas.

Cabe aos governos, por meio de políticas públicas, nos diferentes níveis de escala administrativa, tornar mais equitativas as oportunidades para as pessoas, a fim de construir a soberania e o processo de desenvolvimento nacional. Assim sendo, o amadurecimento do Estado brasileiro depende de governos e políticas públicas inovadoras e eficientes que possam garantir condições de vida dignas para os seus cidadãos.

Desta forma, dadas as atribuições que lhes são conferidas, os diferentes níveis de governo (municipal, estadual, federal) necessitam atender e representar os interesses da sociedade, intervindo de forma planejada, visando o bem público. A

---

<sup>20</sup> O autor desta tese habita no território da microrregião, sendo que é filho de pequenos agricultores que até o ano de 2009 cultivavam o tabaco para garantirem a sobrevivência, portanto, o autor desta tese também foi produtor de tabaco (fumicultor como se chama na microrregião).

<sup>21</sup> A territorialização de políticas públicas governamentais não pode ficar refém das ações de grandes grupos empresariais, ou, de grupos criminosos que produzem paralelamente territorializações em diferentes escalas espaciais.

intervenção se dá com o direcionamento de políticas públicas. Mas, o que é política pública? De acordo com Souza C. (2006, p. 26), é:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Os programas e ações de uma política pública não necessariamente possuem o governo como o único ator do processo de implementação. Sendo assim, vários atores podem participar, como: associações, empresas, Organizações Não Governamentais-ONGs, instituições públicas e privadas entre outras.

Melazzo (2010, p. 14-15) define política pública como:

Toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação, seja econômica, ambiental, urbana ou outras. Isto é, trata-se de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos/problemas, previamente selecionados, linha essa que se materializa/consubstancia, na maioria das vezes, através de princípios, diretrizes, objetivos e normas, mais ou menos explicitados através de planos, programas e projetos e, dependendo de cada caso, também de um arcabouço legal – a lei ou o conjunto de leis.

De acordo com Melazzo, para existir uma política pública é necessário que ela seja mediada pelo Poder Público, assim, cabe aos governos municipais, estaduais e federal torná-la parte de sua agenda de atuação. Para Teixeira (2002, p. 02) políticas públicas são:

Diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Como bem adverte Teixeira (2002), não se pode negligenciar o fato de que, as políticas públicas traduzem no seu processo de elaboração e implantação, e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político e econômico, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder. Neste sentido, é preciso ter em mente que como o poder é uma relação social que envolve vários atores com

projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, torna-se necessário a existência de mediações sociais e institucionais. Isso para que se possa obter um mínimo de consenso, e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas, obtendo eficácia.

Teixeira (2002, p. 02) esclarece que:

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

O pensamento do autor acima citado encaminha a refletir sobre a importância e necessidade do debate público e da transparência no processo de elaboração de uma política pública, logo, tal política necessita ser elaborada, levando em consideração os anseios da sociedade, e, não apenas os que advêm dos gabinetes governamentais. Silva e Bassi (2012) destacam que a política pública tem um propósito coletivo e em benefício da sociedade, no entanto, feita a partir de escolhas que o governo faz. Acredita-se e defende-se que as políticas públicas necessitam respaldar as demandas, sobretudo, dos segmentos marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Mas, como aponta Teixeira (2002), as demandas são interpretadas pelas pessoas que ocupam o poder, porém, influenciadas por uma agenda que a sociedade civil pode criar, e, isso através da pressão e da mobilização social.

Teixeira (2002) esclarece que uma política pública pode objetivar a promoção de desenvolvimento, criando assim, alternativas que resultem na geração de emprego e renda. Também pode ser direcionada para regular conflitos entre os diversos atores sociais que têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmos ou pelo mercado e necessitam de mediação, entretanto, como expõe Teixeira (2002, p. 03):

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

O autor supracitado ao refletir acerca da importância das políticas públicas, alerta que é importante considerar alguns tipos de políticas, para que se possa definir o tipo de atuação que se pode ter frente a sua formulação e implementação. No quadro a seguir destacam-se vários critérios apontados por Teixeira (2002) e que podem ser utilizados na definição e atuação de uma política pública nas esferas de governo.

QUADRO 1 – MODALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Quanto à natureza ou grau da intervenção:	a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.
	b) conjuntural ou emergencial – objetivam amenizar uma situação temporária, imediata.
Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:	a) universais – para todos os cidadãos
	b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)
	c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.
Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:	a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
	b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;
	c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

FONTE: TEIXEIRA (2002).

ELABORAÇÃO: O autor (2015).

Evidencia-se que das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, é possível, como ressalta Souza C. (2006, p. 36-37) extrair e sintetizar seus elementos principais, sendo eles:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Faz-se importante destacar aqui os apontamentos de Frey (2000) que apresenta valiosa contribuição para o entendimento em torno do tema política pública no Brasil. Esse autor comenta que nos Estados Unidos a vertente de



pesquisa envolvendo a ciência política iniciou-se anos de 1950, sob o rótulo de “*policy science*”, sendo que na Europa, sobretudo, na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas só ganhara notoriedade a partir do início dos anos de 1970. No caso do Brasil, Frey (2000) esclarece que estudos sobre políticas públicas foram realizados mais tardiamente.

Chama atenção o esclarecimento que Frey (2000) apresenta ao ressaltar que; nas análises sobre políticas públicas em países em desenvolvimento, é preciso estar atento para o fato de que o instrumento analítico-conceitual é deficitário, e isto, por ter sido elaborado nos países industrializados sendo posteriormente ajustado as particularidades das democracias mais consolidadas do Ocidente. Portanto, visando corrigir os *déficits*, Frey (2000) alerta para o fato de que é preciso que haja uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas, às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento.

Frey (2000) também evidencia que as políticas públicas não podem ser compreendidas dissociadas de conflitos e relações de poder. Segundo este autor “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados (FREY, 2000, p. 219)”.

Dada a importância conferida ao papel que a política pública desempenha, Frey (2000) apresenta alguns direcionamentos elaborados de forma sequencial, sendo que as fases apresentadas pelo autor, podem ser úteis quando se busca formulá-las. As fases propostas são: “percepção e definição de problemas, “*agenda-setting*”, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas, e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (FREY, 2000, p. 226)”.

QUADRO 2 – FASES DA POLÍTICA PÚBLICA

FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	QUEM PODE PARTICIPAR
Percepção e definição de problemas	Constatação de problemas por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública. A mídia e outras formas da comunicação política e social podem contribuir para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar	Sociedade como um todo e Instituições
<i>“Agenda-setting”</i>	Decisão se um tema (problema) será inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior	Responsáveis por discutir os problemas e que irão apresentar as demandas ao governo
Elaboração de programas e decisão	Desenvolvimento da proposta. Necessário haver apoio político, bem como, planejamento a catalisação de verbas (quando envolve). Oficialização da política em Lei	Instituições e governo (este último legítima a política)
Implementação de políticas	Política pública em ação envolvendo custos, burocracias, fiscalização	Governo (necessita coordenar) e Instituições
Avaliação de políticas e a eventual correção da ação	Apreciam-se os programas já implementados no tocante a seus impactos efetivos. Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros	Governo, Instituições e sociedade como um todo

FONTE: FREY (2000).

ELABORAÇÃO: O autor (2015).

As fases apresentadas no quadro acima são pertinentes de serem refletidas em escalas administrativas de governo que carecem de ações de políticas públicas. As cinco fases sugeridas por Frey (2000) podem servir de apoio aos governos de diferentes esferas de poder, na busca de equacionar problemas que atingem o coletivo social.

## CAPÍTULO II. EXPANSÃO DO TERRITÓRIO DA FUMICULTURA NO BRASIL – O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

*O conceito de território não se aplica apenas aos seus respectivos Estados nacionais e suas regiões administrativas (estados e municípios). Ou seja, não se trata, exclusivamente, de regiões controladas por um determinado nível de poder estatal, mas também aquelas frações do espaço geográfico que são fortemente influenciadas por grandes empresas, as quais em alguns casos são as instituições decisivas na gestão de um determinado território (CUNHA 2000, p. 56).*

Como foi abordado no primeiro capítulo, uma configuração territorial não se restringe apenas aos critérios e delimitações político-administrativas que são representativas do Estado democrático que caracteriza o regime político do Brasil. Percebeu-se que territórios envoltos por lógicas de territorialidade e territorialização ocorrem em diversas escalas espaciais, portando diferentes intensidades. Assim, lógicas políticas, culturais, empresariais e econômicas podem gerar processos territoriais, inclusive monopolizando territórios.

Levando-se em consideração os elementos configuradores de um processo territorial, este capítulo aborda como se deu histórica e geograficamente a expansão do território da fumicultura no Brasil, contudo, enfocando o vertiginoso crescimento do setor no Sul do País de forma mais detalhada. A abordagem final do capítulo traz para o debate os elementos resultantes do Tratado intitulado de “Convenção Quadro para Controle do Tabaco-CQCT, do qual o Governo Federal aderiu assinando-o em 27 de outubro no ano de 2005.

Essa discussão faz-se importante, pois a CQCT ao ser aderida pelo Brasil, impulsiona o País a adotar medidas restritivas ano após ano com o intuito de diminuir a oferta e consumo de tabaco, logo, impactando diretamente sobre os produtores que cultivam a planta no Sul do Brasil.

### 2.1. FUMICULTURA NO BRASIL – DA GÊNESE AOS DIAS ATUAIS

O tabaco, popularmente, conhecido no Brasil pelo termo “fumo” é cientificamente denominado “*Nicotiana tabacum L*”, é uma erva pertencente à família “*solanaceae*” cujas folhas, depois de preparadas, servem para cheirar, mascar, fumar. São três abordagens histórico-geográficas que discutem a descoberta da planta fumígena; 1- Moreau (1951, apud VOGT, 1997, p. 35) apresenta que o fumo é

“nativo da América, tendo sido descoberto pelos europeus em 1492, quando do aportamento da esquadra de Cristóvão Colombo à Ilha de Cuba”; 2- Para Nardi (1985) o fumo teria sido descoberto nos vales orientais dos Andes da Bolívia e espalhou-se por meio das migrações dos aborígenes, principalmente pelos Tupi-Guarani pelo atual território brasileiro; 3- T.I.E (1991, apud VOGT, 1997) destaca que há mais de 4.000 anos o tabaco já existia na América Central, nas regiões onde atualmente situam-se a Guatemala e o México. De acordo com Vogt (1997, p. 35):

Os Maias, antigos habitantes da área, queimavam as folhas secas de tabaco em seus templos, como uma espécie de incenso, durante as cerimônias religiosas. Acreditavam que o fogo era um Deus e achavam que através da inalação da fumaça era possível adquirir alguma forma de poder mágico. Quando os Maias migravam, levavam consigo sementes de tabaco. Assim, outros povos da América do Norte e do Sul aprenderam a cultivar e lidar com o fumo. O cachimbo era a principal forma de uso do tabaco, mas também confeccionavam, conforme a mesma fonte, cigarros simples a partir de folhas secas cilindricamente enroladas. Com estes cigarros, os índios teriam presenteado Colombo quando este ancorou em San Salvador, em 1492.

Pela imagem a seguir é possível ter uma noção das características que definem a planta.

FIGURA 11 – LAVOURA DE FUMO



FONTE: O autor (2015).

Para Nardi<sup>22</sup> (1996), no continente americano o fumo era conhecido de tribos indígenas, e estas o utilizavam para fins medicinais, bem como, para rituais mágico-religiosos. Segundo este autor, os indígenas:

(...) fumavam-no principalmente em charutos fabricados com folhas de milho ou outras (América Central e Meridional) ou em cachimbos (América do Norte), mas era ainda mascado, bebido ou pitado. No Brasil, era particularmente importante na civilização dos tupis-guaranis, sobretudo, dos grupos que viviam pelas costas e até o cultivavam (NARDI, 1996, p. 23).

No que tange a descoberta do fumo no Brasil, pesquisas de Nardi (1996) evidenciam que tal fato se dá no século XVI em meio ao contexto histórico-geográfico da colonização do território pelos portugueses. O autor destaca que:

O sistema de troca foi a base dos intercâmbios entre portugueses e populações indígenas durante os três primeiros quartos do século XVI (...). Desde os primeiros contatos, marinheiros e soldados receberam dos índios o fumo, assim como arcos, flechas, penas de aves, papagaios e outros produtos exóticos muito apreciados na Europa, que permutavam por bugigangas: ferramentas, anzóis, espelhos pentes, etc. (NARDI 1996, p.32).

Segundo o autor supracitado, o fumo era utilizado pelos indígenas os quais faziam dele um uso essencialmente mágico-religioso e medicinal. Também, Sefrin (1995) salienta que os índios consideravam a fumaça do fumo como sendo “purificadora”, pois supunham que ela os protegia contra os “maus espíritos”.

A partir dos escritos de Nardi (1996) compreende-se que a expansão do cultivo de fumo no território brasileiro passa a ocorrer a partir do ano de 1570, pois até então, os colonos adquiriam o fumo recorrendo aos índios, para tanto, utilizavam do sistema de troca. Porém, a partir de 1570 relações conflituosas entre colonos e índios impulsionaram os colonos a cultivarem a planta. Nas palavras de Nardi (1996, p. 35):

(...), substituindo os índios, os colonos passaram a abastecer diretamente não só os marinheiros e soldados mas também os homens de negócio à procura desta planta ainda rara que provocava então na Europa – sobretudo depois de 1560 – um entusiasmo sem precedente. O fumo se constituiu em moeda de troca, para obter víveres e outros produtos da metrópole, antes de se tornar, durante a primeira metade do século XVII, um verdadeiro produto agrícola. Por outro lado, é preciso ressaltar que, ao contrário do açúcar, o fumo não necessitava de capital: qualquer um podia cultivá-lo com facilidade e obter assim um produto de grande valor, em relação aos outros

---

<sup>22</sup> Este autor pode ser considerado o principal sistematizador da abordagem sobre a descoberta e expansão do fumo no território brasileiro.

gêneros alimentícios; este aspecto foi primordial para o desenvolvimento da lavoura de fumo.

Os colonos portugueses ao iniciarem o cultivo da planta sem o auxílio dos índios visavam garantir o consumo próprio, pois, já haviam adquirido o hábito de fumar, entretanto, tinham como meta também o comércio para com o mercado europeu. A partir de pesquisas de Nardi (1996), conclui-se que as lavouras de fumo ocupavam pequenas áreas de terra, localizando-se na costa entre Salvador e Recife, com maior intensidade no recôncavo baiano. Seffrin (1995, p. 20) destaca que no final do século XVI, a produção do fumo brasileiro tomou três direções:

O de primeira e segunda qualidade era mandado para Lisboa, sendo sua maior parte reexportada para outros países da Europa. Uma outra parte servia de moeda, no período colonial, para o comércio de escravos com a África. E a terceira destinava-se ao consumo interno. (...), nenhum outro produto colonial se propagou, no continente europeu, com tanta rapidez e angariou tantos apreciadores como o tabaco.

A produção de fumo no período colonial não era “estável”, pois as variações decorriam das “pragas”, ou seja, doenças que atingiam a planta. Também o excesso de chuvas, e, em outros momentos secas, implicavam na redução das safras. No entanto, o fumo brasileiro em 1680 já atingia um total de 3.750 toneladas (t). Segundo Seffrin (1995) esse ritmo de franco desenvolvimento fez com que a produção de fumo viesse a se acelerar, abrindo novas fronteiras, além da Bahia.

Começaram, assim, a aparecer áreas fumageiras em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, de forma mais acentuada, no Rio Grande do Sul, com a chegada de imigrantes europeus, especialmente de origem germânica. Em 1824, o fumo começou a ser cultivado na Colônia de São Leopoldo e, em 1850, na colônia de Santa Cruz, futura Capital Mundial do Fumo (SEFFRIN 1995, p. 21).

A produção de fumo no território brasileiro até o século XIX enfrentou graves problemas no que tange a comercialização, pois as distâncias eram enormes tendo em vista as tímidas infraestruturas de estradas aliadas à falta de transportes adequados. Contudo, a partir do século XIX, o quadro começou a dar sinais de alento, com a criação de circuitos comerciais.

Para Seffrin (1995, p. 23) no século XIX, as cifras de exportações do fumo em folha, eram, já, significativas. “No decênio 1821/1830, foram exportadas, no total,



42.409t; entre 1841 e 1850, foram 46.230t, e, no decênio seguinte, 80.126t. Na última década do séc. XIX, as exportações totalizaram 201.812t”.

No século XX o Estado da Bahia e o do Rio Grande do Sul tiveram suas produções de fumo aumentadas, porém com diferenças no que diz respeito ao tipo das culturas da planta, bem como, o emprego de tecnologias, pois, segundo Seffrin (1995, p. 23-24):

Enquanto a Bahia mantinha a hegemonia da produção de fumos escuros para o charuto, o Rio Grande do Sul aprimorava a produção de fumos claros, especialmente o *virgínia*. Além disso, a Bahia continuava com a secagem ao sol e em galpões, ao passo que o Rio Grande do Sul, desde 1920, se especializava em novos métodos de secagem, em estufa, melhorando a sua qualidade.

A partir de 1940, a produção de fumo no Brasil passou a se beneficiar de conjunturas favoráveis, como o crescimento do consumo de fumos claros em vários países. Sendo assim, a produção se expandiu em áreas cultivadas, assim como em quantidades.

QUADRO 3 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM TONELADAS

(continua)

SAFRA	VIRGÍNIA	AMARE-LINHO	BURLEY	COMUM	OUTROS	TOTAL
1947	-	-	-	-	-	<b>11.900</b>
1951	-	-	-	-	-	<b>117.900</b>
1965	-	-	-	-	-	<b>248.182</b>
1976/1977	119.870	73.330	26.970	44.880	72.030	<b>337.080</b>
1978	116.840	68.250	37.780	29.560	130.150	<b>382.580</b>
1979	155.500	91.020	44.120	35.750	71.790	<b>398.180</b>
1980	165.200	71.480	28.260	21.150	86.880	<b>372.980</b>
1981	164.820	59.530	20.500	15.280	92.230	<b>352.360</b>
1982	211.400	37.950	34.030	13.320	95.260	<b>391.960</b>
1983	197.910	37.190	38.200	13.630	112.190	<b>399.120</b>
1984	226.610	39.920	43.660	16.130	108.430	<b>434.750</b>
1985	221.320	32.970	41.190	15.440	99.360	<b>410.280</b>
1986	232.300	31.470	40.710	11.010	95.000	<b>410.490</b>
1987	239.040	30.010	43.490	12.160	73.450	<b>398.150</b>
1988	245.140	34.880	52.570	15.120	84.000	<b>431.710</b>
1989	263.820	40.370	60.580	16.790	80.430	<b>461.990</b>
1990	258.170	36.330	57.390	16.090	80.000	<b>447.980</b>
1991	248.180	36.200	55.310	16.220	78.400	<b>434.310</b>
1992	369.120	38.140	95.320	11.150	60.000	<b>573.730</b>
1993	392.850	35.380	135.240	6.630	63.000	<b>633.100</b>
1994	297.120	12.970	82.510	4.300	50.000	<b>446.900</b>
1995	-	-	-	-	-	<b>348.000</b>
1996	-	-	-	-	-	<b>402.159</b>
1997	-	-	-	-	-	<b>543.203</b>
1998	-	-	-	-	-	<b>403.346</b>

QUADRO 3 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM TONELADAS  
(conclusão)

SAFRA	VIRGINIA	AMARE-LINHO	BURLEY	COMUM	OUTROS	TOTAL
1999	-	-	-	-	-	548.760
2000	-	-	-	-	-	539.040
2001	-	-	-	-	-	504.728
2002	-	-	-	-	-	636.871
2003	-	-	-	-	-	600.325
2004	-	-	-	-	-	852.488
2005	-	-	-	-	-	842.990
2006	-	-	-	-	-	769.660
2007	-	-	-	-	-	758.660
2008	-	-	-	-	-	713.870
2009	-	-	-	-	-	744.280
2010	-	-	-	-	-	691.870
2011	-	-	-	-	-	832.830
2012	-	-	-	-	-	727.510
2013	-	-	-	-	-	712.750
2014	-	-	-	-	-	731.390
2015	-	-	-	-	-	697.650
2016	-	-	-	-	-	525.221

FONTE: Seffrin (1995); Afubra (2017); Sinditabaco (2017).

A cultura de fumos claros como aponta Seffrin (1995), do Rio Grande do Sul estendeu-se para Santa Catarina e Paraná. Já, o Estado da Bahia, sofreu a concorrência do Estado de Alagoas. Assim, definiram-se, nitidamente, as três regiões produtoras do país: o Sul (RS, SC e PR), pelos fumos claros para cigarros (79% da produção nacional), (...); o Nordeste (BA e AL), pelos fumos escuros para charutos (16%), e os demais Estados (em particular, MG, GO e SP), pelo fumo em corda (5%) (SEFFRIN, 1995).

A partir de dados estatísticos que levam em consideração os anos de 2011 e 2012, nota-se que o Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo, e líder em exportações como demonstra o quadro a seguir.

QUADRO 4 – RANKING DOS PAÍSES QUE MAIS PRODUZEM TABACO  
(continua)

FUMICULTURA MUNDIAL SAFRA (2011/2012)							
PAÍS		PRODUÇÃO DE TABACO t		TONELADAS			
		Crú	Proces-sado	Consumo	Estoque	Export.	Import.
1	China	2.400.000	2.160.000	2.562.050	553.960	0	538.960
2	Brasil	745.360	670.820	86.060	112.580	651.190	12.320
3	Índia	640.820	576.740	465.510	134.240	271.060	200.930
4	EUA	235.580	212.020	441.720	1.580.130	153.130	430.440

QUADRO 4 – RANKING DOS PAÍSES QUE MAIS PRODUZEM TABACO  
(conclusão)

FUMICULTURA MUNDIAL SAFRA (2011/2012)							
PAÍS		PRODUÇÃO DE TABACO t		TONELADAS			
		Crú	Proces-sado	Consumo	Estoque	Export.	Import.
5	Indonésia	212.510	191.260	147.940	134.830	50.270	27.440
6	Turquia	169.090	152.190	106.240	34.620	98.200	60.430
7	Zimbabwe	141.320	127.190	3.990	229.930	43520	80
8	Argentina	115.330	103.790	29.950	364.650	36.100	1.630
9	Paquistão	83.230	74.910	76.300	91.570	5.390	10.390
10	Malavi	79.250	71.320	1.290	166.580	91.500	890
93	Outros	1.703500	1.533.150	1.850.430	3.055.200	608.630	725.480
103	<b>TOTAL</b>	<b>6.525.990</b>	<b>5.873.390</b>	<b>5.771.480</b>	<b>6.458.290</b>	<b>2.008.990</b>	<b>2.008.990</b>

FONTE: AFUBRA (2015a).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2015).

No que concerne à especialização do cultivo de fumo no território brasileiro, vê-se que a região Sul do País é a que concentra a maior parte de famílias produtoras, assim como, área destinada para o cultivo da planta, consequentemente é o Sul, o responsável por mais de 95% do fumo que é produzido no Brasil (QUADRO 05).

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO DA FUMICULTURA NO BRASIL POR REGIÃO PRODUTORA

FUMICULTURA BRASILEIRA (SAFRA 2013/2014)								
REGIÃO	NÚMERO DE ESTADOS	FAMÍLIAS PRODUTORAS	HECTARES PLANTADOS	PRODUÇÃO TONELADAS	PARTICIPAÇÃO %	Kg/ha	VALOR	
							R\$/Kg	TOTAL
Sul	3	162.410	323.700	731.390	97,4	2.259	7,28	5.321.932.174,00
Nordeste	7	19.590	18.445	19.060	2,5	1.033	5,95	113.407.000,00
Outras	5	970	730	580	0,1	795	5,95	3.451.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>182.970</b>	<b>342.875</b>	<b>751.030</b>	<b>100</b>	<b>2.190</b>	<b>7,24</b>	<b>5.438.790.174,00</b>

FONTE: AFUBRA (2015b).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2015).

Aponta-se que os dados disponibilizados pela Afubra (2015c) revelam que no ano de 2013 o Brasil exportou US\$ 3.272.138.126. A maior parte da exportação se deu pelo tabaco em folhas.

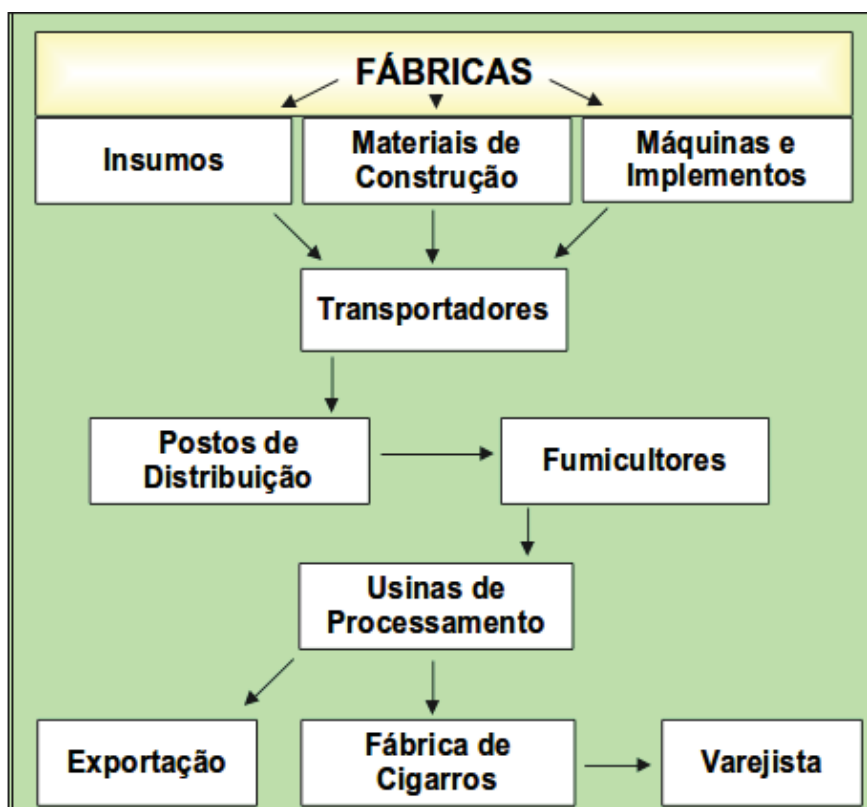
QUADRO 6 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM DÓLARES (US\$)				
ANO	Tabaco em folhas	Cigarros Cigarrilhas/Charutos	TALOS	TOTAL
1995	737.420.000	402.530.000	31.150.000	1.171.100.000
2000	781.150.000	6.140.000	54.180.000	841.470.000
2005	1.627.680.000	16.240.000	62.600.000	1.706.520.000
2006	1.658.250.000	21.440.000	72.040.000	1.751.730.000
2007	2.151.800.000	33.080.000	77.490.000	2.262.370.000
2008	2.639.770.000	27.200.000	85.060.000	2.752.030.000
2009	2.945.220.000	14.790.000	86.020.000	3.046.030.000
2010	2.684.980.000	4.180.000	73.090.000	2.762.250.000
2011	2.853.360.000	4.170.000	77.660.000	2.935.190.000
2012	3.154.870.000	4.000.000	98.120.000	3.256.990.000
2013	3.136.192.730	37.639.929	98.305.000	3.272.138.126

FONTE: AFUBRA (2015c).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2015)

A partir dos dados disponibilizados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2015d), cabe salientar que o setor fumageiro, levando em consideração o território do País, envolve mais de 2,2 milhões de pessoas no processo produtivo, sendo que, o envolvimento se dá em meio à cadeia produtiva explicitada na figura a seguir.

FIGURA 12 – CADEIA PRODUTIVA DO TABACO



FONTE: AFUBRA (2015e).

A cadeia produtiva do tabaco caracteriza-se como um importante gerador de emprego e renda, sobretudo, para as famílias que cultivam o produto em folha nas pequenas propriedades, pois, o cultivo do fumo no Brasil tem como base as pequenas propriedades, em média com 15,7 hectares.

TABELA 2 – TAMANHO DAS PROPRIEDADES (SAFRA 2013/2014)

Hectares	Famílias	%
<b>0</b>	47.465	29,2
<b>de 1 a 10</b>	56.385	34,7
<b>de 11 a 20</b>	37.960	23,4
<b>de 21 a 30</b>	14.130	8,7
<b>de 31 a 50</b>	5.120	3,2
<b>Mais de 50</b>	1.350	0,8
<b>Total</b>	162.410	100

FONTE: SINDITABACO (2015a).

ORGANIZAÇÃO: O autor (2015).

Ressalta-se que apesar da pequena lavoura plantada, o cultivo representa 53,1% da renda familiar dos agricultores. Chama atenção que os dados expressos na tabela acima apontam que 29,2% das famílias que produzem tabaco – estimativa safra 2013/2014 – não possuem terra própria, ou seja, aproximadamente 47 mil famílias desenvolvem a cultura em regime de parceria ou arrendamento.

Dados expressados por Carvalho et al. (2014) no “Anuário Brasileiro do Tabaco”, evidenciam que na safra 2013/14 a produtividade chegou a 2.272 quilos por hectare e a receita a R\$ 7,28 por quilo. Em média geral foram produzidas e comercializadas 731.390 t de fumo na safra 2013/2014, o que gerou um valor total de R\$ 5,32 bilhões. Constata-se que alicerçado num sistema de produção integrada que assegura a compra de toda a safra pelas indústrias, com remuneração acordada previamente, o setor do tabaco tem conseguido manter pequenos produtores sob sua atuação. Cerca de 88% da colheita brasileira é exportada, o que exige planejamento estratégico e sintonia entre produtores e indústrias.

Em consulta aos materiais disponibilizados pela Afubra (2015f), identificou-se que em um levantamento feito pela entidade na safra (2013/2014), esse mostra a relação custo-benefício entre alguns cultivares (QUADRO 07).

QUADRO 7 – DIAGNÓSTICO ECONÔMICO/PROPRIEDADE FUMICULTORA SUL-BRASILEIRA  
(SAFRA: 2013/2014)

CULTURA	HECTARES PLANTADOS	%	PRODUÇÃO KG	VALOR R\$
Arroz	0,050	0,3	314	242,00
Batata-doce	0,042	0,3	330	710,00
Batatinha	0,013	0,1	84	131,00
Cana de açúcar	0,093	0,6	2.793	353,00
Cebola	0,023	0,1	175	203,00
Feijão	0,286	1,8	407	1.066,00
Fumo (Tabaco)	2,644	16,8	5.973	43.462,00
Mandioca/Aipim	0,108	0,7	2.708	2.952,00
Melancia	0,031	0,2	783	423,00
Milho	3,552	22,6	13.639	6.410,00
Soja	1,230	7,8	3.150	3.465,00
Laranja	0,054	0,3	993	705,00
Pêssego	0,017	0,1	100	214,00
Uva	0,013	0,1	132	256,00
Hortaliças	0,016	0,1	105	223,00
Outros produtos agrícolas	0,008	0,1	52	133,00
Açudes	0,011	0,1	Renda tabaco = 53,1	
Mata nativa	2,473	15,7		
Mata reflorestada	1,831	11,7		
Pastagens	3,203	20,4		
SUB-TOTAL	15,7	100,0	31.738	60.948,00
CRIAÇÕES	Cabeças/un		Produção	Valor
			Kg	R\$
Produção animal			10.985	20.207,00
Produtos granjeiros			144	750,00
SUB-TOTAL			11.129	20.957,00
Total Geral			42.867	81.905,00

FONTES: AFUBRA (2015f).  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2015).

Os dados apontam que o tabaco ocupa apenas 2,64 hectares, em média, o equivalente a 16,8% do tamanho médio das propriedades produtoras, que é de 15,7 hectares. A renda do cultivo, porém, representa expressivos 53,1% da receita anual. Com essas características cerca de 162 mil famílias de produtores mantêm-se fiéis à atividade.

No quadro a seguir, constata-se que a Afubra (2015g) apresenta que nos 651 municípios do Sul do Brasil em que o cultivo de fumo se faz presente, 162.420 famílias se integram na atividade. Os dados destacados no quadro apresentam os valores da renda obtida por família e por pessoa (QUADRO 08).



QUADRO 8 – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DAS PROPRIEDADES FUMICULTORAS

SUL DO BRASIL				
Diagnóstico Socioeconômico das Propriedades Fumicultoras				
N.	ESPECIFICAÇÃO	UN	2012/2013	2013/2014
1	Municípios produtores	un	640	651
2	N. de propriedades	un	117.443	122.420
3	Famílias que trabalham em parceria	un	42.152	39.990
4	<b>Total de famílias produtoras</b>	<b>un</b>	<b>159.595</b>	<b>162.410</b>
5	Pessoas ocupadas	un	638.380	649.640
6	<b>Áreas das propriedades</b>	<b>ha</b>	<b>1.899.306</b>	<b>1.927.125</b>
7	<b>Cobertura Florestal</b>	Nativa	320.931	302.684
8		Reflorestada	231.514	224.196
9		<b>TOTAL</b>	<b>552.445</b>	<b>526.880</b>
10	<b>Área com outras culturas/atividades</b>	<b>ha</b>	<b>1.033.186</b>	<b>1.076.544</b>
11	Área com tabaco	ha	313.675	323.700
12	Produção de tabaco	ton	712.750	731.390
13	Preço médio do tabaco	R\$/Kg	7,45	7,28
14	<b>Valor bruto da safra de tabaco</b>	<b>R\$</b>	<b>5.309.987.500</b>	<b>5.321.932.174</b>
15	Valor da produção vegetal/animal	R\$	5.684.493.555	6.406.644.335
16	<b>*Valor bruto total</b>	<b>R\$</b>	<b>10.994.481.055</b>	<b>11.728.576.509</b>
17	Valor bruto total por família	R\$	68.890,00	72.216,00
18	Valor/ha da produção vegetal/animal	R\$	5.502,00	5.951,00
19	<b>Valor por hectare de tabaco</b>	<b>R\$</b>	<b>16.928,00</b>	<b>16.441,00</b>
20	Produtividade/tabaco	Kg/ha	2.272	2.259
21	<b>Tamanho das propriedades</b>	<b>ha</b>	<b>16,2</b>	<b>15,7</b>
22	Renda do tabaco	%	48	53
23	Área da resteva do tabaco cultivada com milho	ha	148.290	139.191
24	Renda per capita	R\$	22.223,00	19.004,00
<b>* Valor bruto total se o tabaco fosse substituído</b>		<b>R\$</b>	<b>7.410.333.405</b>	<b>8.332.983.035</b>
<b>Diferença do valor total para menos</b>		<b>R\$</b>	<b>3.584.147.650</b>	<b>3.395.593.474</b>

FONTE: AFUBRA (2015g).  
 ORGANIZAÇÃO: O autor (2015).

Os dados contidos mostram que as 162.410 famílias que cultivam o tabaco envolvem um número de 649.640 pessoas nas ocupações com a produção. Os dados apresentam que na safra 2013/2014 o valor bruto por família atingiu em média R\$72.216,00, proporcionando uma renda per capita de R\$19.004,00. No entanto, é preciso levar em consideração que estes valores são médias que foram abordadas sem levar em consideração o quesito “despesas”. Porém, essa questão da renda será abordada detalhadamente no subcapítulo seguinte.

É importante salientar que a expansão da fumicultura no Brasil se dá em paralelo ao processo de modernização do campo introduzido no País na década de 1960. O ideário de romper com o “atraso” do campo, fez com que o País aderisse a novos “padrões” de produção. Com a modernização emerge no Brasil o modelo que

passou a ser caracterizado pelo nome de Complexo Agroindustrial-CAI. Ao refletir os CAIs Graziano da Silva (1996, p. 31) destaca:

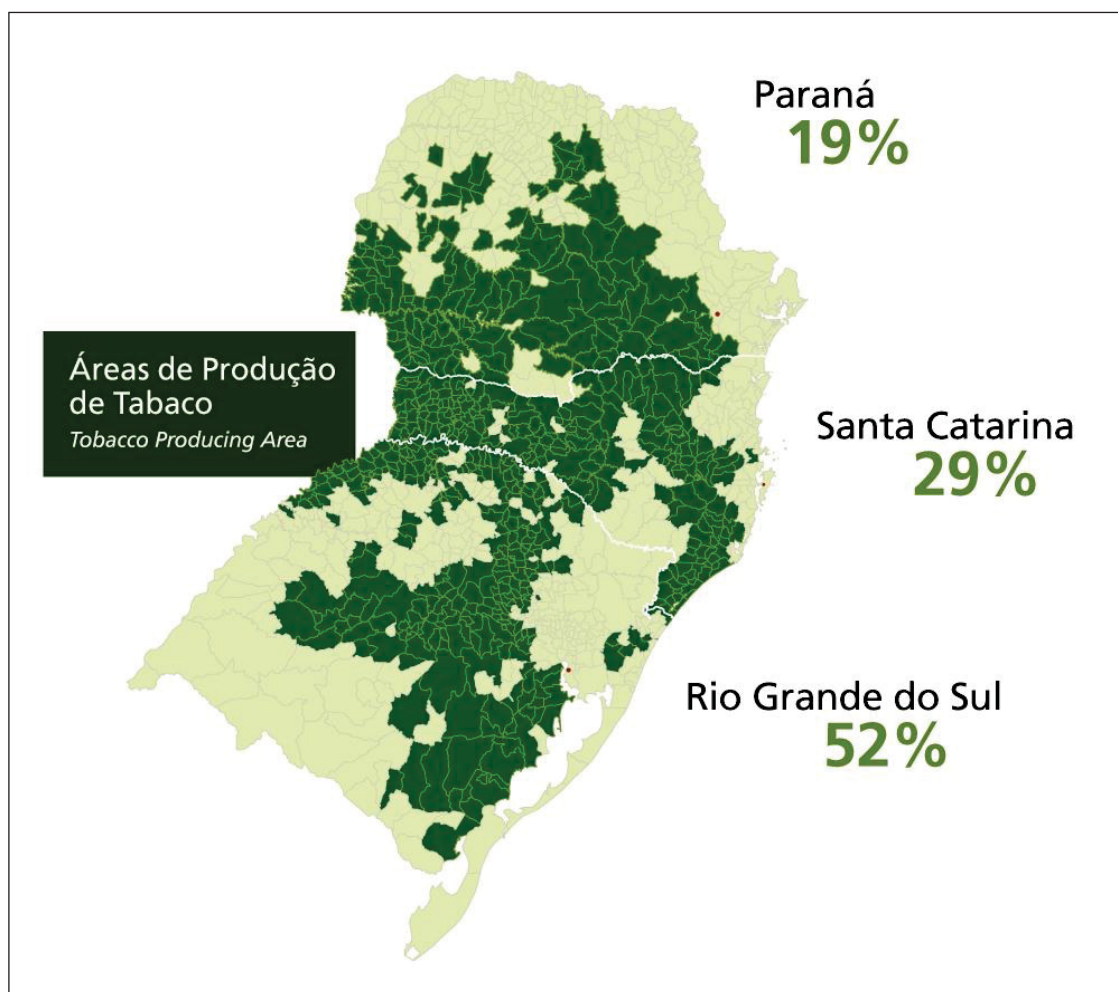
A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro, (...) e das políticas de agroindustrialização específicas instituídas a partir dos chamados fundos de financiamento. O ponto fundamental que qualifica a existência de um complexo é o elevado grau de relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem.

É em meio ao contexto histórico-geográfico de formação dos CAIs que a fumicultura se expande pelo Sul do Brasil, sendo que a atividade fumageira também passa a integrar o CAI, e isto, devido às relações dos agricultores que cultivam a planta com a agroindústria de fumo que, passa a monitorar a produção agrícola fazendo com que a indústria a montante forneça insumos, fertilizantes e materiais para produção aos produtores rurais.

Com o comando da produção realizado pelas empresas beneficiadoras que contam com o aval do Estado, as atividades agrícolas acontecem obedecendo os contratos realizados. Com essas características tem-se o estabelecimento de garantias que permitem a expansão econômica do CAI.

Foi em meio a essa lógica que a fumicultura foi crescendo no País. No período colonial o cultivo de fumo se deu no Estado da Bahia, contudo, como aponta Vogt (1997) no final do século XIX, a produção fumageira começou a ser transferida da Bahia para o Sul do Brasil, sobretudo, para o Rio Grande do Sul, no qual a região de Santa Cruz do Sul tornou-se o pólo de produção de tabaco em âmbito nacional e mundial. Na figura a seguir é possível de ser observada a espacialização do cultivo de tabaco sobre as terras da região Sul do Brasil.

FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO SUL DO BRASIL-2014



FONTE: SINDITABACO (2014a).

A figura (13) demonstra como o cultivo de tabaco está distribuído nos três Estados do Sul, sendo que estes, juntos produzem cerca de 95% do fumo que é comercializado no País. Outros 5% são cultivados no Estado da Bahia, sendo o fumo escuro que é utilizado, sobretudo, para a fabricação de charutos.

## 2.2. FUMICULTURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Vogt (1997) acredita que o cultivo de fumo no Rio Grande do Sul remonta o contexto histórico-geográfico em que os índios Guaranis ocupavam o território. Vogt (1997, p. 52) elucida que “escavações realizadas em sítios arqueológicos, situados próximos à Santa Cruz do Sul, têm confirmado o uso de cachimbo pelos Guaranis que ocupavam a região”. O autor destaca que o tabaco era utilizado pelos Guaranis

apenas para a satisfação das suas necessidades. De acordo com o já referido autor, foi com a chegada dos colonos alemães em 1824, que o cultivo de tabaco foi intensificado e consolidado.

Vogt (1997) destaca que no Brasil meridional, diferente do que ocorreu nas regiões sob o domínio da oligarquia canavieira e cafeeira, o processo imigratório objetivou fixar na terra os elementos vindos da Europa. Assim, criaram-se no Sul do País colônias de pequenos produtores rurais. É importante frisar que no Sul a colonização pela via de imigrantes teve o intuito de povoar o território que era alvo de conflitos entre luso-brasileiros e castelhanos. Silva (2002, p. 102-103) evidencia que:

Os alemães que chegaram à colônia de São Leopoldo e, posteriormente, à colônia de Santa Cruz do Sul, já possuíam conhecimento da planta e das preferências de consumo dos seus compatriotas. Tinham o costume do consumo dos fumos claros, como cigarros, o que os fez plantar para consumo próprio, a princípio (isso ainda na segunda metade do século XIX). Como a produção superava em muito às necessidades internas, a produção era comercializada nas vilas e, em seguida, conforme ligações com comerciantes da sua terra mãe, para a Alemanha. O país dava preferência ao produto cultivado pelos alemães residentes no sul do Brasil.

Os colonos alemães ao fomentarem o cultivo de fumo na região, introduziram novas variedades da planta, como o Chinês, que possibilitou o surgimento da variedade do tipo Amarelinho. No ano de 1920, iniciou-se o plantio do fumo Virgínia, que logo tornou-se um tipo de planta fundamental na composição de cigarros.

Silva (2002) explica que o fato que transformou a economia fumageira do Estado do Rio Grande do Sul e região, foi a instalação da empresa “The Brazilian Tobacco Corporation<sup>23</sup>”. Nas palavras de Silva (2002, p. 103) “o investimento foi responsável pelo surgimento do sistema de produção integrado entre agricultor e indústria, que até os dias de hoje é visto na região”. Silva explica que a chegada da empresa a Santa Cruz do Sul ocorreu devido ao conhecimento prévio que se tinha da região (tipo de agricultor, origem étnica, tamanho de propriedade, tipo de produção, de mão de obra). Portanto, levou-se em consideração, como aponta Vogt (1997), o fato da região de Santa Cruz do Sul ser configurada pelo processo de

---

<sup>23</sup> A “The Brazilian Tobacco Corporation”, foi antecessora da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (1920) e da Souza Cruz (1955). Vogt (1997) esclarece que o empreendimento foi “bancado” pela empresa inglesa “British American Tobacco, B.A.T.

colonização dos imigrantes, como possuidora de uma estrutura fundiária que contemplava pequenas propriedades agrícolas, na qual havia a prática da policultura e do trabalho familiar que já tinha conhecimento de como cultivar a planta.

Segundo Vogt (1997) no ano de 1918 a British American Tobacco- B.A.T introduziu no País de forma experimental a variedade de fumo tipo “Virgínia” de secagem artificial em fornos. Sendo assim, foram construídas as primeiras estufas na região. Nas palavras do autor:

Para executar estudos, experiências e acompanhar a introdução e difusão das novas técnicas de cultivo e secagem, a companhia contratou técnicos estrangeiros, mormente das regiões produtoras de tabaco dos Estados Unidos (VOGT, 1997, p. 103).

Com as novas técnicas de produção, Vogt, destaca que no ano de 1924 cerca de 100 estufas já haviam na região de Santa Cruz do Sul, e assim, a cultura do fumo de forno se expandira. Nesse contexto, o processo de utilização de adubos químicos e melhoramentos genéticos da planta, passaram a resultar um tabaco de melhor qualidade, que então, adequava-se as exigências do mercado fumageiro. Silva (2002) entende que o objetivo geral dos “melhoramentos” do processo produtivo do tabaco, que visaram atender as exigências do mercado de cigarros, foi um caso de inovação induzida, muito antes de se tornar comum na agricultura brasileira. Segundo o autor:

A formação de elos muito fortes entre as fases agrícola e industrial, com capital multinacional da indústria subordinando a mão-de-obra local, era o indício da criação do complexo agroindustrial fumageiro (SILVA, 2002, p. 103).

Chama atenção os apontamentos que Vogt (1997) faz sobre o processo de incorporação de técnicas e fertilizantes que visaram aumentar a produção e qualidade do fumo, pois para ele, a partir do incremento tecnológico, o fumicultor deixou de subordinar-se ao capital comercial, para subordinar-se ao capital industrial. Nas palavras de Vogt (1997, p. 108):

Ao invés de serem fregueses dos comerciantes, os colonos passaram a ser “fregueses” das agroindústrias. Por este tempo, também acentuou-se a perda de autonomia no processo de trabalho dos produtores familiares de tabaco. A Souza Cruz, por exemplo, passou a fornecer aos colonos, como forma de adiantamento, as sementes e o adubo cujo valor era descontado por ocasião da entrega da safra. O mesmo ocorreu com o capital necessário

à edificação das estufas. Este era descontado em parcelas, durante cinco anos, quando da entrega da produção. A empresa comprometia-se, ainda, com a assistência técnica “gratuita”, realizada pelos instrutores da companhia.

Nesse contexto, cabia aos produtores seguir com fidelidade as diretrizes feitas pelo orientador da empresa que os atendiam. O produtor também tinha o compromisso de entregar toda a produção de fumo para a empresa que o financiou. Vogt (1997) evidencia dados de produção de fumo que permitem identificar que a área cultivada foi crescendo ano após ano no Sul do Brasil. No ano de 1915 cerca de 30.000 hectares de terras foram cultivados, já no ano de 1930 o número elevou-se para 49.360 hectares.

No contexto da Segunda Guerra Mundial a fumicultura enfrentou alguns problemas que perduram até a década de 1960. Segundo Vogt (1997, p. 122):

Os bons rendimentos monetários proporcionados pela cultura provocaram, como é lógico e natural numa economia de mercado, o aumento da área plantada e a intensificação do cultivo. Este aumento da produção resultou numa superprodução no final da década de 40. A situação foi agravada porque França, Espanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca, que eram os principais importadores do tabaco local, após serem contemplados com o Plano Marshall, passaram a adquirir o fumo norte-americano. Na ocasião, os Estados Unidos também se deparavam com problemas idênticos e aproveitaram o momento para desovar seus estoques na Europa. Como decorrência desta situação, os armazéns das companhias locais ficaram abarrotados, e os industriais passaram a comprimir o valor pecuniário pago pelo fumo aos colonos. Pode-se afirmar que, a partir de 1948, teve início uma longa crise no setor fumageiro de Santa Cruz, crise esta que, com fugazes e efêmeras melhoras, se arrastou pelos 20 anos subsequentes.

Nesse contexto de dificuldades da qual o segmento enfrentara, Silva (2002) destaca que “movimentos de união e defesa dos interesses dos produtores do tabaco”, surgiram. De acordo com Silva (2002, p. 110):

No início de fevereiro de 1955, na Semana Ruralista, houve um pedido formal ao então governador do Rio Grande do Sul, Ilido Meneguetti, que intercedesse pelos fumicultores, algo sem êxito. O resultado foi a sugestão da criação de uma associação formal dos mesmos.

De fato, como destaca Silva (2002), na data de 21 março do ano de 1955, em reunião em Santa Cruz do Sul, na qual contou com um grande número de participantes, criou-se a Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul, entidade essa que no ano de 1963 se transformou em Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), e, que passou a abranger os Estados de



Santa Catarina e Paraná. Sefrin (1995) destaca que o argumento sobre o qual se assentou o trabalho para a criação da associação, girava em torno de três condições básicas e que eram fundamentais para o momento, sendo elas: melhores preços para o fumo, estabilidade do mercado e seguro contra granizo. Harry Antônio Werner foi o primeiro presidente da entidade.

No início dos anos de 1960, Vogt (1997) enfatiza que a produção de fumo no Sul do País contou com uma conjuntura econômica favorável. O autor aponta que vários fatores propiciaram a existência de tal conjuntura, merecendo destaque:

- 1º) os conflitos étnicos ocorridos na Rodésia que prejudicaram a produção e exportação do tabaco daquela ex-colônia Britânica situada na África;
- 2º) a abertura do mercado internacional para os fumos brasileiros (antes carentes de competitividade por não estarem ajustados às exigências e padrões do mercado mundial);
- 3º) a política adotada pelo Estado brasileiro, amplamente favorável à instalação de gigantescas agroindústrias no país e à constituição dos complexos agroindustriais (VOGT, 1997, 126-127).

Na década de 1970 o segmento fumageiro passou a receber investimentos do pacote “modernizador” advindos da atuação de empresas multinacionais. Como bem destaca Silva (2002), o setor expandiu-se pelo Sul do País que passou a se consolidar como o segundo maior centro de comércio internacional do tabaco. Silva (2002, p. 111) destaca que:

A década de setenta foi de confirmação da atual estrutura fumageira do sul do Brasil. Santa Cruz do Sul, juntamente com os municípios vizinhos de Vera Cruz e Venâncio Aires (maior produtor do Estado), passaram a concentrar o maior parque industrial de beneficiamento do tabaco no mundo.

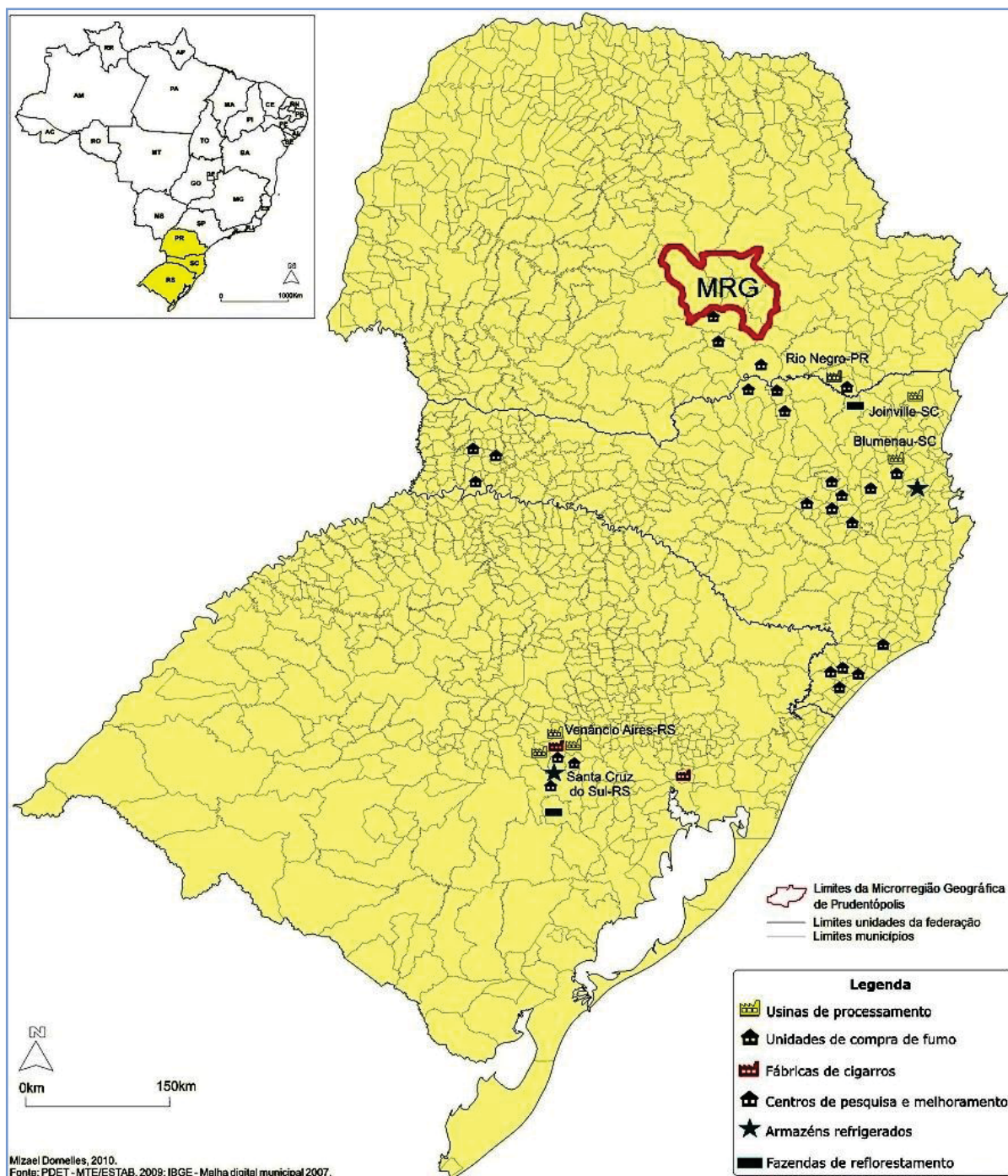
Aponta-se que a expansão da fumicultura ocorreu de forma similar nos três estados do Sul do País. Em Santa Catarina, famílias de imigrantes alemães vivendo em pequenas propriedades passaram a cultivar a planta na década de 1950. Interessante que como aponta Silva (2002) a década de 1950 é tida como um período de crise na fumicultura, no entanto, enquanto no Rio Grande do Sul os produtores enfrentavam o período de crise, a empresa Souza Cruz mesmo assim direcionou estratégias de ampliação de áreas, consolidando sua ação no Estado de Santa Catarina. O mesmo fato também deu-se no Estado do Paraná.

A expansão da fumicultura no Sul do País produziu uma complexa concentração espacial de grandes empresas especializadas no segmento. A produção, comercialização, processamento industrial e a exportação do fumo, constituem-se nas principais etapas do funcionamento do CAI fumageiro. De acordo com Silveira (2011, p. 41) as etapas do processo de agroindustrialização do fumo, principalmente, a partir da década de 1960, têm sido realizadas no Sul brasileiro sob o controle hegemônico e oligopolista de grandes conglomerados transnacionais que:

Através de suas subsidiárias instaladas na região, operam tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Dentre as empresas multinacionais que atualmente operam na região destacam-se a Companhia de Cigarros Souza Cruz (ligada ao grupo British American Tobacco de capital anglo-americano) que atua na produção e processamento de fumo e na fabricação de cigarros, a Universal Leaf Tabacos (ligada ao grupo norte americano Universal Leaf Tobacco), e a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. (ligada ao grupo norte americano Alliance One Incorporated), ambas de capital norte-americano atuando na produção e processamento de fumo, e a Phillip Morris Incorporated, de capital suíço/americano, que atua na fabricação de cigarros.

Silveira (2011) constatou em seu estudo o fato de haver um amplo domínio de empresas multinacionais atuando na comercialização e processamento industrial das folhas de fumo produzidas no Sul do País. De acordo com Silveira, as empresas norte-americanas “Universal Leaf Tabacos” e “Alliance One Brasil Exportadora de Tabaco” possuíam, em 2003, aproximadamente 53% da capacidade instalada de comercialização e processamento industrial. Em seguida aparecia a Cia. Souza Cruz com a participação de 15,8%. Na imagem a seguir é possível observar como o CAI do fumo está espacializado na região Sul (FIGURA 14).

FIGURA 14 – SUL DO BRASIL: UNIDADES DE COMPRA E USINAS DE PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DE TABACO – 2006



FONTE: Silveira (2011).  
ADAPTADO: O autor (2016).

Percebe-se na figura (14), onde estão localizadas as principais plantas de processamento de fumo e fábricas de cigarro no conjunto do CAI fumageiro do Sul brasileiro. Silveira (2011) esclarece que as unidades de compra instaladas por empresas como a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda, Universal Leaf

Tabacos Ltda., Continental Tobaccos Alliance e Cia., Souza Cruz S/A., nas cidades das principais regiões produtoras de fumo do Paraná e de Santa Catarina, estas têm como função receber o fumo dos agricultores que produzem ao seu entorno regional e enviá-lo depois para as usinas de processamento. Nas palavras do autor:

Essas unidades de compra também desempenham um papel importante na logística das empresas, na medida em que é através delas que é realizada a distribuição dos insumos agrícolas e a coordenação da assistência técnica para as propriedades dos agricultores integrados à empresa (SILVEIRA, 2011, p. 45).

O CAI do fumo em seu funcionamento apresenta entre seus atores e ou segmentos, um complexo conjunto de articulações e relações de natureza diversa, que segundo Silveira (2011, p. 47) envolve:

Relações econômicas (...) entre as agroindústrias fumageiras e os fumicultores, ou entre agroindústrias e empresas fornecedoras de insumos; relações técnicas como as existentes entre agroindústrias e fábricas de cigarro; relações financeiras como a dos bancos com as empresas e com os produtores de fumo; e relações políticas como as dos empresários com os seus órgãos de representação (...).

Percebe-se a magnitude que o segmento fumageiro possui dentro do território brasileiro, sobretudo, no Sul do País, visto que nessa região mais de 95% da produção nacional concentra-se. Cumpre destacar que a fumicultura no Sul do Brasil ao receber investimentos constantes de grandes corporações transnacionais que modernizam e ampliam as plantas agroindustriais e suas fábricas de cigarros, têm liderado as exportações, atendendo a demanda do mercado do tabaco.

Silveira (2011) apresenta em seu estudo algumas informações sobre as principais empresas de fumo que atuam na região Sul do Brasil. Segundo esse autor a Cia. de Cigarros Souza Cruz é:

Um dos cinco maiores grupos privados brasileiros, subsidiária do grupo angloamericano British American Tobacco, o segundo maior grupo do mundo no mercado de fumo. Com participação de 75% no total comercializado anualmente, detém a liderança no mercado brasileiro de cigarros. Destaca-se também na exportação de fumo. A maior parte da produção é processada em Santa Cruz do Sul-RS, onde a empresa possui o maior e mais moderno complexo de beneficiamento de fumo do mundo (SILVEIRA, 2011, p. 118).

Também atua no Sul do Brasil a Philip Morris International. De acordo com Silveira (2011) a empresa possui uma participação de 14% no mercado internacional

de cigarros e atua também no setor de alimentos e bebidas. Ainda outra grande empresa que atua na região é a Universal Leaf Tabacos Ltda, que possui sede em Santa Cruz do Sul-RS, sendo subsidiária do grupo norte-americano Universal Leaf Corporation. Nas palavras de Silveira (2011, p. 119) “este grupo foi fundado em 1918, nos Estados Unidos e é líder mundial em negócios com fumo em folha, atuando no Brasil desde 1970”. Outra grande empresa que Silveira (2011) ressalta, é a Alliance One International. De acordo com o já referido autor:

Em maio de 2005, houve a fusão de duas das maiores empresas norte americanas negociantes de tabaco em folha no mundo, a Dimon Incorporated e a Standard Commercial Corporation. As empresas Dimon do Brasil e Meridional Tabacos que já atuavam desde décadas de 1990 na região Sul, são respectivamente, integrantes desses dois grupos. A união das duas grandes empresas deu origem à Alliance One International, um dos maiores grupos empresariais globais, de capital norte-americano que atua no mercado mundial de fumo em folha. A empresa mantém as atividades de processamento de fumo nas cidades de Santa Cruz do Sul-RS e Venâncio Aires-RS, além de unidades de compra de fumo em Santa Catarina e Paraná (SILVEIRA, 2011, p. 119).

Também no ano de 2009 a Japan Tobacco Internacional-JTI, instalou-se em Santa Cruz do Sul-RS. A JTI pertence ao Japan Tobacco Group, terceiro maior grupo mundial no segmento fumageiro. O quadro a seguir destaca as empresas operantes no ano de 2015 no Sul do País e que estavam filiadas ao SindiTabaco.

QUADRO 9 – PRINCIPAIS EMPRESAS FUMAGEIRAS ATUANTES NA REGIÃO SUL  
(continua)

<b>Empresa</b>	<b>Fun- da- ção</b>	<b>Grupo internaci- onal</b>	<b>Capi- tal/Se- de</b>	<b>N. de un.</b>	<b>Localização das Unidades</b>
ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA.	2005	Alliance One Internacional	EUA	7	Santa Cruz do Sul-RS, Venâncio Aires-RS, Araranguá-SC, Canoinhas- SC, Palmitos-SC, Rio do Sul- SC e Rio Azul-PR
A.T.C. ASSOCIATED TOBACCO COMPANY BRASIL LTDA	1997	-	Brasil	5	Santa Cruz do Sul-RS, Sombrio-SC, Três Barras-SC, Maravilha-SC e Presidente Getúlio-SC
BRASFUMO IND BRASILEIRA DE FUMOS S/A	1991	-	Brasil	3	Venâncio Aires-RS, Pouso Redondo-SC e Maracajá-SC
CHINA BRASIL TABACOS EXPORTADORA S.A.	2011	-	Brasil	1	Venâncio Aires-RS



QUADRO 9 – PRINCIPAIS EMPRESAS FUMAGEIRAS ATUANTES NA REGIÃO SUL  
(conclusão)

<b>Empresa</b>	<b>Fun- da- ção</b>	<b>Grupo internaci- onal</b>	<b>Capi- tal/Se- de</b>	<b>N. de un.</b>	<b>Localização das Unidades</b>
CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A	1994	GF Vaughan Tobacco Inc. Co.	EUA	5	Venâncio Aires-RS, Araranguá-SC, Ituporanga-SC, Papanduva-SC, Irati-PR
INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA.	1967	-	-	1	Sinimbu – RS
INTAB - INDÚSTRIA DE TABACOS E AGROPECUÁRIA LTDA	1987	-	Brasil	4	Vale do Sol-RS, Turvo- SC, Agronômica-SC, Canoinhas-SC
JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.	2009	JTI Corporation	Japão	4	Santa Cruz do Sul-RS, Morro da Fumaça-SC, Apiúna-SC, Pinhalzinho- SC
PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	1973	Altria	EUA	2	Santa Cruz do Sul-RS e Curitiba-PR
PREMIUM TABACOS DO BRASIL LTDA	2002	-	Brasil	4	SantaCruz do Sul-RS, Sombrio-SC, Rio do Sul- SC, Irati-PR
SOUZA CRUZ S/A	1903	British American Tobacco	Ingla- terra	3	Santa Cruz do Sul-RS, Blumenau-Sc e Rio Negro-PR
TABACOS MARASCA LTDA	1996	-	Brasil	1	Venâncio Aires-RS
TNH - TABACOS NOVO HORIZONTE	2001	-	Brasil	1	Santa Cruz do Sul-RS
UNIFUMO BRASIL LTDA	2001	-	Brasil	1	Pouso Redondo – SC
UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA	1970	Universal Leaf Corporation	EUA	6	Santa Cruz do Sul-RS, Canoinhas-SC, Rio do Sul-SC, Maracajá-SC, Maravilha-SC, Rio Negro-PR

FONTE: SINDITABACO (2015b)  
ORGANIZAÇÃO: O autor (2015)

Em síntese percebe-se que o processo de expansão da fumicultura na região Sul do Brasil no final do século XIX, tornou a região como área estratégica para a atuação das empresas especializadas no ramo. Essa condição assumida se deve, como aponta Silveira (2011, p. 155):

As condições ambientais diferenciadas favoráveis ao cultivo das principais variedades de sementes de tabaco, o conhecimento tácito, entre os agricultores, (...), a elevada qualidade e o baixo custo de produção do tabaco brasileiro decorrente do emprego da mão de obra familiar, o crescente aperfeiçoamento tecnológico do seu modo de produção e processamento e a intensa regulação das relações de produção através do sistema integrado de produção(...).



Todos os atributos evidenciados pelo autor têm possibilitado a consolidação do CAI fumageiro no Sul do Brasil. Consolidação essa, que reflete na organização do espaço, através de “usos” do território.

### 2.3. DIAGNÓSTICO DA FUMICULTURA NO BRASIL - CONVENÇÃO QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO-CQCT: DESAFIOS PARA O ESTADO BRASILEIRO

Silva e Ferreira (2006, p. 01) ao procurarem compreender a importância do cultivo de tabaco no Brasil, afirmam que:

O fumo [tabaco] vem se destacando como um dos principais produtos da pauta de exportações brasileiras, principalmente na região sul do país, onde ele é o terceiro produto mais exportado. Além disso, ele tem sido uma importante fonte de renda para milhares de famílias, principalmente as que possuem pequenas propriedades, representando uma cultura que possui um retorno bastante superior a outras culturas.

Corroborar-se com os escritos acima ressaltados, pois, pesquisas exploratórias em materiais disponibilizados pelo IBGE e Iperdes acerca de algumas microrregiões produtoras de fumo que se encontram localizadas no Sul do Brasil, evidenciam que o cultivo de tabaco é realizado, sobretudo por pequenos agricultores familiares, sendo que estes geralmente possuem pequenas propriedades, logo, pouca terra disponível para plantio.

No Estado do Paraná, por exemplo, vê-se que a atividade de produção do tabaco possui grande importância econômica para a microrregião geográfica de Prudentópolis, que é composta por sete municípios. Porém, é preciso levar em consideração que a fumicultura no Brasil vem nos últimos anos, enfrentando intensos debates no meio político e acadêmico, no sentido de direcionar medidas restritivas, visto que o País assinou a “Convenção-Quadro” que prevê o controle do uso do tabaco, controle este, adotado pelos países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Mengel e Diesel (2009) esclarecem que ao longo da história foram lançadas muitas críticas ao uso e produção do tabaco, mas em geral, elas tiveram pouca repercussão política. Contudo, em meados do século XX, o controle do tabagismo

passa a ser discutido internacionalmente, e em 1999 a OMS decide encaminhar a elaboração um tratado internacional para o controle do tabaco.

Segundo Bonato (2007) no ano de 1999 houve a 52ª Assembleia Mundial da Saúde, sendo que nesta os países membros das Nações Unidas propuseram a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Destaca-se que foram mais de quatro anos de elaboração do documento, que, no ano de 2003, foi adotado por unanimidade pelos 192 Estados-Membros da OMS, durante a 56ª Assembleia Mundial da Saúde. Mengel e Diesel (2009) salientam que com o estabelecimento da CQCT, a OMS procura enfrentar um problema de saúde pública de alcance mundial, pois, o tabaco se faz presente na escala global, logo, a estratégia de controle ultrapassa níveis nacionais. Assim sendo:

El CMCT OMS se elaboró en respuesta a la globalización de la epidemia de tabaquismo. La propagación de esa epidemia se ve favorecida por diversos factores complejos con efectos transfronterizos, entre ellos la liberalización del comercio y las inversiones extranjeras directas. Otros factores tales como la comercialización a nivel mundial, la publicidad transnacional del tabaco, la promoción y el patrocinio, así como el tráfico internacional de cigarrillos de contrabando y falsificados también han contribuido al espectacular aumento del tabaquismo. Desde el primer párrafo del preámbulo, que declara que las Partes en ese Convenio “están determinadas a dar prioridad a su derecho de proteger la salud pública”, el CMCT OMS marca una tendencia mundial (OMS, 2005, p. v apud MENGEL E DIESEL 2009, p. 232).

Silva e Ferreira (2006, p. 08) salientam que a CQCT “trouxe uma série de medidas, muitas delas já em vigor no Brasil, e que podem a longo prazo impactarem de forma negativa na demanda pelo fumo”. Destaca-se que o objetivo principal da Convenção-Quadro é o de preservar as gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco.

Bonato (2009) aponta que a Convenção-Quadro resultou em obrigações aos países que assinaram o tratado, para tanto, estes possuem a missão de implementarem importantes medidas como:

- Redução da demanda por tabaco: aplicação de políticas tributárias e de preços; proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes fechados; regulamentação dos conteúdos e emissões dos produtos derivados do tabaco; divulgação de informações relativas a estes produtos; desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os

malefícios do tabagismo; proibição da publicidade, promoção e patrocínio; implementação de programas de tratamento da dependência de nicotina.

- Redução da oferta de produtos do tabaco: eliminação do contrabando; restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura do tabaco.

- Proteção ao meio ambiente: na implementação da Convenção, as partes devem observar a proteção da saúde das pessoas e do meio ambiente.

- Responsabilidade civil: inclusão das questões de responsabilidade civil e penal nas políticas de controle do tabaco, bem como estabelecimento das bases para a cooperação judicial nessa área.

- Cooperação técnica, científica e intercâmbio de informações: elaboração de pesquisas nacionais relacionadas ao tabaco e seu impacto sobre a saúde pública; coordenação de programas de pesquisas regionais e internacionais; estabelecimento de programas de vigilância do tabaco; cooperação nas áreas jurídica, científica e técnica (BONATO, 2009, p. 15).

Tais medidas ao serem paulatinamente adotadas podem refletir econômica e socialmente nos municípios produtores de fumo, sobretudo, naqueles que possuem esta atividade de plantio como meio para sobrevivência de centenas de famílias que vivem em pequenas propriedades, e que não possuem fonte de renda alternativa ao seu cultivo.

Faz-se importante frisar que no Brasil o tratado da Convenção-Quadro foi aprovado pelo plenário do Senado Federal em 27 de outubro de 2005. No entanto, sua aprovação gerou polêmica no meio dos agricultores que têm a atividade do cultivo da planta como fonte de renda. Também os sindicatos que atuam junto aos produtores no País, interpretaram a CQCT como um equívoco.

De acordo com Bonato (2009, p. 15-16, grifo do autor):

O tratado começou a se tornar polêmico a partir da ofensiva do Sindicato das Indústrias do Fumo do RS e das publicações na imprensa por parte da Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), com informações **sobre supostas implicações negativas** da ratificação da Convenção para a economia nacional. Em função da pressão por parte das indústrias e de algumas representações de agricultores, o Senado Federal promoveu diversas audiências públicas, em Brasília, na Bahia e nos três estados da região Sul.

Em meio às discussões contrárias a ratificação do tratado, várias organizações da sociedade civil como a Rede de Tabaco Zero, a Sociedade Brasileira de Oncologia e a Sociedade Brasileira de Pneumologia, contando com o apoio do Poder Executivo por meio da Casa Civil, assim como, dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, das Relações Exteriores, da Agricultura e da Fazenda, lutaram no sentido de haver a ratificação da Convenção-Quadro, fato que

ocorreu em 27 de outubro de 2005. A ratificação se deu, sobretudo, pelos altos índices de mortes constatados no País e no mundo, dado o consumo de tabaco.

Souza R. (2009) ressalta em sua pesquisa que o Instituto do Câncer estima que mais de 30 milhões de brasileiros fumam, e que em todo mundo esse número chega a 1,3 bilhão. O SindiTabaco coloca que são consumidos anualmente cerca de 140 bilhões de cigarros no Brasil. Sendo assim, a OMS aponta que o tabagismo é a principal causa de morte evitável em todo o mundo. Assim sendo, a CQCT com apoio da OMS objetiva diminuir os danos sanitários e sociais decorrentes do cultivo e uso do produto. A Convenção fixa padrões internacionais para o controle do tabaco, prevendo:

Adoção de medidas relacionadas à propaganda e patrocínio, política de impostos e preços, rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo, a dependência da nicotina, além de cooperação nas áreas científica, educacional e sanitária, dentre outras. É, portanto, composta por iniciativas intersetoriais e abrangentes, e tem como objetivo principal a preservação das gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005 apud SOUZA R. 2009, p. 02).

As medidas estipuladas pela CQCT podem gerar impactos, implicando em mudanças, tanto nos hábitos dos fumantes, quanto no circuito produtivo do fumo no Brasil e no mundo.

A produção de tabaco no País podendo ou não entrar em “decadência”, não deixa de lado questões que envolvem problemas que são de cunho social, pois, está comprovado que o consumo do produto pela via do cigarro ocasiona graves danos à saúde, tanto dos fumantes, como também, de quem cultiva o produto, devido à alta exposição aos agrotóxicos utilizados na lavoura. Desta maneira, é de extrema importância pensar projetos por meio de políticas públicas que visem propiciar alternativas para os pequenos produtores.

A discussão em torno de políticas públicas, visando auxiliar a transição de produção alternativa ao do tabaco é parte integrante das propostas desenhadas na Convenção, é o que aponta Bonato (2009, p. 16), pois segundo ele tal preocupação está refletida nos artigos 4 e 17, e no Preâmbulo da Convenção, que dizem o seguinte:

Artigo 4º, parágrafo 6º: Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

Artigo 17: As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

Preâmbulo: Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional.

Bonato (2009) acredita que a médio e longo prazo o impacto da redução de consumo sobre a produção nacional ocorrerá. No entanto, como escreve o autor:

Ao se reconhecer os impactos que a redução do consumo trará no longo prazo sobre a demanda de produção, a preocupação com a busca de alternativas economicamente viáveis não pode aguardar a efetivação dos efeitos para a busca de soluções e alternativas, principalmente para o elo frágil da cadeia produtiva, os fumicultores (BONATO 2009, p. 16).

Não se pode esquecer que segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, 97% da produção advinda do cultivo de tabaco provêm da agricultura familiar, ou seja, esta atividade representa uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores, tendo em vista que esta atividade possibilita uma boa rentabilidade por área, quando comparado à outras culturas.

A realidade acima exposta é parte do que se presencia na microrregião de Prudentópolis, pois o cultivo do tabaco é praticado, sobretudo por pequenos agricultores que dispõem de pouca terra para cultivar o produto que os garante renda para sobreviverem.

Neste contexto faz-se importante mencionar os escritos evidenciados por Sepulcri *et. al* (2003), no qual destacam que a reconversão da cultura fumo (*Nicotiana tabacum* L.) é um movimento mundial através da OMS, visando substituí-la por culturas alimentares nas pequenas propriedades fumicultoras em todo o mundo, tendo em vista os danos causados à saúde humana, tanto na produção como no consumo. De acordo com os autores:

No Paraná, no início do ano de 2001, a Promotoria Pública do Meio Ambiente do Estado solicitou à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB quais as medidas que estão sendo tomadas ou recomendadas pela Secretaria, com relação às intoxicações provocadas nos trabalhadores rurais, tendo em vista a cultura do fumo ser conhecida pela utilização de grande quantidade de agrotóxicos. Diante de tal fato, a SEAB organizou um grupo de trabalho que produziu um relatório denominado “A Cultura do Fumo no Paraná” (SEAB - 2001), o qual traça um perfil da cultura no Brasil e no Paraná, bem como as razões que levam os produtores rurais a optarem por tal atividade (SEPULCRI *et. al*, 2003, p. 03).

Os resultados do relatório produzido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, que fora mencionado pelos autores acima citados, concluem que a exploração do fumo envolve interesses econômicos de ampla repercussão em diversos setores do País, tais como:

- Interesses de grupos industriais de fumo e correlatos, tanto nacionais, como internacionais;
- É importante fonte de tributos para o Tesouro Nacional;
- Representa a principal fonte de renda para agricultores familiares de limitados recursos para a sustentação financeira. Da exploração dependem economicamente 157.000 agricultores familiares da Região Sul do Brasil, para os quais a cultura é também a mais rentável dentre as explorações típicas;
- É opção de ocupação de mão-de-obra, garantindo atualmente 2.000.000 de ocupações diretas e indiretas;
- Ocupa expressiva posição na composição da balança comercial brasileira, sendo o 4º colocado na ordem dos produtos agrícolas (SEPULCRI *et. al* 2003, p. 03).

Contudo, apesar da expressiva representação e interesses que o setor possui, este também acarreta em grandes prejuízos sociais devido ao envolvimento das pessoas com a sua exploração, sendo assim, o relatório da SEAB apontou que os agricultores estão cientes dos malefícios causados no processo de manejo dos agrotóxicos utilizados na cultura do fumo. Porém, chama a atenção o conteúdo do relatório explicitado por Sepulcri *et. al* (2003, p. 03, grifo nosso) em que, “para os agricultores, a substituição do fumo por outra atividade será bem vinda, **desde que apresente igual ou melhores resultados econômicos, comparados à fumicultura, estimulados e coordenados pelo Estado**”.



### **CAPÍTULO III. TERRITORIALIZAÇÃO DA FUMICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, O CASO DA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS: EMPRESAS FUMAGEIRAS, GOVERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS ALTERNATIVAS**

*A territorialização constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem; é marcada pelo movimento de re-produção de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...). (SAQUET, 2005, p. 5).*

Este capítulo se constitui a partir de constatações experienciadas em trabalhos de campo e de entrevistas com agentes sociais incumbidos de pensarem políticas públicas no contexto socioespacial brasileiro. Os escritos apresentam como a atividade de cultivo do fumo produz uma territorialização cooptativa na microrregião geográfica de Prudentópolis na medida em que utiliza das características resultadas do processo de formação socioespacial do País, para se implantar.

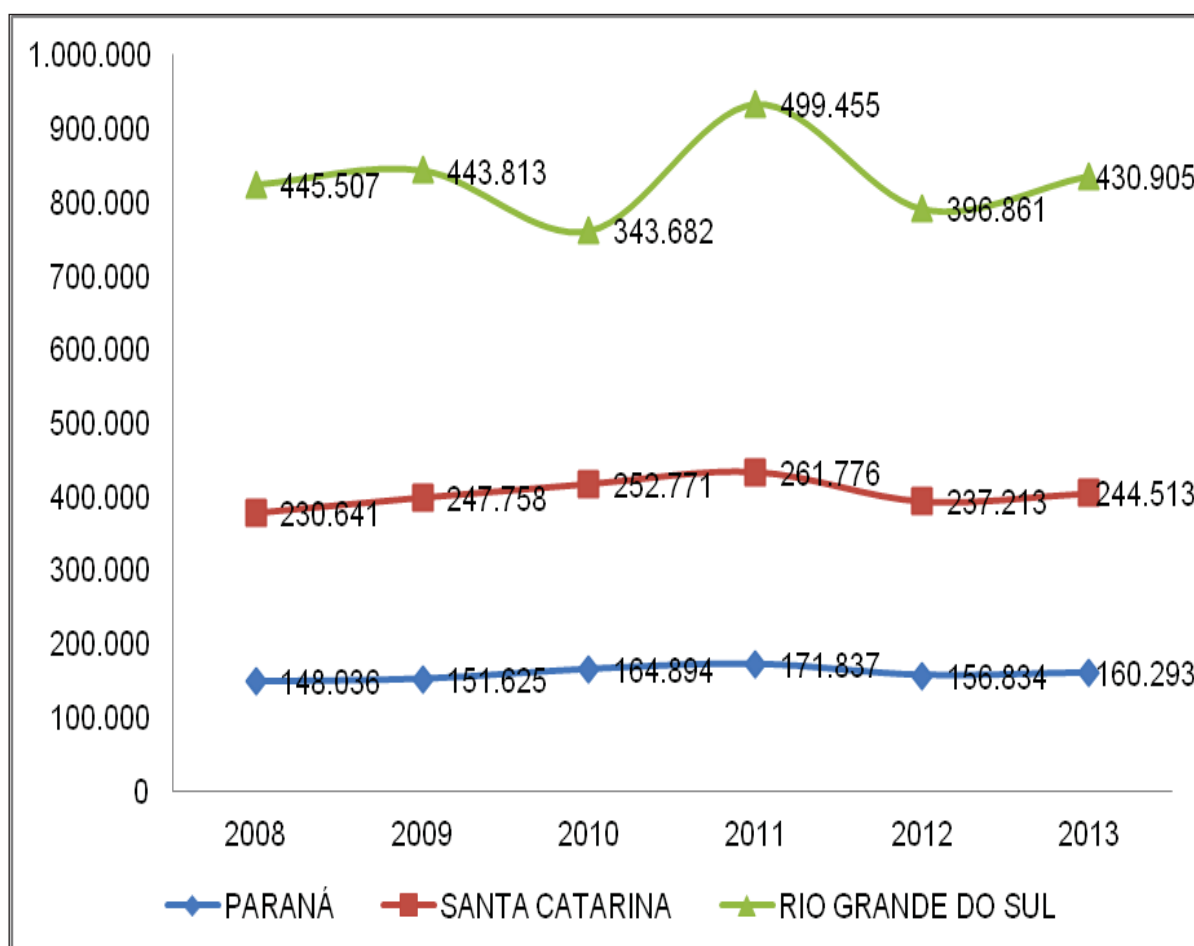
Assim, primeiramente, é apresentado o contexto econômico da fumicultura no Estado, levando em consideração a via histórica-geográfica da formação socioespacial. A seguir, a partir de dados levantados em trabalhos de campo com 363 produtores de fumo dos municípios da microrregião alvo do estudo de caso, traz-se em evidência o que eles acreditam. Em meio às constatações que demonstram a relação da formação socioespacial brasileira com a realidade da fumicultura na microrregião, aborda-se também o processo de territorialização cooptativa gerado pelas empresas fumageiras a partir das territorialidades que delas são disseminadas para a área microrregional.

Na sequência, de posse do levantamento de informações junto a Senadores do Estado, bem como, dos Projetos de Lei dos Legislativos Federal e Estadual e de Secretários, são discutidas a existência de propostas alternativas ao cultivo de fumo nas escalas de governo do Estado brasileiro. Posteriormente, são apresentadas as políticas públicas de reconversão produtiva, ou seja, alternativas à fumicultura, nos municípios que compõem a microrregião, e, por fim, é abordado, se está havendo uma Territorialidade das políticas públicas governamentais, ou, apenas do capital fumageiro no território. Neste contexto, é debatido o passado-presente-futuro.

### 3.1. FUMICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ: REFLEXOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

Dados disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA (2015a) permitem que sejam identificadas as quantidades de fumo que são produzidas nos três Estados do Sul brasileiro. No gráfico a seguir, identifica-se que o Estado do Rio Grande do Sul, seguido de Santa Catarina, lidera a produção. No Paraná, apesar de ser menor, a quantidade produzida também é significativa, pois, de acordo com dados do Portal do Tabaco (2015a) a cadeia produtiva dentro do Estado envolve cerca de 30 mil famílias.

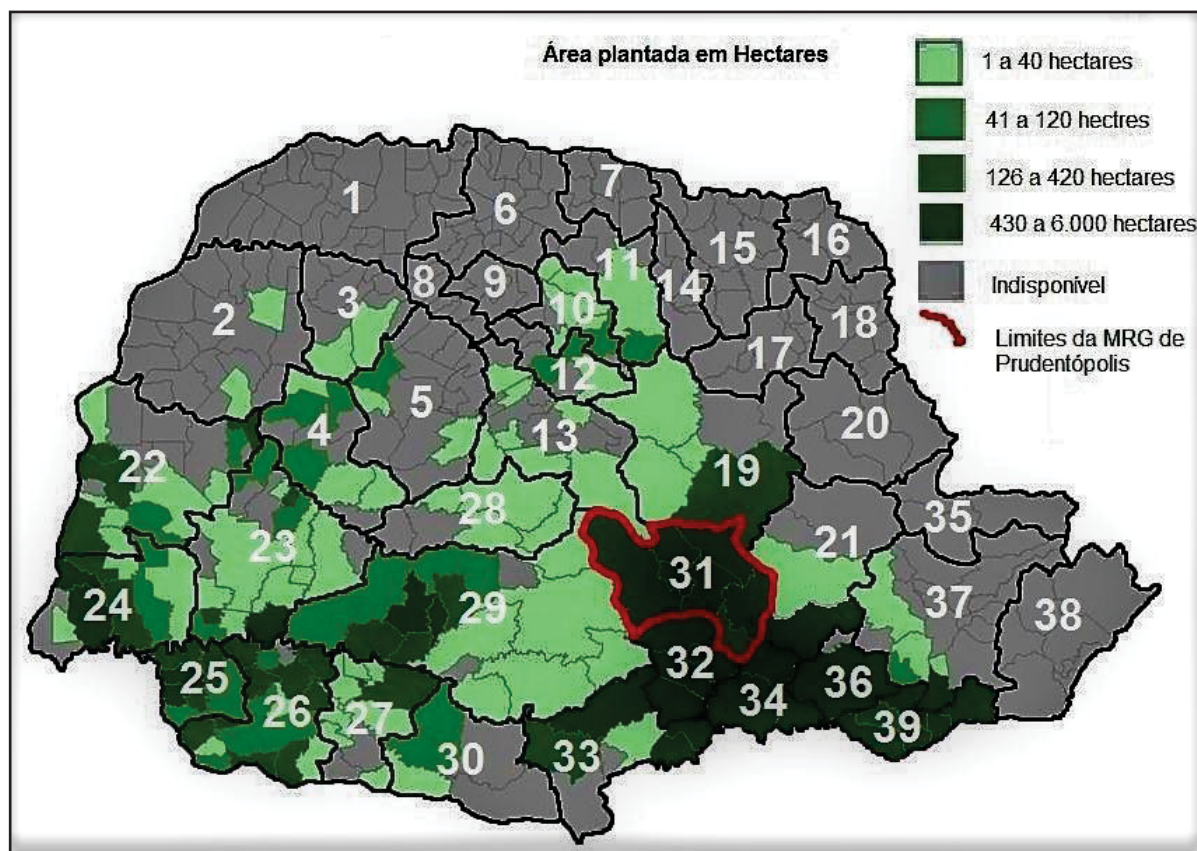
GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE FUMO PRODUZIDA EM TONELADA NO SUL DO BRASIL



FONTE: SIDRA (2015a).  
ELABORAÇÃO: O autor (2015).

Dados do Ipardes (2015d) evidenciam que no ano de 2015 um total de 75.957 ha de terras foram cultivadas com tabaco dentro do Estado paranaense, o que resultou numa produção de 179.547 toneladas (QUADRO 10).

FIGURA 15 – ÁREA DE FUMO EM HECTARE (ha) CULTIVADA NO ANO DE 2015 EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IBGE (2015d).  
ADAPTAÇÃO: O autor (2016).

Presente em 156 municípios do Estado, a fumicultura está territorializada em 26 microrregiões. A safra 2014/2015 gerou um valor bruto de R\$ 1.134.237.000,00. No quadro a seguir, é possível observar as quantidades de área e produção, bem como, os valores obtidos em cada microrregião produtora da planta.

QUADRO 10- QUANTIDADE DE FUMO PRODUZIDA NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ

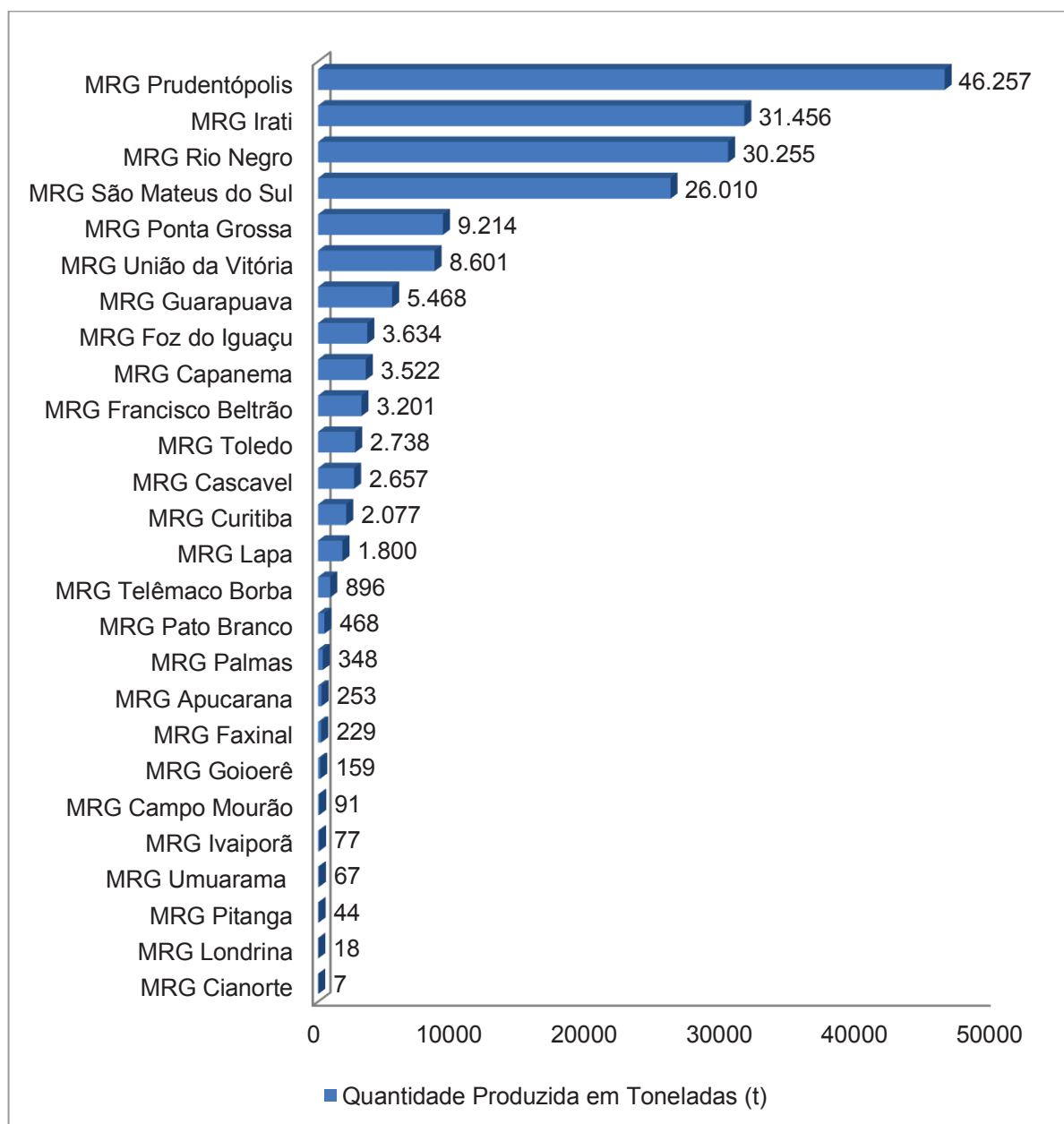
NÚMERO E NOME DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA (MRG)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
01 - MRG Paranavaí	0	0	0	0
02 - MRG Umuarama	24	67	2.801	431.000,00
03 - MRG Cianorte	3	7	2.333	42.000,00
04 - MRG Goioerê	76	159	2.129	808.000,00
05 - MRG Campo Mourão	41	91	2.238	711.000,00
06 - MRG Astorga	0	0	0	0
07 - MRG Porecatu	0	0	0	0
08 - MRG Florai	0	0	0	0
09 - MRG Maringá	0	0	0	0
10 - MRG Apucarana	123	253	2.070	1.388.000,00
11 - MRG Londrina	7	18	2.571	129.000,00
12 - MRG Faxinal	98	229	2.621	1.322.000,00
13 - MRG Ivaiporã	37	77	1.870	502.000,00
14 - MRG Assaí	0	0	0	0
15 - MRG Cornélio Procopio	0	0	0	0
16 - MRG Jacarezinho	0	0	0	0
17 - MRG Ibaiti	0	0	0	0
18 - MRG Wenceslau Braz	0	0	0	0
19 - MRG Telêmaco Borba	376	896	2.328	4.033.000,00
20 - MRG Jaguariaíva	0	0	0	0
21 - MRG Ponta Grossa	4.006	9.214	2.317	11.057.000,00
22 - MRG Toledo	1.232	2.738	2.167	10.631.000,00
23 - MRG Cascavel	1.202	2.657	2.269	13.847.000,00
24 - MRG Foz do Iguaçu	1.711	3.634	2.030	22.579.000,00
25 - MRG Capanema	1.656	3.522	2.085	22.446.000,00
26 - MRG Francisco Beltrão	1.502	3.201	2.134	19.765.000,00
27 - MRG Pato Branco	219	468	2.055	2.653.000,00
28 - MRG Pitanga	26	44	1.638	273.000,00
29 - MRG Guarapuava	2.391	5.468	2.279	35.710.000,00
30 - MRG Palmas	162	348	2.067	2.429.000,00
31 - MRG Prudentópolis	18.732	46.257	2.447	245.504.000,00
32 - MRG Irati	13.408	31.456	2.348	235.952.000,00
33 - MRG União da Vitória	4.240	8.601	2.050	63.275.000,00
34 - MRG São Mateus do Sul	11.380	26.010	2.140	208.080.000,00
35 - MRG Cerro Azul	0	0	0	0
36 - MRG Lapa	720	1.800	2.500	12.265.000,00
37 - MRG Curitiba	850	2.077	2.404	13.070.000,00
38 - MRG Paranaguá	0	0	0	0
39 - MRG Rio Negro	11.735	30.255	2.533	205.335.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>75.957</b>	<b>179.547</b>	<b>2.247</b>	<b>1.134.237.000,00</b>

FONTE: IPARDES (2015d).  
ELABORAÇÃO: O autor (2016).

Chama atenção que no Estado do Paraná 4 (quatro) microrregiões lideram o cultivo de fumo, produzindo expressivas quantidades de toneladas. A Microrregião geográfica de Prudentópolis (GRÁFICO 2), fica em primeiro lugar na produção. Em

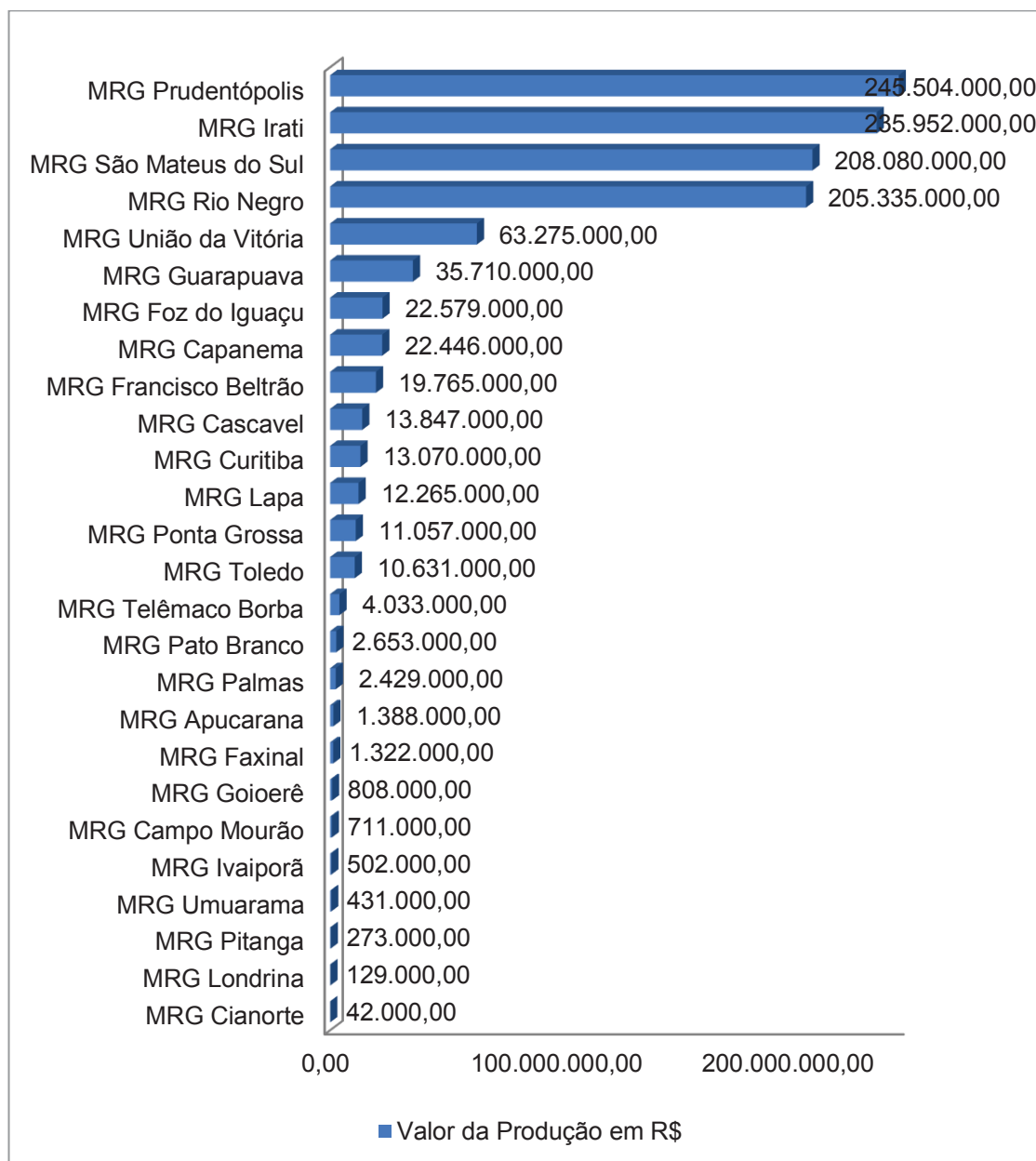
segundo lugar, tem-se a Microrregião de Irati que abrange os municípios de Mallet, Rebouças, Irati e Rio Azul. Em terceiro lugar aparece a micro de São Mateus do Sul com os municípios de Antônio Olinto, São Mateus do Sul e São João do Triunfo, e, em quarto lugar a Micro de Rio Negro abrangida pelos municípios de Agudos do Sul, Campo do Tenente, Rio Negro, Piên, Quintandinha e Tijucas do Sul. As quatro microrregiões acima evidenciadas também se apresentam (GRÁFICO 3) como as que mais geraram valores em R\$.

GRÁFICO 2 – PRODUÇÃO DE FUMO EM TONELADAS NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ



FONTE: IPARDES (2015d).  
ELABORAÇÃO: O autor (2016).

GRÁFICO 3 – PRODUÇÃO DE FUMO EM R\$ NAS MICRORREGIÕES DO PARANÁ



FONTE: IPARDES (2015d).

ELABORAÇÃO: O autor (2016).

A produção de fumo passou a crescer no Paraná a partir dos anos de 1960. Esclarece-se que o processo histórico-geográfico do cultivo de tabaco no território paranaense é semelhante ao ocorrido no Estado de Santa Catarina. No Paraná, desde meados do século XIX, já existia plantação de fumo em corda que garantia o consumo de quem o cultivava. A comercialização ocorria nas vilas próximas aos produtores apenas quando havia excedente. Foram os imigrantes alemães, poloneses, ucranianos e italianos os responsáveis pelo início do cultivo de tabaco para comercialização dentro do Estado.



Percebe-se que o segmento fumageiro no Paraná é resultado do processo histórico-geográfico da formação socioespacial pelo qual o Brasil passou. Essa constatação fica evidenciada quando se pesquisa as características regionais do Sul brasileiro. Corrobora-se aqui com as constatações de Coradini e Fredericq (2009), pois, estes entendem que a formação e consolidação da pequena propriedade rural, na qual a fumicultura se assentou nos três Estados sulinos, devem-se, sobretudo, à imigração estrangeira.

Identifica-se que o caráter específico da integração dos Estados do extremo Sul, desde o período colonial, até a Revolução de 1930, fez com que a imigração até esses três Estados ocorresse a partir de fatores diferentes dos de outros Estados, como o de São Paulo. Segundo Coradini e Fredericq (2009, p. 07):

Enquanto a imigração estrangeira para São Paulo visava basicamente o suprimento de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, que passaria a substituir a mão-de-obra escrava, para os Estados do extremo sul a finalidade básica da imigração era a ocupação efetiva do solo e sua defesa da fronteira com os países do Prata.

Ribeiro (2006) aponta que o processo de conquista e povoamento do Sul foi marcado pela disputa entre Portugal e Espanha que lutaram pela apropriação da terra e de suas riquezas. No decorrer da colonização e povoamento, foram os bandeirantes que asseguraram a posse do território para a Coroa portuguesa que estava preocupada em ocupar a região para assim integrá-la ao seu domínio. Portanto, a gênese dessa formação é marcada pela preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos. Dessa forma, os bandeirantes deslocaram-se em direção ao litoral Sul recebendo a concessão de sesmarias que originaram grandes fazendas, logo, povoando a região.

Porém, em meio ao dinamismo econômico que perpassava o Sul, os conflitos territoriais se faziam presentes de forma constante. Caudilhos sulistas e castelhanos se opunham gerando conflitos fronteiriços. Também sesmeiros e caboclos posseiros com frequência lutaram durante as décadas do período colonial, imperial e republicano, pelas terras. Em meio a este contexto, com medo dos conflitos e da integridade territorial, no início do século XX o governo brasileiro promoveu através do incentivo à imigração, a ocupação da região, para assim, garantir a posse da terra e evitar invasões de países vizinhos. Desta forma, os fluxos

migratórios mais importantes trouxeram italianos, poloneses, ucranianos e alemães. Esse ingresso de imigrantes teve um papel de abasileiramento para a região (RIBEIRO, 2006).

Portanto, o processo histórico-geográfico de ocupação do solo sulino permitiu surgir dois modelos de organização produtiva, sendo: de um lado a grande propriedade fundiária, fruto da ocupação dos campos por meio da concessão de sesmarias, e, de outro, a pequena propriedade familiar, resultante da imigração. Como apontam Coradini e Fredericq (2009, p. 07) se, “nas demais regiões brasileiras, a pequena propriedade familiar podia constituir-se em ameaça para o latifúndio, nos Estados sulinos em geral esse problema tem características próprias”.

Segundo os autores acima citados, a pecuária extensiva com a produção de charque não necessitava do mesmo volume de mão de obra da produção cafeeira, como ocorria no Sudeste, e, a produção agrícola nas “colônias” dos imigrantes, não possuía nada em comum com a produção dos grandes estabelecimentos. Assim:

(...) enquanto as “colônias” se dedicavam à policultura, com base no trabalho familiar (...), as estâncias possuíam sua base econômica na pecuária extensiva e na produção de charque, ocupando os campos limpos, com base no trabalho escravo (e mais tarde no trabalho assalariado) (CORADINI; FREDERICQ, 2009, p. 08).

Como bem evidenciam Coradini e Fredericq (2009, p. 8) o relativo fracasso da tentativa oficial de ocupar a região sulina por meio da imigração açoriana, fez com que existissem duas correntes de imigração para o Brasil, sendo:

Uma, visando basicamente a instituição da pequena propriedade, teve como suporte principal a ação oficial, localizando-se no Sul; outra, tendo como objetivo básico a importação de braços para a lavoura cafeeira, com importante participação da iniciativa privada, localizou-se em sua maior parte em São Paulo.

Na região Sul, onde os imigrantes eram fixados com o fito de colonizar, aí a pequena propriedade complementar a grande produção. Isso se daria por meio da ocupação do solo que produziria bens alimentares e artesanais, que não eram economicamente importantes para o latifúndio. Coradini e Fredericq (2009, p. 8) esclarecem que:

Parte da área ocupada pela pecuária extensiva passou a ser paulatinamente ocupada pela lavoura, com as modificações introduzidas na

produção agrícola, sobretudo a partir do desenvolvimento industrial, desde a década de 1950. Por sua vez, a pequena produção agrícola formada pela imigração estrangeira foi desde o início o ponto de partida para um processo de expansão permanente dessa forma de produção, através de sucessivos desdobramentos, para mais tarde ser gradativamente incorporada e subordinada ao capitalismo industrial-financeiro.

De fato, é com a difundida modernização do campo que no Estado do Paraná a fumicultura se expandiu. Grandes empresas, a partir da década de 1960, apropriaram-se das características socioculturais resultantes do processo histórico-geográfico de colonização do território, a fim de consolidar o CAI do tabaco. Silva (2002) explica que a Souza Cruz foi a responsável pela inserção do fumo no Sul do Paraná, pois, a empresa promoveu investimentos incentivando o cultivo da planta em pequenas propriedades dentro do Estado. De acordo com Silva (2002, p. 117-118):

No mesmo formato dos demais estados, a companhia promoveu a produção integrada. O produtor interessado tinha condições de construir a estufa, com a ajuda da Souza Cruz que pagava os juros do empréstimo para tal construção, além da mesma entregar na casa do produtor os insumos de produção. Na tentativa de atrair os produtores, a empresa facilitava a entrega e não cobrava juros sobre o preço dos fatores de produção fornecidos. Os fatores levados aos agricultores eram cobrados somente após a safra. As primeiras tentativas mostraram bons resultados para os agricultores e para a empresa, o que fez com que outros agricultores se apresentassem como produtores de fumo.

É oportuno trazer aqui as constatações de Silveira (2011), pois, de acordo com ele as áreas rurais produtoras de tabaco na região Sul do Brasil, constituem um território que é produto do processo histórico de sua formação e de sua organização espacial. Nas palavras deste autor “o território apresenta um conjunto de variáveis ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas que combinadas lhe conferem, em cada momento histórico, uma dada identidade geográfica (SILVEIRA, 2011, p. 74)”.

Com essa constatação, Silveira explica que, os processos de inserção e participação na rede agroindustrial fumageira na região Sul do Brasil, têm sido realizados, a partir e através do modo como os atores sociais que atuam no CAI valorizam, aproveitam e utilizam as possibilidades ofertadas pelos seus atributos e características territoriais.

Destaca-se que a utilização consciente do território, no caso em questão o do Estado do Paraná, se dá pelas empresas fumageiras a partir de algumas

variáveis que segundo Silveira (2011, p. 74-75) têm sido valorizadas pelas agroindústrias multinacionais, a saber:

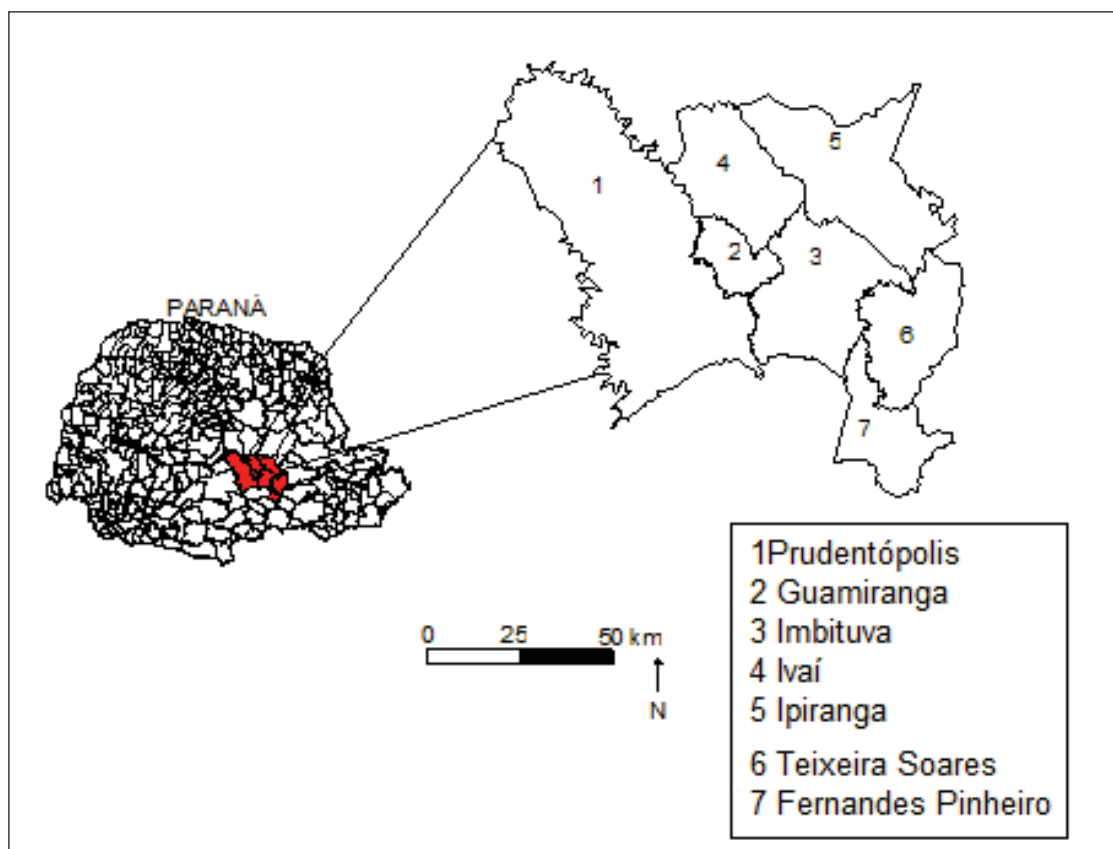
- o conhecimento tácito entre os agricultores do cultivo do fumo, notadamente nas áreas de colonização europeia como as de imigrantes alemães e italianos na microrregião de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul, e na de Blumenau e de Rio do Sul, em Santa Catarina, e de imigrantes poloneses e ucranianos nas microrregiões de Irati e de Prudentópolis, no Paraná;
- um ambiente natural com temperaturas, níveis de precipitação e solos adequados à cultura do fumo, bem como favoráveis à introdução de novas espécies e à intensificação dos níveis de produtividade;
- uma estrutura fundiária, resultante do processo de colonização, baseada na pequena propriedade e de um modo de produção baseado no trabalho familiar, que permite às agroindústrias ganhos em termos de gestão da produção e de comercialização do fumo. (...);
- as ações do Estado, em suas instâncias municipal, estadual e federal, quanto ao oferecimento de incentivos fiscais, de crédito agrícola, de financiamento da ampliação das atividades industriais, e em relação aos investimentos em infraestrutura básica (água, energia, saneamento, telecomunicação), em vias e meios de transporte, em planejamento e modernização de equipamentos urbanos, e em habitação para a força de trabalho.

Utilizando-se dos atributos culturais, físico/naturais, fundiários e políticos, o circuito produtivo do tabaco, gerou e gera uma territorialidade e consequente territorialização dentro do Estado paranaense.

### 3.2. A FUMICULTURA NA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS-PR A PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E DE UMA TERRITORIALIZAÇÃO COOPTATIVA: CONSTATAÇÕES *IN LOCO*

No caso dos municípios que configuram a microrregião de Prudentópolis, percebe-se que a fumicultura se territorializou concomitante ao processo de formação socioespacial do País. Como bem destacam Vogt (1997); Coradini e Fredericq (2009) no Brasil meridional, diferente do que ocorreu nas regiões sob o domínio da oligarquia canaveira e cafeeira, o processo imigratório objetivou povoar o território que era alvo de conflitos entre luso-brasileiros e castelhanos. Assim, a colonização fixou na terra os elementos vindos da Europa, portanto, criando no Sul do País colônias de pequenos produtores rurais.

MAPA 02 – MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRUDENTÓPOLIS-PR



FONTE: O autor (2016).

Nos sete municípios da microrregião, o cultivo de fumo é exercido em pequenas propriedades rurais por descendentes de caboclos, italianos, alemães, poloneses e ucranianos. Na pesquisa de campo, a média de tamanho das propriedades agrícolas que cultivam fumo, no total é de 5 alqueires<sup>24</sup>, porém, as terras disponíveis ao plantio em média são 2 alqueires, sendo que, as propriedades em grande parte são herança recebidas dos pais e avós (a maioria de imigrantes) que chegaram para colonizar a região.

Ressalta-se que a população de origem cabocla que não foi “beneficiada” pelo regime sesmeiro, acabou consolidando a pequena propriedade agrícola na microrregião. Ambos, tanto os descendentes de imigrantes, como a população cabocla local, passaram a ser cooptados pelas lógicas das empresas fumageiras que, ao formarem o CAI do tabaco, se estabeleceram no Paraná a partir dos anos de 1960 utilizando-se de variáveis sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

<sup>24</sup> Um (1) alqueire equivale a 24.200m<sup>2</sup>=2,42ha (hectares). Ver medidas no apêndice 05, p. 251.

Sefrin (1995) explica que a partir de 1940, a produção de fumo no Brasil passou a se beneficiar de conjunturas favoráveis como o crescimento do consumo de fumos claros em vários países. Assim, a produção se expandiu em áreas cultivadas, assim como em quantidades. A cultura de fumos claros do Rio Grande do Sul estendeu-se para Santa Catarina e Paraná.

Com o processo de modernização da agricultura e formação dos CAls, as empresas fumageiras expandiram a atuação chegando até a área da microrregião. Como bem destaca Vogt (1997), as colônias de pequenos produtores que foram criadas no Sul do Brasil com o objetivo de garantir a integridade do território (caso da população da microrregião), ao enfrentarem dificuldades decorrentes do processo de modernização do campo, bem como do acirramento da dinâmica capitalista, passaram a cultivar fumo. Isso se deu pelo fato de disporem de pouca terra para produzirem cultivos agrícolas.

Na década de 1950 a empresa Souza Cruz passou a direcionar sua atuação sobre a população da microrregião. A empresa por meio de seus técnicos (instrutores de fumo) iniciou o sistema de integração, no qual, financiava a construção da estufa para secagem do fumo, e também, fornecia os insumos necessários para cultivar a planta. Neste processo de integrar produtor/empresa, a compra da produção era garantida. Obviamente que as empresas fumageiras tinham o conhecimento das características culturais, fundiárias, ambientais da microrregião, logo, estabeleceram uma territorialidade e consequente territorialização cooptativa. O número de fumicultores com o passar dos anos foi aumentando, e, no ano de 2015 totalizou 6.496 produtores e 7.291 estufas.

TABELA 3 - FUMICULTURA NO PARANÁ SAFRA 2014/2015

MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS PRODUTORAS	NÚMERO DE ESTUFAS
Imbituva	1.287	1.636
Ipiranga	1.577	1.559
Ivaí	727	764
Prudentópolis	1.776	1.919
Guamiranga	821	1.095
Teixeira Soares	240	251
Fernandes Pinheiro	68	67
Total	6.496	7.291

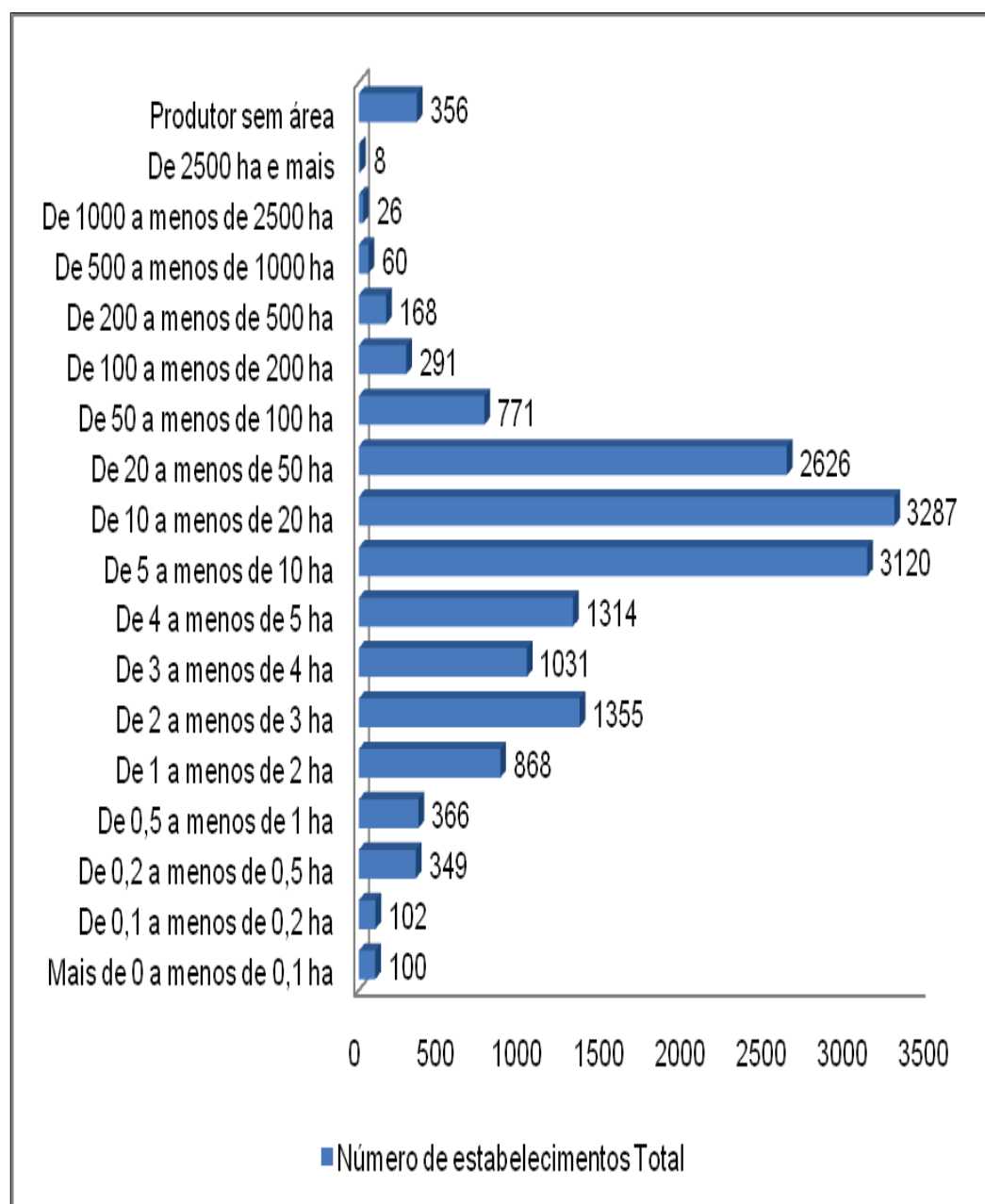
FONTE: Afubra (2015b).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).



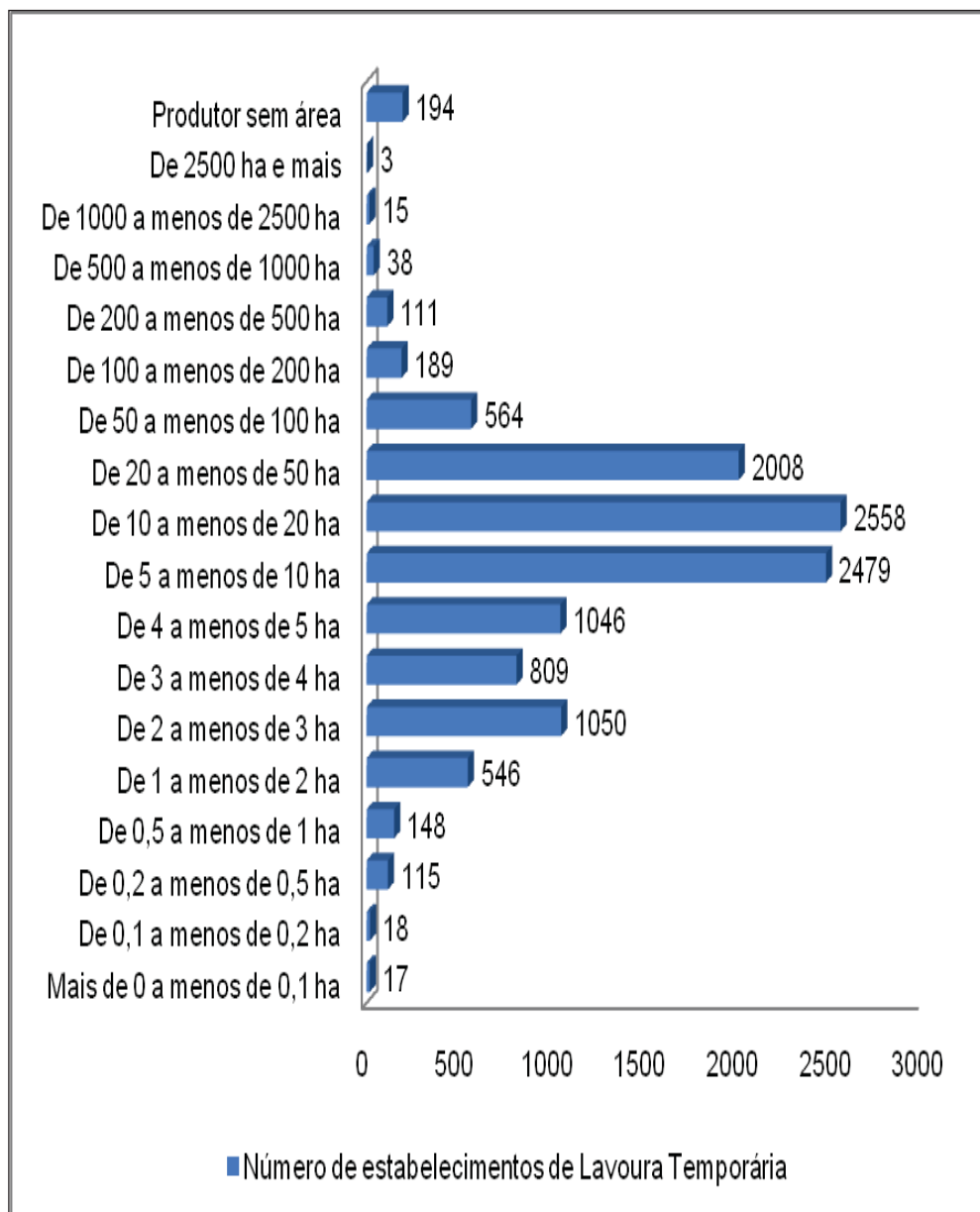
Resultante de uma formação socioespacial contraditória, o cultivo de fumo é expressivo na microrregião pelo seguinte fato: para quem dispõe de pequenas quantidades de terra, plantar soja, milho e até mesmo o feijão, torna-se uma opção secundária, terciária, pois, se não forem cultivados em grande escala, não irão gerar renda similar ao plantio de fumo. Sendo assim, os pequenos produtores cultivam fumo, alegando que o mesmo gera uma renda considerável ao sustento da família.

GRÁFICO 4 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS TOTAL NA MICRORREGIÃO



FONTE: SIDRA (2016a).  
ELABORAÇÃO: O autor (2017).

GRÁFICO 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO



FONTE: SIDRA (2016a).  
ELABORAÇÃO: O autor (2017).

O gráfico (4) permite compreender que na área da microrregião tem-se um número total de 16.198 estabelecimentos agrícolas. Percebe-se que, um expressivo número de propriedades rurais dispõe de pequenas quantidades de terras. O Gráfico traz dados gerais, portanto, não quer dizer que as terras são produtivas. Já o gráfico (5), apresenta os dados de estabelecimentos onde se tem o cultivo de lavoura temporária (11.908 estabelecimentos), logo, a fumicultura pode ser analisada, já que, o fumo é uma planta de cultivo temporário. Do total, vê-se que, um número de

8.786 estabelecimentos possuem de 0 a 20 hectares de terras (74% dos estabelecimentos). Na microrregião de estudo utiliza-se o alqueire paulista, sendo que, cada um equivale a  $24.200\text{m}^2=2,42\text{ha}$  (hectares). Como já abordado anteriormente, a média do tamanho total das propriedades rurais que cultivam fumo na microrregião é de 5 alqueires, ou 12,1ha.

Chama atenção a fala dos produtores na pesquisa de campo, pois, ao serem indagados sobre os motivos que os levaram a cultivar fumo, as respostas mais comuns foram estas: *“Tenho pouca terra, daí outra coisa não rende lucro igual ao fumo”, “Não tinha outra coisa que desse lucro”, “A venda é garantida”, “É o que dá mais dinheiro para quem tem pouca terra”*.

As respostas relacionam o cultivo de fumo à realidade de se ter pouca terra apta para plantio, bem como a falta de alternativas, pois, segundo eles, outros produtos de lavoura temporária não são lucrativos quanto ao fumo. A seguir, as tabelas apresentam os cultivares de lavoura temporária presentes nos sete municípios da microrregião, e as quantidades de propriedades agrícolas.

TABELA 4 – IMBITUVA. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$)
Arroz (em casca)	50	98	1.960	78.000,00
Aveia (em grão)	100	245	2.450	81.000,00
Batata-inglesa	230	6.783	29.491	8.095.000,00
Cebola	240	6.960	29.000	8.279.000,00
Centeio (em grão)	15	37	2.467	24.000,00
Cevada (em grão)	150	480	3.200	120.000,00
Feijão (em grão)	3.650	5.861	1.608	10.665.000,00
Fumo (em folha)	3.887	9.364	2.409	63.488.000,00
Mandioca	100	1.850	18.500	318.000,00
Melancia	20	440	22.000	308.000,00
Milho (em grão)	5.193	46.934	9.038	16.913.000,00
Soja (em grão)	29.150	99.735	3.421	99.019.000,00
Tomate	7	208	29.714	220.000,00
Trigo (em grão)	5.105	14.294	2.800	9.291.000,00
Triticale	280	812	2.900	309.000,00

FONTE: IPARDES (2017a).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR

<b>Unidade Territorial - Imbituva (PR). Ano - 2006</b>				
<b>Grupos de área total</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)</b>		<b>Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral</b>	
	<b>Total</b>	<b>Lavoura temporária</b>	<b>Total</b>	<b>Lavoura temporária</b>
<b>Total</b>	2100	1405	100	66,9
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 ha</b>	24	-	1,14	-
<b>De 0,1 a menos de 0,2 ha</b>	22	3	1,05	0,14
<b>De 0,2 a menos de 0,5 ha</b>	101	22	4,81	1,05
<b>De 0,5 a menos de 1 ha</b>	73	32	3,48	1,52
<b>De 1 a menos de 2 ha</b>	141	72	6,71	3,43
<b>De 2 a menos de 3 ha</b>	217	160	10,33	7,62
<b>De 3 a menos de 4 ha</b>	149	104	7,1	4,95
<b>De 4 a menos de 5 ha</b>	179	135	8,52	6,43
<b>De 5 a menos de 10 ha</b>	402	311	19,14	14,81
<b>De 10 a menos de 20 ha</b>	324	239	15,43	11,38
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	267	191	12,71	9,1
<b>De 50 a menos de 100 ha</b>	99	68	4,71	3,24
<b>De 100 a menos de 200 ha</b>	45	29	2,14	1,38
<b>De 200 a menos de 500 ha</b>	27	22	1,29	1,05
<b>De 500 a menos de 1000 ha</b>	6	5	0,29	0,24
<b>De 1000 a menos de 2500 ha</b>	3	3	0,14	0,14
<b>De 2500 ha e mais</b>	1	-	0,05	-
<b>Produtor sem área</b>	20	9	0,95	0,43

FONTE: IBGE (2017a) - Censo Agropecuário (2006).  
ADAPTAÇÃO: O autor (2017).

No município de Imbituva os dados contidos na tabela (4) apresentam que os quatro cultivares da lavoura temporária que mais se destacam em geração de valores são: soja, seguido do fumo, milho e feijão. Já os outros cultivos, comparecem em pequena proporção. Imbituva possui 1.287 famílias produtoras de fumo. É importante perceber nos dados da tabela (5) que, dos 1.405 estabelecimentos de lavoura temporária, um total de 1.078, ou seja, 77% possuem de 0 a 20 ha de terras.

Os dados da tabela (4) evidenciam que o rendimento proveniente do cultivo de soja é maior, seguido do fumo, porém, ao ser comparado o quesito área, percebe-se que a quantidade de terras da soja é nove vezes a mais que a quantidade de hectares de fumo. Portanto, em uma pequena soma de área plantada

com fumo, o valor se aproxima da soja. Já os outros cultivares, o valor gerado é tímido se comparado com a fumicultura.

O município de Imbituva tem sua estrutura fundiária composta majoritariamente na pequena propriedade agrícola. Isso se explica devido o seu processo de colonização, que se deu pela fixação de tropeiros, e, posteriormente, pela vinda de imigrantes alemães, italianos, russos e poloneses.

Quanto à origem do município, O IBGE (2017h) relata que, nas margens do caminho de Viamão foram se fixando tropeiros, desde o Rio Grande do Sul até São Paulo. As paradas nos “pontos de pouso” deram origem a várias cidades dos Campos Gerais. Neste contexto de paradas para descanso dos tropeiros “Cupim” passou a ter destaque entre os pousos.

Em 1871, o bandeirante, Antonio Lourenço, natural de Faxina, então capitania de São Paulo, abandonando o comércio de tropas, atraiu companheiros e veio a Cupim, assim, iniciando a construção da Vila. Aos primeiros habitantes juntaram-se outros, sendo todos da mesma procedência. O povoado passou a receber imigrantes alemães, poloneses, russos e italianos. A freguesia foi criada em 1876, com sede no lugar denominado Campo do Cupim. Em 1881, foi elevada à categoria de vila, com denominação de Santo Antônio do Imbituva no Município de Ponta Grossa. Recebeu foros de cidade, em 1910, passando a denominar-se Imbituva em 1929.

A característica de pequenas propriedades dá-se pelo fato de os imigrantes ao se fixarem no município fundando comunidades, eles passaram a utilizar da terra para garantir o sustento da família, não importando-se em acumular áreas, pois, a terra não era vista como uma mercadoria de grande valor. A vinculação da terra com o capital dá-se nas três últimas décadas do século XX. Além do mais, os imigrantes chegaram até o município com o intuito de garantir a integridade do território como destaca Ribeiro (2006) ao diferenciar o processo de povoamento da região Sul do Brasil das demais regiões. Com essa característica de possuir pequenas propriedades, as empresas fumageiras encontraram condições ideais para a territorialização.

TABELA 6 – GUAMIRANGA. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$)
Arroz (em casca)	40	76	1.900	61.000,00
Batata-inglesa	105	3.020	28.762	3.531.000,00
Cana-de-açúcar	7	315	45.000	25.000,00
Cebola	60	1.560	26.000	1.950.000,00
Feijão (em grão)	960	1.360	1.417	2.459.000,00
Fumo (em folha)	3.185	7.666	2.407	51.975.000,00
Mandioca	80	1.440	18.000	248.000,00
Melancia	14	310	22.143	217.000,00
Milho (em grão)	2.000	13.900	6.950	5.008.000,00
Soja (em grão)	5.950	18.088	3.040	17.136.000,00
Tomate	2	51	25.500	52.000,00
Trigo (em grão)	1.035	2.743	2.650	1.646.000,00
Triticale	50	125	2.500	48.000,00

FONTE: IPARDES (2017b).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 7 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA-PR

Unidade Territorial - Guamiranga (PR). Ano - 2006				
Grupos de área total				
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
<b>Total</b>	1145	860	100	75,11
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 ha</b>	6	2	0,52	0,17
<b>De 0,1 a menos de 0,2 ha</b>	12	3	1,05	0,26
<b>De 0,2 a menos de 0,5 ha</b>	30	14	2,62	1,22
<b>De 0,5 a menos de 1 ha</b>	34	14	2,97	1,22
<b>De 1 a menos de 2 ha</b>	78	42	6,81	3,67
<b>De 2 a menos de 3 ha</b>	117	93	10,22	8,12
<b>De 3 a menos de 4 ha</b>	112	88	9,78	7,69
<b>De 4 a menos de 5 ha</b>	102	87	8,91	7,6
<b>De 5 a menos de 10 ha</b>	262	220	22,88	19,21
<b>De 10 a menos de 20 ha</b>	177	139	15,46	12,14
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	118	100	10,31	8,73
<b>De 50 a menos de 100 ha</b>	39	24	3,41	2,1
<b>De 100 a menos de 200 ha</b>	21	12	1,83	1,05
<b>De 200 a menos de 500 ha</b>	4	1	0,35	0,09
<b>De 500 a menos de 1000 ha</b>	-	-	-	-
<b>De 1000 a menos de 2500 ha</b>	-	-	-	-
<b>De 2500 ha e mais</b>	-	-	-	-
<b>Produtor sem área</b>	33	21	2,88	1,83

FONTE: IBGE (2017b) - Censo Agropecuário (2006).

ADAPTAÇÃO: O autor (2017).



No município de Guamiranga, a realidade é similar a de Imbituva. Os dados da tabela (6) apontam que os quatro produtos cultivados que mais se destacam em rendimentos são: fumo, soja, milho e feijão. Em Guamiranga tem-se 821 famílias que produzem fumo. Vê-se a partir dos dados da tabela (7) que, dos 860 estabelecimentos que cultivam lavoura temporária, um total de 702, ou seja, 82% possuem de 0 a 20 ha de terras, logo, a fumicultura se manifesta com intensidade.

Este município também possui uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade. A colonização de seu território se deu pelo mesmo processo ocorrido em Imbituva, pois, Guamiranga foi desmembrado do município imbituvense e elevada a Município pela Lei Estadual de nº 11.203 de 16/11/95 e instalado em 01/01/97 (IBGE, 2017i).

TABELA 8 – PRUDENTÓPOLIS. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1 000,00)
Alho	10	35	3.500	280.000,00
Amendoim (em casca)	12	17	1.417	28.000,00
Arroz (em casca)	415	955	2.301	746.000,00
Aveia (em grão)	40	76	1.900	18.000,00
Batata-inglesa	90	1.980	22.000	2.575.000,00
Cana-de-açúcar	26	1.430	55.000	74.000,00
Cebola	25	300	12.000	285.000,00
Centeio (em grão)	100	170	1.700	110.000,00
Feijão (em grão)	27.000	39.400	1.459	68.970.000,00
Fumo (em folha)	4.350	11.049	2.540	73.660.000,00
Mandioca	345	7.935	23.000	1.290.000,00
Melancia	4	80	20.000	56.000,00
Milho (em grão)	12.600	11.400	905	4.122.000,00
Soja (em grão)	29.300	85.260	2.910	84.471.000,00
Tomate	9	480	53.333	807.000,00
Trigo (em grão)	8.100	23.490	2.900	15.683.000,00
Triticale	55	127	2.309	34.000,00

FONTE: IPARDES (2017c).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 9 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS-PR

<b>Unidade Territorial - Prudentópolis (PR). Ano - 2006</b>				
<b>Grupos de área total</b>	<b>Variável x Grupos de atividade econômica</b>			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
<b>Total</b>	7810	5632	100	72,11
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 ha</b>	53	7	0,68	0,09
<b>De 0,1 a menos de 0,2 ha</b>	55	5	0,7	0,06
<b>De 0,2 a menos de 0,5 ha</b>	121	22	1,55	0,28
<b>De 0,5 a menos de 1 ha</b>	173	54	2,22	0,69
<b>De 1 a menos de 2 ha</b>	431	262	5,52	3,35
<b>De 2 a menos de 3 ha</b>	596	442	7,63	5,66
<b>De 3 a menos de 4 ha</b>	477	369	6,11	4,72
<b>De 4 a menos de 5 ha</b>	613	471	7,85	6,03
<b>De 5 a menos de 10 ha</b>	1592	1259	20,38	16,12
<b>De 10 a menos de 20 ha</b>	1654	1301	21,18	16,66
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	1396	1060	17,87	13,57
<b>De 50 a menos de 100 ha</b>	339	247	4,34	3,16
<b>De 100 a menos de 200 ha</b>	93	56	1,19	0,72
<b>De 200 a menos de 500 ha</b>	41	14	0,52	0,18
<b>De 500 a menos de 1000 ha</b>	12	3	0,15	0,04
<b>De 1000 a menos de 2500 ha</b>	3	-	0,04	-
<b>De 2500 ha e mais</b>	1	-	0,01	-
<b>Produtor sem área</b>	160	60	2,05	0,77

FONTE: IBGE (2017c) - Censo Agropecuário (2006).

ADAPTAÇÃO: O autor (2017).

No município de Prudentópolis, percebe-se que em primeiro lugar fica o cultivo de soja, seguido do fumo, feijão e trigo. Ao ser analisado os dados da tabela (8) é possível perceber que tanto a soja, quanto o feijão e trigo, necessitam ser cultivados em um número bem superior as áreas destinadas ao fumo para que o valor seja considerável. Em Prudentópolis 1.776 famílias produzem fumo.

Os dados da tabela (9) mostram que dos 5.632 estabelecimentos que cultivam lavoura temporária, um total de 4.192, logo, 74%, possuem de 0 a 20 ha de terras para plantio. Um percentual de 42% dos estabelecimentos de lavoura temporária cultivam o tabaco. Já os 58% restantes, acabam cultivando soja, feijão (intercalando safras) e outros.

O município de Prudentópolis, apesar de os dados das tabelas 8 e 9 apresentarem o cultivo de soja e feijão que demandam maiores quantidades de

áreas de terras, não se caracteriza possuidor de uma estrutura fundiária pautada em grandes propriedades rurais. Este município teve uma colonização planejada em pequenas propriedades (colonização polonesa e ucraniana).

De acordo com histórico levantado pelo IBGE (2017j), o município de Guarapuava no contexto histórico-geográfico da segunda metade do século XIX, era o maior do Estado, pois, estendia-se desde o rio dos Patos, na divisa com o município de Imbituva, até o Iguaçu e o rio Paraná nas fronteiras da Argentina e Paraguai. O IBGE (2017j) relata que a área compreendida entre o rio dos Patos e a serra da Esperança era, até a abertura da estrada da linha telegráfica, praticamente desabitada.

No ano de 1882, quando o projeto da construção da estrada oferecia perspectivas de valorização das terras, começou a atrair gente para a extensa região de florestas virgens, denominada então “São João”, nome de um rio que passa próximo a serra e corre para o rio Ivaí. Destaca-se que as margens do rio foram habitadas por tribos indígenas pertencentes aos “coroados”, hoje desaparecidos.

Como destaca o IBGE (2017j) a 6 quilômetros do rio dos Patos, Firmo Mendes de Queiroz, descendente de bandeirantes paulistas, construiu uma casa e tentou estabelecer grandes culturas. Por ali deveria passar a estrada da linha telegráfica. No ano de 1884, o pároco de Guarapuava convenceu Firmo de Queiroz a construir uma capela consagrada a S. João Batista. Nesse mesmo ano, Firmo de Queiroz doou suas terras para que se erigisse a povoação, à qual deu o nome de S. João de Capanema, em homenagem ao Barão de Capanema de quem era grande amigo. Em pouco tempo a povoação foi-se transformando com a chegada de famílias de diversas procedências, constituindo-se a “Vilinha”, como passou a ser conhecida.

Chama atenção que, como ressalta o IBGE (2017j):

Em fins de 1894, o Governo Federal resolveu colonizar a região de São João de Capanema, cujas terras o governo do Estado cedeu para esse fim. O diretor da colônia, Cândido Ferreira de Abreu, em homenagem ao então presidente da República, Prudente de Moraes, resolveu denominar Prudentópolis a colônia recém-fundada, nome que fez desaparecer o de São João de Capanema. A “Vilinha”, então, como sede de colônia tomou impulso. Em 1895 apresentava aspecto de povoação próspera, com ruas bem traçadas, movimentadas pela contínua chegada de famílias polonesas e ucranianas, destinadas às linhas abertas ao norte e a oeste da sede. Em 1896 foi criada, pela Lei n.º 221, de 15 de dezembro, uma cadeia de instrução primária. Já em 1897, pela Lei n.º 251, de 14 de dezembro, criou-

se a segunda cadeira. O Decreto n.º 225, de 15 de setembro de 1903, criou uma Agência Fiscal em Prudentópolis, compreendendo todo o distrito policial desse nome. Seu contínuo desenvolvimento reclamava, então, uma organização político-administrativa mais de acordo com suas necessidades. Prudentópolis foi elevada à condição de cidade pela Lei Estadual n.º 2.614, de 14-03-1929.

Portanto, o município de Prudentópolis ao ser colonizado via projeto de integração do território pelo governo federal, teve a organização dos povoados em linha, sendo que, as propriedades entregues aos imigrantes foram distribuídas em tamanhos iguais. Essa característica não sofreu alterações até os dias atuais. Desta forma, a fomicultura territorializou-se em centenas de pequenas propriedades rurais, pois encontrou condições fundiárias, culturais e físicas, ideais para fixação.

TABELA 10 – IVAÍ. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1 000,00)
Arroz (em casca)	25	43	1.720	35.000,00
Aveia (em grão)	50	120	2.400	42.000,00
Cana-de-açúcar	66	1.980	30.000	105.000,00
Cebola	10	150	15.000	181.000,00
Feijão (em grão)	10.600	20.075	1.894	41.031.000,00
Fumo (em folha)	2.280	5.700	2.500	30.370.000,00
Mandioca	130	1.950	15.000	316.000,00
Melancia	35	770	22.000	539.000,00
Milho (em grão)	3.750	31.150	8.307	12.325.000,00
Soja (em grão)	11.900	41.250	3.466	43.213.000,00
Tomate	10	550	55.000	565.000,00
Trigo (em grão)	3.500	9.100	2.600	5.588.000,00
Triticale	60	132	2.200	39.000,00

FONTE: IPARDES (2017d).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 11 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR

(continua)

Unidade Territorial – Ivai (PR). Ano – 2006				
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários – percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
<b>Total</b>	1853	1492	100	80,52
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 há</b>	7	3	0,38	0,16
<b>De 0,1 a menos de 0,2 há</b>	7	5	0,38	0,27
<b>De 0,2 a menos de 0,5 há</b>	24	9	1,3	0,49

TABELA 11 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR

(conclusão)

Unidade Territorial - Ivaí (PR). Ano - 2006				
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
De 0,5 a menos de 1 ha	33	16	1,78	0,86
De 1 a menos de 2 ha	61	43	3,29	2,32
De 2 a menos de 3 ha	133	106	7,18	5,72
De 3 a menos de 4 ha	98	77	5,29	4,16
De 4 a menos de 5 ha	150	130	8,09	7,02
De 5 a menos de 10 ha	341	283	18,4	15,27
De 10 a menos de 20 ha	395	337	21,32	18,19
De 20 a menos de 50 ha	382	315	20,62	17
De 50 a menos de 100 ha	119	97	6,42	5,23
De 100 a menos de 200 ha	40	25	2,16	1,35
De 200 a menos de 500 ha	16	11	0,86	0,59
De 500 a menos de 1000 ha	3	2	0,16	0,11
De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-	-
De 2500 ha e mais	1	-	0,05	-
Produtor sem área	43	33	2,32	1,78

FONTE: IBGE (2017d) - Censo Agropecuário (2006).

ADAPTAÇÃO: O autor (2017).

No município de Ivaí o cultivo de soja, seguido, do de feijão, fumo e milho, é que geram valores expressivos. Um total de 727 famílias cultivam o tabaco neste município. Os dados da tabela (11) destacam que do total de 1.492 estabelecimentos de lavoura temporária, 1.009, ou seja, 68% possuem de 0 a 20 ha de terras. Mesmo a fumicultura, ficando atrás do cultivo de soja e feijão, ela está presente em 72% dos estabelecimentos que vão de 0 a 20 ha.

A colonização de Ivaí deu-se por volta de 1850, quando começaram a se estabelecer no território, os primeiros imigrantes europeus, principalmente, poloneses, alemães e holandeses que fundaram as colônias de Taió, Ivaí e Bom Jardim (na época pertencentes ao povoado de Ipiranga).

O IBGE (2017k) relata que:

Em 7 de dezembro de 1894 Ipiranga foi elevada a Vila com área desmembrada do município de Ponta Grossa. Pelo decreto-lei estadual número 199, de 30 de dezembro de 1943 o distrito de Bom Jardim passa a se chamar Bitumirim. Pela lei estadual número 4.382 de 10 de junho de

1961, desmembra do município de Ipiranga o distrito de Ivaí. Elevado a categoria de município pela lei estadual número 5.295, de 21 de março de 1966, transfere o distrito de Bitumirim do município de Ipiranga para o município de Ivaí. Pela lei estadual número 5.301, de 22 de abril de 1966, o distrito de Bitumirim passou a denominar-se Bom Jardim do Sul.

A colonização de Ivaí também se deu num contexto de atração de imigrantes promovido pelo governo federal que visou garantir o povoamento de todo o território do País. Os imigrantes receberam pequenas áreas para desbravarem, e assim, garantirem o sustento da família. A propriedade de terra em grandes quantidades não era a aspiração dos povoadores. Também, neste município, a fomicultura encontrou condições propícias para se territorializar nas pequenas propriedades.

TABELA 12 – IPIRANGA. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1 000,00)
Arroz (em casca)	4	7	1.750	6.000,00
Aveia (em grão)	50	125	2.500	44.000,00
Cebola	27	540	20.000	513.000,00
Cevada (em grão)	1.750	4.375	2.500	1.750.000,00
Feijão (em grão)	5.800	12.160	2.097	25.947.000,00
Fumo (em folha)	4.200	10.500	2.500	12.600.000,00
Mandioca	140	2.100	15.000	1.470.000,00
Milho (em grão)	3.600	32.000	8.889	13.733.000,00
Soja (em grão)	20.200	74.560	3.691	63.249.000,00
Tomate	5	335	67.000	402.000,00
Trigo (em grão)	6.250	16.875	2.700	10.969.000,00
Triticale	50	125	2.500	63.000,00

FONTE: IPARDES (2017e).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 13 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IPIRANGA-PR

(continua)

Unidade Territorial - Ipiranga (PR). Ano - 2006				
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
<b>Total</b>	1656	1395	100	84,24
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 ha</b>	5	2	0,3	0,12
<b>De 0,1 a menos de 0,2 ha</b>	2	-	0,12	-
<b>De 0,2 a menos de 0,5 ha</b>	41	27	2,48	1,63
<b>De 0,5 a menos de 1 ha</b>	21	14	1,27	0,85
<b>De 1 a menos de 2 ha</b>	87	73	5,25	4,41
<b>De 2 a menos de 3 ha</b>	184	166	11,11	10,02



TABELA 13 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE IPIRANGA-PR

(conclusão)

Unidade Territorial - Ipiranga (PR). Ano - 2006				
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
De 3 a menos de 4 ha	132	121	7,97	7,31
De 4 a menos de 5 ha	152	143	9,18	8,64
De 5 a menos de 10 ha	294	256	17,75	15,46
De 10 a menos de 20 ha	300	259	18,12	15,64
De 20 a menos de 50 ha	186	147	11,23	8,88
De 50 a menos de 100 ha	80	54	4,83	3,26
De 100 a menos de 200 ha	37	25	2,23	1,51
De 200 a menos de 500 ha	30	22	1,81	1,33
De 500 a menos de 1000 ha	16	12	0,97	0,72
De 1000 a menos de 2500 ha	8	5	0,48	0,3
De 2500 ha e mais	1	1	0,06	0,06
Produtor sem área	80	68	4,83	4,11

FONTE: IBGE (2017e) - Censo Agropecuário (2006).

ADAPTAÇÃO: O autor (2017).

O município de Ipiranga destaca-se nas seguintes produções: soja, feijão, milho, e, em quarto lugar o fumo. A tabela (13) evidencia que do total de 1.395 estabelecimentos de lavoura temporária, 1.061, portanto, 76% se caracterizam possuidores de 0 a 20ha de terras. Neste município um total de 1.577 famílias cultivam o fumo. Percebe-se que nele a fumicultura está fortemente territorializada assentando-se na pequena propriedade. A colonização do município ocorreu por volta de 1850, quando uma expedição composta por Valeriano Antônio da Silva, Bento da Silva Leiria, Henrique José Fernandes, Manoel Antunes Ribeiro, Generoso Pinto Leal Taques, Floriano Paes de Almeida, Ponciano da Rocha e José dos Santos Martins, guiada por indígenas, atingiu o território onde hoje está situado o município de Ipiranga (IBGE, 2017I). Na ocasião, deram ao lugarejo a denominação de Guarda Velho. De acordo com o IBGE (2017I):

Em 1866, o português Joaquim Teixeira Duarte chegou à localidade, onde encontrou um bom número de moradores, ali fixando residência e iniciando a fundação propriamente dita do povoado, que recebeu a denominação de Ipiranga como homenagem ao local onde foi proclamada a Independência do Brasil. O terreno onde Joaquim Teixeira Duarte lançou os fundamentos da povoação foi doado por Francisco da Silva Leiria, Emídio Martins Padilha, Manoel Pinto de Oliveira e Dona Maria Joaquina de Andrade. Em 1867, Teixeira Duarte providenciou a vinda para Ipiranga do Padre Antônio

Pina, ocasião em que teve início a construção da primeira Capela dedicada à padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A primeira leva de imigrantes poloneses, alemães e holandeses que chegou a Ipiranga, era composta de aproximadamente 519 pessoas, as quais fundaram, na região, as colônias Taió, Ivaí e Bom Jardim. Por ato de 7 de abril de 1890, foi criado um Distrito Policial com a denominação de Ipiranga no Termo de Ponta Grossa. Ipiranga foi elevado à categoria de Vila e Município em 7 de dezembro de 1894, com área desmembrada do Município de Ponta Grossa.

O caso de Ipiranga é similar aos demais municípios, pois, a terra foi ocupada de forma que não gerou grandes latifúndios. Pautada na mão de obra familiar as propriedades foram sendo herdadas pelos filhos dos colonizadores. As divisões por meio de herança geram um grande número de pequenas propriedades onde o cultivo de fumo passa a ser a fonte de renda dos pequenos produtores rurais.

TABELA 14 – TEIXEIRA SOARES. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1 000,00)
Arroz (em casca)	100	195	1.950	156.000,00
Aveia (em grão)	220	539	2.450	178.000,00
Batata-inglesa	805	15.450	19.193	19.492.000,00
Cebola	35	875	25.000	1.041.000,00
Centeio (em grão)	55	135	2.455	89.000,00
Cevada (em grão)	950	3.040	3.200	760.000,00
Feijão (em grão)	3.750	5.718	1.525	10.489.000,00
Fumo (em folha)	640	1.524	2.381	10.333.000,00
Mandioca	100	1.850	18.500	318.000,00
Melancia	20	400	20.000	280.000,00
Milho (em grão)	9.530	89.944	9.438	32.421.000,00
Soja (em grão)	36.250	124.133	3.424	123.148.000,00
Tomate	2	55	27.500	58.000,00
Trigo (em grão)	6.250	17.500	2.800	10.500.000,00
Triticale	260	754	2.900	287.000,00

FONTE: IPARDES (2017f).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 15 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES-PR

Unidade Territorial - Teixeira Soares (PR). Ano - 2006					
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica				
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral		
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária	
<b>Total</b>	1068	694	100	64,98	
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 ha</b>	2	-	0,19	-	
<b>De 0,1 a menos de 0,2 ha</b>	2	1	0,19	0,09	
<b>De 0,2 a menos de 0,5 ha</b>	23	13	2,15	1,22	
<b>De 0,5 a menos de 1 ha</b>	14	3	1,31	0,28	
<b>De 1 a menos de 2 ha</b>	26	18	2,43	1,69	
<b>De 2 a menos de 3 ha</b>	59	45	5,52	4,21	
<b>De 3 a menos de 4 ha</b>	42	32	3,93	3	
<b>De 4 a menos de 5 ha</b>	61	38	5,71	3,56	
<b>De 5 a menos de 10 ha</b>	132	79	12,36	7,4	
<b>De 10 a menos de 20 ha</b>	318	190	29,78	17,79	
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	207	145	19,38	13,58	
<b>De 50 a menos de 100 ha</b>	62	49	5,81	4,59	
<b>De 100 a menos de 200 ha</b>	35	30	3,28	2,81	
<b>De 200 a menos de 500 ha</b>	36	28	3,37	2,62	
<b>De 500 a menos de 1000 ha</b>	19	14	1,78	1,31	
<b>De 1000 a menos de 2500 ha</b>	10	6	0,94	0,56	
<b>De 2500 ha e mais</b>	2	1	0,19	0,09	
<b>Produtor sem área</b>	18	2	1,69	0,19	

FONTE: IBGE (2017f) - Censo Agropecuário (2006).

ADAPTAÇÃO: O autor (2017).

No município de Teixeira Soares os cultivares de lavoura temporária que mais se destacam gerando valores são: soja, milho, batata e feijão. A fumicultura comparece em quinto lugar. Os dados da tabela (15) apontam que do total de 694 estabelecimentos de lavoura temporária, a quantidade de 419 (60%) caracterizam-se por possuírem de 0 a 20ha de terras.

O cultivo de fumo é realizado por 240 famílias. Este município possui uma estrutura fundiária que se difere dos demais da microrregião. Os dados da tabela (15) destacam que 40% dos estabelecimentos de lavoura temporária possuem acima de 20ha. Tal característica proporciona uma maior produção de soja, feijão e milho.

O IBGE (2017m) explica que adentraram no território do atual Município de Teixeira Soares, primeiramente, tropeiros, e, isto a partir da segunda metade do século XIX, ao passarem pela região através de picadas abertas na mata virgem. O primeiro morador da localidade foi o paulista João Augusto, que ali chegou ao ano de 1890, seguido por João Bernardes que também era procedente do Estado de São Paulo. De acordo com escritos do IBGE (2017m):

Em 1896 chegaram à localidade Horácio Nunes e Joaquim Neves, época em que se achava em construção a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, bem como, a Estação Ferroviária localizada na Vila de Valinhos, então sede de Distrito do extinto Município de Entre Rios. Os quatro primeiros moradores se estabeleceram na localidade denominada Boa Vista (primeira designação do Povoado) e, por saberem que a passagem da Estrada de ferro pela localidade, seria um importante fator de progresso, ofereceram os terrenos de suas propriedades, para que a Estação fosse construída na incipiente Povoação de Boa Vista, o que conseguiram graças à colaboração do engenheiro Doutor Andrade Pinto. A Estação da Estrada de Ferro foi inaugurada a 1º de janeiro de 1900, recebendo o nome de Teixeira Soares, em homenagem ao engenheiro paranaense Dr. Teixeira Soares, uma das glórias da engenharia nacional. A partir daquela data, a Povoação também passou a assim denominar-se. Em 26 de março de 1917, foi criado o Município de Teixeira Soares, sendo instalado logo a seguir, quando foram empossadas as primeiras autoridades municipais.

A colonização deste município com a formação da cidade estruturou-se sob um processo histórico-geográfico de vínculo do poder privado com projetos políticos. O município de Teixeira Soares ao receber a passagem da linha férrea passou a ser visto estrategicamente por famílias tradicionais como Gubert e Molinari que eram proprietárias de grandes fazendas de terras para extração de erva-mate, madeira como a araucária e a imbuia.

Como destaca Oliveira e Monteiro (2012), eram estas mesmas famílias as donas de pequenas indústrias e serrarias, nas quais empregavam boa parte dos cidadãos do município. Teixeira Soares possuía um território rico em madeiras e erva mate, fato que proporcionou o surgimento de grandes fazendas tendo os proprietários uma visão estratégica devido à passagem do trem.

A colonização com predomínio de latifúndio possui uma estreita relação com a estrutura fundiária na atualidade. Teixeira Soares é o único município da microrregião em estudo, que possui porcentagem maior de propriedades com mais de 20ha de terras. Cumpre destacar que neste município a atividade de cultivo de fumo comparece em 5º lugar.

Em Teixeira Soares tem-se assentamentos do Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST, sendo que os assentados optam por produções agroecológicas e de alimentos. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (2015) destacam que 250 famílias encontram-se assentadas legalmente via Reforma Agrária no território municipal. Constata-se que a fumicultura não está fortemente territorializada neste município.

TABELA 16 – FERNANDES PINHEIRO. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2015

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1 000,00)
Arroz (em casca)	80	156	1.950	125.000,00
Aveia (em grão)	80	192	2.400	63.000,00
Batata-inglesa	450	13.538	30.084	19.841.000,00
Cebola	220	6.490	29.500	7.720.000,00
Centeio (em grão)	15	34	2.267	22.000,00
Cevada (em grão)	100	320	3.200	80.000,00
Feijão (em grão)	3.080	4.692	1.523	8.492.000,00
Fumo (em folha)	190	454	2.389	3.078.000,00
Mandioca	60	1.092	18.200	188.000,00
Melancia	8	200	25.000	140.000,00
Milho (em grão)	1.830	14.655	8.008	5.272.000,00
Soja (em grão)	15.300	48.760	3.187	48.422.000,00
Tomate	3	79	26.333	84.000,00
Trigo (em grão)	2.480	2.750	1.109	1.650.000,00
Triticale	140	385	2.750	146.000,00

FONTE: IPARDES (2017g).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

TABELA 17 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR

(continua)

Unidade Territorial – Fernandes Pinheiro (PR). Ano – 2006				
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários – percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
<b>Total</b>	566	430	100	75,97
<b>Mais de 0 a menos de 0,1 há</b>	3	3	0,53	0,53
<b>De 0,1 a menos de 0,2 há</b>	2	1	0,35	0,18
<b>De 0,2 a menos de 0,5 há</b>	9	8	1,59	1,41
<b>De 0,5 a menos de 1 há</b>	18	15	3,18	2,65
<b>De 1 a menos de 2 há</b>	44	36	7,77	6,36
<b>De 2 a menos de 3 há</b>	49	38	8,66	6,71
<b>De 3 a menos de 4 há</b>	21	18	3,71	3,18

TABELA 17 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR

(conclusão)

Unidade Territorial - Fernandes Pinheiro (PR). Ano - 2006				
Grupos de área total	Variável x Grupos de atividade econômica			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Total	Lavoura temporária	Total	Lavoura temporária
De 4 a menos de 5 ha	57	42	10,07	7,42
De 5 a menos de 10 ha	97	71	17,14	12,54
De 10 a menos de 20 ha	119	93	21,02	16,43
De 20 a menos de 50 ha	70	50	12,37	8,83
De 50 a menos de 100 ha	33	25	5,83	4,42
De 100 a menos de 200 ha	20	12	3,53	2,12
De 200 a menos de 500 ha	14	13	2,47	2,3
De 500 a menos de 1000 ha	4	2	0,71	0,35
De 1000 a menos de 2500 ha	2	1	0,35	0,18
De 2500 ha e mais	2	1	0,35	0,18
Produtor sem área	2	1	0,35	0,18

FONTE: IBGE (2017g) - Censo Agropecuário (2006).

ADAPTAÇÃO: O autor (2017).

O município de Fernandes Pinheiro produz significativamente soja, batata, feijão e cebola. Em quinto lugar é que comparece a fumicultura. Os dados contidos na tabela (17) revelam que do total de 430 estabelecimentos de lavoura temporária, 325, ou seja, 76%, possuem de 0 a 20ha de terras. A fumicultura está presente na vida de 68 famílias.

O IBGE (2017n) apresenta que a denominação Fernandes Pinheiro originou-se do nome dado à Estação Ferroviária, em homenagem a um dos diretores da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, o engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro. Seu primeiro nome foi Imbituvinha. Era parada de tropeiros que vinham do Sul. Segundo o IBGE (2017n):

Há registros de que em 1899, a povoação foi elevada a distrito policial do Município de Santo Antonio de Imbituva, passando, em 1907, a integrar o município de Irati. Durante a construção da Estrada de Ferro, o povoado passou a pertencer à cidade Imbituva, à qual era ligada por estrada de rodagem. Em 1917, passou a integrar o município de Teixeira Soares, ano em que este se emancipou de Entre Rios. Nessa época, a Estação de Fernandes Pinheiro era importante centro comercial e industrial, de onde partiam diligências para Imbituva, Prudentópolis e Guarapuava, provenientes da Capital do Estado. Em 10 de Dezembro de 1995, realizou-se em Fernandes Pinheiro, o plebiscito para emancipação, vindo a ser criado o Município de Fernandes Pinheiro.

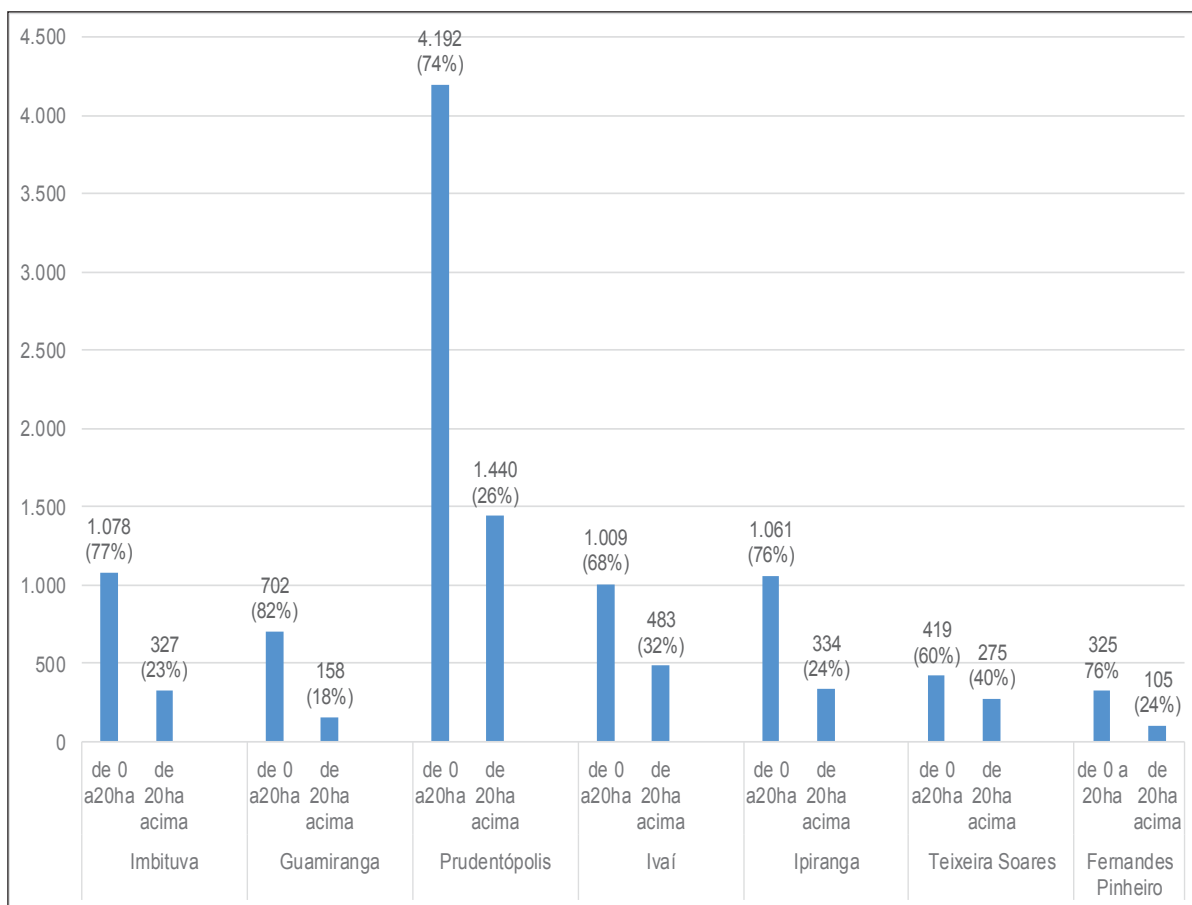


O município de Fernandes é o menor em número de estabelecimentos agropecuários ao ser comparado com os demais que formam a microrregião. Seu processo de colonização está ligado a atividade tropeira, e posterior construção da ferrovia. No entanto, não consolidou em seu território grandes latifúndios, diferenciando-se do caso de Teixeira Soares que teve um maior dinamismo pelo fato de estar situada mais próxima de Ponta Grossa. Assim, Teixeira foi mais atrativa para os colonizadores que passaram a construir fazendas e explorar os recursos naturais disponíveis. No caso de Fernandes, o centro mais próximo era Irati, porém, no início do século XX não tinha forte expressão, e, este fato influenciou no processo de colonização do território.

Em Fernandes, a estrutura fundiária se centra na pequena propriedade, porém, a fumiicultura não possui forte territorialização. A plantação de batata e cebola se fazem presentes com força no município. No caso da batata, esta é comercializada no município de Irati que faz divisa. Irati possui empresas distribuidoras de batata atraindo os produtores de Fernandes. Cumpre ressaltar que dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (2015) apresentam que 34 famílias encontram-se assentadas legalmente via reforma agrária neste município, e isto, influencia no não cultivo de tabaco, pois a política de produção dos assentados visa o cultivo de alimentos a partir do modo agroecológico.

Ao pesquisar as realidades sociais, econômicas e culturais dos sete municípios da microrregião, constata-se que a produção de fumo comparece se relacionando com a estrutura fundiária produzida concomitante ao processo de formação socioespacial do País.

GRÁFICO 6 – ÁREAS COM LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO



FONTE: SIDRA (2016a).  
ELABORAÇÃO: O autor (2017).

No gráfico, observa-se que em todos os municípios pesquisados a estrutura fundiária se caracteriza pela pequena propriedade rural de 0 a 20ha. Em todos os municípios, usufruindo desta característica, é que as empresas fumageiras estabeleceram suas territorialidades e consequente territorializações. As imagens a seguir revelam uma característica marcante da microrregião que está relacionada à questão da estrutura fundiária.

FIGURA 16 – CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM DA MICRORREGIÃO, FUMO EM FRENTE A CASA



FONTE: O autor (2013).

FIGURA 17 – CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM DA MICRORREGIÃO, FUMO NA MARGEM DA ESTRADA



FONTE: O autor (2015).



FIGURA 18 – CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM DA MICRORREGIÃO, FUMO EM TERRENO ÍNGREME



FONTE: O autor (2015).

Na imagem 16, observa-se que em frente à casa, o pequeno “pedaço” de terra é ocupado pelo plantio de fumo, ou seja, numa pequena propriedade, há que se ocupar todo o espaço possível para se tirar renda da terra. A imagem instiga pensar: não seria melhor cultivar um pomar, ou um jardim para embelezar a frente da propriedade, já que é uma pequena área? Pois bem! Para quem possui pouca terra para plantio, o fumo tem gerado renda que possibilita a manutenção da família na propriedade, sendo assim, resta “otimizar” o espaço disponível, cultivando a planta.

Na imagem 17 observa-se que o fumo é plantado até à beira da estrada, e isso, visando aproveitar toda terra disponível na propriedade. Na imagem 18 nota-se que no terreno íngreme (1º plano da imagem) o fumo é plantado na pequena área de terra disponível, indo até próximo das benfeitorias do estabelecimento (casa, galpão, estufa). Essa é uma forte característica na paisagem da região, pois em áreas íngremes a mecanização para plantar soja não é possível, já no fumo, pode ser utilizado tração animal em seu cultivo.

FIGURA 19 - O PARADOXO DA PEQUENA VERSUS A GRANDE PROPRIEDADE



FONTE: O autor (2013).

Ainda no que concerne a realidade microrregional marcada pela pequena propriedade, percebe-se num primeiro plano, a plantação de fumo. Num segundo plano, tem-se a estufa para secagem das folhas da planta, e, num terceiro plano, à esquerda, uma plantação de pinus. O Cultivo de fumo evidenciado na foto se dá em uma pequena propriedade de 3 hectares e o trabalho é realizado por uma família composta por 5 integrantes.

A imagem revela um paradoxo comumente encontrado na área da microrregião, pois, nas pequenas propriedades cultiva-se fumo, ao passo que, o pinus é cultivado por empresários ligados aos ramos madeireiros, logo, estes não dependem de atividades agrícolas para obter renda. Ou seja, é inviável para um pequeno produtor plantar pinus em sua propriedade, pois, a pouca terra que possui é a fonte de obtenção de renda que permite a família sobreviver.

### 3.3. A EXISTÊNCIA DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS AO CULTIVO DE FUMO NAS ESCALAS DE GOVERNO DO ESTADO BRASILEIRO

A CQCT, desde o ano de 2005, vem direcionando medidas que dificultam o cultivo da planta no Brasil. As medidas levam em consideração os problemas ambientais, e, sobretudo, de saúde que atingem as pessoas no País. No Brasil, o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco evidencia que o tabagismo em termos de mortalidade, morbidade e custos da assistência médica das principais doenças relacionadas ao consumo de produtos de tabaco, foi responsável no ano de 2011 por pelo menos: 147.072 óbitos; 2,69 milhões anos de vida perdidos; 157.126 infartos agudos do miocárdio; 75.663 acidentes vasculares cerebrais, e 63.753 diagnósticos de câncer.

Já, no mundo, o Instituto Nacional do Câncer-INCA destaca que mais de cinco milhões de mortes acontecem todos os anos devido ao tabagismo. Os dados incluem os fumantes passivos, aquelas pessoas que apenas respiram a fumaça de drogas como a cocaína. Segundo o INCA, mundialmente, 30% das mortes por câncer de boca, 90% das mortes por câncer de pulmão, 25% das mortes por doença do coração, 85% das mortes por bronquite e enfisema, e 25% das mortes por derrame cerebral são decorrentes do uso prolongado da nicotina. De acordo com o Instituto, apesar de o cigarro ser o primeiro da lista, quando se trata de tabaco, todos os derivados da planta que podem ser usados nas formas de inalação, como cigarros, charutos, cachimbos, narguilé e cigarros de palha; aspiração (rapé); e mastigação (fumo-de-roló), são nocivos à saúde.

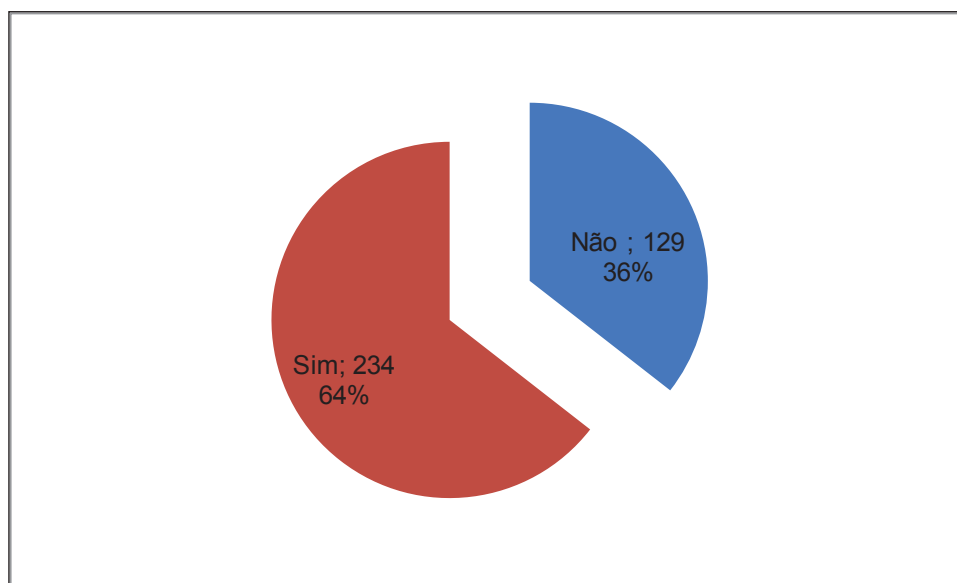
Para o INCA o consumo desses produtos provoca a absorção de 4.720 substâncias tóxicas pelo organismo, e também está relacionado à impotência sexual, infertilidade em mulheres e homens, osteoporose e catarata.

Diante das consequências geradas pelo uso e exposição ao fumo, o governo brasileiro cedeu às reivindicações dos órgãos ligados a saúde, aderindo a CQCT que visa restringir a produção e consumo no País.

Na pesquisa de campo, foi perguntado aos produtores se nos últimos anos eles, perceberam se dificuldades tem aumentado, gerando problemas para conseguir se manter produzindo o fumo. O gráfico a seguir apresenta as respostas.



GRÁFICO 7 – DIFICULDADES NO SETOR DA FUMICULTURA



FONTE: O autor (2017).

Chamou atenção para o fato de que a maioria (64%) dos entrevistados, afirma estar percebendo dificuldades para se manterem na atividade de produção do fumo. As principais respostas foram: *“alto custo dos insumos”, “muita burocracia para conseguir se integrar à empresa”, “rebaixam muito a classe do fumo, não pagando o que vale”, “mão-de-obra em falta e cara demais”, “muito veneno para combater as pestes”, “exigência demais com leis (parte ambiental)”, “falta lenha e ela é cara demais”, “muito investimento nas estufas (aparelhos caros)”*.

O relato acerca dos altos custos dos insumos é uma realidade presente no ramo da fumicultura, inclusive, na pesquisa de campo foi possível constatar que a média de despesas para poder realizar uma safra de fumo totaliza de 60 até 70% do valor bruto que a produção gera. O quadro a seguir exemplifica a realidade da microrregião a partir dos dados dos 363 questionários aplicados. Importante levar em consideração o fato de se ter uma média de 4 pessoas por família, assim, o “lucro” pode ser refletido *per capita*, e, levando em consideração os doze meses do ano.

QUADRO 11 – MÉDIA DE VALOR DE UMA SAFRA DE FUMO

PÉS PLAN- TADOS	TERRA OCU- PADA	PESO POR PÉ DA PLANTA (MÉDIA DE 165 GRAMAS POR PÉ)	MÉDIA DO PÉ- A- PONTA R\$	VALOR BRUTO DA SAFRA	VALOR DA DESPEZA (65%) DO TOTAL	LUCRO
100.000	2 alqueires e 20 litros <sup>25</sup>	16.500 kg	10,00	165.000,00	107.250,00	57.750,00
50.000	1 alqueire e 10 litros	8.250 Kg	10,00	82.500,00	53.625,00	28.875,00
50.000	1 alqueire e 10 litros	8.250 Kg	8,00	66.000,00	42.900,00	23.100,00

FONTE: O autor (2017).

QUADRO 12 – MÉDIA DE VALOR PER CAPTA DE UMA SAFRA DE FUMO

REALI- DADE	LUCRO	MÉDIA DE PESSOAS POR FAMÍLIA PRODUTORA	VALOR PER CAPTA	VALOR PER CAPTA AO MÊS
01	57.750,00	4	14.437,00	1.203,00
02	28.875,00	4	7.218,00	601,00
03	23.100,00	4	5.775,00	481,00

FONTE: O autor (2017).

As pesquisas de campo revelam a realidade de número 02, contida no quadro (12), com maior intensidade no âmbito da microrregião.

No que diz respeito à fala “ *muita burocracia para conseguir se integrar a empresa*” identificou-se que as empresas nos últimos anos vêm “selecionando” os produtores que mais agregam qualidade no processo de produzir o fumo. Elas liberam financiamentos de safra para os produtores que possuem um histórico de integração favorável, como: qualidade da produção advinda das condições da terra, o histórico de fidelidade para com a empresa, os anos de experiência, enfim, tudo isso conta para ser integrado.

Já a fala “*rebaixam muito a classe do fumo, não pagando o que vale*”, é uma realidade reclamada por muitos produtores, pois, é comum tal prática pelas empresas que compram a produção. No ano de 2017 o preço da classe BO1 por Kg valeu R\$ 11,64.

<sup>25</sup> Na linguagem dos agricultores da microrregião o termo litro expressa o tamanho de uma área de terreno. 1 litro=605m<sup>2</sup>. Ver tabela no apêndice 05, p. 251 desta tese.

QUADRO 13 - PREÇOS REFERENCIAIS DO TABACO-ANO 2017

Virgínia					
CLASSES	R\$/kg	R\$/arroba	CLASSES	R\$/kg	R\$/arroba
TO1	11,07	166,05	CR1	7,84	117,6
TO2	9,35	140,25	CR2	5,58	83,7
TO3	7,94	119,1	CR3	3,59	53,85
TR1	8,62	129,3	CL1	8,85	132,75
TR2	5,92	88,8	CL2	7,15	107,25
TR3	3,45	51,75	CK	4,45	66,75
TL1	7,19	107,85	XO1	9,82	147,3
TL2	5,58	83,7	XO2	8,25	123,75
TK	4,25	63,75	XO3	6,76	101,4
BO1	11,64	174,6	XR1	7,36	110,4
BO2	10,08	151,2	XR2	4,54	68,1
BO3	8,1	121,5	XR3	2,68	40,2
BR1	9,07	136,05	XL1	7,84	117,6
BR2	6,65	99,75	XL2	6,36	95,4
BR3	4,45	66,75	XK	3,26	48,9
BL1	8,85	132,75	G2	4,25	63,75
BL2	7,15	107,25	G3	1,11	16,65
BK	5,58	83,7	N	2,8	42
CO1	11,17	167,55	SC	1,11	16,65
CO2	9,82	147,3	ST	0,67	10,05
CO3	7,92	118,8	-	-	-

FONTE: Afubra (2017).

ELABORAÇÃO: O autor (2017).

O rebaixamento ocorre quando a empresa, ao invés de pagar BO1, ela passa a pagar pelo fumo valores referentes a classes do tipo BO2, TO2, enfim, classes com preço menor ao que vale realmente o produto. Como o produtor integrado possui contrato junto à empresa integradora, ele precisa vender a produção a ela. Desta forma, acaba sendo submisso aos preços que estão sendo ofertados no ato da compra.

FIGURA 20 – PRODUTORES CLASSIFICANDO O FUMO SECO



FONTE: O autor (2017).

FIGURA 21 – PRODUTOR EMBONECANDO FUMO SECO



FONTE: O autor (2017).

Nas imagens 20 e 21 o fumo seco que está sendo embonecado<sup>26</sup>, e que, depois será aprensado, resultando em um fardo de fumo (geralmente cada fardo possui cerca de 60Kg), no entendimento do produtor ele é de qualidade BO1. O

<sup>26</sup> Embonecar significa juntar as folhas de fumo e enrolar o maço com a própria folha. Cada maço enrolado forma uma “boneca de fumo”.

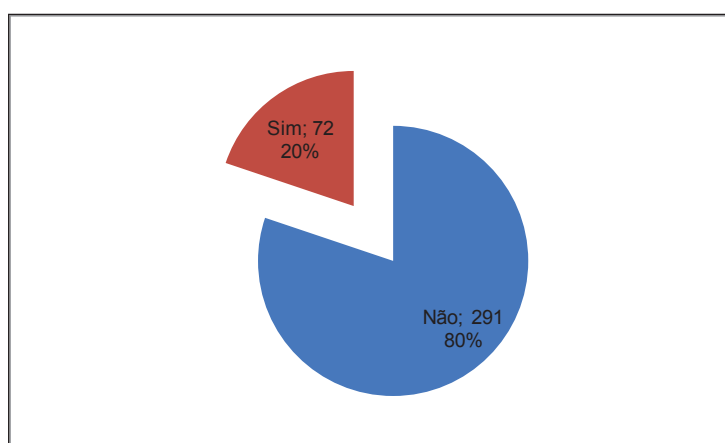
produtor espera que a empresa pague o valor de R\$ 11,64 por quilo. Porém, ocorre que muitas vezes a empresa não paga aquilo que o produtor espera receber. Esta prática denomina-se “rebaixamento do preço”, ou seja, a empresa não pagou o que realmente valia o produto.

No que diz respeito à fala “*mão-de-obra em falta e cara demais*”, realmente este é um fato que tem sido marcante no dia-dia dos produtores de fumo. No ano de 2017 o preço médio por um dia de serviço trabalhado foi de R\$110,00. Um valor considerado alto pelos produtores, no entanto, mesmo assim, é difícil conseguir trabalhadores. Nas pesquisas de campo houve relatos de proprietários de estufas que perderam colheitas pela falta de mão-de-obra. Esta questão ocorre nos 7 municípios pesquisados.

No que tange a fala “*muito veneno para combater as pestes*”, esta realidade é característica do cultivar fumífero. A produção de tabaco carrega consigo grandes quantidades de agrotóxicos, e isso, desde a fase da semeadura até o momento em que se realiza a última colheita. Inclusive muitos produtores ao serem perguntados “qual o maior problema hoje que você enfrenta neste ramo da fumicultura”, responderam: “*o excesso de veneno*”.

Essa questão dos agrotóxicos e suas consequências chamaram atenção, pois, ao serem perguntados sobre “você já teve problemas de saúde relacionado com a lida de fumo”, obteve-se os seguintes dados, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 8 – FUMICULTURA E SAÚDE



FONTE: O autor (2017).

Interessante que, mesmo as pessoas se queixando dos malefícios que o uso de agrotóxicos causa em suas vidas, a grande maioria destacou que nunca teve



problemas de saúde. Porém, no momento de responder muitos falavam assim: “é melhor dizer que não, pois, se não o governo vai acabar com o fumo”. Esses comentários chamavam atenção, pois, se percebe que existe um medo entre os produtores que a fumicultura seja proibida no Brasil. Inclusive, muitos produtores proferiam falas durante a entrevista defendendo as empresas e dizendo que o fumo utiliza menos agrotóxico do que a soja, feijão, tomate. Foi possível perceber que muitas das falas dos produtores eram repetições dos técnicos das empresas via cursos realizados, bem como, pelos materiais, panfletos que são entregues a eles por meio dos projetos das empresas que os integram (prática da territorialidade).

Quanto à fala “*exigência demais com leis (parte ambiental)*”, compreendeu-se durante a realização dos estudos da tese que, os produtores sentem-se prejudicados com a fiscalização que é realizada pelo Instituto Ambiental do Paraná-IAP, Força Verde, Polícia Ambiental, a fim de coibir a retirada de lenha nativa para secagem do fumo na estufa. Essa questão é marcante na realidade vivida por centenas de produtores, pois, muitos não conseguem comprar lenha legalizada (eucalipto) devido o preço ser alto. Por isso relatam “*falta lenha e ela é cara demais*” como uma grande dificuldade.

FIGURA 22 – LENHA PREPARADA PARA O FORNO DA ESTUFA DE SECAGEM DO FUMO



FONTE: O autor (2013).



FIGURA 23 – UTILIZAÇÃO DE LENHA NA SECAGEM DO FUMO NA ESTUFA



FONTE: O autor (2013).

Nas imagens (22 e 23), observa-se que a lenha é de eucalipto, pois é proibido utilizar lenha proveniente de árvores nativas, ou seja, o produtor necessita ter eucaliptos na propriedade para poder utilizá-los na secagem. No entanto, como já foi esclarecido, o fumo é cultivado, sobretudo, em pequenas propriedades, logo, a maioria dos produtores não conseguem ter eucaliptos plantados na propriedade, já que não há terra disponível para fazer isso, desta forma, acabam comprando a lenha.

Na microrregião tem sido comum presenciar o comércio lucrativo, gerado pela necessidade, da utilização da lenha de eucalipto no processo de secagem do fumo. Alguns proprietários de terras, no caso fazendeiros, empresários, que não dependem unicamente de atividades agrícolas para obterem renda, estes passam a destinar grandes áreas para reflorestamento, isso com o intento de passados alguns anos, cortá-las para vender aos pequenos produtores que não podem ficar sem a lenha, já que dependem dela para secarem a produção fumageira. A necessidade faz com que os produtores de fumo paguem altos preços para aqueles que dispõem da lenha para venda.

FIGURA 24 - A PAISAGEM INTERIORANA E SUAS VARIAÇÕES



FONTE: O autor (2013).

Ainda no que diz respeito a questão da lenha para secagem, a imagem 24 é sugestiva de ser analisada, já que, apresenta um fragmento da paisagem rural da microrregião, que, de maneira geral, permite transmitir uma ideia da paisagem regional. Nela observa-se a predominância do fumo, tanto no primeiro plano da imagem, assim como no segundo plano, no entanto, visualiza-se que apesar de a imagem estar retratando uma pequena propriedade de 2 alqueires, nesta tem-se pés de eucaliptos sendo cultivados, e, estes foram plantados com o objetivo de auxiliar o produtor, no que diz respeito a secagem do fumo. Ao fundo observa-se as matas de araucárias que são características da paisagem interiorana dessa região paranaense, mas, a imagem no seu todo revela os “elementos mistos” que se fazem presentes na paisagem, ou seja, o fumo, os eucaliptos, a parte da pequena propriedade na qual também se tem uma plantação de milho e um pouco da infraestrutura que dá sustento à vida do produtor rural.

No que diz respeito ao milho cultivado na propriedade, que se apresenta num primeiro momento da imagem, este está sendo produzido não para a venda,

mas sim, para alimentar os animais (cavalos) que ainda são utilizados para moverem as ferramentas que permitem cultivar a lavoura de fumo no período da safra.

A imagem expõe um fato que é comum de ser encontrado nas pequenas propriedades da microrregião, que é o caso de plantar pés de eucaliptos, por menor que seja a área de terra. Isso ocorre devido à necessidade de se utilizar a lenha para secar o fumo. Como a compra da lenha tem preço elevado, as pessoas tendo uma oportunidade de plantar, por menor que seja o número de pés da planta, mesmo assim, as fazem. Geralmente, nas pequenas propriedades, os produtores plantam o eucalipto nas áreas cercadas para os animais (potreiros, piquetes) e até mesmo em frente das casas, ou, nas proximidades das cercas, assim, como nas margens dos lagos e rios – é desta forma que toda a propriedade é ocupada e, nela, cada pedaço de terra serve para se produzir algo e ampliar os rendimentos da família.

Ressalta-se que um metro de lenha de eucalipto, no ano de 2016, estava custando o valor de 80 reais. Para secar a produção de fumo gerada por cerca de 50 mil pés da planta (quantidade possível de ser produzida em 2 alqueires de terra), torna-se necessário utilizar em torno de 80 metros de lenha. Portanto, a lenha acaba tendo um alto custo para o produtor.

Os produtores que não possuem condições de comprarem a lenha de eucalipto em uma determinada safra, estes às vezes tentam “driblar” a legislação ambiental, assim, adentram nas matas nativas, contudo, raramente conseguem extrair a lenha sem enfrentarem punições, devido às denúncias de proprietários vizinhos etc., assim como a punição da empresa fumageira que financia a safra, pois, como no caso da empresa Souza Cruz e da empresa Universal Leaf Tabacos, estas solicitam aos seus instrutores (assistentes agrícolas) que mensalmente visitam os produtores, que, se for encontrada lenha nativa sendo utilizada para secagem, o produtor, no ano seguinte, não mais terá contrato de produção junto à empresa.

No que se relaciona a dificuldade relatada, como: *“muito investimento nas estufas (aparelhos caros)”*, foi possível de identificar e compreender a realidade por meio das entrevistas nos trabalhos de campo. As imagens 25 e 26 são sugestivas no entendimento desta questão.



FIGURA 25 - ESTUFA DE FUMO TRADICIONAL



FONTE: O autor (2013).

FIGURA 26 - ESTUFA DE FUMO “MODERNA”



FONTE: O autor (2013).



As duas imagens apresentam antagonismos que são peculiares dentro da microrregião, ou seja, a modernização dos galpões de secagem do fumo, também conhecidos pelo termo “estufa de fumo”.

Na imagem 25 tem-se uma estufa de modelo antigo, que necessita de menor investimento para ser construída, diferente do caso da estufa retratada na imagem 26. Nesta última, a tecnificação por meio de aparelhos eletrônicos se manifestam encarecendo-a, mas, mesmo assim, estas estufas tidas pelos produtores como “modernas” estão se tornando cada vez mais presentes na paisagem da microrregião, porém, não eliminando as tidas por “antigas”. A primeira é conhecida como “estufa manual de cabinho”, e a segunda como “estufa elétrica de folha solta”.

FIGURA 27 - ESTUFA DE FUMO DE CABINHO “TRADICIONAL” EM PRUDENTÓPOLIS-PR

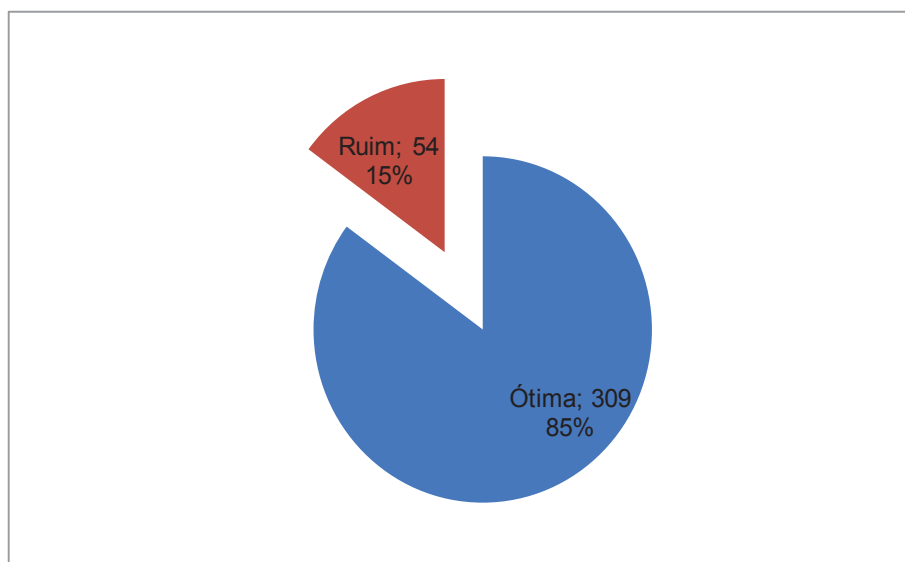


FONTE: O autor (2017).

As estufas de cabinhos, apesar de ainda existirem, estão diminuindo, pois, oneram demais o trabalho. Os donos das estufas elétricas afirmam: “*o trabalho com essas estufas reduziu-se pela metade*”. Porém, tem-se um agravante que é a elevada tarifa de energia elétrica, pois, estas estufas “modernas” consomem muita energia, e, como nos últimos anos a tarifa foi aumentada no Paraná, os produtores estão tendo dificuldades para pagar a conta mensal.

Interessante é o fato de que, apesar dos produtores relatarem dificuldades para se manterem no ramo, ao serem perguntados sobre: “como você avalia a empresa de fumo que financia e compra a sua produção?”, responderam que a empresa é ótima. O gráfico a seguir traz as constatações.

GRÁFICO 9 – AVALIAÇÃO DOS PRODUTORES SOBRE A EMPRESA INTEGRADORA



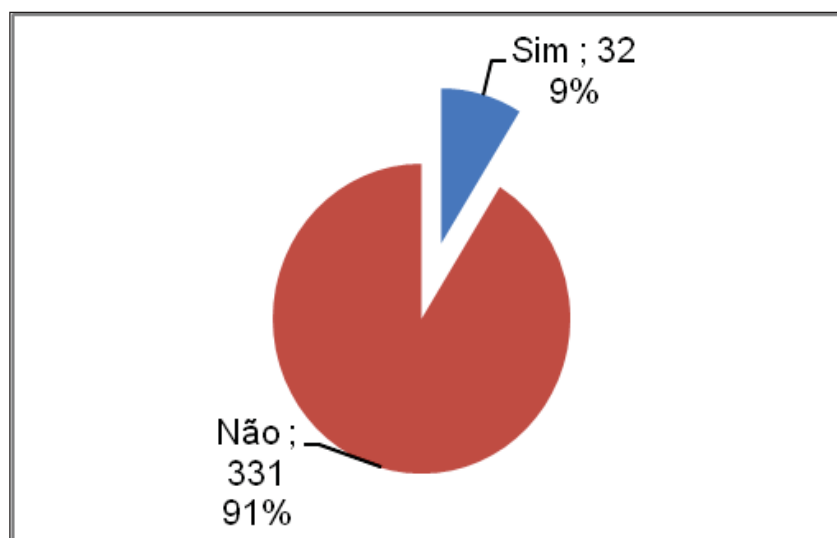
FONTE: O autor (2017).

Apenas 15% dos entrevistados avaliaram negativamente a empresa de fumo integradora. Esse dado é interessante, pois, no decorrer das entrevistas era perceptível a existência de uma “necessidade” de avaliar positivamente a empresa, pelo fato de que: *“graças a ela sustento minha família”*, ou, *“graças a ela tenho um carro, moto, casa, televisão, antena parabólica”*. É grande o número de fumicultores que não conseguem perceber possibilidades de alternativas além do fumo. Identifica-se haver uma cooptação dos produtores pelas empresas fumíferas. A dependência encaminha vários entrevistados dizerem: *“não tem o que de mais do que o fumo”*, *“não adianta tentar outra coisa”*, *“sem o fumo não sobrevivemos na roça”*, *“se o fumo acabar estou morto”*.

Outro dado que chama atenção diz respeito à seguinte pergunta: Você já ouviu falar sobre o Documento CQCT- Convenção Quadro para Controle do Tabaco?



GRÁFICO 10 – CONHECIMENTOS DOS PRODUTORES SOBRE A CQCT



FONTE: O autor (2017).

Os produtores sentem no dia-dia as dificuldades e restrições, no entanto, a maioria desconhece o teor das metas estipuladas pela convenção. O gráfico expõe o dado de que 91% dos entrevistados não conhecem o debate acerca da CQCT.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, 97% da produção advinda do cultivo de fumo provêm da agricultura familiar, ou seja, esta atividade representa uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores. Portanto, é de extrema importância que as políticas públicas que visem propiciar alternativas de renda para os pequenos produtores sejam propostas, pensadas. Assim, os incumbidos de gerirem politicamente os territórios, estes precisam fomentar projetos que resultem em alternativas produtivas de diversificação de cultivo para as famílias.

Em pesquisas realizadas no processo de elaboração desta tese, constatou-se a carência de haver política pública alternativa ao tabaco na esfera política de todos os entes da federação. No que tange as propostas advindas da União e da Assembleia Legislativa do Paraná, a presente pesquisa constatou que a situação não diverge da realidade presenciada nos municípios da microrregião. O quadro a seguir apresenta os projetos que tramitaram na Câmara Federal no período de 2005/2016.

QUADRO 14 – PROJETOS DE LEI NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO FEDERAL

ANO	TEOR DO DOCUMENTO	SITUAÇÃO	ANÁLISE DO DOCUMENTO
2005	PL 5232/2005 Autoria: Deputado Amauri Gasques - PL/SP	Arquivado em 22/02/2008	O Projeto visou instituir fundo de apoio financeiro para pesquisas e para financiamento de empreendimentos econômicos de reconversão de atividade dos fumicultores. Visou também, criar contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de tabaco e seus produtos.
2006	Não houve	Não houve	Não houve
2007	PL 465/2007 Autoria: Deputado Sérgio Moraes - PTB/RS	O projeto foi apensado a um outro projeto (192/2007) que por sua vez foi apensado a um outro (513/1999), e, está em tramitação.	Versa criar o Fundo Nacional da Fumicultura (FNF) para incentivar e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Fumo) incidente sobre a importação e produção, no mercado interno, de cigarros de fumo (tabaco) e seus sucedâneos.
2008 a 2016	Não houve	Não houve	Não houve

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL.

ELABORAÇÃO: O autor (2016).

Constata-se que, na esfera da Câmara Federal, apenas dois projetos de Lei passaram pela casa com o intento de proporcionar alternativas ao cultivo de fumo no País. No entanto, o PL 5232/2005 de autoria do Deputado Amauri Gasques - PL/SP, que visou instituir fundo de apoio financeiro para pesquisas e para financiamento de empreendimentos econômicos de reconversão de atividade dos fumicultores, e, que, visou também, criar contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de tabaco e seus produtos, o mesmo foi arquivado em 22/02/2008.

Já o PL 465/2007, de autoria do Deputado Sérgio Moraes - PTB/RS, que versa criar o Fundo Nacional da Fumicultura (FNF) para incentivar e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e, instituir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Fumo) incidente sobre a importação e produção, no mercado interno, de cigarros de fumo (tabaco) e seus sucedâneos, este projeto desde o ano de 2007 vem tramitando, e lentamente sendo apensado a outros. O projeto foi apensado a outro projeto (192/2007) que, por sua vez, foi apensado a um outro (513/1999), e, está em tramitação.

Em entrevista junto aos três Senadores do Estado do Paraná: Gleisi Hoffmann, Álvaro Dias e Roberto Requião, constatou-se que o debate sobre a fumicultura não avançou no âmbito da Câmara Federal, e, isso desde o ano de 2005, ano este em que o Governo aderiu ao Tratado da CQCT.

O Senador Álvaro Dias, ao ser questionado se há algum debate, projeto tramitando que vise proporcionar políticas públicas alternativas para as pessoas que vivem nas pequenas propriedades, e, que, no dia-a-dia, ainda encontram na fumicultura a única base de sobrevivência, o mesmo respondeu: *“É, nós discutimos isso há algum tempo aqui no senado, e exatamente chegamos a essa conclusão, que qualquer medida radical implicaria em consequências de natureza social, desemprego, etc. , então caberia ao poder público encontrar alternativas de sobrevivência para as pessoas que atuam nesse setor, especialmente ali na região de Irati, onde há uma potencialidade econômica dirigida para esta área do setor rural, e depois disso, depois desse debate já há algum tempo não se falou mais no assunto aqui, o governo não adotou nenhum procedimento que chegasse ao senado federal para a deliberação (SENADOR ÁLVARO DIAS, 2015)”*.

Chama atenção a fala do Senador, pois, ele diz que “caberia ao poder público encontrar alternativas...”. O Senador comenta que o governo não adotou medidas que chegasse até o Senado Federal para deliberação. Porém, as pesquisas nos arquivos da casa revelam que apenas 2 projetos foram discutidos no período de 2005 a 2016. O Senador Álvaro Dias foi categórico *“não há nenhuma iniciativa do governo que tenha chegado ao conhecimento do Senado Federal”*.

Já a Senadora Gleisi, ao ser perguntado sobre as restrições da CQCT e se está havendo preocupação de pensar políticas públicas alternativas, tanto para o Estado do Paraná, como, para o Sul do País, para as pessoas que até então dependem da fumicultura na pequena propriedade, ela respondeu:

*“Essa é uma situação bastante importante que a gente tem recorridas vezes discutido aqui no senado, inclusive na comissão da agricultura. Eu conheço de perto a situação da fumicultura, minha família tem sítio no interior de Santa Catarina, e muitos dos meus parentes também trabalham com o fumo. Até porque hoje para a pequena agricultura em determinadas regiões como é o caso da região Sul, é o plantio mais seguro e de maior retorno, porque o fato de ser uma produção integrada, de ter a empresa que paga o seguro, que fornece os insumos, que garante a receita para as famílias, é muito difícil ter uma alternativa com tanta*

*segurança, mas, por outro lado, a gente também sabe dos malefícios que causa a plantação de fumo. As famílias são colocadas em contato direto com o veneno, é uma cultura difícil, que exige muita mão-de-obra, muita dedicação, então nós temos que estudar. Por parte do governo federal, quando eu estava na Casa Civil da Presidência da República, a gente já tinha uma discussão com o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, para ver que outras culturas de maneira integrada a gente poderia colocar para substituição do fumo. Nós sabemos que não vai ser uma coisa de uma hora para outra, mas, por exemplo, a gente pode fazer a cultura de hortifrutigranjeiro, de fruticultura, de vários outros aspectos e que a gente pudesse dar as mesmas garantias para as famílias, mas, o que nós precisamos entender é que, não adianta nós termos uma ação restritiva ao fumo, sem nós termos uma alternativa para colocar no lugar, porque essas famílias dependem dessa cultura e dependem para a sua sobrevivência. Então, ao tempo em que nós estamos tendo ações restritivas, nós somos obrigados a colocar uma alternativa”.*

A fala da Senadora Gleisi revela um conhecimento elaborado acerca da fumicultura no Sul do Brasil. Traz elementos importantes para serem pensados, pois, revela que tem conhecimento acerca do poderio das empresas que realizam uma integração junto aos produtores de forma eficaz, sobressaindo-se, ultrapassando inclusive a eficácia das políticas públicas governamentais. No entanto, apesar do conhecimento de causa, a Senadora também não apresentou animosidade acerca de projetos alternativos consistentes. Nenhum projeto foi encontrado com autoria da Senadora.

Ao ser perguntado para a Senadora: no momento tem algo consolidado como alternativa? Algum projeto está tramitando? A resposta foi:

*“Apenas se tem uma discussão, mas não tem realmente uma alternativa que tenha a mesma potencialidade da produção de fumo, ou seja, que garanta a renda e a remuneração que hoje o fumo garante. Não adianta você retirar a fumicultura sem ter algo que tenha garantias para o agricultor, tem que ter uma cadeia estruturada. Então, nós vamos plantar frutas! Muito bem, quem é que vai comprar? Como que vai ser a produção? Vai ter o técnico semanal, como tem o instrutor da Souza Cruz, da Universal fazendo a instrução? Nós vamos melhorar a qualidade do produto? Vai ter tipo exportação? Como que nós vamos fazer, vai assegurar a renda se tiver algum problema com a produção? É tudo isso! Por isso, que não é uma coisa simples e não é em um estalar de dedos que nós vamos conseguir resolver esse problema”.*

A fala da Senadora demonstra a preocupação com a questão da fumicultura, no entanto, aborda a realidade das empresas como se estas fossem mais eficientes e com maiores condições de articulação, organização do que o próprio Estado.

O Senador Roberto Requião ao ser indagado sobre as alternativas a fumicultura, respondeu:

*“As famílias deveriam ter um financiamento, um apoio técnico, uma possibilidade de migrar da plantação do fumo para outra coisa que fizesse menos mal que o fumo. Eu não sou a favor de proibir o fumo e o cigarro, isso é bobagem, isso não leva a lugar algum. A proibição de bebida alcoólica criou a máfia nos Estados Unidos, depois criou a máfia na Rússia. No dia em que a proibição foi levantada as máfias organizadas continuaram na criminalidade em outras vertentes e possibilidades. Mas, seria muito bom que se desse a eles a oportunidade igualmente lucrativa, ou, mais lucrativa ainda, de produzir alguma coisa e garantir a sua subsistência. E essa história de acabando com fumo.... vai ser um jeito de liberar a cocaína, estimular o narcotráfico,.. não é por aí. É preciso criar alternativas economicamente melhores inclusive para os que estão produzindo. Os produtores, eles são capturados pelos interesses das fumageiras. Não tem alternativa! Agora, o fumo vai existir sempre, a proibição é idiota. Alternativas tem que partir do governo, não vamos esperar a conscientização deles (produtores), porque eles estão presos nos contratos com as fumageiras. Quando eu fui governador do Paraná eu estimulei a substituição do fumo nas propriedades”.*

A fala do Senador Requião, assim como a da Gleisi e Álvaro, não evidenciam haver uma proposta alternativa consistente tramitando, ou, sendo discutida na esfera do Legislativo Federal. Em entrevista com a Professora Doutora Marcia Anita Sprandel, assessora da liderança do bloco de apoio ao governo, e que trabalha no Senado desde o ano de 1997, ao ser indagada sobre as tramitações de projetos e debates na casa, esta respondeu:

*“Aqui esse debate não tem acontecido. A comissão de agricultura é relativamente recente, antes ela estava junto com outra comissão. Aqui como toda casa política ela acaba funcionando por pressão e por demanda, ou seja, seria interessante, .... ([pensou e interrompeu a frase]). O tema é muito importante, eu conheço a realidade desde os anos 80, 90 dessas famílias que vivem da fumicultura. É uma forma, uma garantia de rendimento, mas que, é complicado porque expõe ao risco do agrotóxico, tem a questão do trabalho infantil. Eu lembro quando a CQCT foi*

*discutida aqui no congresso, foi bem difícil de aprovar. Por um lado, a pressão das empresas, e, por outro, por que nós tínhamos que ter alternativas de novas culturas. Essa discussão não tem avançado”.*

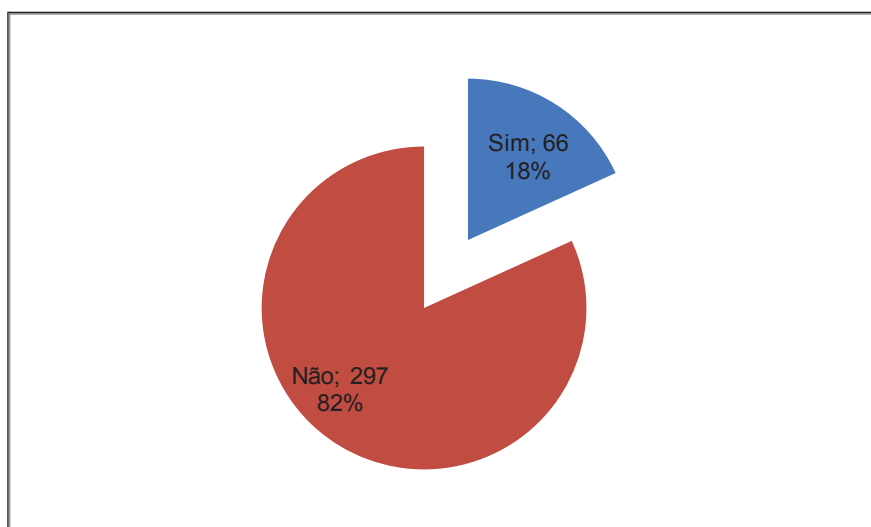
A fala da assessora da base aliada do governo apresenta elementos importantes, pois, dá indícios da falta de articulação e pressão dos interessados na existência de alternativas ao cultivo de fumo, a fim de que, políticas públicas sejam fomentadas pela casa. Essa questão da falta de articulação dos produtores em reivindicarem melhorias, foi destacada pela Professora Doutora Enaile do Espírito Santo Iadanza, assessora da Presidente da República, a senhora Dilma Vana Rousseff. A Dra. Enaile ao atuar diretamente na articulação dos Movimentos Sociais destacou a fragilidade de articulação dos produtores de fumo em lutarem por melhorias. Nas palavras dela:

*“Não existe uma organização. Eles devem se organizar, quer seja em seu sindicato, ou, em outra forma de organização. A forma que a gente acha que é a saída para esse pessoal é se organizar enquanto trabalhadores integrados do fumo. Isso tem dado certo em outros setores, a gente sabe, conhece porque acompanha essas reivindicações. Isso tem dado muito certo em vários setores, especialmente, de trabalhadores da agricultura familiar. Mesmo o movimento dos atingidos por barragens, que a gente sabe que a organização deles por alguma luta específica gera direitos, gera ganhos de direitos! Então, eu acho que nesse caso específico, não tenha dúvidas que a organização deles enquanto produtores de fumo integrados vai conseguir fazer com que eles tenham mais direitos, tanto trabalhistas, como, de saúde, da garantia de renda”.*

De fato, a organização dos produtores de tabaco é tímida no âmbito da microrregião. Nas pesquisas de campo foi perguntado: você participou ou participa de algum Movimento Social que luta por melhorias no setor da fumicultura? O gráfico a seguir apresenta o resultado.



GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES EM MOVIMENTOS SOCIAIS

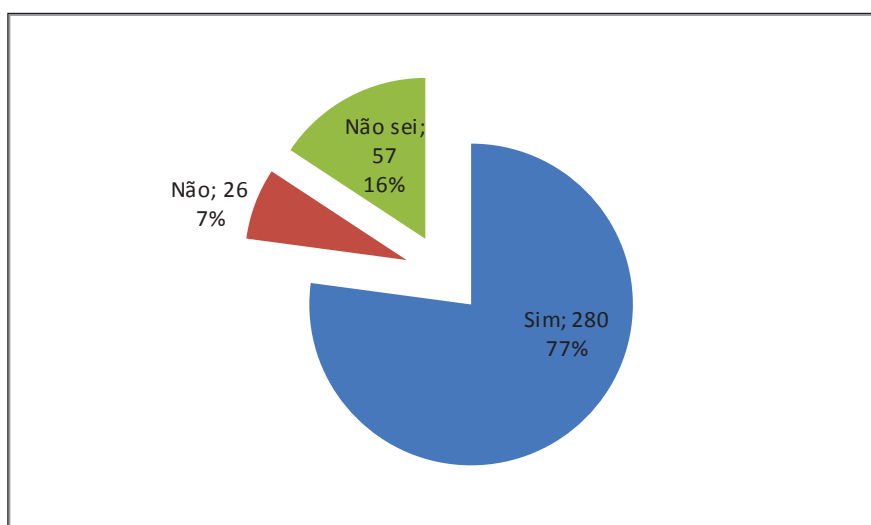


FONTE: O autor (2017).

Os produtores de fumo não estão organizados em movimentos sociais. No entanto, 18% dos entrevistados afirmaram que participavam, mas, na realidade eles confundem Associação de Pequenos Produtores Rurais com movimento social.

Percebe-se que na Câmara Federal os projetos de alternativas ao fumo não vêm ocorrendo, e, também, não está tendo debates sobre restrições ao cultivo de fumo. Na realidade a questão das restrições à fumicultura é resultado da CQCT, no entanto, os produtores acreditam que o governo como um todo quer acabar com o fumo. Quando perguntados sobre: na sua opinião, nos últimos anos os governos têm tentado acabar com o cultivo de fumo? O gráfico a seguir apresenta a constatação.

GRÁFICO 12 – O PENSAR DOS PRODUTORES SOBRE A ATUAÇÃO DOS GOVERNANTES COM RELAÇÃO A FUMICULTURA



FONTE: O autor (2017).

Interessante que, 77% dos produtores acreditam que o Governo vem tentando acabar com o fumo no Brasil, quando na realidade, o debate nem na pauta comparece. Portanto, o circuito produtivo do tabaco tem respaldo para sua atuação.

No âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário-SEAD do Governo Federal, o responsável, Senhor, José Ricardo Ramos Roseno ao ser perguntado sobre as alternativas ao cultivo de fumo no Sul do Brasil, o mesmo deu as seguintes respostas:

QUADRO 15 – ENTREVISTA COM O SENHOR JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

(continua)

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<b>1- A Convenção Quadro para Controle do Tabaco-CQCT, tem impulsionado esta secretaria a direcionar medidas alternativas ao cultivo de fumo no Sul do Brasil, mais especificamente, no Estado do Paraná? Se sim, que tipos de medidas estão sendo tomadas?</b>	<i>“Esta Secretaria possui ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio de Chamada Pública, atendendo 1.200 famílias que produzem tabaco, na Região Sudeste do Paraná, nos maiores municípios produtores do PR, sendo estes: Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Irati, Palmeira, Mallet e Rio Azul. Ademais, já foram firmados vários contratos de repasse, com municípios para fomentar a diversificação (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>2- Como a SEAD está pensando e projetando a territorialização de novos cultivares, enfim, de alternativas ao fumo para o Sul do Brasil, mais especificamente, para o Estado do Paraná?</b>	<i>“O programa de Diversificação tem como principal objetivo a busca de alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco, sendo a principal metodologia de trabalho a construção coletiva destas alternativas, ou seja, os agricultores são os atores principais desta mudança e nada é feito sem o aval destes (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>3- O Senhor vê possibilidades de as alternativas ao fumo conseguirem ter êxito nos próximos 10 anos em nosso País a ponto de garantirem lucro igual ao fumo para quem vive na pequena propriedade com média de 2 alqueires de terras?</b>	<i>“Existem muitos projetos e alternativas exitosas nos três estados do Sul do Brasil, principal produtor de tabaco. As principais alternativas baseiam-se na produção de hortaliças de modo geral, fruticultura, principalmente o morango suspenso semi-hidropônico e frutas de clima temperado, como pêssego, ameixa, agroindustrialização de doces e geleias, e panificação (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>4- Qual o Projeto do Governo Federal que mais tem tido êxito como alternativa ao fumo na região Sul do Brasil?</b>	<i>“Não existe uma alternativa ao tabaco, mas sim, várias alternativas, dependendo do zoneamento agroclimático e da vontade do agricultor (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>5- Existe uma rede de entidades, órgãos, associações etc., atuando nos projetos alternativos ao fumo?</b>	<i>“Sim, temos a Rede Temática de Diversificação, englobando entidades de ATER (pública e privada), associações, cooperativas de agricultores (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>

QUADRO 15 – ENTREVISTA COM O SENHOR JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

(conclusão)

<b>6- Tem havido uma parceria forte do Governo Federal para com o Estado do Paraná, no intuito de fomentar e consolidar alternativas ao fumo?</b>	<i>“Sim. O governo é parceiro em todas as nossas políticas e a EMATER executa serviços de ATER com nossos recursos para fumicultores, somando sua infraestrutura técnica e operacional (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>7- O governo do Estado do Paraná tem se articulado e correspondido para com as políticas públicas alternativas fomentadas pelo Governo Federal? A contrapartida (adesão) do Estado tem sido positiva e eficiente?</b>	<i>“Todas as políticas da SEAD são implementadas em parceria com os entes federativos. No caso das iniciativas de promoção à diversificação temos parcerias com os estados e municípios, onde nossos recursos técnicos, financeiros e em infraestrutura se somam aos mesmos (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>8- O que é necessário existir para que as alternativas ao fumo se consolidem nas pequenas propriedades e, assim, consigam conquistar a confiança dos pequenos produtores?</b>	<i>“O grande desafio é desenvolver cadeias produtivas alternativas. Para isso ofertamos um leque de políticas que vai do crédito, passando por mercado institucional, PAA, PNAE, entre outras. É necessária a adesão efetiva dos entes federativos e de outras pastas de governo que possam apoiar o desenvolvimento de infraestrutura como transporte, armazenamento e o desenvolvimento de novos mercados locais, regionais, nacionais e de exportação (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>9- Qual a mensagem da SEAD para os fumicultores da região Sul, mais especificamente, do Estado do Paraná?</b>	<i>“Que procurem acessar as políticas da Secretaria, com vistas a criar alternativas de renda de forma sustentável em suas unidades produtivas (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ROSENO EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>

FONTE: JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (2017).

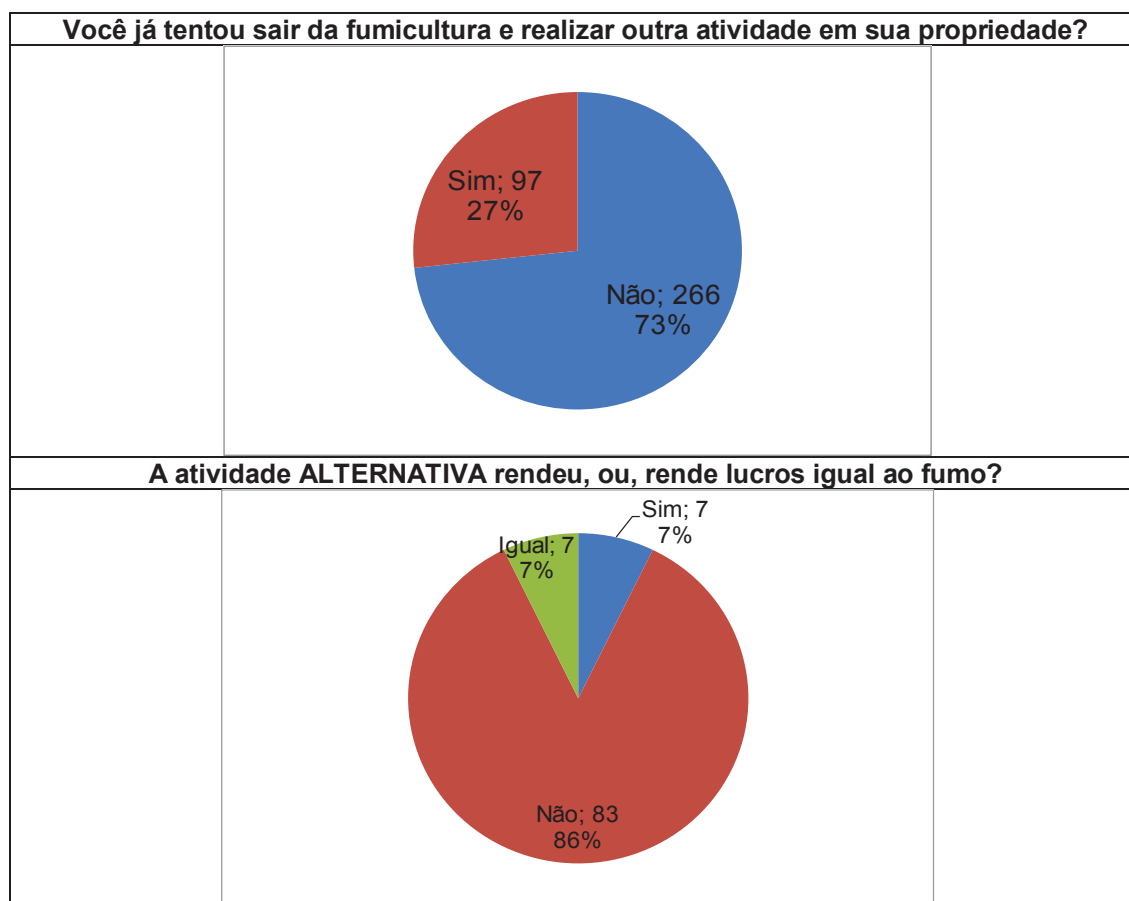
ELABORAÇÃO: O autor (2017).

A fala do Secretário demonstra interesse em proporcionar alternativas para os produtores. Ele destaca que a Secretaria possui ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio de Chamada Pública, atendendo 1.200 famílias que produzem tabaco, na região Sudeste do Paraná, nos maiores municípios produtores. Roseno cita inclusive, alguns municípios da microrregião como sendo beneficiados pelos programas de diversificação. De fato, em todos os municípios a Emater tem direcionado projetos que procuram conscientizar os produtores da importância da pluriatividade. Interessante que a Emater é a que mais comparece na fala dos produtores. Eles depositam maior confiança neste órgão do que na estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura de seus municípios.

Roseno destaca que as principais alternativas baseiam-se na produção de hortaliças, de modo geral, fruticultura, principalmente o morango suspenso semi-

hidropônico e frutas de clima temperado, como: pêssego, ameixa, agroindustrialização de doces e geleias, e, panificação. A fala do secretário pode ser refletida em meio às respostas obtidas dos produtores quando foram perguntados (VER QUADRO A SEGUIR).

QUADRO 16 – TENTATIVAS DE ALTERNATIVAS NA PROPRIEDADE

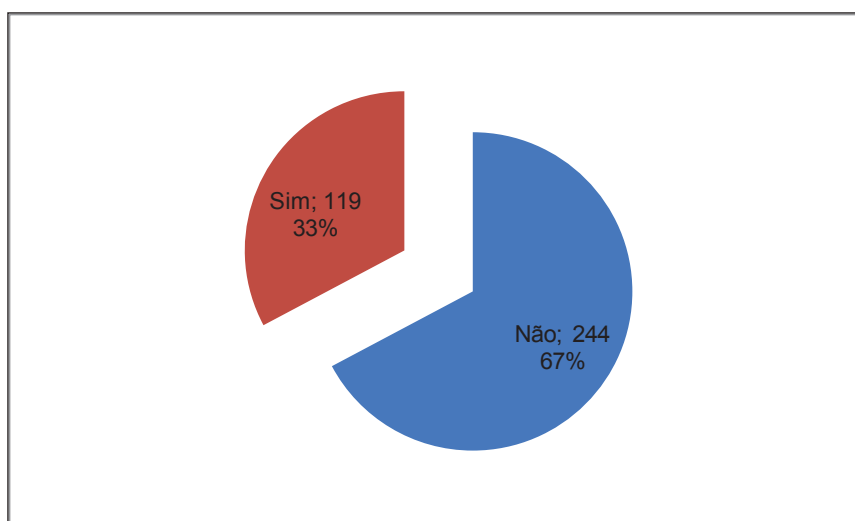


FONTE: O autor (2017).

Chama atenção as respostas dos entrevistados, pois, uma pequena parcela já tentou sair da fumicultura (97 produtores), porém, os mesmos se decepcionaram com a alternativa. Nas conversas, eles relataram que passaram a produzir morango, frutas e verduras, mas, a falta de um mercado consumidor garantido ocasionou perda de produção, portanto, prejuízo. Um número de 83 produtores, ou seja, 86% disseram que a alternativa não rendeu lucro igual ao fumo, e assim, acabaram voltando a produzir tabaco.

Outra questão perguntada que chama atenção é: você conhece algum projeto de governo que incentiva deixar de plantar fumo para realizar outra atividade na propriedade?

GRÁFICO 13 – CONHECIMENTO DOS PRODUTORES SOBRE ALTERNATIVAS



FONTE: O autor (2017).

Os 119 entrevistados que disseram conhecer projetos alternativos, citam o plantio de verduras, frutas, moranguinho e criação de peixes. Interessante que ao mesmo tempo em que eles citam as alternativas, imediatamente eles dizem, “*mas não dá nada*”, “*não adianta*”, “*é só para poder comer, pois não dá lucro*”. É impressionante o descrédito, a frustração a partir das experiências que, ao não terem tido êxito, acabaram por amedrontar os produtores, fazendo com que eles tenham receio de sair da fumicultura.

No que diz respeito aos projetos alternativos advindos do Legislativo Estadual, o quadro a seguir, apresenta no recorte temporal desta pesquisa (2005-2016) duas indicações e um projeto. No que tange as indicações, a primeira, de número 36/2005, de autoria do Deputado Ailton Araujo, sugere a criação de um programa de incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas. Essa indicação obteve a aprovação de Nº 185 ainda no ano de 2005, porém, a mesma não apresenta como seria o programa e seu funcionamento. Portanto, ficou em caráter sugestivo.

A segunda indicação (850/2009) de autoria do Deputado Luiz Accorsi, solicitava ao Governador do Estado a formatação de uma política de incentivo aos produtores de fumo interessados em mudança de atividade. A indicação obteve a aprovação de Nº 2099 ainda no ano de 2009, e, como a anterior, esta não apresentou o formato de como poderia ser a política de incentivo aos produtores do tabaco dentro do Estado.

No que diz respeito ao único Projeto de Lei que tramita na casa, e que, se relaciona a proposta de trazer para o debate alternativas ao plantio de fumo no Estado, este é o PL 466/2009 de autoria do Deputado Artagão Junior. Este projeto visa proibir a instalação de fábricas de fumo e produtos derivados do tabaco e criar os programas de controle da produção de tabaco e o de subsídios e incentivo fiscal aos produtores fumíferos no Estado do Paraná, que aderirem ao programa de produção da cultura alternativa com a redução proporcional da cultura fumígena. Destaca-se que o projeto está parado, e não é considerado PL de “Regime de Urgência”.

QUADRO 17 – PROJETOS DE LEI NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

ANO	TEOR DO DOCUMENTO	SITUAÇÃO	ANÁLISE DO DOCUMENTO
2005	INDICAÇÃO 36/2005 Autoria: Deputado Ailton Araujo	Indicação Legislativa Aprovada Nº 185 de 2005	Sugere a criação do programa de incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas.
2006	Não houve	Não houve	Não houve
2007	Não houve	Não houve	Não houve
2008	Não houve	Não houve	Não houve
2009	PL 466/2009 Autoria: Deputado Artagão Junior	O projeto está parado, pois, não é considerado Regime de Urgência	Proíbe a instalação de fábricas de fumo e produtos derivados do tabaco; cria os programas de controle da produção de tabaco e o de subsídios e incentivo fiscal aos produtores fumíferos no Estado do Paraná, que aderirem ao programa de produção de cultura alternativa com a redução proporcional da cultura alternativa com a redução proporcional da cultura fumígena. (Programa de proteção a saúde no combate aos malefícios do fumo).
	INDICAÇÃO 850/2009 Autoria: Deputado Luiz Accorsi	Indicação Legislativa Aprovada Nº 2099 de 2009	Solicita ao Governador do Estado a formatação de política de incentivo aos produtores de fumo interessados em mudança de atividade.
2010 a 2016	Não houve	Não houve	Não houve

FONTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

ELABORAÇÃO: O autor (2016).

Aponta-se que ao ser problematizada a escala da política pública estadual no que se relacionam as alternativas ao cultivo de fumo, foi realizada uma entrevista com o Senhor Norberto Ortigara, que é o Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB). O quadro a seguir apresenta as respostas obtidas.



QUADRO 18 – ENTREVISTA COM O SENHOR NORBERTO ORTIGARA, SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

(continua)

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<b>1- A Convenção Quadro para Controle do Tabaco-CQCT, tem impulsionado esta secretaria a direcionar medidas alternativas ao cultivo de fumo no Sul do Brasil, mais especificamente, no Estado do Paraná? Se sim, que tipos de medidas estão sendo tomadas?</b>	<i>“Com certeza, a Convenção Quadro estabeleceu o marco legal para regulamentar o conjunto de medidas visando à necessidade de diversificação nas propriedades fumícolas e tendo como objetivo principal a redução do tabagismo no mundo (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>2- Como a SEAD está pensando e projetando a territorialização de novos cultivares, enfim, de alternativas ao fumo para o Sul do Brasil, mais especificamente, para o Estado do Paraná?</b>	<i>“O Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), por meio da SEAB e EMATER, está incentivando a diversificação da produção nas propriedades que exploram a cultura do fumo, promovendo a organização dos agricultores familiares com ênfase ao associativismo e ao cooperativismo como forma de facilitar a comercialização de seus novos produtos/produção (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>3- O Senhor vê possibilidades de as alternativas ao fumo conseguirem ter êxito nos próximos 10 anos em nosso País a ponto de garantirem lucro igual ao fumo para quem vive na pequena propriedade com média de 2 alqueires de terras?</b>	<i>“Sim. Contudo, há que se conscientizar os produtores e criar alternativas rentáveis para substituição da exploração dentro de padrões e técnicas que sejam adequadas a pequena propriedade. O simples fato de existir diversificação não resolve o problema. Isso em função de que as propriedades que cultivam fumo, terem toda a sua estrutura voltada para essa atividade. Assim, as mudanças irão ocorrer em muitos casos gradativamente, dependendo do grau de diversificação que cada produtor possui. Muitos terão condições de fazerem modificações parciais e outros poderão optar pela mudança total e/ou até continuar na atividade (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>4- Qual o Projeto dentro do Estado que mais tem tido êxito como alternativa ao fumo?</b>	<i>“Depende da vocação regional e local, do grau de tecnologia, dos preços e até da variação cambial. A produção de fumo sofre oscilações de preços significativas, pois 85% da produção é destinada a exportação. Dentro do processo de alternativas criadas pelo Governo do Estado, uma boa opção tem sido a exploração da atividade leiteira que tem apresentado um retorno satisfatório aos agricultores familiares (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>
<b>5- Existe uma rede de entidades, órgãos, associações etc., dentro do Estado, atuando nos projetos alternativos ao fumo?</b>	<i>“Sim. Existem várias instituições engajadas no processo de diversificação da produção nas propriedades de fumo. Entre elas podemos citar como exemplo o SEAGRI por meio da SEAB/DERAL, EMATER, Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (DESER), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF/PR), Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e o Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina (ICAF-SC) que atua como executor do Programa de Diversificação nos três estados do sul (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i>

QUADRO 18 – ENTREVISTA COM O SENHOR NORBERTO ORTIGARA, SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

(continuação)

<p><b>6- Tem havido uma parceria forte do Governo Federal para com o Estado, no intuito de fomentar e consolidar alternativas ao fumo?</b></p>	<p><i>“Sim. A atuação Governo do Estado e Governo Federal é permanente. Seja ela através de convênios para ampliação da rede de assistência técnica, por meio de chamadas públicas em conjunto com o EMATER-PR, ou por meio de convênios que visam dar sustentabilidade às pequenas propriedades, com apoio à instalação de equipamentos como resfriadores de leite, implementos agrícolas etc. É importante ressaltar ainda, a formulação de políticas públicas para fomentar a diversificação com linhas de crédito específicas para essa finalidade, como é o caso de custeio para o financiamento de feijão e milho em sucessão às áreas de fumo (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i></p>
<p><b>7- Os governos municipais estão se articulando e correspondendo para com as políticas públicas alternativas fomentadas pelo Estado? A contrapartida (adesão) dos municípios tem sido positiva e eficiente?</b></p>	<p><i>“Sim. A exemplo disso podemos citar as ações desenvolvidas em parceria com os municípios de Prudentópolis, Rio Azul, São João do Triunfo entre outros espalhados por todo o Estado. Tem sido intensificados os esforços para implementar alternativas rentáveis a substituições de fumo de forma gradual (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”</i></p>
<p><b>8- O que é necessário existir para que as alternativas ao fumo se consolidem nas pequenas propriedades e, assim, consigam conquistar a confiança dos pequenos produtores?</b></p>	<p><i>“Treinamento, capacitação, disponibilidade de crédito e mudança de cultura dos produtores de fumo, considerando que a exploração no Paraná iniciou na década de 1960, momento em que vieram as grandes indústrias com o início do sistema de integração. Assim, entendemos que esse é um processo lento, pois como falamos anteriormente, existe toda uma estrutura de produção ativa, que envolve toda a cadeia produtiva, inclusive com a geração de emprego, renda e impostos muito forte em toda a Região Sul do País. Segundo dados publicado pela Receita Federal do Brasil, SECEX e AFUBRA em 2016 a atividade rendeu aos cofres públicos cerca de R\$ 12 bilhões em impostos (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)”.</i></p>
<p><b>9- Qual a mensagem da SEAD para os fumicultores da região Sul, mais especificamente, do Estado do Paraná?</b></p>	<p><i>“Cerca de 90% dos municípios paranaenses têm sua base rural, e das 370 mil propriedades rurais paranaenses, aproximadamente 85% são pequenas propriedades de até 60/ha administradas pela própria família. A cada dia que passa o mundo inova, moderniza e evolui. É preciso estar atento a essas mutações e participar ativamente desse processo, sob pena de no curto e médio prazo ter seu negócio inviabilizado. Assim sendo, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e suas vinculadas que formam o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), vão apoiar iniciativas para viabilizar negócios inovadores, com foco nas pequenas e médias agroindústrias. O processo de agregação de valor precisa estar intrínseco a atividade rural. Os produtores rurais sejam eles fumicultores ou não, precisam aderir ao processo de capacitação e treinamento constante, isso exige esforço contínuo, assim como toda a atividade rural. Capacitados e treinados para enfrentar os desafios do processo de agregação de valor, a mudança de paradigma fica mais fácil de ser alcançada. Por fim, é importante ressaltar que os produtores paranaenses possuem</i></p>

QUADRO 18 – ENTREVISTA COM O SENHOR NORBERTO ORTIGARA, SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

(conclusão)

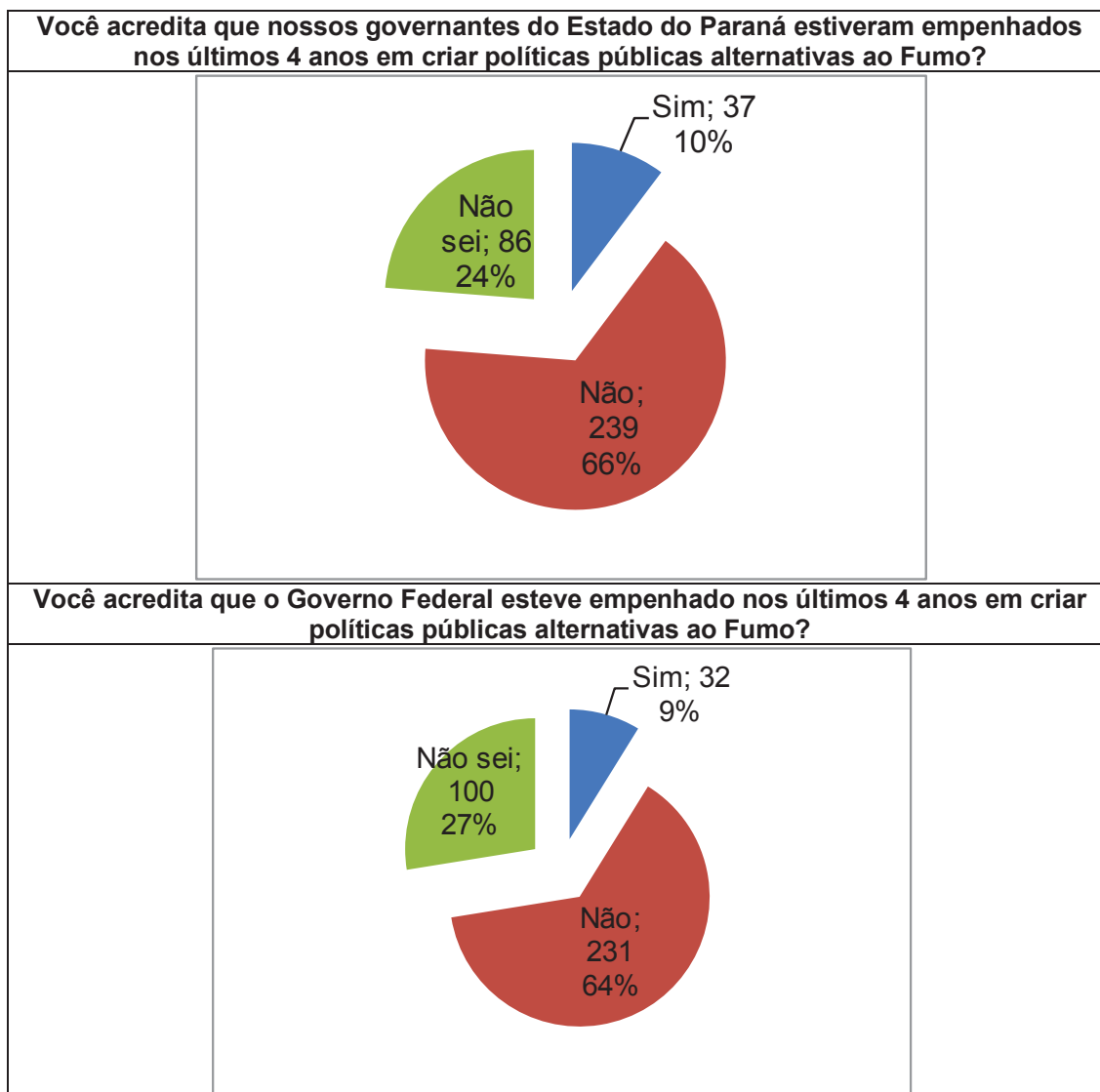
<p><b>9- Qual a mensagem da SEAD para os fumicultores da região Sul, mais especificamente, do Estado do Paraná?</b></p>	<p><i>uma vocação muito forte ao associativismo e ao cooperativismo, isso é muito importante para a estruturação do planejamento estratégico. O agricultor sozinho tem mais dificuldades de enxergar o futuro, de fazer a tomada de decisão com menor risco. O associativismo e o cooperativismo permitem aliar as questões de mercado, o desenvolvimento social, a estabilidade do homem no campo e a sucessão familiar, introduzindo ao processo de gerenciamento das atividades agropecuárias o formato de sistema (ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO ORTIGARA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2017)".</i></p>
---	--

FONTE: NORBERTO ORTIGARA, SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ (2017).  
ELABORAÇÃO: O autor (2017).

Cumprir elucidar que, apesar de as propostas dos Legislativos, tanto da esfera Federal, como, da Estadual, serem frágeis, as falas dos secretários são mais elaboradas no que tange as necessidades de formatação de políticas públicas alternativas ao fumo. No caso da fala do Secretário Ortigara no Estado do Paraná, esta demonstra preocupação e desejo de fomentar as alternativas. Assim sendo, de posse deste levantamento, é interessante que sejam lançadas novas pesquisas, a fim de que sejam identificados o êxito e intensidade das alternativas dentro do Estado.

Importante frisar que a carência de políticas públicas reflete nas falas dos entrevistados. Os gráficos contidos no quadro a seguir, apresentam a opinião dos entrevistados no que diz respeito as propostas de políticas públicas vindas da esfera política federal e estadual.

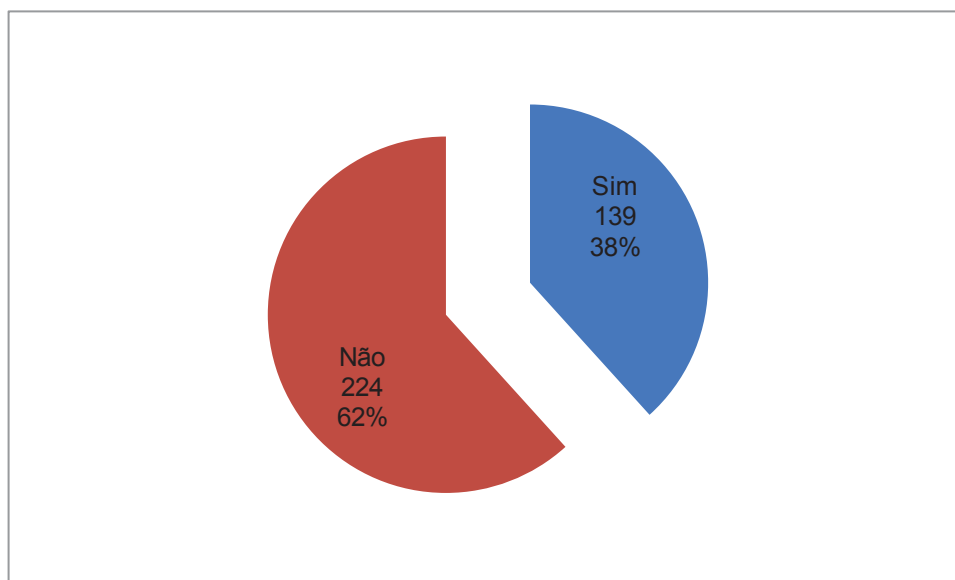
QUADRO 19 – PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES SOBRE A ESFERA POLÍTICA FEDERAL E ESTADUAL



FONTE: O autor (2017).

Na opinião dos entrevistados, tanto a esfera de governo federal, quanto, estadual, não estão satisfazendo suas expectativas, pois, não estão percebendo haver fomento de projetos alternativos ao fumo para os municípios da região. Porém, quando questionados se: você já procurou a Emater no seu município para conhecer projetos alternativos ao cultivo de fumo? O gráfico a seguir apresenta as respostas.

GRÁFICO 14 – O INTERESSE DOS PRODUTORES EM PROCURAR ALTERNATIVAS AO FUMO



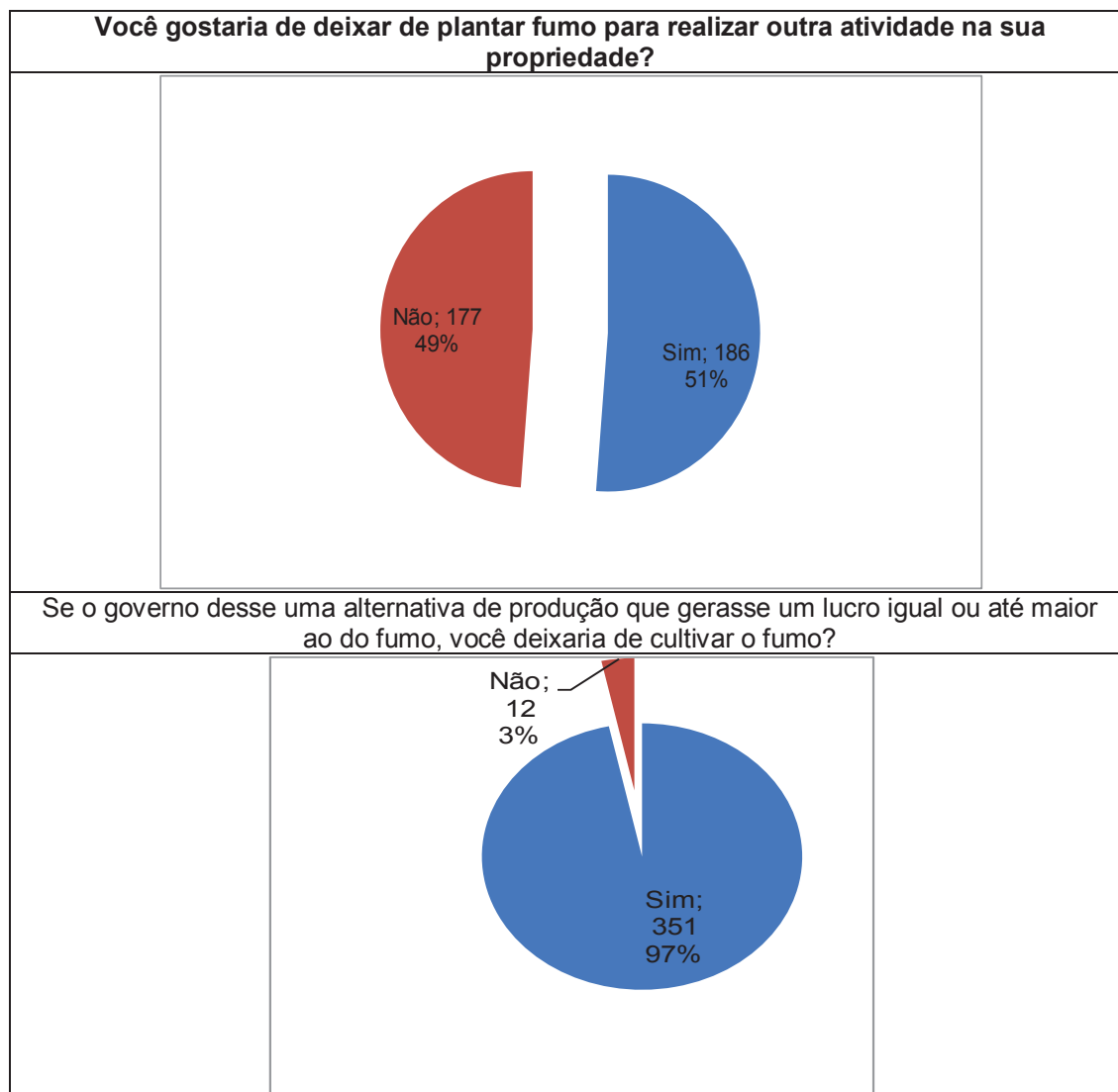
FONTE: O autor (2017).

Os produtores queixam-se não haver sólidas alternativas, mas, percebe-se que eles também não procuram se interar das possibilidades de mudança de cultivo. Essa questão está relacionada ao descrédito de alguns programas do governo que, ao serem implantados, não obtiveram eficácia, logo, muitos produtores internalizaram um pensamento negativo acerca das políticas públicas de reconversão produtiva.

### 3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONVERSÃO PRODUTIVA: ALTERNATIVAS À FUMICULTURA NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO

A atividade de cultivo do tabaco, por meio de um eficiente sistema de integração e disseminação de uma concepção de desenvolvimento, empregando para tal, um processo de territorialidade nos municípios da microrregião, conseguiu com êxito territorializar-se. Este fato proporciona os produtores entenderem que não há possibilidades de alternativas produtivas ao cultivo de fumo. Porém, quando perguntados: se o governo desse uma alternativa de produção que gerasse um lucro igual ou até maior ao do fumo, você deixaria de cultivar a planta? As respostas foram surpreendentes (GRÁFICOS A SEGUIR).

QUADRO 20 – A ADESAO DOS PRODUTORES A UMA SÓLIDA POLÍTICA PÚBLICA ALTERNATIVA AO TABACO



FONTE: O autor (2017).

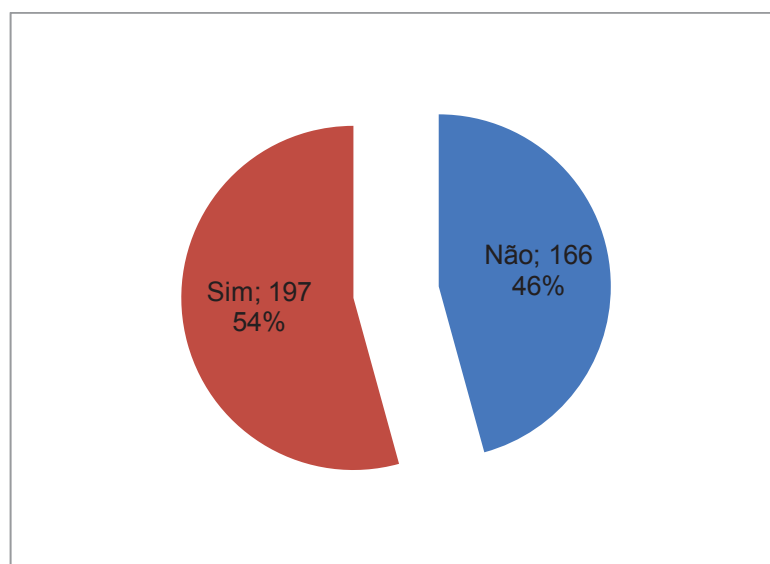
O quadro acima expõe as respostas dos produtores que, num primeiro momento, quando não se apresenta a possibilidade de alternativa, estes ficam receosos em afirmarem que gostariam de deixar o cultivo de fumo. Já num segundo momento, quando se apresenta a possibilidade de haver uma alternativa, dos 363 entrevistados, um total de 97% (351 produtores) de forma convicta expuseram que se existisse uma eficiente alternativa ao fumo, ou seja, com garantia de compra e financiamento da produção, estes passariam a aderir, portanto, deixariam de produzir o tabaco.

Impressiona o fato de que os produtores estão subordinados ao cultivo fumífero pelo amparo lhes dado pelas empresas integradoras. Para muitos produtores, o fumo é a única fonte de renda para o sustento da família e



permanência na vida rural. Ao serem indagados se existia outra atividade de produção na propriedade, além do cultivo de fumo, que contribuía para a renda da família, as respostas revelaram que para 46%, ou seja, 166 famílias, ele é exclusividade na geração de renda.

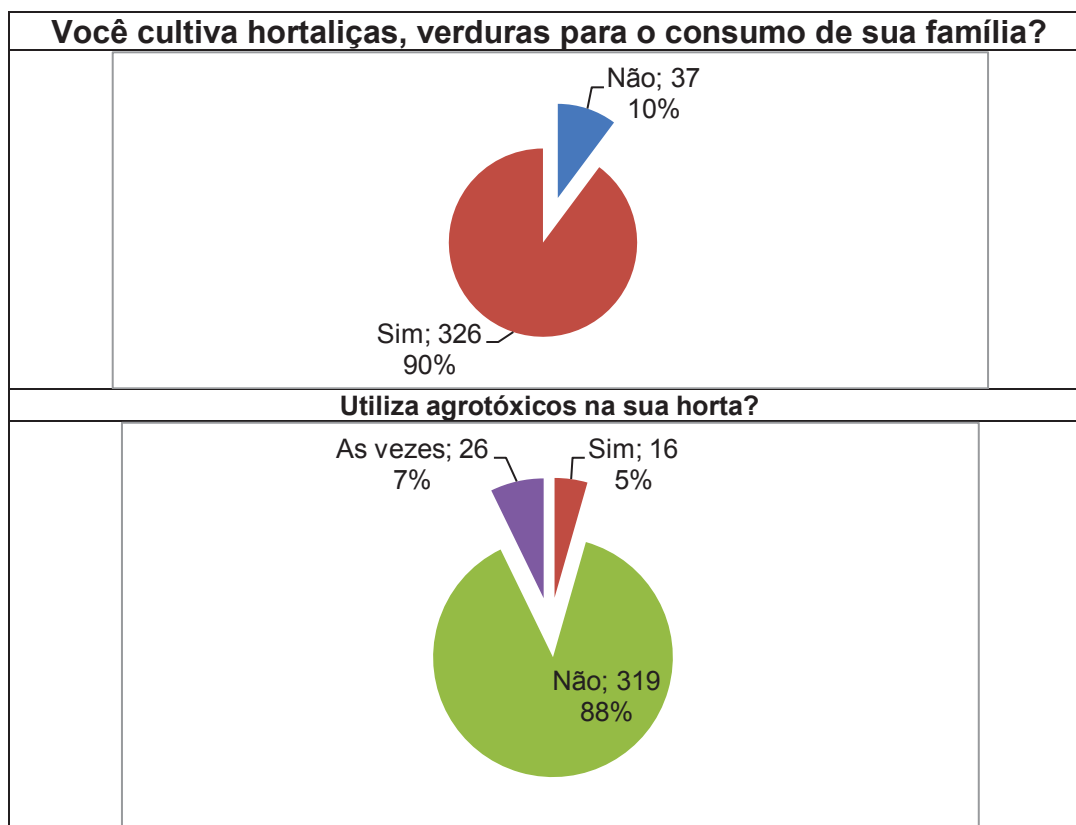
GRÁFICO 15 – COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA



FONTE: O autor (2017).

Para 197 produtores (54%) o complemento se dá pelo cultivo de feijão e milho (com maior intensidade) no período de entre-safra. Para tanto, utiliza-se a mesma terra onde se planta o fumo. Vários produtores não vendem a produção do milho e feijão, pois, utilizam para o consumo no estabelecimento agropecuário. Vários produtores também possuem animais na propriedade como: porcos, galinhas, bovinos..., utilizando destes para o consumo, e, também para venda. Com relação à complementação de renda, na maioria dos estabelecimentos o cultivo de uma horta doméstica é realizado. No quadro a seguir têm-se os dados a partir das respostas.

QUADRO 21 – O CULTIVO DE HORTALIÇAS NA PROPRIEDADE RURAL



FONTE: O autor (2017).

Chama atenção o fato de que 90% dos estabelecimentos que produzem fumo, o cultivo de uma horta comparece, sendo realizado, na maioria dos casos pelas mulheres. Dos 326 produtores que plantam hortalças para o consumo da família, um total de 319 (88%) afirmaram que na horta eles não utilizam os agrotóxicos que usam na lavoura de fumo, e, isso porque eles têm a dimensão dos danos causados pelos venenos.

É importante evidenciar que os dados obtidos na microrregião apontam para a necessidade de se trazer para o debate as políticas públicas que visem dar alternativa de renda aos fumicultores. Destaca-se que, por meio de um questionário aplicado com os incumbidos de gerirem politicamente os municípios que compõe a microrregião estudada (prefeitos e secretários de agricultura), procurou-se entender como está a realidade da microrregião, no que tange ao fomento de alternativas à fumicultura na escala espacial do vivido dos produtores. Evidencia-se que ao ser perguntado se os poderes públicos dos municípios, com as secretarias responsáveis por direcionarem políticas públicas voltadas à agricultura estão acompanhando as discussões feitas no Brasil sobre a CQCT, as respostas revelaram que, dos seis

municípios pesquisados, três afirmaram que sabem do que se trata a CQCT, sendo eles: Prudentópolis, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro. Já os municípios de Imbituva, Ipiranga e Ivaí, escreveram não saber do que se trata a discussão. Acredita-se que conhecer o teor das discussões que envolvem a Convenção-Quadro é de grande importância, pois, se o poder político do território municipal tem a dimensão da problemática da CQCT, projetos alternativos podem ser direcionados, ou pensados, para que aos poucos sejam efetivados na prática.

Outra questão que chama atenção, é a de que os responsáveis em gerirem politicamente os municípios que responderam o questionário, de forma unânime acreditam que o cultivo de fumo no território ao qual se assentam é importante ao gerar emprego e renda, pois, na microrregião de Prudentópolis, um total de 6.496 estabelecimentos cultivavam o fumo. Ao ser perguntado se: “vossa senhoria acredita ser necessário direcionar alternativas para substituir aos poucos a produção de fumo no município? Por quê?”. Percebeu-se a partir do questionamento realizado, que nos seis municípios, os responsáveis (prefeitos) acreditam ser importante direcionar alternativas. No quadro abaixo, segue as respostas obtidas em cada município pesquisado.

QUADRO 22 - IDENTIFICANDO ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO

MUNICÍPIO	PERGUNTA: Vossa senhoria acredita ser necessário direcionar alternativas para substituir aos poucos a produção de fumo no município? Por quê?
Imbituva	Sim, porque a tendência mundial é de se restringir ao máximo os recursos para investir no setor da fumicultura, pois no mundo gasta-se muito dinheiro com doenças causadas pelo uso de tabaco.
Ipiranga	Sim. Devido a grande quantidade de insumos utilizados e problemas de saúde que causam aos produtores e trabalhadores rurais.
Ivaí	Sim. A cadeia do fumo é completa, desde a assistência até a comercialização. Tem-se necessidade de alternativas, mas bem organizadas e estruturadas.
Prudentópolis	Sim, pois a Convenção Quadros tem a finalidade de diminuir a área plantada.
Teixeira Soares	Sim, desde que haja incentivos por parte do poder público, bem como linhas de financiamento como PRONAF, para que esses produtores possam aos poucos ir migrando para outras atividades que gerem renda e emprego.
Fernandes Pinheiro	Sim, porque a produção do Fumo é muito trabalhosa e perigosa devido ao uso de muitos componentes químicos. O implante de outras produções é essencial para a diminuição em um processo lento do plantio de fumo.
Guamiranga	Não quis responder.

FONTE. O autor (2013).

Observa-se nas respostas que, os responsáveis por gerirem os municípios apontam para a relação do cultivo de fumo com a saúde das pessoas. Isso é perceptível nas respostas vindas de Imbituva, Ipiranga e Fernandes Pinheiro. No caso da resposta vinda de Ivaí e Prudentópolis, percebe-se certa reflexão crítica, uma vez que os escritos apontam para a necessidade de se ter subsídios, financiamentos para que reconversões de cultivo ocorram.

Ao ser perguntado se o poder público do município tem apresentado alguma alternativa complementar ao cultivo de fumo, constatou-se que todos os pesquisados afirmaram estar direcionando alternativas aos produtores, que até então, estão inseridos na cadeia produtiva da fumicultura. No quadro a seguir, apresentam-se as respostas que foram obtidas.

QUADRO 23 - ALTERNATIVAS COMPLEMENTARES AO CULTIVO DE TABACO NA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS-PR

MUNICÍPIO	PERGUNTA: Atualmente o poder público do município tem apresentado alguma alternativa complementar ao cultivo de fumo? Quais são elas?
Imbituva	Sim, estamos trabalhando na Cadeia Produtiva da Fruticultura, (uva, pêssego, Ameixa), como também na transformação de alimentos e agora na sequência na criação de Bovino de Leite.
Ipiranga	Sim. Cultivo de HF, piscicultura, plantas medicinais.
Ivaí	Sim. Fruticultura, produção de leite, mas falta assistência técnica e profissionalização aos produtores.
Prudentópolis	Sim, fruticultura e produção de leite.
Teixeira Soares	Estão sendo estudadas alternativas e realizadas reuniões com produtores e com funcionários do Banco do Brasil para se discutir alternativas como, por exemplo, bovinocultura de leite, produção de verduras para programas de governo como PAA e merenda escolar.
Fernandes Pinheiro	Em nosso município os agricultores sempre têm uma produção para complementar sua renda como por exemplo a produção de cebola, leguminosos orgânicos e a produção leiteira. Elas são apoiadas pelo município que oferece suporte aos mesmos.
Guamiranga	Não quis responder.

FONTE. O autor (2013).

Interessante perceber nas respostas, que, em todos os municípios pesquisados as alternativas comparecem, porém, constata-se em pesquisas de campo que tal processo de procurar fomentar a diversificação nas propriedades ainda é embrionário em todos eles. Se pesquisarmos os índices estatísticos disponibilizados pelo Ipardes, pelo IBGE, constata-se que os produtos alternativos ao tabaco se apresentam de forma inexpressiva em quantidades de áreas plantadas, bem como, em produção e valores gerados no território.

Atrelada a questão anterior foi perguntado se, no ano de 2013 o poder público do município estava com algum projeto sendo proposto em torno da temática da fumicultura? O quadro a seguir, apresenta as respostas.

QUADRO 24 - A ELABORAÇÃO DE PROJETOS ALTERNATIVOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS-PR

MUNICÍPIO	PERGUNTA: Atualmente o poder público do município tem algum projeto sendo proposto?
Imbituva	Estamos retomando as discussões a fim de darmos continuidade ao trabalho de Fruticultura, que em razão do não apoio do governo municipal anterior, no que diz respeito a dar continuidade aos investimentos realizados neste município com a implantação de Câmaras Frias, sendo duas de 42 toneladas cada para resfriamento, e uma de 22 toneladas para congelamento, que após discussões foram locadas aqui para atender uma demanda de fruticultura do território, todas construídas dentro de uma estrutura com capacidade suficiente para atender todos os 12 municípios da região.
Ipiranga	Sim. Criação de uma cooperativa mista de produtores.
Ivaí	Fruticultura.
Prudentópolis	Sim
Teixeira Soares	Até o momento só foram realizadas reuniões, mas a intenção é de se propor futuramente alternativas diversas a esses produtores.
Fernandes Pinheiro	As culturas citadas na resposta anterior (quadro 2) tem um acompanhamento direto pelo município, como por exemplo a leiteira, a prefeitura disponibiliza o suporte técnico na inseminação e também suporte médico para os animais através de um veterinário municipal. Além de apoiar empresas consumidoras do produto.
Guamiranga	Não quis responder.

FONTE. O autor (2013).

A partir das respostas observa-se que no caso do município de Teixeira Soares, o direcionamento de alternativas ainda está sendo abordado, encaminhando a compreender que tal fato pode estar ocorrendo devido à característica da estrutura fundiária do município, pois, como foi constatada, uma significativa porcentagem de propriedades compõem-se por áreas acima de 20 hectares, logo, permitindo o cultivo de produtos como a soja, o feijão e o milho, ao passo que, não é expressivo o número de produtores que cultivam fumo nas pequenas propriedades de lavoura temporária.

Na pesquisa realizada, também foi perguntado se já houve casos de produtores de fumo recorrer à prefeitura ou secretarias, a fim de solicitar projetos ou pedir informações para poder deixar de cultivar fumo. No quadro a seguir, é possível visualizar as respostas.

QUADRO 25 - A BUSCA DOS PRODUTORES DE FUMO POR PROJETOS ALTERNATIVOS NA MICRORREGIÃO

MUNICÍPIO	PERGUNTA: Já houve casos de produtores de fumo vir até a prefeitura ou secretarias, a fim de solicitar projetos ou pedir informações para poder deixar de cultivar fumo?
Imbituva	Sim, produtores que estão decididos a sair da fumicultura e que hoje até já possuem código de barra, e já está atendendo o mercado do município e até de outros vizinhos, além de outros produtores que estão atendendo a demanda da Merenda Escolar e PAA.
Ipiranga	Não devido a rentabilidade que a cultura proporciona.
Ivaí	Sim. E dentro da possibilidade estamos mostrando alternativas. Mas falta pessoal para trabalhar em conjunto com todos os órgãos governamentais disponíveis, para viabilizar novas alternativas.
Prudentópolis	Sim
Teixeira Soares	Já houve, no entanto, são poucos, devido justamente ao fato de não ser apresentado alternativas concretas para essa mudança.
Fernandes Pinheiro	Em nosso município todo pequeno produtor faz parte de uma associação, distribuída por localidade, essas associações tem um presidente que é responsável a repassar ajuda, suporte e projetos, para os mesmos, com auxílio da secretaria de agricultura.
Guamiranga	Não quis responder.

FONTE. O autor (2013).

Verifica-se, ao analisar as respostas acima, que as pessoas que estão à frente das administrações, das secretarias de agricultura, e que responderam o questionário, suas respostas de imediato procuram justificar que está havendo alternativas quando os produtores lhes procuram, e, isso é importante. Contudo, há também indícios de ocorrer dificuldades em territorializar novas alternativas ao cultivo de fumo, como é o caso do município de Ipiranga, Ivaí e Teixeira Soares. Também, constata-se que da parte dos municípios, inexistem projetos alternativos, e, isso tanto no Legislativo, quanto no Executivo de todos eles.

Percebe-se nas respostas que elas são confusas. Nelas, procura-se justificar que, se está “pensando e fazendo algo”, contudo, é citado a falta de articulação com o poder público estadual e federal. Observa-se que as alternativas mais citadas se relacionam com o projeto do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mas isso pode ser explicado, dadas as dificuldades que os municípios têm, tanto financeira, como, administrativa.

Por fim, perguntou-se se os municípios estavam entrelaçados junto às demais esferas de governo no sentido de catalisarem projetos alternativos que visassem dinamizar as produções agrícolas de seus territórios. No quadro a seguir, encontram-se as respostas.



QUADRO 26 - O ENTRELAÇAMENTO POLÍTICO EM BUSCA DE PROJETOS ALTERNATIVOS

MUNICÍPIO	PERGUNTA: O poder público deste município está entrelaçado em algum projeto junto ao governo Estadual e Federal no sentido de criar mecanismos alternativos ao cultivo de fumo?	PERGUNTA: Possui conhecimento se o governo do Estado do Paraná tem tido preocupação em pensar alternativas para as famílias que produzem fumo? Existe algum programa ou projeto direcionado por ele neste município?
Imbituva	Sim, PNAE e PAA e talvez num futuro próximo a piscicultura que ainda estamos dependendo da aprovação do programa do ministério da pesca onde poderemos ser beneficiados com a doação de uma escavadeira hidráulica e um trator de esteira para construção de tanques de peixes.	Até o presente momento, não! Em discussão anteriormente com a secretaria do trabalho da regional de Irati surgiu a possibilidade de os agricultores poderem entregar através do PAA as suas produções para atender a demanda dos quartéis, presídios e outras instituições governamentais, entregando alimentos, principalmente os produzidos em períodos em que não se tem atividades escolares, onde ocorrem as colheitas de uva, pêssegos, ameixas e outros, que são produzidos em todos os municípios do território, que tem tido dificuldades para colocação de seus excedentes.
Ipiranga	Os projetos e programas são a nível municipal com incentivo de alternativas.	Existem programas, porém o acesso é feito de forma muito burocrática, o que dificulta o acesso.
Ivaí	Até agora estamos em início de gestão municipal e estamos tentando fazer o trabalho em conjunto com os demais.	Sim. Tem sido trabalhado pela EMATER, e nós como secretaria, temos estado junto para auxiliar no que é possível.
Prudentópolis	Sim, via EMATER	Sim, via EMATER
Teixeira Soares	No momento ainda não.	Não é do meu conhecimento e até o momento não há projetos direcionados para esse município.
Fernandes Pinheiro	No momento não, mas futuramente sim, com projetos que se enquadrem ao município.	Até o momento não.
Guamiranga	Não quis responder.	

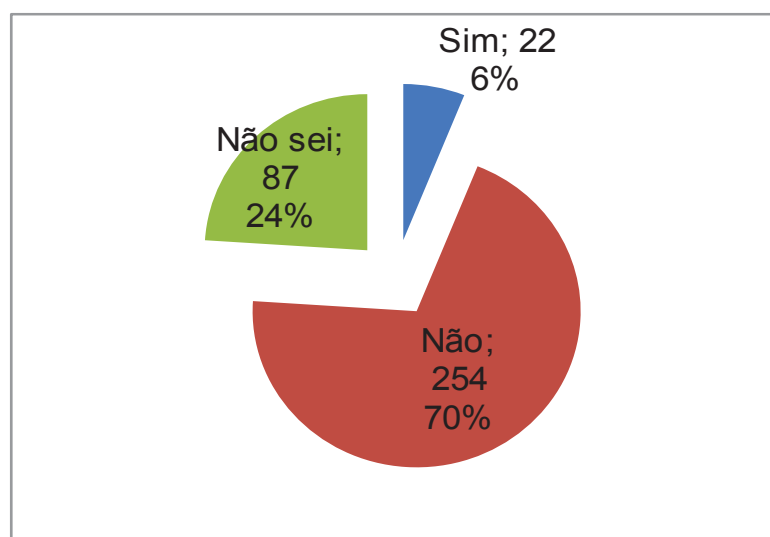
FONTE. O autor (2013).

Percebe-se que há uma carência no sentido de se ter um real entrelaçamento que ultrapasse a escala do poder público municipal, pois, em meio ao contexto de política descentralizada, que caracteriza a estrutura governamental do Brasil, é de extrema importância que municípios e estados estejam articulados com a instância do governo federal. Constatou-se que nos casos dos municípios de Ipiranga, Ivaí, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro, projetos que tenham articulação entre as esferas de governo, não estão ocorrendo.

Percebeu-se que, apesar do município de Imbituva afirmar num primeiro momento da questão que há o entrelaçamento, na resposta seguinte, afirma que não, que está sendo cogitado o projeto. No geral, é possível perceber ao se analisar as respostas, que territorializar atividades de cultivo alternativas a do tabaco, necessitarão de imediato que se pense a organização e entrelaçamento do poder público que articula o território municipal junto as demais esferas de governo.

As constatações que apontam para a dificuldade de haver políticas públicas alternativas se alinham as respostas dos produtores corroborando com suas impressões, pois ao serem perguntados “você acredita que nossos governantes do Município estiveram empenhados nos últimos 4 anos em criar políticas públicas alternativas ao Fumo?”, responderam da seguinte forma (VER GRÁFICO A SEGUIR).

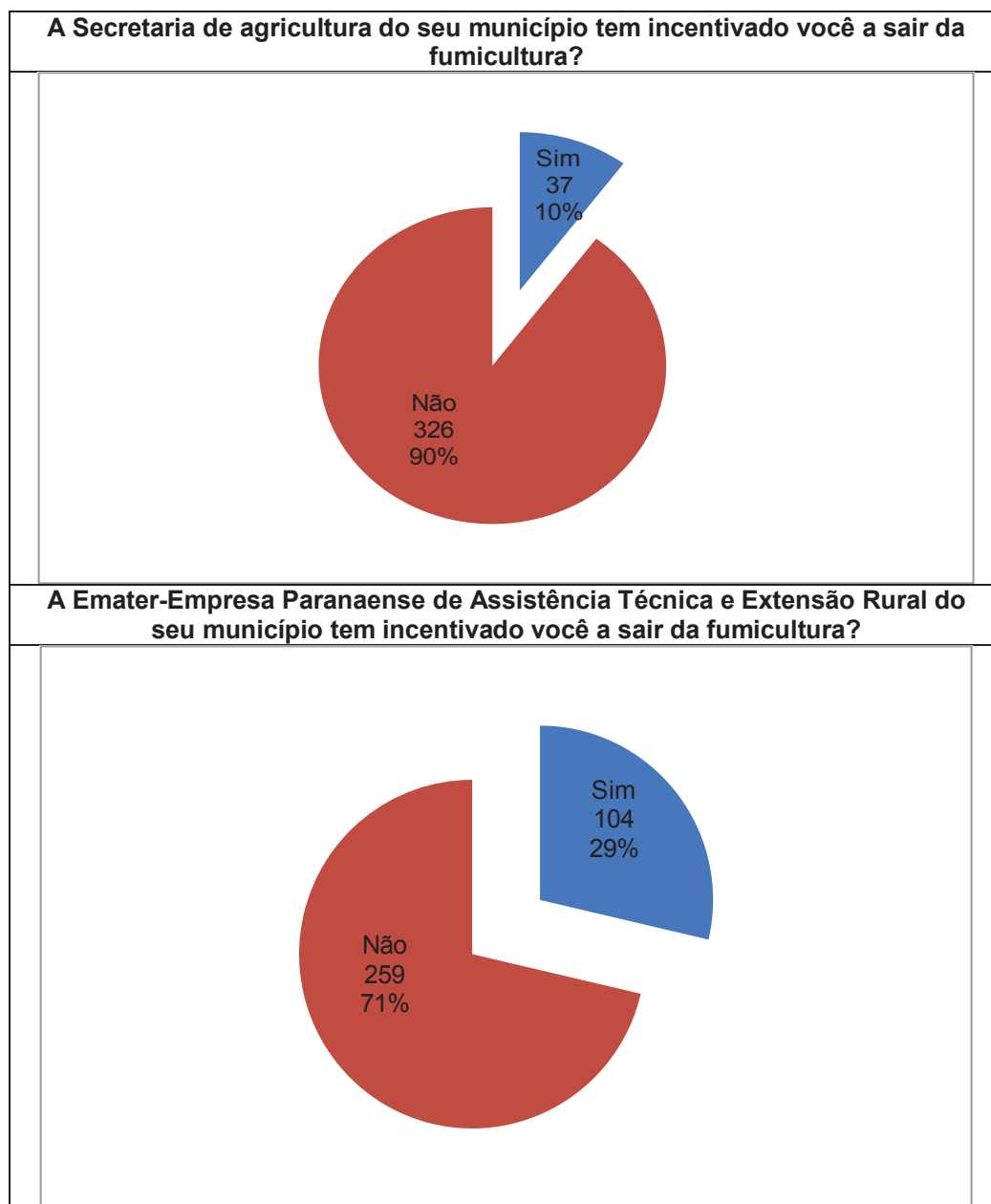
GRÁFICO 16 – PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES QUANTO À ESCALA POLÍTICA MUNICIPAL



FONTE: O autor (2017).

Na pesquisa de campo, foi perguntado aos produtores se a secretaria de agricultura e a Emater de cada município estava direcionando projetos alternativos ao fumo. Os resultados estão nos gráficos no quadro a seguir.

QUADRO 27 – PROJETOS ALTERNATIVOS NA ESCALA POLÍTICA LOCAL



FONTE: O autor (2017).

Percebe-se que a Emater possui maior visibilidade no contexto de vivência dos produtores, diferente da credibilidade depositada nas secretarias de agricultura dos municípios pesquisados. Isto ocorre dada a maior articulação dos técnicos da Emater com as instâncias do Estado e da União, a fim de buscarem projetos inovadores.

A Emater quando direciona um projeto, procura prestar assistência técnica, já as secretarias municipais, além do rodízio, troca de funcionários a cada eleição, ela não possui a estrutura de técnicos que a Emater dispõe. É comum ocorrer

nomeações de secretários de agricultura sem critérios de formação, experiência, mas sim, por acordos políticos, portanto, todas estas características impactam na confiança dos produtores no trabalho de uma secretaria de agricultura no âmbito de um município.

### 3.5. TERRITORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO CAPITAL FUMAGEIRO NA ÁREA MICRORREGIONAL: PASSADO-PRESENTE-FUTURO

A discussão sobre territorialidade permitiu a compreensão de que ela se refere a um conjunto de práticas e expressões que podem ser materiais (materialidade) ou simbólicas (idealidade) capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais, as empresas. Assim, a produção de uma territorialidade requer o desenvolvimento de um conjunto de práticas espaciais que possam permitir a manutenção do território, ou, até mesmo sua expansão. As práticas são diversas, podendo envolver símbolos, subjetividades, materialidades (CORRÊA, 1998; HAESBAERT e LIMONAD, 2007; SAQUET, 2009).

As empresas fumageiras agem na microrregião produzindo uma territorialidade e consequente territorialização. Tal mecanismo ocorre por meio de uma materialidade e ao mesmo tempo, empregando a idealidade por meio de símbolos e materiais impressos, para que os produtores tenham acesso, e assim, sintam-se coparticipantes de um processo de desenvolvimento social e econômico.

FIGURA 28 – TERRITORIALIDADE MATERIAL DA EMPRESA SOUZA CRUZ

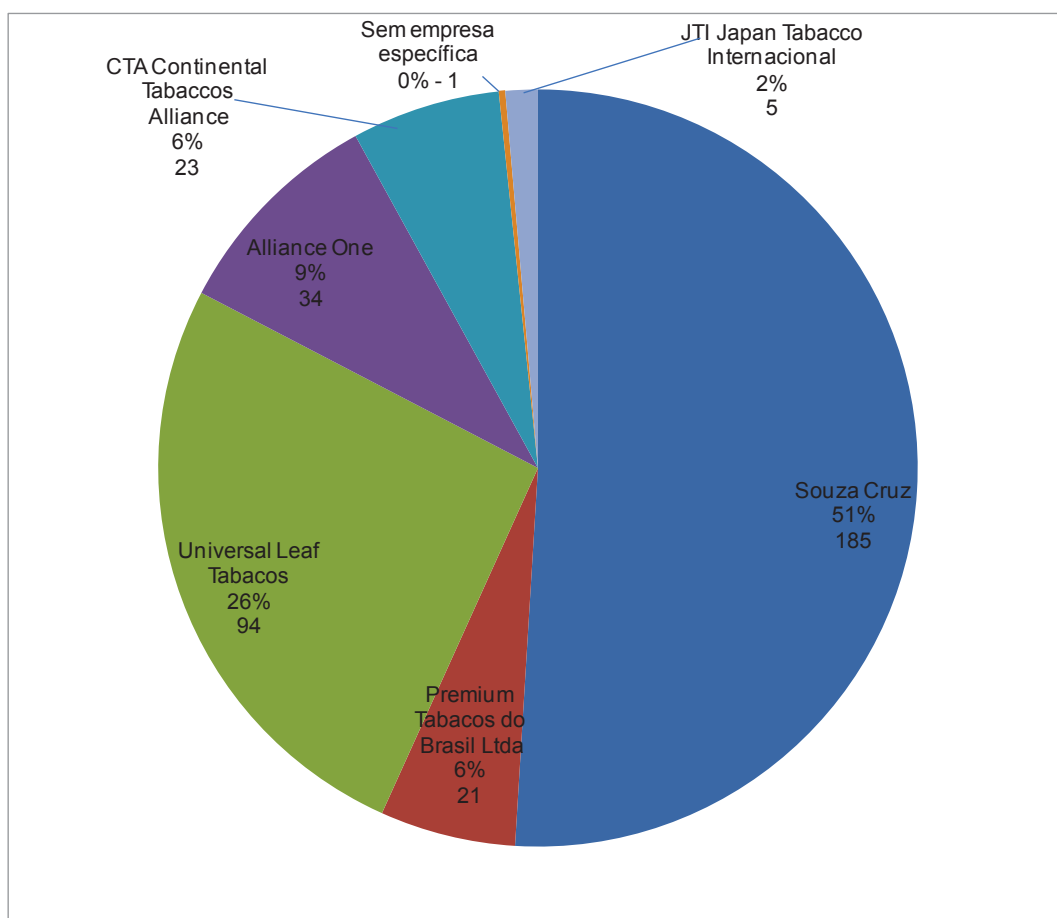


FONTE: O autor (2017).

No conjunto de imagens observa-se que as estufas de fumo com seus galpões apresentam um padrão de cores (branco e azul). Estas cores se relacionam a empresa Souza Cruz que, direciona projetos de embelezamento nas propriedades. Essa padronização é comum de ser percebida nos municípios da microrregião.

As empresas fumageiras, por meio dos técnicos, levam com frequência aos produtores integrados materiais impressos (*folders*, revistas, jornais, calendários). Os materiais produzem uma territorialidade a partir das imagens e textos que colocam a produção de fumo como a atividade que permite garantir renda e qualidade de vida para os produtores. Nas pesquisas de campo foi comum ouvir dos produtores discursos que provém de dados, mensagens repassadas pelos técnicos (instrutores) das empresas, bem como pelo fato de os produtores lerem os textos. Portanto, um discurso de desenvolvimento atrelado a uma prática de territorialidade é direcionado aos proprietários dos estabelecimentos nos quais o plantio de fumo é realizado. No gráfico a seguir são apresentadas as empresas que atuam nos municípios da microrregião.

GRÁFICO 17 – EMPRESAS FUMÍGERAS NA MICRORREGIÃO



FONTE: O autor (2017).

As empresas com forte atuação nos municípios são: Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos e Premium Tabacos do Brasil. No entanto, todas elas direcionam práticas de territorialidade na área microrregional. A estratégia de *marketing* das empresas consegue atingir com êxito o pensar da grande maioria dos produtores. É frequente ouvir dos produtores que o mérito das conquistas de bens materiais que possuem se dá pela garantia de renda que a fumicultura gera. Percebe-se que a prática de territorialidade das empresas contribui para a consolidação e manutenção do território da fumicultura.

O Sinditabaco também produz materiais que são disseminados nos encontros, cursos e seminários que as empresas ofertam para os seus técnicos e produtores. Os discursos, textos e imagens são inseridos na “rede” criada pelo circuito produtivo do tabaco, chegando aos estabelecimentos, onde, tem-se o cultivo da planta. O mesmo processo de disseminação de idealidades com o intento de produzir territorialidade, e assim, garantir a territorialização, se dá pela atuação da



Associação dos Fumicultores do Brasil-Afubra que, em seus materiais impressos dissemina a importância do cultivo de fumo para quem dispõe de pequenas quantidades de terras para plantio. As artes, recursos imagéticos e mensagens transmitem o poder do circuito produtivo fumageiro no País.

FIGURA 29 – A IDEALIDADE PRODUZIDA PELO SINDITABACO

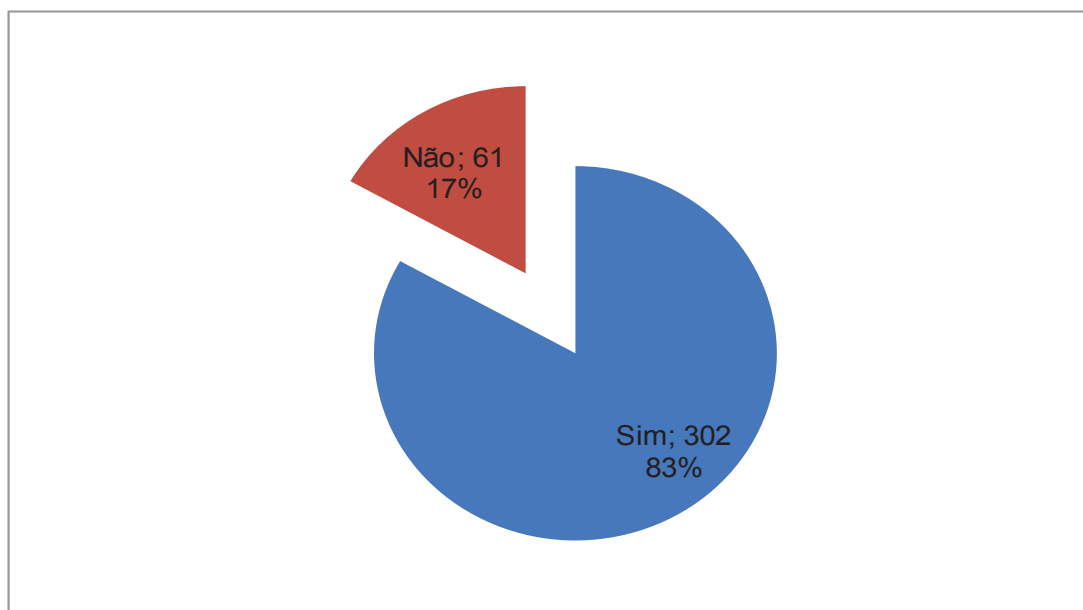


FONTE: BANCO DE IMAGENS SINDITABACO (2015).

No conjunto de imagens percebe-se o *marketing* da fumicultura. Atrás do primeiro plano, no qual tem-se a planta fumígena, situam-se as materialidades de casas, que, transmitem poder aquisitivo. As casas são bonitas, grandiosas, com arquitetura moderna passando a sensação de padrão de renda “confortável” para quem cultiva fumo.

A territorialidade de materialidades e idealidades atreladas à garantia de venda da produção, faz muitas famílias acreditarem que apenas a fumicultura é a alternativa para quem vive no campo e dispõe de pouca terra para plantio. Os entrevistados quando perguntados se sentiam-se feliz e realizados como fumicultores, responderam.

GRÁFICO 18 – REALIZAÇÃO PESSOAL DOS FUMICULTORES

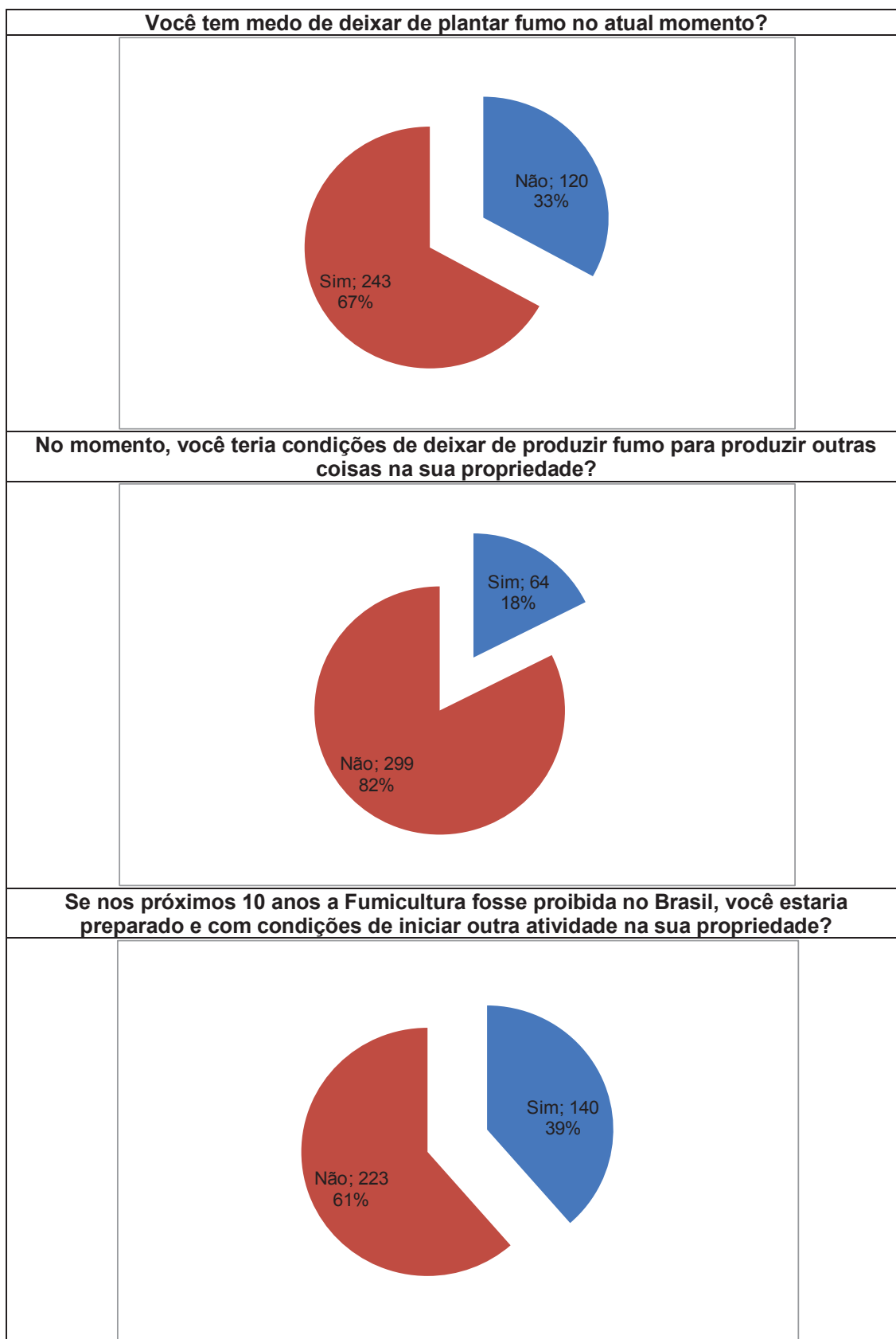


FONTE: O autor (2017).

Mesmo os produtores, queixando-se das dificuldades que enfrentam no dia-dia no ramo da fumicultura (custo alto de produção, rebaixamento de preço pelas firmas compradoras do fumo, exposição aos agrotóxicos, riscos para a saúde da família), para a grande maioria (83%), estão contentes com a atividade. Chamou atenção que nas falas eles diziam: *“graças ao fumo construí minha casa”*; *“Graças ao fumo tenho carro, antena parabólica, televisão”*; *“Graças ao fumo comprei moto para meu filho”*; *“Graças ao fumo tenho trator”*. Esta constatação é simples de ser entendida, pois, a territorialidade das empresas fumageiras, tem sido histórica e geograficamente maior, mais elaborada e eficiente que as territorialidades de políticas públicas do Estado. Assim, os produtores encontram amparo nas políticas das empresas que com seu capital produzem territorialidades, garantindo suas territorializações nos municípios.

A adesão dos produtores, a incorporação de discursos, a falta de perspectivas, podem ser observadas a partir dos dados obtidos e que são destacados nos gráficos do quadro a seguir.

QUADRO 28 – O PENSAMENTO FUTURO DOS PRODUTORES DE FUMO



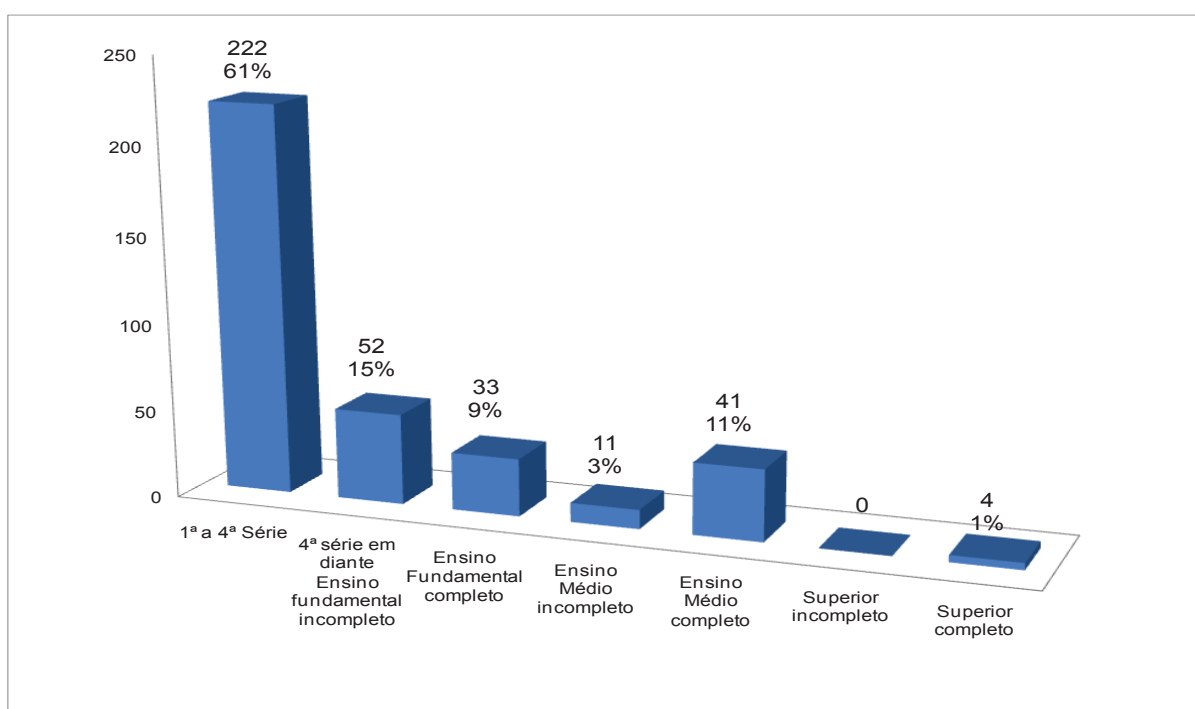
FONTE: O autor (2017).

Percebe-se nos dados destacados nos três gráficos do quadro que, a maioria dos entrevistados possuem medo de parar de plantar fumo (67%). Chamou atenção que ao responderem à pergunta muitos diziam: *“não dá para parar, não tem o que fazer”*; *“Se eu parar minha família passa fome”*; *“Eu não tenho estudo, não sei fazer outra coisa”*.

É impressionante que, para 82% dos entrevistados, não existe alternativa que o permita parar de cultivar fumo na propriedade. Já a longo prazo (próximos dez anos) 62% dos entrevistados ressaltam que teriam condições de se programar para ter outra atividade, visando a garantia de renda e sobrevivência na propriedade.

O questionamento que pode ser empreendido é: será que o Estado brasileiro proporcionará nos próximos anos o fomento, ampliação de políticas públicas alternativas ao tabaco? As constatações desta pesquisa alertam para a urgência de haver uma territorialização produtiva alternativa ao tabaco para os produtores possuidores de pequenas propriedades rurais. Ressalta-se que muito produtores procuraram justificar a adesão ao cultivo de fumo dizendo: *“eu não tenho estudo, não sei fazer outra coisa”*. Os níveis de escolaridade obtidos com a aplicação do questionário revelam que um expressivo número de produtores não transpôs as séries iniciais do ensino fundamental.

GRÁFICO 19 – ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES DE FUMO



FONTE: O autor (2017).

Observa-se que 76% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, e, a maioria possui a escolaridade das séries iniciais do ensino básico (1ª a 4ª série). Dos 363 produtores que responderam o questionário, apenas 41 (11%) concluiu o ensino médio, e, somente 4 (1%) chegou ao ensino superior. Outro dado relevante é que 277 produtores (76%) disseram que seus pais eram produtores de fumo, portanto, herdaram deles a experiência em cultivar a planta. Outros 86 produtores (24%) informaram que não eram filhos de produtores de fumo e iniciaram a atividade pelo fato de não encontrarem alternativas e disporem de pequena quantidade de terra para plantio.

As empresas fumageiras encontraram condições propícias para territorializarem-se nos municípios da microrregião. Elas, no passado, perceberam que a estrutura fundiária pautada na pequena propriedade rural, a mão de obra familiar dos descendentes de imigrantes e dos caboclos que tinham pouca terra apta para plantio, a pouca escolaridade, as condições do clima, e, a “ausência consciente” do Estado, eram ideais para permitir que uma territorialização ocorresse. Assim, ocorreu e continua ocorrendo. Já fazem 67 anos que a fumicultura está territorializada na microrregião.

No passado, o poder do capital das empresas fumageiras adentrou nos municípios e de forma eficiente e estratégica produziu territorialidades. A lógica continua no presente, e, de forma intensa, a ponto de produzir uma territorialização tão forte que, os produtores não vislumbram alternativas.

As ações das empresas têm sido mais eficientes do que as do Estado quando este procura direcionar políticas públicas. Acredita-se que o Estado é mais forte do que o poder do capital fumageiro, porém, ele necessita deixar de ter “ausência consciente”, ou seja, deixar de ser Estado sem estar estado no processo de elaboração de políticas públicas alternativas que venham proporcionar, no momento, renda para os fumicultores.

## CONCLUSÕES

Compreender a relação da formação socioespacial brasileira, bem como a territorialização da atividade fumageira na microrregião geográfica de Prudentópolis-PR, e a existência de projetos de políticas públicas alternativas ao cultivo do fumo nas esferas governamentais foi o objetivo desta tese. Assim, optou-se pelo entendimento da formação socioespacial do País a partir do empreendimento analítico do geógrafo Milton Santos correlacionando com as constatações do antropólogo Darcy Ribeiro.

Por meio dos estudos realizados, foi possível entender que a teorização miltoniana da formação socioespacial, num primeiro momento (1977) foi empreendida, visando esclarecer o processo ontológico de formação do espaço geográfico, considerado por Milton, o objeto da ciência geográfica. Passados alguns anos, Santos e Silveira ([2001] 2012), estabeleceram uma transposição da categoria de formação socioespacial para o caso da formação do território usado (todo território) do Brasil.

Ao ser levado em consideração o percurso histórico-geográfico da formação socioespacial brasileira, identificou-se que ela foi gerando compartimentações escalares sobre todo o território do País. Assim, territórios por meio de práticas de territorialidades foram sendo configurados em diversas escalas espaciais, e, regionalidades também. Portanto, a trajetória histórica e geográfica de povoamento/formação do Brasil, permitiu compreender a relação do processo socioespacial com o caso da territorialização da fumicultura no Sul do País.

Esta questão da formação socioespacial brasileira, resultando na territorialização do tabaco na Região Sul, pode ser compreendida a partir das constatações de Ribeiro (2006) ao destacar que o processo de conquista e povoamento do Sul foi marcado pela disputa entre Portugal e Espanha que lutaram pela apropriação da terra e de suas riquezas. No decorrer da colonização e povoamento, foram os bandeirantes que asseguraram a posse do território para a Coroa portuguesa que estava preocupada em ocupar a região para assim integrá-la ao seu domínio. A gênese dessa formação é marcada pela preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos. Desta forma, os bandeirantes deslocaram-se em direção ao litoral Sul recebendo a concessão de sesmarias que



originaram grandes fazendas, logo, povoando a região. No entanto, havia várias disputas territoriais na região, assim, com medo dos conflitos e da integridade territorial, no início do século XX o governo brasileiro promoveu através do incentivo à imigração, a ocupação da região Sul, para garantir a posse da terra e evitar invasões de países vizinhos; os fluxos migratórios mais importantes trouxeram italianos, poloneses, ucranianos e alemães. Esse ingresso, de imigrantes, teve um papel de abasileiramento para a região e configurou uma estrutura agrária pautada em pequenas propriedades.

É nas pequenas propriedades rurais que a fumicultura se faz presente. Nos sete municípios da microrregião, o cultivo de fumo é exercido em pequenas propriedades rurais por descendentes de caboclos, italianos, alemães, poloneses e ucranianos, sendo que, as propriedades em grande parte são heranças recebidas dos pais e avós (a maioria de imigrantes) que chegaram para colonizar a região. A população de origem cabocla que não foi “beneficiada” pelo regime sesmeiro, acabou também consolidando a pequena propriedade agrícola na microrregião.

Ambos, tanto os descendentes de imigrantes, como a população cabocla local, passaram a ser cooptados pelas lógicas das empresas fumageiras que, ao formarem o CAI do tabaco, se estabeleceram no Paraná a partir dos anos de 1960, utilizando-se de variáveis sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Com o processo de modernização da agricultura e formação dos CAIs, as empresas fumageiras expandiram a atuação chegando até a área da microrregião que possuía colônias de pequenos produtores que foram criadas com o objetivo de garantir a integridade do território e que ao enfrentarem dificuldades decorrentes do processo de modernização do campo, bem como, do acirramento da dinâmica capitalista, passaram a cultivar fumo. Isso se deu pelo fato de disporem de pouca terra para produzirem cultivos agrícolas. Como bem destacou Vogt (1997) no Brasil meridional, diferente do que ocorreu nas regiões sob o domínio da oligarquia canavieira e cafeeira, o processo imigratório, objetivou fixar na terra, os elementos vindos da Europa. Assim, criaram-se no Sul do País colônias de pequenos produtores rurais. Portanto, no Sul a colonização pela via de imigrantes teve o intuito de povoar o território que era alvo de conflitos entre luso-brasileiros e castelhanos. Assim sendo, a fumicultura territorializou-se nos municípios da microrregião pesquisada, usufruindo das condições culturais (imigrantes com experiência em cultivar a terra e extrair dela a sobrevivência), fundiárias (pequenas propriedades

que não conseguiam acompanhar o modelo agrário modernizador de produção em grande escala) e políticas (baixo incentivo para produtores possuidores de pequenas quantidades de terras).

Todos os fatores elencados resultaram do processo de formação socioespacial do País. Atrelado a eles, também o fator climático (o clima subtropical é ideal para o cultivo de fumo do tipo *flavour*<sup>1</sup>) proporcionou a territorialização das empresas fumageiras que passaram a gerar a MT e consequente TC. Portanto, a hipótese de número um, levantada no início da tese, referindo-se que “a prática do cultivo de fumo nos municípios da microrregião é resultante do processo de formação socioespacial do País”, é corroborada por meio do entendimento teórico e das constatações via dados oficiais, assim como, dos trabalhos de campo que foram feitos.

O empreendimento reflexivo e analítico, empregado nos capítulos um e dois, ao serem confrontados com pesquisas de campo, proporcionaram apresentar no terceiro capítulo um panorama aproximado<sup>2</sup> da realidade vivida pelos produtores de fumo da microrregião estudada. Com isso a hipótese de número dois “a fumicultura produz uma territorialização nos municípios amparada na fragilidade das políticas públicas governamentais”, também foi corroborada. A corroboração ocorreu ao ser constatado que nos municípios pesquisados é forte a presença de uma concepção de desenvolvimento, gerada pelas empresas especializadas na compra de fumo, sobre os produtores que não conseguem vislumbrar possibilidades de geração de renda alternativas ao plantio de tabaco. São fortes as práticas de territorialidades estabelecidas pelas empresas fumageiras no dia-dia dos produtores. As territorialidades e consequente territorialização gerando a Monopolização do Território, empreendidas pelas empresas fumageiras, puderam ser percebidas a luz das teorizações de Corrêa (1998) e Saquet (2009).

---

<sup>1</sup> No Sul do Brasil são produzidos fumos claros da variedade *Virginia* e *Burley* secados, respectivamente, em estufas a base de lenha e elétricas, e em galpões. Estes fumos são do tipo *flavour* que dão sabor ao cigarro, os preferidos pelo mercado internacional. O restante da produção brasileira de fumo é cultivado principalmente nos estados da Bahia e de Alagoas, onde predomina o fumo para a fabricação de charutos e cigarrilhas (SILVEIRA, 2008, p. 38).

<sup>2</sup> Perspectiva construtivista de ciência, no qual, o objeto científico é um modelo construído, e não uma representação do real. Portanto, ele é uma aproximação sobre o modo de funcionamento da realidade, porém, não é o conhecimento absoluto dela. Esta concepção, que iniciou-se no século XX, segundo Chauí (2000, p. 321), “considera a ciência uma construção de modelos explicativos para a realidade e não uma representação da própria realidade”.

Se o território é uma porção e/ou um recorte do espaço permeado por relações de poder, de apropriação e controle em escala variada, a territorialidade segundo Corrêa (1998, p. 251), refere-se “ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Assim, a produção de uma territorialidade necessita do desenvolvimento de um conjunto de práticas espaciais que possam permitir a manutenção e expansão do território. Tais práticas envolvem símbolos, subjetividades, materialidades, e, todos possuindo importância para a sua concretização. A territorialidade pode ser exercida para a manutenção de um território já delimitado, como também para a formação de um novo.

Saquet (2009, p. 141) ao definir o conceito de território enfatizando o processo de controle em sua delimitação, o mesmo aponta que “são as territorialidades, que correspondem aos comportamentos culturais, geopolíticos, econômicos e psicológicos ou, dito de outra maneira, ao exercício de influência, controle e pertencimento [de um território]”.

Levando em consideração os dois autores supramencionados, bem como os trabalhos de campo, as materialidades e idealidades das empresas fumageiras chegam até os produtores de tabaco por meio dos técnicos agrícolas que eficazmente dão sustentação para o processo de integração empresa/produtor. Por meios impressos e *on line* o circuito produtivo do tabaco produz territorialidades e consequentemente, territorializações nos produtores inseridos no ramo.

A hipótese de número três “os produtores que cultivam o tabaco possuem receio de diversificarem a produção em suas propriedades, pelo fato de que, as tentativas de diversificação já empregadas, foram frustrantes quando implantadas”, também é confirmada. Retifica-se também a hipótese de número quatro “o sistema de integração das empresas fumageiras junto aos produtores, geram uma territorialização cooptativa, e consequentemente, uma monopolização do território”. Ambas são verificadas pelo fato de existir grande falta de confiança dos produtores sobre as políticas públicas vindas do Estado. As poucas tentativas de proporcionar alternativas aos produtores geraram desconfiança e medo. Na atualidade os produtores de fumo não aderem com confiança as ações do Estado. Faz-se condição *sine qua non* reverter essa realidade, para isso é necessário haver

políticas públicas alternativas bem elaboradas e que possam ser aplicadas com êxito nos municípios.

A política das empresas fumageiras tem se mostrado mais eficaz que as alternativas provindas do Estado. O sistema de integração das empresas fumageiras serve de modelo para o Estado que não tem proporcionado as mesmas condições para os produtores quando direciona projetos alternativos. No entanto, parece ser cômodo para o Estado agir desta forma, pois, acredita-se que ele tem condições de territorializar alternativas, assim, superando as lógicas do capital fumageiro. A inobservância do Estado é uma “ausência consciente”, pois, transfere as empresas fumageiras, o que seria seu papel.

Chama atenção que as três esferas de governo (Federal, Estado, Município) tem se mostrado frágil no que diz respeito às políticas públicas alternativas ao cultivo de fumo. É lamentável que desde o período em que a CQCT foi ratificada no País, até a atualidade, inexistente um sólido debate visando dar garantias de renda alternativas ao tabaco para as famílias que trabalham nas pequenas propriedades da Região Sul do Brasil. A falta de projetos, de debates, ocorre nas três esferas, no entanto, no âmbito dos legislativos municipais a situação se agrava. Em nenhum dos municípios pesquisados constatou-se a existência de propostas alternativas ao cultivo de fumo.

Essa realidade da falta de projetos no âmbito dos legislativos municipais pode ser entendida dada as características do processo de descentralização política, conferido pela Constituição de 1988. Esta descentralização proporcionou considerável autonomia para os municípios, e, junto com ela, também os dotaram de responsabilidades, incumbências. Porém, identifica-se que na maioria dos casos, eles não possuem condições, quadros de governos que os permitam alavancar projetos, políticas públicas a ponto de proporcionar mudanças significativas para as pessoas que neles vivem. Portanto, Governo Federal e Estadual se esquivam de muitas responsabilidades, e, os municípios ao assumi-las não conseguem efetivar com êxito a maioria das políticas públicas, assim, isso gera uma descrença na população. Os projetos advindos do Governo Federal e Estadual exigem muita contrapartida dos municípios, e estes, não estão preparados para proporcionarem a consolidação das políticas públicas alternativas ao fumo.

No caso do Governo Federal, que concentra a maior fatia dos recursos públicos, percebeu-se na fala dos Senadores, que não está ocorrendo preocupação em pensar uma sólida e eficaz política pública alternativa ao tabaco.

Muito se fala no Brasil que o Governo Federal desde o ano de 2005 vem tentando acabar com o cultivo e consumo de fumo no País, porém, na realidade a fumicultura, a atuação das empresas fumageiras estão livremente com as “portas abertas” para atuarem no Território Nacional. Pelas constatações da pesquisa, entendeu-se que essa realidade não vai ser alterada num curto período de tempo se não houver forte organização dos produtores a partir da criação de um movimento social que lute pela causa das alternativas de produção, fato que inexistia até o momento. A Dra. Enaile ao atuar diretamente na articulação dos Movimentos Sociais destacou a fragilidade de articulação dos produtores de fumo em lutarem por melhorias.

O Estado não pode negligenciar o fato de que centenas de famílias necessitam de sua ação por meio de políticas públicas alternativas ao fumo. As famílias necessitam que o Estado se faça presente de forma tão eficaz quanto as lógicas das empresas integradoras. É preciso que o Estado proporcione investimentos e uma densa rede de técnicos que cheguem até os pequenos produtores orientando-os nas práticas alternativas.

Reitera-se que é de grande importância haver uma organização de produtores que envolva os três Estados da Região Sul do Brasil, a fim de que, possam reivindicar políticas públicas alternativas ao fumo.

É de extrema importância que as políticas públicas que visem propiciar alternativas de renda para os pequenos produtores sejam propostas e pensadas, por conseguinte, as políticas locais (municípios) necessitam formular projetos e transformá-los em políticas públicas a fim de colocá-los em prática. Assim, os incumbidos de gerirem politicamente os territórios municipais, estes precisam fomentar projetos que resultem em alternativas produtivas de diversificação de cultivo nas pequenas propriedades.

Compreende-se que é condição *sine qua non* que os municípios procurem pressionar governo estadual e federal para que projetos, verbas sejam direcionadas, já que a CQCT está sendo aos poucos colocada em prática resultando em dificuldades para os produtores da microrregião se manterem na atividade de cultivar fumo. Portanto, não se pode deixar de pensar em territorializar atividades de

diversificação que possibilitem renda aos agricultores, igual, ou, superior ao da obtida com o cultivo de tabaco, logo, políticas públicas, projetos, verbas precisam em ritmo constante serem fomentados, e o governo municipal tem papel fundamental nesse processo.

Com esta tese, foi possível entender que o território fumicultor, que se configura nos municípios que integram a área da microrregião geográfica de Prudentópolis - PR se define a partir da conjugação dos elementos naturais, econômicos, políticos e culturais que o permearam como resultantes da formação socioespacial do Brasil. Assim, as políticas públicas alternativas ao cultivo de fumo, ao serem fomentadas, estas necessitam levar em consideração a abordagem integradora de território elucidada por Haesbaert (2011). Nesta abordagem, o território é concebido em sua totalidade, ou seja, não se restringe a uma única visão (natural, econômica, política ou cultural). Nela, a reflexão parte do pressuposto de haver uma imbricação de múltiplas relações de poder envolvendo sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, todas numa interação espaço-tempo. Desta forma, as políticas públicas ao serem pensadas, precisam levar em conta a integração de fatores.

Os produtores de fumo dos municípios pesquisados estão fixados numa base territorial que possui um clima com quatro estações<sup>3</sup> (culturas produtivas necessitam adaptar-se a elas); estão inseridos em meio a quadros de governos frágeis que possuem dificuldades para efetivarem políticas públicas; possuem pouca terra apta para plantio (pequena propriedade) não dispondo de recursos financeiros compatíveis ao modelo agrário moderno de grande escala produtiva; estão acostumados com integração e assistência técnica; carregam consigo a cultura do trabalho familiar, e, de vínculo com a terra e desta, então, extrair o sustento e progredir financeiramente; são poucos autônomos no que diz respeito a procurar alternativas, ou seja, são dependentes de ações externas.

Desta maneira, uma proposta de política pública alternativa ao tabaco, ao ser formulada a partir da propositura de Frey (2000) que estabelece cinco fases sendo elas: percepção e definição de problemas; “*agenda-setting*”; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas; avaliação de políticas e a

---

<sup>3</sup> Primavera, verão, outono, inverno.



eventual correção da ação, necessita levar em consideração a integração dos elementos que foram evidenciados.

Em síntese, constatou-se que o Estado em suas diversas escalas de atuação, tem estado “minimamente” presente, logo, as empresas fumageiras encontram condições ideais para assim estabelecerem territorializações “paralelas” a ele. No passado, a realidade vivida pelos habitantes dos municípios pesquisados foi de adesão às políticas das empresas do circuito do tabaco que, consolidaram-se eficazmente até o presente momento (ano de 2017) produzindo uma territorialização mais forte que as alternativas advindas das políticas públicas do Estado brasileiro.

Acredita-se que o futuro está dependente de um processo ativo e efetivo de organização social que reivindique a atuação do Estado por meio de seus entes federados, a fim de que, produtores de pequenas propriedades rurais tenham condições alternativas ao cultivo de fumo reais e rentáveis. Enquanto isso não acontece, as empresas fumageiras são a alternativa que proporciona renda e sobrevivência para milhares de pessoas que habitam a microrregião geográfica de Prudentópolis no Estado do Paraná e no Sul do Brasil como um todo, já que, segundo os produtores *“no momento, nada é mais rentável do que produzir fumo para quem tem pouca terra”*.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL (AFUBRA). (2015a). **Maiores produtores mundiais**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/93>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Fumicultura regional**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/84>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **Exportações em Dólares**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/90>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015d). **Empregos no setor fumageiro**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/72>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015e). **Cadeia produtiva do Tabaco**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/71>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015f). **Diversidade de culturas**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/197>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015g). **Informações gerais**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/198>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2017). **Fumicultura Sul-Brasileira**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em: 05 de março de 2017.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP). **Pesquisa Legislativa**. Disponível em: <<http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. **Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

BONATO, Amadeu. A FUMICULTURA NO BRASIL E A CONVENÇÃO-QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO. **DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Curitiba, Janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Conjuntura: Fumo/ A fumicultura e a Convenção Quadro Desafios para a Diversificação. **Departamento de Estudos Sócios Econômicos Rurais (DESER)**. Curitiba, outubro de 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BRASÍLIA. **Projetos de Lei e outras proposições.** Disponível em: <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>>. Acesso em: março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUVA-PR. **Legislação.** Disponível em: [http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id\\_cliente=12112&sessao=07b2aad5fc1j07&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=12112&sessao=07b2aad5fc1j07&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32)>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA-PR. **Legislação.** Disponível em: [http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id\\_cliente=11997&sessao=3ebd1f798c1j3e&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=11997&sessao=3ebd1f798c1j3e&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32)>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR. **Legislação.** Disponível em: [http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id\\_cliente=1015&sessao=b0546033681jb0&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=1015&sessao=b0546033681jb0&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32)>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA-PR. **Legislação.** Disponível em: <http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiParametro&ID=65>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS-PR. **Legislação.** Disponível em: [http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id\\_cliente=106&sessao=ab2a4a8999ljab&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32](http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=106&sessao=ab2a4a8999ljab&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32)>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES-PR. **Legislação.** Disponível em: <http://www.teixeirasoares.pr.leg.br/@@search?SearchableText=>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO-PR. **Legislação.** Disponível em: < <http://www.fernandespinheiro.pr.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CARVALHO, Cleonice de [et al.]. **Anuário brasileiro do tabaco 2014.** Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2014/12/anuario-2014.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território: globalização e fragmentação.** 4ª ed., São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e Multinacionais.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro 2009.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **O Crédito Rural e a Modernização da Agricultura Paranaense —1970-1980.** 1986. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curso de Pós-Graduação em História do

Brasil — opção História Econômica, 1986. Disponível em: <<http://goo.gl/qiumWz>>. Acesso em: 12 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. In: **R. RA'EGA**. Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile/3339/2675>>. Acesso em: 12 janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, Vol. 3, n.2 (1998). Disponível em: <[https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista\\_historia\\_regional87.pdf](https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional87.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Região no contexto da renovação da Geografia**. UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte e UEPB - Universidade Estadual da Paraíba, 2008.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica Ao Brasil**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2016.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras (2017). **Rico Habitante de São Paulo que conduz suas Mulas carregadas de Açúcar**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra65287/riche-habitant-de-s-paul-qui-conduit-ses-mules-charges-de-sucre>>. Acesso em: 01 de Mar. 2017.

FAUSTO, Carlos. **OS ÍNDIOS ANTES DO BRASIL**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

FRAGA, Nilson Cesar. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J. e TRICES, R. I. (Orgs). **Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.

\_\_\_\_\_. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/3486/TESENILSONCESARFRAGA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA: n.21, jun. 2000, p.211-259. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.

FLINT, Guila. Extinção de elefante fez surgir homem moderno no Oriente Médio, diz estudo. **BBC/Brasil**, 12. Dez. 2011. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111212\\_homosapiens\\_israel\\_gf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111212_homosapiens_israel_gf.shtml)>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Terras indígenas: o que é?**. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. 332 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101433>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O QUE É QUESTÃO AGRÁRIA**. 4ª edição, 1981. Disponível em: [http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina\\_arquivo/16/20131211135.pdf](http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/20131211135.pdf)>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. O NOVO RURAL BRASILEIRO. **Nova Economia**, Belo Horizonte. v. 7, n. 1, maio 1997. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>>. Acesso em: 10 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP.IE. 1996. 217p.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica Etc., espaço, tempo e crítica**. N° 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007. Disponível em: [http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf)>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. SANTOS, Milton. et al. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. p. 117-143.

\_\_\_\_\_. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. XIII, núm. 43, septiembre-diciembre, 2013, pp. 805-815. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/111/11127581009.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

2014.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOLZER, Werther. "Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente" **Revista Território**, ano II, n. 3, jul./Dez. pp. 77-86. (1997). Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03\\_6\\_holzer.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_6_holzer.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER (INCA, 2017). **Tabagismo causa milhões de mortes que poderiam ser evitadas.** Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2016/tabagismo\\_causa\\_milhoes\\_de\\_mortes](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2016/tabagismo_causa_milhoes_de_mortes)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010). **Brasil: 500 anos.** Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/pt/noticias-teen/2826-o-brasil-tem-896-9-mil-indios>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2013). **População.** Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/pt/noticias-teen/5072-projecao-da-populacao-do-brasil-e-das-unidades-da-federacao-2013>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2014). **Brasil 500 anos.** Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. (2015a). **Estatísticas do povoamento:** imigração por nacionalidade (1884/1933). Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Estatísticas do povoamento:** imigração por nacionalidade (1945/1959). Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1945-1959>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **Território e povoamento.** Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/terras-indigenas>>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015d). **Paraná - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária Fumo (em folha) - Área plantada (hectares).** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/pdf/mapa.php?lang=&coduf=41&nFaixas=4&idtema=137&codv=V78>>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2016a). **Estatísticas do século XX.** Populacionais, sociais, políticas e culturais. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>>. Acesso em: 02 de junho de 2016.



\_\_\_\_\_. (2017a). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Imbituva-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4110102#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017b). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Guamiranga-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4108957#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017c). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Prudentópolis-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4120606#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017d). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Ivaí-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4111407#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017e). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Ipiranga-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4110508#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017f). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Teixeira Soares-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4127007#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017g). Censo Agropecuário-2006. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. **Município Fernandes Pinheiro-PR**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4107736#/S/CA/T/Q>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017h). **Histórico do Município Imbituva**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411010&search=paranalimbituva|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017i). **Histórico do Município Guamiranga**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410895&search=paran%E1|guamiranga>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017j). **Histórico do Município Prudentópolis**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=412060&search=paran%E1|prudentopolis>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017k). **Histórico do Município Ivaí**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411140&search=paran%E1|ivai>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017l). **Histórico do Município Ipiranga**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411050&search=paran%E1|ipiranga>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017m). **Histórico do Município Teixeira Soares**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=412700&search=paran%E1|teixeira-soares>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017n). **Histórico do Município Fernandes Pinheiro**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410773&search=paran%E1|fernandes-pinheiro>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). (2015a). **RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO ORDENADOS SEGUNDO AS MESORREGIÕES E AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO IBGE - PARANÁ - 2012**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_micros\\_mesos\\_para\\_na.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_para_na.pdf)>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Regionalizações**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php?page=locinfpop>>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **PERFIL DA MICROREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRUDENTÓPOLIS**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=631&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=631&btOk=ok)>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015d). **ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE FUMO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ- 2015**. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario\\_2015/4economia/tab4\\_2\\_5.htm](http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2015/4economia/tab4_2_5.htm)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017a). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE IMBITUVA**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017b). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017c). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017d). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE IVAÍ**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017e). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE IPIRANGA**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017f). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. (2017g). **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**. Março de 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30)>. Acesso em: 07 de março de 2017.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**: Métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado em Ciências) CPDA-UFRRJ. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese\\_nilsa\\_luzzi.pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese_nilsa_luzzi.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/06/MARX-Karl.->

Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, [1932] 2005.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

MENGEL, Alex Alexandre; DIESEL, Vivien. Globalização, Convenção Quadro para o controle do tabaco e as disputas pelos rumos dos territórios fumicultores. **Revista IDeAS**, v. 3, n. 2, p. 226-255, jul./dez. 2009. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v03/n02/IDeAS-v03\\_n02-Artigo\\_ALEX\\_MENGEL\\_e\\_VIVIEN\\_DIESEL.pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v03/n02/IDeAS-v03_n02-Artigo_ALEX_MENGEL_e_VIVIEN_DIESEL.pdf)>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, Presidente Prudente/SP, v. 4, p. 9-32, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL Salete. Orgs. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (2017a). Pintura brasileira. **Elevação da Cruz em Porto Seguro-Pedro Peres**. Disponível em: <[http://mnba.gov.br/portal/media/k2/items/cache/c82e68ecc91a6115905b52a4dab0ec5b\\_XL.jpg](http://mnba.gov.br/portal/media/k2/items/cache/c82e68ecc91a6115905b52a4dab0ec5b_XL.jpg)>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

NARDI, Jean Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985.

\_\_\_\_\_. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. - São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados** [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. ISSN 1806-9592. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo de; MONTEIRO, Claudia. Práticas coronelísticas e integralismo em Teixeira Soares - PR (1930-1937). **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. Irati, v. 03, n. 01, p. 98-119, 2012.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. (2017). **Mortalidade no Brasil**: Carga do tabagismo. Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/home/dados\\_numeros/mortalidade+](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/mortalidade+)>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra). **Imigração**. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/obmigra/dados-anuarios/>>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Tabaquismo**. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/tobacco/es/>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

Portal do Tabaco (2015a). **ALTA DO DÓLAR É UM BOM NEGÓCIO PARA QUEM NA CADEIA PRODUTIVA?** Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/?p=719>>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1942.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 24. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUARTIM DE MORAES, João. O humanismo e o homo sapiens. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 21, 2005. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/critica21-A-moraes.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica21-A-moraes.pdf)>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Luiz Carlos. Tosta. dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Revista Geografares**, Vitória, vol. 1, nº 1, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1164/876>>. Acesso em: 03 de março de 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: EDUSP, [1978] 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21.** Rio de Janeiro: Record (16ª edição), 2012.

SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: AP&A, 2 ed. 2006a. p. 13-23.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-72.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, V.22, n.43, jan/jun 2007, p. 55-76. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646/11806>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DE TERRITÓRIO E DE TERRITORIALIDADE NA OBRA DE JEAN GOTTMANN. **Revista da ANPEGE**, v. 5, 2009. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/38>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO E A APREENSÃO DO MOVIMENTO EM ESTUDOS TERRITORIAIS. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** 20 a 26 de março. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/31.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas.** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780/6894>>. Acesso em: 02 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **OS TEMPOS E OS TERRITÓRIOS DA COLONIZAÇÃO ITALIANA.** Porto Alegre, 2002. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/01/01\\_marcos.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf)>. Acesso em: 02 de junho de 2011.

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo.** Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995.

SPENGLER, Willian. **Lembra-vos da guerra... Guerra do Contestado (1912-1916).** São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.deviantes.com.br/noticias/ciencia/lembra-vos-da-guerra-guerra-do-contestado-1912-1916/>>. Acesso em: 01 de março de 2017.

SEPULCRI, Odilio et. Al. PROPOSTA DE RECONVERSÃO DA CULTURA DO FUMO NAS PROPRIEDADES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ.



**EMATER/SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO/GOVERNO DO PARANÁ.** Curitiba, dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Comunicacao/Premio\\_Extensao\\_Rural/1\\_Premio\\_2005/Reconversao\\_Cultura\\_Fumo.pdf](http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Comunicacao/Premio_Extensao_Rural/1_Premio_2005/Reconversao_Cultura_Fumo.pdf)>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social". Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira. **Meridiano** - Revista de Geografia, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 2, p. 297-346, [1973] 2013. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n2/17/>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Perfil Territorial Centro Sul – PR.** Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_030\\_Centro%20Sul%20-%20PR.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_030_Centro%20Sul%20-%20PR.pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Leonardo Xavier da. **ANÁLISE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO SUL-BRASILEIRO SOB O ENFOQUE DA ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO.** 2002. Tese (Doutorado em Economia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/629.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

SILVA, Sabrina Soares; FERREIRA, Patrícia Aparecida. A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal. **XXVI ENEGEP** - Fortaleza, CE, Brasil, 2006.

SILVEIRA, Rogério Leandro L. da. Rede agroindustrial do fumo e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil. **Relatório do Projeto de Pesquisa - CNPq Edital 03/2008.** UNISC, Santa Cruz do Sul, janeiro de 2011.

SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO (SINDITABACO). (2014a). **Distribuição da Produção.** Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. (2015a). **Perfis do Produtor e da Indústria.** Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/perfis-do-produtor-e-da-industria/>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Empresas associadas.** Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/a-entidade/associadas/>>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **Dimensões do setor.** Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/dimensoes-do-setor/>>. Acesso em: 26 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2017). **Volume de Tabaco Produzido na Região Sul do Brasil (toneladas).** Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/volume-produzido/>>. Acesso em: 05 de março de 2017.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). (2015a). **Quantidade Produzida.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=2&z=t&o=11&u1=32&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u2=32>>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Tabela 1272** - Produtos da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1272&u=6443&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. (2016a). **Tabela 837** - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/837>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. In: CASTRO, Iná Elias de *et.al* (org). **Geografia: Conceitos e Temas.** 10 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007. (p. 77-116).

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, pp. 20-45. ISSN 1807-0337. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.

SOUZA, Raquel Pereira. Convenção - Quadro para Controle do Tabaco: reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Porto Alegre, 2009.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **AATR-BA**, 2002. Disponível em: <[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2012.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS:** 1849 - 1997. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

**APÊNDICE 1.** Questionário aplicado com o Secretário da secretaria especial de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário

**QUESTIONÁRIO**

**Ilustre Senhor José Ricardo Ramos Roseno da secretaria especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário**

- 1- Caro Secretário, a Convenção Quadro para Controle do Tabaco-CQCT, tem impulsionado esta secretaria a direcionar medidas alternativas ao cultivo de fumo no Sul do Brasil, mais especificamente, no Estado do Paraná? Se sim, que tipos de medidas estão sendo tomadas?
- 2- Caro Secretário, como o Senhor está pensando e projetando a territorialização de novos cultivos, enfim, de alternativas ao fumo para o Sul do Brasil, mais especificamente, para o Estado do Paraná?
- 3- Caro Secretário, a partir do seu vasto conhecimento na área, o Senhor vê possibilidades de as alternativas ao fumo conseguirem ter êxito nos próximos 10 anos em nosso País a ponto de garantirem lucro igual ao fumo para quem vive na pequena propriedade com média de 2 alqueires de terras?
- 4- Qual o Projeto do Governo Federal que mais tem tido êxito como alternativa ao fumo na região Sul do Brasil?
- 5- Existe uma rede de entidades, órgãos, associações etc... , atuando nos projetos alternativos ao fumo?
- 6- Tem havido uma parceria forte do Governo Federal para com o Estado do Paraná, no intuito de fomentar e consolidar alternativas ao fumo?
- 7- O governo do Estado do Paraná tem se articulado e correspondido para com as políticas públicas alternativas fomentadas pelo Governo Federal? A contrapartida (adesão) do Estado tem sido positiva e eficiente?
- 8- Em sua opinião, o que é necessário existir para que as alternativas ao fumo se consolidem nas pequenas propriedades, e, assim consigam conquistar a confiança dos pequenos produtores?
- 9- Qual sua mensagem para os fumicultores da região Sul, mais especificamente, do Estado do Paraná?

**APÊNDICE 2.** Questionário aplicado com o Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná

**QUESTIONÁRIO**

**Ilustre Senhor Norberto Ortigara, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná.**

- 1- Caro Secretário, a Convenção Quadro para Controle do Tabaco-CQCT, tem impulsionado esta secretaria a direcionar medidas alternativas ao cultivo de fumo no Estado? Se sim, que tipos de medidas estão sendo tomadas?
- 2- Caro Secretário, como o Senhor está pensando e projetando a territorialização de novos cultivares, enfim, de alternativas ao fumo, dentro do Estado do Paraná?
- 3- Caro Secretário, a partir do seu vasto conhecimento na área, o Senhor vê possibilidades de as alternativas ao fumo conseguirem ter êxito nos próximos 10 anos dentro do Estado a ponto de garantirem lucro igual ao fumo para quem vive na pequena propriedade com média de 2 alqueires de terras?
- 4- Qual o Projeto dentro do Estado que mais tem tido êxito como alternativa ao fumo?
- 5- Existe uma rede de entidades, órgãos, associações etc... , dentro do Estado, atuando nos projetos alternativos ao fumo?
- 6- Tem havido uma parceria forte do Governo Federal para com o Estado no intuito de fomentar e consolidar alternativas ao fumo?
- 7- Os governos municipais estão se articulando e correspondendo para com as políticas públicas alternativas fomentadas pelo Estado? A contrapartida (adesão) dos municípios tem sido positiva e eficiente?
- 8- Em sua opinião, o que é necessário existir para que as alternativas ao fumo se consolidem nas pequenas propriedades, e, assim consigam conquistar a confiança dos pequenos produtores?
- 9- Qual sua mensagem para os fumicultores?

**APÊNDICE 3.** Questionário aplicado com Prefeitos e Secretários de Agricultura dos Municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR

**QUESTIONÁRIO À SER APLICADO NO MUNICÍPIO**

1- O poder público deste município com as secretarias responsáveis por políticas públicas voltadas à agricultura, têm acompanhado as discussões feitas no Brasil sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)?

( ) Não ( ) Sim. Se responder sim, escreva o que sabe sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

2- A produção de fumo no município gera emprego e renda se caracterizando importante para o território?

( ) Sim ( ) Não.

3- Vossa senhoria tem conhecimento de quantos fumicultores o município possui?

( ) Não ( ) Sim. Caso responda sim destaque quantos \_\_\_\_\_?

4- Vossa senhoria acredita ser necessário direcionar alternativas para substituir aos poucos a produção de fumo no município? Por quê?

5- Atualmente o poder público do município tem apresentado alguma alternativa complementar ao cultivo de fumo? Quais são elas?

6- Atualmente o poder público do município tem algum projeto sendo proposto?

7- Já houve casos de produtores de fumo vir até a prefeitura ou secretarias, a fim de solicitar projetos ou pedir informações para poder deixar de cultivar fumo?

8- O poder público deste município está entrelaçado em algum projeto junto ao governo Estadual e Federal no sentido de criar mecanismos alternativos ao cultivo de fumo?

9- Possui conhecimento se o governo do Estado do Paraná tem tido preocupação em pensar alternativas para as famílias que produzem fumo? Existe algum programa ou projeto direcionado por ele neste município?

**Obs. Caso queira escrever algo a mais sobre esta temática da fumiicultura em seu município, o que pensa etc... fique a vontade....**

## APÊNDICE 4. Questionário aplicado com produtores de fumo nos Municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR

### QUESTIONÁRIO

Município de? \_\_\_\_\_

1- As terras que você cultiva fumo são? Alugadas ( ) ou Particular/própria ( )

1.1- Quanto de terras **próprias para cultivo agrícola** você possui no total? \_\_\_\_\_

2- Qual o tamanho da área destinada ao cultivo de fumo? \_\_\_\_\_.

2.1.- Quantas estufas possui? \_\_\_\_\_. 2.2- Quantas pessoas da família realizam o trabalho de cultivo de fumo nesta propriedade? \_\_\_\_\_. 2.3- Quantos empregados (camaradas) trabalham no período da safra? \_\_\_\_\_.

3- Você tem outra atividade de produção na sua propriedade, além do cultivo de fumo, que contribui para a renda da família? Não ( ) Sim ( ). Que atividade?

3.1- Você cultiva hortaliças, verduras para o consumo de sua família? Não ( ) Sim ( ). Se sim, utiliza agrotóxicos na sua horta? Sim ( ) Não ( ) As vezes ( ).

4- Quantos mil pés de fumo foram plantados para esta safra? \_\_\_\_\_. 4.1- Quantos mil pés de fumo foram plantados na última safra (que já foi vendida)? \_\_\_\_\_

4.2- Para qual empresa (Companhia) você planta? \_\_\_\_\_

4.3- Qual foi o valor total do pedido financiado pela empresa para esta safra? \_\_\_\_\_

4.4- Qual foi o valor total financiado pela empresa na safra passada para o pedido? \_\_\_\_\_

4.5- O financiamento de suas estufas, galpões já foram pagos, quitados? Sim ( ) Não ( )

5. O terreno onde o fumo é cultivado é ladeira (íngreme)? Sim ( ) Não ( ) Uma parte ( )

5.1- Utiliza tratores, maquinários motorizados para o cultivo? Sim ( ) Não ( )

5.2- Utiliza ferramentas movidas por animais no cultivo de fumo? Sim ( ) Não ( )

6- Há quanto tempo você trabalha com o fumo? \_\_\_\_\_

6.1- Seus pais também eram produtores de fumo? \_\_\_\_\_

6.2- Qual o grau de escolaridade da pessoa que é responsável por esta propriedade que cultiva fumo?

( ) 1ª a 4ª Série

( ) 4ª série em diante Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino Fundamental completo

( ) Ensino Médio incompleto

( ) Ensino Médio completo

( ) Superior incompleto

( ) Superior completo

6.3- Qual (quais) motivos o levou a cultivar fumo (tabaco)?

6.4- Você gostaria de deixar de plantar fumo para realizar outra atividade na sua propriedade?

Sim ( ). Por que? \_\_\_\_\_

Não ( ) Por que? \_\_\_\_\_



6.6- Você já tentou sair da fumicultura e realizar outra atividade em sua propriedade?  
 Não ( ) Sim ( ). **Caso responda sim prosseguir perguntando:** Qual a atividade  
 ALTERNATIVA que realizou, ou, realiza? \_\_\_\_\_

6.7- A atividade ALTERNATIVA rendeu, ou, rende lucros igual ao fumo?

Sim ( ) Não ( ) Igual ( ).

7- Fora do período de safra de fumo, você cultiva outros produtos para venda em sua propriedade?

Não ( ) Sim ( ).

Qual Produto? \_\_\_\_\_

8- Você conhece algum projeto de governo que incentiva deixar de plantar fumo para realizar outra atividade na propriedade? Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_

8.1- Você já procurou a Emater no seu município para conhecer projetos alternativos ao cultivo de fumo? Sim ( ) Não ( ).

8.2- A Secretaria de agricultura do seu município tem incentivado você a sair da fumicultura? Sim ( ) Não ( ).

8.3- A Emater-Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do seu município tem incentivado você a sair da fumicultura? Sim ( ) Não ( ).

8.4- Na última safra de fumo, quantos mil quilos você produziu?

9- Você já teve problemas de saúde relacionado com a lida de fumo? Não ( ) Sim ( ). Qual?

9.1- Alguém da família que trabalha com você nesta propriedade já teve problemas de saúde relacionado com a lida de fumo? Não ( ) Sim ( ) Qual?

10- Como você avalia a empresa de fumo que financia e compra a sua produção?

Ótima ( ) Ruim ( )

10.1- No momento, você teria condições de deixar de produzir fumo para produzir outras coisas na sua propriedade? Sim ( ) Não ( ).

10.2- Sua plantação é assegurada pela Afubra-Associação dos Fumicultores do Brasil?

Sim ( ) Não ( ) Uma parte ( )

10.3- A Afubra representa bem os fumicultores defendendo e lutando por eles para melhorias no ramo da fumicultura? Sim ( ) Não ( ) Não conheço ( ).

11- Na última safra de fumo qual foi a média de valor vendido do pé a ponta?

12- Você já ouviu falar sobre o Documento CQCT- Convenção Quadro para Controle do Tabaco? Sim ( ) Não ( ).

12.1- Se o governo desse uma alternativa de produção que gerasse um lucro igual ou até maior ao do fumo, você deixaria de cultivar o fumo? ( ) Sim ( ) Não.

13- Na sua opinião, nos últimos anos os governos têm tentado acabar com o cultivo de fumo? Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

13.1- Nos últimos anos você tem percebido que dificuldades tem aumentado gerando problemas para conseguir se manter produzindo o fumo? Não ( ) Sim ( ). Que tipo de dificuldade?

13.2- Se nos próximos 10 anos a Fumicultura fosse proibida no Brasil, você estaria preparado e com condições de iniciar outra atividade na sua propriedade? Sim ( ) Não ( ).

13.3- Você acredita que nossos governantes do Município estiveram empenhados nos últimos 4 anos em criar políticas públicas alternativas ao Fumo? Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

13.4- Você acredita que nossos governantes do Estado do Paraná estiveram empenhados nos últimos 4 anos em criar políticas públicas alternativas ao Fumo? Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

13.5- Você acredita que o Governo Federal esteve empenhado nos últimos 4 anos em criar políticas públicas alternativas ao Fumo? Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

13.6- Você participou ou participa de algum Movimento Social que luta por melhorias no setor da fumicultura? Sim ( ) Não ( ).

14- Você tem medo de deixar de plantar fumo no atual momento? Não ( ) Sim ( ). Por quê?

---

15- Você se sente feliz e realizado sendo fumicultor?

Sim ( ). Por quê? \_\_\_\_\_

Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

16- O que você sugere para o governo como alternativa ao fumo?

17- Qual o maior problema hoje que você enfrenta neste ramo da fumicultura?

18- Na última safra qual foi o valor bruto em R\$ de sua produção? \_\_\_\_\_, e, qual foi o valor limpo (tirando as despesas) que sobrou para você e sua família sobreviverem?

---

**Obrigado.**

**APÊNDICE 5.** Medidas agrárias dos agricultores nos municípios da Microrregião de Prudentópolis-PR

Obs. Prevalece nos municípios da microrregião as medidas do alqueire Paulista contido na tabela do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, disponível em: [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf). Acesso em: 08 de julho de 2017.

1 alqueire = 24.200m<sup>2</sup>

1 hectare = 10.000m<sup>2</sup>

1 alqueire = 2,42 hectares

1 litro = 605m<sup>2</sup>

1 alqueire = 40 litros

1 hectare = 16,5 litros